O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"

Seleção e introdução de Simon Schwartzman

Biblioteca do Pensamento Político Republicano

Câmara dos Deputados
Editora Universidade de Brasília

Devem-se a Marco Maciel, então Presidente da Câmara dos Deputados, sem cuja entusiástica acolhida a idéia não teria vingado, os primeiros passos no sentido da organização de uma Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Esse Projeto, há muito acalentado por nós, venceu a sua primeira importante etapa no Centro de Documentação e Informação daquela Casa do Congresso Nacional, que, até meados de 1980, tinha Mário Teles de Oliveira como seu Diretor.

Para conceber a Biblioteca, organizamos um grupo integrado por Alberto Venâncio Filho, Anna Maria Moog Rodrigues, Bolivar Lamounier e Simon Schwartzman, além dos signatários da presente. Optamos por definir e caracterizar, previamente, os principais modelos de nosso pensamento político republicano, a fim de dispormos de uma base que nos permitisse selecionar as obras mais representativas. No curso de nosso trabalho verificamos que constituía uma grande lacuna a inexistência de levantamento bibliográfico, razão pela qual promovemos uma pesquisa que nos facultasse elaborá-lo. Para ordenar o material coletado, segundo as normas vigentes, convidamos a especialista Evelyse Maria Freire Mendes. A revisão final da bibliografia esteve a cargo de Edson Nery da Fonseca, que é, sem favor, a maior autoridade brasileira na matéria. Concluímos também que algumas correntes do pensamento político do período estariam melhor representadas por antologias, algumas das quais organizamos diretamente. Entretanto, no caso da antologia dedicada ao pensamento socialista, convidamos a Evaristo de Moraes Filho para prepará-la, tarefa de que se desincumbiu realizando obra primorosa e sem precedentes.

Ao dar por concluído o nosso trabalho, entendemos que a instituição adequada a acolhê-lo seria a Universidade de Brasília, pelo fato de que, sob a competente direção do reitor José Carlos de Almeida Azevedo, vinha procurando romper com o dogmatismo e o engajamento na área da ciência política, com o propósito de fazer emergir a diversidade de opiniões, que é inerente e essencial à política mesma. Além disto, o reitor encontrara em Carlos Henrique Cardim a pessoa capaz de estruturar a Editora da Universidade e torná-la empreendimento vitorioso. Ambos revelaram desde logo o maior empenho em contribuir para que a iniciativa chegasse a bom termo.

Assim, os volumes iniciais da Biblioteca do Pensamento Político Republicano, que a Editora Universidade de Brasília ora entrega ao público, são fruto do esforço e da dedicação de um grupo de pessoas da maior categoria intelectual que tivemos a ventura de coordenar e às quais deixamos de público o nosso reconhecimento.

Rio de Janeiro, janeiro de 1981.

Vicente Barreto
Antônio Paim

Cadernos de Nosso Tempo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA LEGISLATIVA
Diretor: *G. Humberto Barbosa*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Diretor: *Aristeu Gonçalves de Melo*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Diretora: *Maria Liz da Silva Braga*

Cadernos de Nosso Tempo

Seleção e introdução de Simon Schwartzman

Biblioteca do Pensamento Político Republicano
VOLUME 6

ÍNDICE

Pág.

Introdução

EM AGOSTO de 1952, um grupo de estudiosos começou a se reunir, periodicamente, para discutir os grandes problemas da época. Da agenda constava "o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das idéias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural". O Parque Nacional de Itatiaia, entre Rio de Janeiro e São Paulo, serviu de ponto de encontro, com acomodações cedidas pelo Ministério da Agricultura. Daí a denominação de "Grupo de Itatiaia", pela qual o grupo ficou conhecido. Alguns meses depois, já em 1953, ele levaria à criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, responsável, entre 1953 e 1956, pela edição de 5 volumes dos *Cadernos de Nosso Tempo*. A importância do IBESP e dos *Cadernos* é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Seria evidentemente equivocado supor que todos os participantes do grupo de Itatiaia, colaboradores dos *Cadernos* e futuros membros do ISEB, tivessem uma maneira unívoca e coerente de ver as coisas. A própria história mostraria que este movimento juntou, por alguns anos, pessoas com trajetórias intelectuais e políticas bastante diversas. A lista de colaboradores dos *Cadernos* é extensa: ela inclui a Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes. A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de "terceira força", um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política, tais eram, em poucas palavras, os valores que pareciam unificar a todos.

Além deste mínimo, havia certamente diferenças, algumas de ênfase, outras substantivas, como em relação à questão da socialização dos meios de produção, tese central do documento de Jaguaribe de 1953 ("A Crise Brasileira"). As análises econômicas dos *Cadernos* não diferem, em essência, das proposições da CEPAL; os diversos trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos ("Padrão de Vida do Proletariado de São Paulo", nº 1;

"O Problema do Negro na Sociologia Brasileira", nº 2;"A Ideologia da *Jeunesse Dorée*", nº 4; "O Inconsciente Sociológico", nº 5) tampouco se integraram de forma clara ao que ficou mais tarde conhecido como o pensamento isebiano; finalmente, a grande preocupação do IBESP com temas relativos à política internacional (que levou, inclusive, à publicação de extensa documentação sobre a Conferência de Berlim de 1954, ocupando a maior parte do número 3) parece responder ao clima particularmente agudo da guerra fria no início da década de 50, não permanecendo no tempo a não ser no esforço de aproximação com os novos países africanos, e uma idéia de uma política externa independente que não deixaria de produzir seus frutos.

O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios. Neste sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas idéias, se corretamente aplicadas – fossem elas liberais, católicas ou conservadoras –,que iriam transformar a sociedade. E se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liderá-la, ou seja, a classe operária. Para os primeiros, as idéias políticas fariam tudo; para os segundos, elas podiam pouco. Para o IBESP, eram os intelectuais, mais do que suas idéias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos.

A evolução do IBESP de um mero grupo de estudos para um grupo intelectual com projeto político próprio já é indicada na "Breve Introdução ao IBESP" do nº 1 dos CNT: "o agravamento da crise brasileira e a aguda consciência de que se impunha a necessidade de tentar a análise de seus efeitos e causas em busca de soluções possíveis levou o IBESP, no curso deste ano (1953), a suspender, por alguns meses, o programa de estudos traçados no ano precedente, para se dedicar, predominantemente, à interpretação da crise nacional". Efeitos, antes que causas, e soluções possíveis, antes que estudos a prazo indeterminado: é a idéia de eficácia que emerge. Existe ainda, por toda parte, a idéia de que o conhecimento da realidade social tem que ser integrado, sistemático, abrangente. Esta é, na realidade, uma condição necessária para uma visão da realidade que pretende ser uma ideologia, e não um simples conhecimento aberto, diferenciado e tentativo. Daí o grande apelo das formulações apresentadas pelo IBESP, como também a explicação de muitas de suas falhas. Mas, afinal, que poderia fazer um grupo de intelectuais?

Não existe, neste texto, uma visão clara a respeito do caminho que as elites intelectuais deveriam seguir para desenvolver seu projeto. Ele fala, simplesmente, da necessidade de promover a "circulação das elites", e da "formação de um movimento social apoiado numa ideologia e orientado por uma programática, apto a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados". Em "Para uma Política Nacional de Desenvolvimento", publicado coletivamente pelo IBESP no último número dos *Cadernos*, já surge uma formulação mais clara. A realização do programa político do IBESP teria, essencialmente, duas condições: "o esclarecimento ideológico das forças progressistas acima indicadas, a partir das mais dinâmicas – burguesia industrial, proletariado e setores técnicos da classe média – e arregimentação política destas forças. Tanto aquela como

esta condição, conforme se viu, requerem, para se realizar, a atuação promocional e orientadora de uma vanguarda política capaz e bem organizada". Quem comporia esta vanguarda não está dito, mas pode ser facilmente intuído.

Seria desnecessário lembrar que a noção de ideologia adotada pelo IBESP, e a visão de seu papel na transformação da sociedade, era muito particular. Karl Mannheim distinguia as ideologias "parciais" das ideologias "totais"; a primeira seriam as representações coletivas próprias de grupos sociais colocados diferencialmente na estrutura social – classes sociais, basicamente – e a segunda, a visão de mundo mais geral, ou *weltanschauung* de uma época. O antagonismo das ideologias parciais não se resolveria na ideologia total, como o texto sobre "A Crise Brasileira" parece sugerir, já que elas se colocariam em planos diferentes. A solução clássica de Lukács para a questão da verdade das ideologias, adotada mais tarde por Lucien Goldmann, é que existiria uma ideologia "verdadeira", a da classe operária, que teria em suas mãos o futuro da história; e ideologias "falsas", as ideologias conservadoras das classes dominantes. Mannheim, desprovido de uma visão apriorística do processo histórico, propõe como saída a constituição de um grupo social acima das classes, a *intelligentzia* , que teria condições de se colocar além das ideologias parciais e ter, assim, uma visão verdadeira do conjunto.

O conhecimento obtido pela *intelligentzia* mannheimiana não seria, entretanto, necessariamente "ideológico". A sociologia moderna tende a reservar o termo "ideologia" para se referir não a um conjunto qualquer de valores, preferências e percepções de determinado grupo social, mas a situações especiais em que estes valores, preferências e percepções se apresentam fortemente estruturados como uma visão de mundo integrada e coesa. As ideologias seriam, assim, somente um tipo extremo de "sistema de crenças" políticas, que poderiam se apresentar com diversos graus de estruturação. A experiência histórica em todo o mundo mostra que, em geral, o nível de ideologização das sociedades é baixo, e só tende a se acentuar em momentos de grandes convulsões sociais que mobilizam populações inteiras ao redor de uns poucos líderes e algumas proposições muito gerais. Ao postular a necessidade da formulação de uma ideologia e sua difusão na sociedade como passo inicial para as transformações sociais que o país exigia, o IBESP atribuía aos intelectuais, formuladores desta ideologia, um papel muito mais importante do que o que Mannheim havia pretendido para sua "*intelligentzia*". Havia, para isto, a condição implícita de que o processo político brasileiro passasse por uma fase altamente revolucionária, o que era condição para o surgimento de uma ideologia como o IBESP pretendia, mas contrariava seu próprio projeto político, essencialmente reformista, e por isto mesmo pouco ideologizado. Esta é uma contradição que não seria percebida na época, mas que teria importantes conseqüências.

Independentemente dos resultados efetivos de seu projeto político, e da validade ou não das interpretações que apresentava sobre a "crise de nosso tempo", o IBESP foi responsável por uma série de ingredientes que teriam uma presença duradoura no ambiente político brasileiro: o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das idéias de uma "terceira posição" tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados

Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país.

Além do que antes se enumerou, os participantes do IBESP deixaram contribuições importantes para o conhecimento e crítica da realidade política e social brasileira. Somente a título de exemplo, é possível citar as análises sobre o estado cartorial, o populismo, o moralismo das classes médias, feitas especialmente por Hélio Jaguaribe, e as reavaliações da tradição do pensamento político e social brasileiro propostas, de forma inteligente e mordaz, por Guerreiro Ramos.

Pouco tempo depois de constituído, o IBESP estabelece um convênio com a CAPES, liderada então por Anísio Teixeira, para a realização de uma série de seminários sobre os "problemas de nossa época", e começou, assim, o percurso que o levaria a se transformar em órgão permanente do Ministério da Educação, como Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O impacto e as vicissitudes do ISEB não poderiam ser vistos aqui. Basta lembrar que o ISEB foi, essencialmente, uma tentativa de levar à frente os ideais do IBESP. Daí sua marca e daí, em última análise, o seu fracasso.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1979

Simon Schwartzman

I — ENSAIOS

a. Três Etapas do Comunismo Brasileiro

1. À PARTE a fase inicial, que vai da sua fundação em 25 de março de 1922 até 1945 — e que poderemos denominar a primeira ilegalidade —, período que exige, sem dúvida, um estudo mais cuidadoso, em vista da escassez de documentação a respeito, excetuando esse período, dizíamos, as atividades do PC do Brasil podem ser divididas em três etapas bem nítidas, uma das quais recentemente inaugurada com o lançamento do novo Programa do Partido (1º de janeiro de 1954).

Tais etapas são:

1ª) o desenvolvimento pacífico;

2ª) o antiimperalismo;

3ª) a nova orientação.

Vejamo-las mais de perto.

2. O "desenvolvimento pacífico" inicia-se com a vinda do Partido Comunista à legalidade, em 1945, ou, mais particularmente, com a libertação do seu líder, o Sr. Luiz Carlos Prestes, pois foram os pronunciamentos deste que assinalaram as características daquela política, a qual deveria ser o prolongamento na paz da linha de "unidade dos três grandes" e de "união nacional" estabelecida já durante o conflito, logo após o ataque alemão à URSS.

Tal linha de"desenvolvimento pacífico"defendia internacionalmente a mais estreita colaboração entre os 3 grandes aliados no seio das Nações Unidas e internamente lutava pela consolidação da "união nacional" de todo o povo brasileiro forjada na luta contra o nazi-fascismo.

Neste propósito defendia um *governo de coalizão*, estabelecido à base de um *programa mínimo*, configurando uma política, em suma, que seria dirigida contra, unicamente, "os restos fascistas enquistados no aparelho do Estado"

Com efeito, o Programa Mínimo de 10 pontos, apresentado então pelo PC, era bastante moderado e visava apenas melhorar momentaneamente a situação do país, tratando de desenvolver um pouco suas forças produtivas, sem tocar na sua estrutura social nem nas suas instituições dominantes.

Basta indicar que a respeito da política operária o PC defendia, então, apenas aumentos de salários obtidos pacificamente por meio de entendimentos com os patrões, e chegava mesmo a preconizar a colaboração dos operários com estes, a fim de aumentar a produ-

ção nacional, condenando, ademais, qualquer atitude antipatronal, especialmente qualquer tentativa grevista como "provocação reacionária".

É de assinalar-se, também, a posição tomada então pelo Partido Comunista em face da questão agrária e do capital estrangeiro.

Com efeito, tanto nos discursos do Sr. Luiz Carlos Prestes como nos demais pronunciamentos partidários defendia-se apenas "a distribuição de terra nas proximidades dos grandes centros e das vias de comunicação", medida que em uma de suas entrevistas, dada a público no Sindicato dos Marceneiros do Distrito Federal, o próprio Sr. Prestes fazia questão de explicar não se tratava de reforma agrária, mas tão-só de uma providência destinada a melhorar o abastecimento das cidades.

Quanto ao capital estrangeiro, o PC se pronunciou em favor da participação do "capital não colonizador" no desenvolvimento do país, inclusive na exploração do petróleo.

Estávamos, em suma, a esta altura, num período em que o Sr. Prestes conferenciava com líderes das "classes produtoras" – tais como os Srs. João Daudt de Oliveira, Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen, etc. – buscando conquistá-los para a sua política de "união nacional".

Tal política, note-se desde logo, fundamentava-se nas teses de que: a) "o imperialismo saíra da guerra de dentes quebrados"; b) a democracia avançava em todo o mundo; e c) o mundo marcha para o socialismo.

Era, em suma, uma política que se colocava deliberada e firmemente na linha daquele famoso discurso do Premier Stalin, pronunciado ao fim da guerra, no qual ele afirmara: "Com a vitória sobre o nazismo entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período de desenvolvimento pacífico", pronunciamento que se transformou imediatamente em axioma fundamental da política comunista em todo o mundo.

3. Entretanto, à medida que no após guerra se agravavam os desentendimentos internacionais entre os 3 grandes, a linha comunista oficial saía dessa posição "oportunista de direita", deslocando-se paulatinamente para posições de "esquerda".

O primeiro indício dessa mudança, de repercussão internacional, veio a público com a destituição do Sr. Earl Browder da chefia do PC norte-americano, fato ocorrido em 1946, pouco depois de uma severa crítica dirigida publicamente, em abril desse ano, pelo Sr. Jacques Duclos — porta-voz do PC francês — à política oportunista e "liquidacionista" esposada pelo veterano líder dos comunistas ianques.

Este, com efeito, internamente dissolvera o Partido Comunista, transformando-o numa anódina Associação Política (pecado que é qualificado oficialmente como "liquidacionismo") e externamente defendia uma política de acordos à maneira de Teerã — ampliados de modo a abranger a economia e a política de todo o mundo — numa espécie de cartelização em escala mundial, tendo por base cartéis soviético-anglo-americanos. Tal política foi severamente condenada pelo substituto do Sr. Browder — o atual chefe do PC norte-americano, Sr. William Z. Foster — quem, nas habituais críticas e autocríticas partidárias, apontou como um dos principais erros do seu antecessor, a subestimação do perigo imperialista norte-americano e o conseqüente desarmamento ideológico e orgânico do Partido diante desse perigo. Este foi, sem dúvida, um dos primeiros sintomas de que *alguém* dentro do PC lutava por fazer valer a clássica teoria leninista do imperialismo, justapondo-a às teses então vigorantes.

A partir de então, o tema do imperialismo, especialmente do imperialismo norte-americano, voltou a ser explorado pela linha comunista oficial em todo o mundo. Em particular, esse tema pode ser encontrado nas "Teses para o IV Congresso" do PC do Brasil, estranhamente posto ao lado das teses do desenvolvimento pacífico, que eram, tanto pelas suas premissas como pelas suas conseqüências práticas, a negação mesma de teoria leninista do imperialismo.

4. Com efeito, em 1947 foi convocado o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, a realizar-se em 23 de maio do mesmo ano. Tal Congresso não chegou a reunir-se, pois foi surpreendido nas suas reuniões preparatórias pela cassação do registro do Partido, a 6 de maio do referido ano.

Entretanto, as teses que seriam discutidas por esse órgão máximo do Partido já haviam sido amplamente divulgadas pela imprensa comunista e constituem um importante subsídio, ao lado dos debates travados em torno delas, para o conhecimento da política comunista então vigorante e das suas transformações posteriores. Tal política, como já o dissemos, se traduzia por uma curiosa mistura eclética de teses antiimperialistas com as teses do desenvolvimento pacífico. Com efeito, entre as inúmeras teses, desenvolvidas através de 99 parágrafos, afirma-se que:

1) terminou o período de guerra e começou o período de desenvolvimento pacífico;
2) a derrota militar do nazismo modificou a favor da democracia a correlação de forças sociais no mundo inteiro;
3) o socialismo saiu vitorioso da guerra contra o nazismo;
4) o imperialismo norte-americano é a fortaleza principal das forças reacionárias do mundo inteiro, em substituição dos fascistas da Alemanha, Itália e Japão;
5) a agressividade do imperialismo ianque é conseqüência do seu próprio desenvolvimento e tremenda concentração do capital monopolista durante os anos de guerra. O orçamento militar norte-americano fala bem alto da preparação guerreira do imperialismo;
6) é impossível a guerra contra a União Soviética, pois para fazer tal guerra seria preciso antes quebrar a vontade de paz do povo norte-americano, submetê-lo pela força e dominar por completo os povos dos demais países capitalistas, das colônias e semicolônias. "E isto evidentemente não é mais possível, depois da guerra contra o nazismo";
7) as forças democráticas lutam contra o imperialismo e crescem as contradições do campo imperialista. Guerras patrióticas e nacionais desenvolvem-se pelas colônias e semicolônias, nas Filipinas, na Indochina, na Indonésia, na Índia, no Irã, na Grécia, etc. São todas elas, no fundo, direta ou indiretamente, contra o imperialismo americano, pela paz mundial e pela democracia;
8) a contradição americano-soviética é uma das contradições básicas no mundo. Mas as contradições dominantes são: entre o povo norte-americano e os reacionários norte-americanos, entre os monopolistas americanos e os ingleses, e entre o imperialismo ianque e os povos coloniais e semicoloniais;

9) a democracia avança e o mundo marcha para o socialismo, enquanto o imperialismo norte-americano marcha para o ocaso de uma crise sem precedentes;
10) na política interna, a despeito das atividades da camarilha fascista enquistada no governo, "a democracia avança e cresce o nosso Partido";
11) será impraticável a união contra o comunismo e crescem, ao contrário, as condições favoráveis à mais ampla união de todos os democratas e patriotas contra e exploração do nosso povo pelo capital estrangeiro colonizador;
12) é possível realizar a reforma agrária, dentro da Constituição;
13) exigem solução urgente os problemas da revolução democrático-burguesa no país;
14) só o proletariado será capaz de dirigir de maneira conseqüente a revolução democrático-burguesa;
15) o desenvolvimento pacífico poderá ser interrompido pela violência dos dominadores contra a lei e a Constituição;
16) as massas devem ser organizadas para defender a Constituição e para conter a violência dos dominadores pela violência popular.

Este é um resumo ilustrativo do amontoado de incongruências e de afirmações irrealísticas que constituíam as chamadas "Teses para o IV Congresso" bem representativas da confusão resultante do deslocamento para a "esquerda" efetuado a partir do fim da guerra, e cujo lance mais dramático, além da criação do Kominform, foi, sem dúvida, o pronunciamento de fidelidade incondicional à URSS prestado por todos os líderes comunistas do mundo, inclusive pelo Sr. L. C. Prestes. Tal pronunciamento, com efeito, foi um chamado à ordem que marcou o fim das "linhas independentes", adotadas após a dissolução do Komintern e uma volta evidente à "linha geral". No caso do Brasil representou, sem dúvida, uma das armas mais eficazes que o Sr. Luiz Carlos Prestes ofereceu aos seus adversários — mas é fora de dúvida que além desta, não lhe restava, no momento, outra alternativa senão a desgraça política dentro do seu próprio partido.

5. Entre os debates travados em torno das citadas teses, cumpre ressaltar, pela inegável autoridade intelectual do seu autor, o levantado pelo Sr. Caio Prado Junior sobre a questão da reforma agrária. O Sr. Caio Prado Junior, que é talvez o único teórico marxista do Partido Comunista Brasileiro, e que por isso mesmo mantém sua autonomia intelectual, não se deixando levar para a mera repetição mecânica de chavões de propaganda, levantou uma questão que conduziria provavelmente ao único debate interessante do Congresso, se lhe dessem oportunidade de defender o seu pensamento.

Este pensamento, frontalmente contrário à tese oficial sobre a reforma agrária, resume-se nas afirmativas de que:

a) jamais houve feudalismo no Brasil;
b) a produção agrária, no Brasil, sempre foi uma produção para o mercado;
c) a estrutura econômico-social da fazenda brasileira se aproximava muito mais da fazenda de escravos romana do que de qualquer formação social representativa do feudalismo;
d) a economia agrária do Brasil já era, portanto, desde o início, uma economia capitalista baseada na grande empresa;
e) em conseqüência, a distribuição de terras preconizada pelo Partido era uma medida antieconômica e reacionária.

O fechamento do Partido, decidido pela justiça eleitoral no dia 6 de maio de 1947, nos roubou a oportunidade de observar as discussões que muito possivelmente seriam realizadas em torno deste problema, e que viriam a constituir, sem dúvida, um importante subsídio para o entendimento da ideologia e da programática do PCB.

6. Por uns instantes, após a cassação do seu registro, o PC-com os seus chefes ainda resguardados pelas imunidades parlamentares — ficou como se nada houvesse acontecido e tudo marchasse de acordo com suas teses e com seus planos.

É verdade que protestou com veemência, que apontou indignado a "violência fascista" do governo, etc.

Mas tudo ocorreu como se o seu fechamento — que, segundo todos os indícios, o apanhou de surpresa — não tivesse maiores conseqüências para o seu destino político.

Pouco depois, entretanto, descobriu que o governo do gen. Dutra não possuía nenhum apoio social. Não era apoiado nem pela burguesia, nem pelos latifundiários, nem pelas classes médias, nem pelo proletariado.

Sustentava-o, apenas, a camarilha fascista enquistada no aparelho do Estado e agrupada em torno de alguns generais nazistas, que eram citados nominalmente.

Deste modo, nada seria mais fácil do que derrubar esse governo; bastaria, com efeito, exigir-se, por todo o país, através da imprensa, de comícios e manifestações diversas, a "Renúncia de Dutra".

E foi de fato o que fez o PCB, colhendo mais um flagrante insucesso, cuja previsão, aliás, não exigia nenhum dom profético, e podia ser feita por qualquer aprendiz de política brasileira.

Mas, tão de repente, e com a mesma desenvoltura com que se haviam atirado a essa campanha, os líderes comunistas voltaram a oferecer apoio ao governo do Sr. Dutra, garantindo que ainda era tempo de esse governo voltar atrás no caminho reacionário por que enveredara e, demitindo os fascistas que ocupavam postos de responsabilidade, encaminhar-se pela via democrática que lhe apontava a CE do PCB.

Tais manobras seriam absolutamente infantis e totalmente inexplicáveis *não fosse o fato de que ocorreram justamente quando se dava a ascensão internacional do zhdanovismo*. Com efeito, o ano de 1947 foi assinalado pela ascensão política da linha Zhdanov, cujo ponto culminante foi a criação do Kominform, ocorrida, nesse mesmo ano, na célebre Conferência dos Nove Partidos, realizada em Varsóvia.

À luz desta observação, a campanha pela "Renúncia de Dutra" foi somente uma aplicação precipitada da linha zhdanovista, cujo absoluto fracasso, entretanto, deu aos adversários brasileiros dessa linha força bastante para fazer o Partido voltar à posição anterior, a qual, com pequenas concessões verbais ao esquema antiimperialista, pôde de fato ser mantida até o mês de agosto de 1950, naturalmente que amparada pelos antizhdanovistas do PC da URSS, isto é, pelos "centristas" e "direitistas" do Comité Central soviético.

7. Com efeito, foi somente nessa data, quando entre outros fatos já morrera o criador da nova política antiimperialista e se agravara intensamente a situação internacional, que o Partido Comunista do Brasil veio a adotar oficial e plenamente o esquema estratégico do

antiimperialismo.

Tal adoção se deu, na verdade, com o lançamento do chamado "Manifesto de Agosto", cujas notas tônicas eram, em resumo:

a) a revolução agrária antiimperialista;

b) o confisco e a nacionalização das principais empresas do país, especialmente das empresas imperialistas;

c) a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação, com o fim de realizar os objetivos anteriores, por meio da derrubada do regime vigente e da instauração de um regime de Democracia Popular. Para a aplicação desta nova linha o Partido Comunista deveria organizar "as ações mais altas e mais vigorosas" do proletariado e do povo, protestos, passeatas e greves, até chegar aos choques armados com os odiados "inimigos de classe".

Através dessa luta persistente e audaciosa é que se forjariam a FDLN e o Exército Popular — este último devendo adotar, inicialmente, segundo as experiências de luta fornecidas por outros países coloniais e semicoloniais, a tática de guerrilhas. Por esta época, as publicações oficiais do PCB divulgavam com amplitude as "experiências" das duas revoluções russas, da China, da Indochina, etc., chegando mesmo a minúcias nas suas instruções para a luta.

A perspectiva era então, nitidamente, a da iminência da "guerra imperialista" dirigida contra a União Soviética, e de transformação deste conflito em guerra de libertação nacional e em revolução, pelas forças comunistas de todo o mundo.

Era, em suma, a perspectiva da estratégia antiimperialista delineada por Zhdanov e Molotov.

8. Entretanto, todos os esforços para aplicar a nova linha, nas condições oferecidas pelo Brasil, só serviram para mostrar à Direção comunista brasileira o quanto ela estava afastada das realidades nacionais.

De fato, seus apelos à luta revolucionária não tiveram nenhuma ressonância profunda e todas as suas tentativas de passar à luta armada (Porecatu, etc.) redundaram em completo fracasso, pois, ao que parece, seus seguidores não chegaram a assimilar nem mesmo a tática de guerrilhas, que é uma técnica quase instintiva de fazer guerra nos países atrasados.

A verdade é que só conseguiram algum êxito na luta por reivindicações estritamente econômicas, em particular nas greves por aumentos de salários, fracassando porém sempre que queriam introduzir conteúdo sectário nesses movimentos.

Em suma, a FDLN e o Exército Popular continuaram a existir apenas no papel dos seus manifestos e na imaginação dos seus relatórios.

Não fosse o fato de que a luta interna no PC da URSS tivesse vindo introduzir radicais modificações nesse esquema, e os dirigentes do PCB ainda estariam hoje arregimentando e dispondo em ordem de batalha o seu sonhado Exército de Libertação Nacional.

Acontece, porém, que na URSS as dificuldades internas e externas surgidas no caminho da linha zhdanovista deram força aos adversários externos desta política, os quais, liderados por Béria, pugnavam por uma *pacificação efetiva* com o mundo ocidental.

Entre estas duas posições extremas colocou-se a clássica política "centrista" de Stalin, defendendo o princípio da "coexistência duradoura e da competição pacífica" com os

países capitalistas.

O desenvolvimento da luta entre estas três facções, que no momento ainda continua, já foi tratado em outra parte desta revista. Aqui basta dizer que a chamada Nova Orientação Política, surgida após a morte de Stalin, é a expressão mesma do fato de que aquela terrível disputa interna, travada no estado-maior do PC russo, ainda não chegou a um resultado decisivo: ela expressa, realmente, a indeterminação política que resulta da atual disposição de forças no seio do CC do PC da URSS.

O novo Projeto do Programa do Partido Comunista do Brasil, vindo a público no dia 1º deste ano, é a versão brasileira da Nova Orientação Política, e marca o início de uma terceira etapa do comunismo no Brasil, neste seu desenvolvimento de após-guerra que estamos apreciando em largos traços.

9. Logo à primeira vista, surgem as diferenças entre o Novo Programa e o Manifesto de Agosto.

Com efeito, é certo que o Partido Comunista continua a defender a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) e que objetiva, tal como antes, conquistar o poder através desta organização política.

Mas, desde logo, é bom observar que no novo Programa o PC renuncia completamente à formação do Exército de Libertação Nacional — força armada que o Manifesto de Agosto imaginava constituir, segundo o exemplo da Revolução chinesa.

Paralelamente há que registrar por igual que aquela FDLN deverá constituir-se, agora, em torno de um programa extremamente moderado, um programa "burguês progressista" tal como o de 1945, e dirigido contra, unicamente, o "imperalismo norte-americano", do mesmo modo que o "desenvolvimento pacífico e a união nacional" se dirigiam somente contra os remanescentes do fascismo.

É aliás o próprio Sr. Luiz Carlos Prestes quem sublinha estas diferenças, no seu Informe sobre o novo Programa.

Ele, na verdade, aponta que: "Enquanto agora proclamamos expressamente que "o governo democrático de libertação nacional não confiscará as empresas e os capitais da burguesia nacional", no programa de agosto de 1950 reclamávamos textualmente a nacionalização dos Bancos e de "todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional". Levantávamos ainda a "completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos".

Igualmente, o novo Programa não levanta o problema da nacionalização da terra, limitando-se a apontar a "confiscação das grandes superfícies de terra pertencentes aos latifundiários" e sua distribuição gratuita — como propriedade privada — aos sem terra que as queiram trabalhar.

Em suma, como diz o referido Sr. Prestes, no novo projeto de Programa se deixam intocadas as *bases do capitalismo*, quer dizer, mais precisamente, as bases do capitalismo *privado*, de modo que enquanto o Manifesto de Agosto pretendia abertamente conduzir o país para o socialismo de modelo soviético, o novo projeto de Programa pretende apenas conduzi-lo "a um futuro feliz e radioso" — o que é somente uma dessas frases inócuas tomadas ao repertório lírico da propaganda soviética, impregnada desse lirismo de péssi-

mo gosto, que só encontra rival à sua altura na obra literária do Sr. Plínio Salgado (e que, por exemplo, afirma deslumbrado: "o comunismo é o amanhã que canta"), lirismo porque os publicistas "agit-props" vêm substituindo a antiga linguagem revolucionária de outubro numa mudança de estilo bem característica da mudança de conteúdo da ação e dos projetos sociais do PC russo.

Deste modo, só resta do antigo Manifesto de Agosto, agora condenado confessadamente pelos seus desvios "esquerdistas", o objetivo de chegar ao poder em curto prazo.

Tal objetivo, de fato, estabelecido no citado Manifesto, é mantido no novo Programa, o qual, de resto, leva em si uma autêntica plataforma de governo em via de tomar posse.

E, na verdade, o novo Programa aponta como tarefa principal do Partido Comunista a substituição não só do atual regime "feudal-burguês" por outro, "democrático-popular", mas também a substituição do atual governo — mais uma vez indicado como "atual governo de Vargas" — o que, evidentemente, encurta bastante o prazo em que os seus autores esperam chegar ao poder, capitaneando a Frente Democrática de Libertação Nacional.

Numa palavra, o PCB espera agora alcançar em curto prazo o objetivo do Manifesto de Agosto, agitando um programa de direita capaz de contentar todos os atuais oposicionistas ao governo do Sr. Getúlio Vargas. Por outras palavras, o PCB pretende capitalizar em seu favor a agitação levada a efeito presentemente pela "oposição moralista" ao atual governo, do mesmo modo como esta última pretende capitalizar para si a oposição do PCB, executando ambos, presentemente, um tipo de oposição, aliás, de que o PC foi, sem sombra de dúvida, um pioneiro no país.

De fato, bem antes do atual "frisson" moralista, que lavra nos arraiais da Oposição, o PC instruiu seus comandados, especialmente seus representantes nas diversas câmaras do país, a fim de denunciarem os escândalos e a corrução administrativos e a dedicarem um especial cuidado à obtenção de provas e testemunhos convincentes de tais fatos.

É de salientar que tais instruções foram rigorosamente cumpridas com denúncias levadas a público pelos representantes comunistas em diversas partes do país (como, por exemplo, em Pernambuco) não obtendo maior repercussão, sem dúvida porque, entre outras coisas, falta aos militantes do PC o talento e os meios jornalísticos exigidos para uma campanha desse tipo.

Seja como for, encontramo-nos nos dias presentes entre o fato inesperado de se haver estabelecido uma política interna como que uma aliança tácita, *no fundamental, que é a questão do poder* entre a "Imprensa Popular", órgão oficial do PCB, e os órgãos da "oposição moralista" sem que evidentemente desapareça a sua mútua hostilidade em matéria de política internacional.

Em suma, por motivos opostos, mas igualmente antinacionalistas, os comunistas brasileiros e os "moralistas" são companheiros de viagem pela mesma trilha que conduz — segundo eles esperam — à derrubada do atual governo do Sr. Getúlio Vargas. Evidentemente, menor que os anteriores, o presente equívoco dos dirigentes comunistas brasileiros, pois que, decerto, um dos principais objetivos da "oposição moralista" é a eliminação até mesmo dos órgãos semilegais (jornais, livrarias, editoras, etc.) do PCB, que estão atualmente em funcionamento, a aplicação aos comunistas e simpatizantes, de leis de exceção, segundo o figurino norte-americano.

Pois o verdadeiro programa da "oposição moralista" é a imitação servil do "american way of life" e o seu moralismo não é senão a tradução nativa do famoso puritanismo protestante, tão caro ainda hoje a vastos círculos norte-americanos e, em particular, aos banqueiros da puritana cidade de Boston...

10. A subordinação dos PC aos esquemas estratégicos da URSS — que é um fato normal em todos os países — surge porém bastante agravada entre nós pela evidente debilidade política dos líderes do PC brasileiro — debilidade, diga-se de passagem, que só encontra paralelo na incapacidade dos seus mais acirrados inimigos, os líderes da Ação Integralista Brasileira.

Com efeito, esta debilidade não lhes permitindo de um lado constituir uma sólida base política no país, de outro lado, em virtude da inexistência desta base, torna-os mais vulneráveis nas suas relações internacionais, especialmente com os dirigentes do PC da URSS, os quais, por isso mesmo, enfeixam em suas mãos os destinos políticos de todos eles, numa proporção em que, por exemplo, não enfeixam o destino de um Mao Tse-tung nem de um Ho Chi Minh. Tal incapacidade política decorre, em primeiro lugar, da profunda aversão que a maioria dos líderes do PCB devota a qualquer teoria autêntica e a qualquer atividade autêntica do pensamento.

De fato, excetuando o Sr. Prestes, que teve a instrutiva experiência do "tenentismo" e, além de sua formação de técnico militar, apresenta uma reconhecida formação político-teórica, embora que adquirida esta última em péssimas condições psicológicas, durante a prisão, e dentro de um sectarismo muito estrito — excetuando esse líder e também o Sr. Astrogildo Pereira, que tem uma notória formação de intelectual, os demais membros do Presidium do CC são marcados todos pelo mais estreito empirismo, vale dizer, são recortados todos segundo aquele modelo, misto de praticismo e de ignorância teórica, que constitui hoje a figura exemplar do "funcionário de Comitê" dos PC de quase todo o mundo.

Acresce a isto que a própria capacidade política do Sr. Luiz Carlos Prestes acha-se reduzida, senão anulada, pela sua falta de contacto com outras fontes de informação e de pensamento que não sejam aquelas da Comissão Executiva do Comitê Nacional (atual Presidium do CC) das quais ele, desde a sua anistia, é um virtual prisioneiro.

Pois, na verdade, o Sr. Prestes apenas saiu de uma prisão física para essa clausura intelectual que é hoje o chamado Presidium do CC, onde a sua condição de antigo "tenente" o faz suspeito aos olhos dos "funcionários de Comitê", que alimentam profundas desconfianças do prestismo, obrigando-o a policiar suas próprias opiniões até mesmo mais do que o necessário, para evitar que lhe atirem a pecha desagradável e perigosa de "caudilho". Deste modo, o Sr. Prestes, o único que poderia imprimir ao PCB uma orientação própria, em virtude da influência que lhe dá a legenda do seu nome, é conduzido a esquecer sua própria experiência brasileira, adquirida nas marchas da Coluna Invicta e mesmo na fracassada revolta de 1935, a fim de submeter-se às diretivas que são defendidas pelos seus companheiros de liderança do Comitê Central, geralmente copiados, quase letra a letra, de análises partidárias de outros países, que são impostas à realidade brasileira sem o mais leve exame crítico.

É verdade que a "linha geral", imposta internacionalmente de cima para baixo, quase

que obriga a isso, mas é preciso salientar que é a debilidade ideológica dos dirigentes do PCB o principal responsável pelo baixíssimo nível teórico de sua política, pois que outros PC — embora igualmente jungidos à "linha geral" tal como o PC francês — denotam muito maior vitalidade intelectual e uma muito maior consciência dos seus próprios problemas.

Basta observar que, excetuado o Sr. Caio Prado Junior, não há no Brasil nenhum comunista — particularmente nenhum dirigente do PC — que tenha publicado qualquer obra realmente valiosa sobre qualquer aspecto teórico ou prático da política ou da ideologia do Partido, pois na verdade não podem ser considerados como tais aqueles informes e outros documentos do PCB, cada um dos quais refuta o anterior, e são, de per si, nulos por si mesmos, dada a pobreza do seu conteúdo, para não falar na monotonia sem fim de sua forma, servilmente imitada dos relatórios soviéticos.

Numa palavra, a verdade é que não têm faltado militantes ao PCB, mesmo nas difíceis condições de ilegalidade, militantes que são atirados a arremetidas frustradas logo depois consideradas errôneas, para em seguida serem lançados a arremetidas novamente errôneas, e assim por diante.

Têm-lhes faltado, isto sim, liderança política, pois até mesmo para executar uma "linha geral" preestabelecida por outrem, é necessário inteligência política, iniciativa própria, conhecimento vivo dos problemas históricos, capacidade, enfim, para aplicar à fórmula algébrica preestabelecida os dados aritméticos fornecidos pela realidade local.

Mas nem mesmo isto chegou a entender a maioria dos líderes do PCB, que se limita a repetir sem cessar — segundo a técnica da propaganda comercial contemporânea — os *slogans* mais em voga no PC da URSS ou da China, etc., demonstrando com isto o enorme grau de alienação da política comunista no Brasil, que é, aliás, façamo-lhe justiça, tão-só um dos aspectos da generalização que afeta a vida brasileira no presente.

Mas o pior em tudo isso é que a manipulação, com fitos unicamente estratégicos ou táticos, pelo PCB, de certas concepções basicamente válidas sobre o desenvolvimento brasileiro e sobre a política mundial, vale dizer, de temas tais como o da legítima defesa nacional contra o imperalismo, do desenvolvimento industrial, da situação operária, da questão colonial etc., compromete gravemente tais concepções, onerando-as com o passivo das suas falácias partidárias, que não decorrem de tais concepções, mas sim — e a despeito delas — decorrem das idiossincrasias políticas dos seus manipuladores.

Tal fato é, sem dúvida, o principal resultado negativo da atuação política do comunismo brasileiro, pois significa, em última análise, um pesado ônus para as forças que lutam pelo desenvolvimento nacional.

11. Aparentemente reconhecendo a deficiência política da direção comunista brasileira, e por ela se penitenciando, o Sr. Prestes, após citar uma passagem de Stalin sobre a "nítida diferença entre a revolução nos países imperialistas, nos países que oprimem outros povos, e a revolução nos países coloniais e dependentes, nos países que sofrem a opressão imperialista de outros", escreve no seu último informe:

"Sem partir desta base teórica não é possível determinar com justeza o caráter da revolução em nosso país. *A direção do Partido não assimilara suficientemente* esses ensinamentos básicos de leninismo e, por isso, ao formular em 1950 o programa do Manifesto de Agosto, não levou em consideração todas as características da revolução democrático-popular nos países coloniais e dependentes, revolução antiimperialista e antifeudal."

Os erros anteriores são, portanto, postos à conta da não-assimilação dos princípios teóricos básicos do leninismo.

Em que pese a veracidade desta autocrítica, no que se refere às deficiências teóricas da direção do PCB, é preciso acentuar que, ao menos no que toca aos companheiros do Sr. Prestes, o reconhecimento daquela deficiência de assimilação da teoria leninista é apenas uma fórmula verbal, usada sistematicamente para "justificar" os constantes reajustamentos da linha política que eles realizam passivamente, sempre que recebem instruções para fazê-lo, sem demonstrações, na verdade, de possuir qualquer convicção vívida sobre qualquer ponto dos programas em questão.

Numa palavra, a deficiência essencial do PCB é, ao lado daquela incapacidade de assimilação teórica, a *obediência passiva* aos esquemas estratégicos soviéticos, sejam quais forem as diretivas e os objetivos destes.

Tal subordinação, na verdade, é o que obriga aos atuais dirigentes do PCB, depois de pelo menos 8 anos de estudo e de aplicação das suas concepções, "confessarem" oficialmente que ainda não assimilaram suficientemente as teses elementares das suas "teorias", que, de resto, não têm nada de profundas ou de impenetráveis, e estão ao nível de qualquer entendimento mediano.

Pois, de fato, não são esses conhecimentos "leninistas-stalinistas" os inassimiláveis pelos dirigentes do PCB — e sim outros bem mais importantes: aqueles que constituem, tanto nos seus aspectos filosóficos, históricos e econômicos, como nos seus aspectos políticos, estratégicos e táticos, o núcleo da problemática do nosso tempo.

12. Em resumo, podemos registrar a respeito do PCB sobretudo a sua subordinação automática à estratégia política da URSS, além, evidentemente, da existência no seu seio de profunda ignorância teórica dos problemas contemporâneos, especialmente dos problemas brasileiros.

Ao mesmo tempo, e em parte conseqüência desse mesmo desconhecimento da problemática de nossa época, ocorre ainda apontar nas análises políticas do PCB um grave erro na apreciação da correlação de forças do campo mundial, o qual se traduz em sua cega confiança na superioridade econômica, política e militar do "Bloco Oriental" sobre o "Bloco Ocidental" — mais particularmente, da URSS sobre os EUA — e suas conseqüentes previsões desarrazoadas quanto ao resultado de um possível conflito entre os dois blocos.

Por outro lado, intimamente ligado ao anterior, surge implícito nos projetos sociais do PCB o grave e irreparável erro teórico que consiste em identificar a "vitória do socialismo", vale dizer, o advento histórico de uma sociedade socialista em escala mundial, a uma simples vitória militar ou política da URSS, quando, na verdade, o problema mesmo da realização histórica do socialismo é uma questão ainda em aberto, que está a desafiar o vigor do pensamento dos teóricos da História e a audácia revolucionária dos políticos contemporâneos.

Por fim, decorrendo inevitavelmente desta cadeia de deficiências e de erros — e completando-a — as diversas análises incongruentes da situação brasileira, feitas mais para "justificar" os desacertos antes cometidos do que para ajustar efetivamente a política par-

tidária à realidade nacional.

E, em virtude disto tudo, a adoção de linhas políticas que ora se aproximam, perigosamente, do terrorismo de fundo anarquista (aventurismo, golpismo, etc.), ora se atiram ao mais franco "oportunismo de direita", oscilam, assim, constantemente, ao sabor das conveniências estratégicas e táticas – bem ou mal, pouco importa – da URSS. É fora de dúvida, portanto, que o prosseguimento da atual linha comunista – a chamada Nova Orientação – bem como a sua mudança para outra orientação qualquer não serão resolvidos no CC do PCB.

Serão decididos, isto sim, no CC do PC da URSS, onde, é importante registrar que, segundo tudo o denuncia, prossegue a acirrada luta entre o "centro" malenkovista e a "esquerda" molotoviana.

Os discursos da última campanha eleitoral soviética apontam, de fato, as mesmas profundas divergências, ainda não solucionadas, entre as linhas "antiimperialistas" e de "coexistência pacífica" com o capitalismo.

Na verdade, enquanto o Sr. Molotov apontou incisivamente o "perigo de guerra" e a necessidade de as forças armadas soviéticas serem constantemente fortalecidas para enfrentar esse perigo, o marechal Bulganin, insistindo no mesmo tema, afirmou peremptório: "a URSS não tem tempo a perder", afirmativas estas que correspondem, nitidamente, às teses do antiimperialismo.

Ao mesmo tempo, ocupando posições notoriamente contrárias às anteriores, o presidente Vorochilov afirmou, repetindo letra por letra uma passagem da autoria de Béria – que "as forças armadas soviéticas já têm tudo que é necessário para defender a pátria socialista de uma agressão" – enquanto o premier Malenkov fazia sua a afirmativa de que "uma nova guerra mundial será o fim da nossa civilização", palavras tanto mais estranhas na sua boca porquanto, além de terem sido proferidas antes pelo presidente Eisenhower, chocou-se frontalmente com a afirmação do próprio Senhor Malenkov, no seu Informe ao XIX Congresso, sobre a vitória inevitável da URSS numa terceira guerra mundial.

Numa palavra, ao contrário dos Srs. Molotov e Bulganin, os Srs. Vorochilov e Malenkov tomaram, na última eleição soviética, posições nitidamente "pacificadoras".

Ademais, vale acentuar que nos últimos dias estão-se reavivando, na imprensa soviética (no "Trud", no "Pravda" e no "Estrela Vermelha"), as atividades dos antiimperialistas e que o Sr. Khruschev, atual secretário do Comitê Central, embora que jogando ainda com uma perigosa duplicidade, parece estar cada vez mais comprometido com os "esquerdistas", pois a tanto nos leva a crer o seu recente ataque a Lisenko e seus seguidores, os quais, como se sabe, foram apenas instrumentos dos antizhdanovistas na sua luta contra o antigo chefe de Leningrado.

Mas, finalmente, seja qual for a sua nova orientação política, o PCB, pelo caráter das forças que procura arregimentar e pela sua incansável obstinação no trabalho de proselitismo, é uma organização política capaz ainda de influir – tanto positiva como negativamente – na vida do país.

No entanto, a menos que suas deficiências e seus erros anteriores sejam rapidamente sanados – o que a esta altura parece bem difícil –, a sua influência será progressivamente *negativa* pelos ônus crescentes que acarretarão às forças que lutam de maneira autônoma

pelo desenvolvimento nacional – desenvolvimento, acentue-se de passagem, que deverá processar-se ainda dentro dos limites estruturais e institucionais do capitalismo, embora que de um capitalismo cada vez mais "socializado", vale dizer, propriamente, de um regime capitalista cada vez mais coletivizado, ou seja, de um regime dotado dos meios materiais e institucionais destinados a produzir uma aceleração funcional e adequada aos processos de acumulação, concentração e centralização de capitais, que constitui a missão histórica a ser realizada pelo capitalismo no Brasil.

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 2 (2): 123-38, jan./jun. 1954.)

b. Que é o Ademarismo?

Uma força em marcha

CONFORME se aproxima a data das eleições de outubro, vai-se tornando cada vez mais nítida a superioridade do ademarismo sobre as demais facções políticas que pretendem disputar o governo de São Paulo. No ponto em que se encontram as coisas, e a menos que sobrevenham profundas e imprevistas modificações, pode-se prever com segurança que o Sr. Ademar de Barros, ou o candidato que ele indicar, sucederá ao governador Lucas Garcez. E como o ademarismo tenha importantes raízes em todo o território nacional, a conquista do governo de São Paulo, quer pela ampliação material de seus meios de ação, quer pelo prestígio político que irá cercá-lo, lhe proporcionará condições muito favoráveis para a disputa das eleições presidenciais de 1955, situando o ademarismo entre as forças habilitadas para a sucessão do presidente Vargas.

Contrastando, entretanto, com a importância que já apresenta e com as possibilidades com que se defronta em futuro próximo, o ademarismo é um fenômeno político recente e muito pouco estudado. A vulgaridade pessoal do Sr. Ademar de Barros e de suas declarações fazem o ademarismo objeto do desprezo das pessoas cultivadas e parecem rèduzi-lo a um nível indigno de um estudo sério. Por outro lado, a falta de originalidade ideológica do ademarismo e o fato de que emprega processos que, aparentemente, não diferem dos velhos métodos da política de clientela (utilização do coronelismo, nos meios rurais, arregimentação de eleitores a troco do emprego e favores diversos, etc.) induzem muitos a julgar que o ademarismo é apenas um pessedismo mais ativo, que procura acrescentar, ao seu eleitorado rural, um eleitorado urbano conquistado à custa dos usuais processos demagógicos. Observe-se, ainda, que a derrota experimentada pelo Sr. Ademar de Barros, na disputa da Prefeitura de São Paulo, nas eleições de 1953, difundiu, precipitadamente, a impressão de que sua carreira política estava encerrada (Vide *Cadernos de Nosso Tempo*, nº 1, pág. 99). Para tal impressão muito contribuiu, também, o atual espírito moralista suscitado pelas recentes campanhas de recuperação moral, prevalente naqueles meios burgueses e pequeno-burgueses que formam a opinião pública aparente. E como o moralismo das classes conservadoras seja por estas generalizado indevidamente, para as outras camadas e regiões do país julgou-se que o grande eleitorado brasileiro não aceitaria mais um candidato notoriamente marcado pela corrupção.

Todas essas interpretações do ademarismo são evidentemente superficiais. E não menos superficial é a recusa a considerar, com a maior seriedade, um movimento político em plena ascensão, capaz de empolgar, dentro de dois anos, a presidência da República.

Torna-se imperativo e urgente, por isso, saber o que venha a ser o ademarismo.

Que é o ademarismo?

A análise do que seja e represente o ademarismo, por isso mesmo que ele se apresenta sem características ideológicas marcadas, exige, inicialmente, que se proceda a uma distinção entre esse e os demais fenômenos e manifestações políticos brasileiras.

Assim, cabe reconhecer, em primeiro lugar, que o ademarismo não é uma expressão típica da política de clientela, embora se utilize de métodos clientelísticos. É certo que o ademarismo se acha estruturado, nos meios rurais, em uma forma análoga a do PSD. O eleitorado rural de base do ademarismo está enquadrado em diretórios locais, dirigidos por chefes políticos semelhantes aos cabos eleitorais do PSD. E os diretórios estaduais contêm elementos representativos dos chefes políticos locais, cujo prestígio se apóia na sua capacidade de lhes prestar favores clientelísticos. Isto não obstante, as relações do Sr. Ademar de Barros com seu eleitorado rural não são em nada semelhantes às relações dos chefes pessedistas com seu eleitorado correspondente. Enquanto estes se baseiam na sua capacidade de articular os chefes políticos estaduais, que, por sua vez, articulam os chefes locais, a estes últimos incumbindo o contato direto com os eleitores, é o Sr. Ademar de Barros, pessoalmente, quem tem influência sobre o eleitorado rural de base. Tal influência, a despeito de suas permanentes incursões pelo interior, não decorre de contatos diretos com a massa rural. Sua influência é pessoal, mas se exerce por via remota, através da popularidade de sua pessoa. Desta forma, cabe reconhecer que o ademarismo é distinto do PSD, constituindo o apelo emocional que realmente mobiliza o eleitorado rural de base, ao partido competindo, unicamente, a tarefa de organizar um eleitorado já previamente conquistado pelo Sr. Ademar de Barros e de proporcionar a esse eleitorado facilidades ou proteção, para que permaneça fiel ao chefe e possa, oportunamente, votar de acordo com suas instruções. Desta forma, enquanto os chefes pessedistas dependem do jogo partidário e seu êxito está intimamente ligado à eficácia de sua máquina eleitoral, o Sr. Ademar de Barros é quem dá ao seu partido substância política, motivo pelo qual, em lugar de depender do partido, tem o partido na sua completa dependência e assim pode exercer uma autoridade pessoal e ilimitada que nenhum outro chefe político – salvo, talvez, o Sr. Getúlio Vargas – está em condições de exercer.

Considerando-se, sob outro ângulo, o ademarismo, verifica-se que ele tampouco é uma expressão típica da política ideológica, embora o apelo que o Sr. Ademar de Barros exerce sobre o seu eleitorado tenha o caráter de uma ideologia primária e infusa. Tal se verifica com relação ao eleitorado rural do Sr. Ademar de Barros e constitui mais uma diferença entre esse seu eleitorado rural e o do PSD. Mas, é sobretudo o fato de o Sr. Ademar de Barros dispor de um amplo eleitorado urbano, compreendendo uma parcela do proletariado e da pequena burguesia, o que parece sugerir um vínculo ideológico entre o chefe pessedista e seus liderados. Analisadas, todavia, as declarações do Sr. Ademar de Barros e os documentos do partido, não se encontrarão outros elementos ideológicos além dessa verborragia pseudo-social que hoje abunda em todas as manifestações políticas, por mais reacionários ou conservadores que sejam os seus verdadeiros propósitos. Há mais.

À medida em que o Sr. Ademar de Barros tenha logrado formular algumas idéias e esboçar normas programáticas, tais idéias e programas se enquadram no mais estrito espírito de capitalismo colonialista. Nem o Sr. Ademar de Barros oculta seus propósitos de manter e consolidar o capitalismo nacional, especialmente em sua forma mercantil, nem faz segredo do fato de pretender se ajustar, completamente, à política do imperialismo americano. Assim, além de não ter um conteúdo ideológico preciso e peculiar, o ademarismo é um movimento reacionário no que se refere ao estatuto da produção e às relações entre a economia nacional e o imperialismo capitalista.

Neste caso, que é o ademarismo? A classificação que lhe convém já tem sido inúmeras vezes utilizada na linguagem corrente. O ademarismo é um populismo. O que ainda não se fez é a conceituação desse fenômeno e sua configuração, nas condições brasileiras. Por influência marxista, tem-se confundido os movimentos de base popular com os movimentos de esquerda. Presume-se que as posições reacionárias são unicamente assumidas pelos membros das classes dominantes. E há uma igual propensão a julgar que as manifestações políticas de ampla base popular têm um caráter progressista e inovador. Essa terá sido, possivelmente, a razão que levou o próprio Sr. Ademar de Barros a chamar seu partido de "progressista", com o que não empregava um artifício para ocultar o caráter reacionário do movimento que fundava — caráter esse de que não tinha nem tem consciência e para o entendimento do qual lhe faltam as necessárias categorias de compreensão — mas incidia, ele mesmo, nessa identificação entre as manifestações de massa e o progressismo.

Nada é mais falso, porém, que a identificação entre os movimentos de massa e os movimentos de esquerda. Os movimentos de esquerda são o produto de uma ação liberadora das classes dominadas, baseada numa consciência de classe e orientada por uma teoria da sociedade que identifique e interprete o fenômeno da espoliação social, revelando a medida em que o mesmo decorre da vigência de uma ordem político-jurídica que assegura, para a classe dominante, determinados privilégios e as condições para os manter, no âmbito da classe. Diversamente, os movimentos de massa se realizam como expressão confusa e primária de aspirações instintivas da massa, permanecendo dentro do âmbito de condicionamento da classe dominante e das relações de espoliação.

A massa não é uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, nem, mesmo, formalmente, um conjunto de classes. A massa é o conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica, que Gurvitch denominou de sociabilidade de massa. Historicamente, as massas são o produto final da espoliação de classe. As massas helenísticas e romanas eram constituídas, basicamente, pela coorte de escravos, libertos e clientes do patriciado antigo. As massas ocidentais resultaram da formação da mão-de-obra exigida pelo capitalismo industrial, mediante a proletarização dos camponeses e dos artesãos.

As massas, por isso mesmo, são originária e basicamente um fenômeno proletário, uma conseqüência da proletarização. Mas se distinguem do proletariado, como classe, por lhes faltar a consciência e o sentimento de classe. As massas são um fenômeno de objetivação social, em que permanecem inconscientes de sua condição os indivíduos que a compõem. Tal condição, porém, configura um tipo humano próprio, variável conforme as demais influências de lugar e tempo, mas determinado pela especificidade das relações de

massa. Esse tipo humano é o homem-massa. A esse tipo humano corresponde um determinado estilo de vida, que é o estilo de massa. É o tipo psicossocial a que se convertem os homens que sofreram o fenômeno da massificação. Era o escravo ou o liberto, nas massas antigas. É o proletário inconsciente de sua própria condição e reduzido à posição de átomo da massa, na civilização ocidental. Persistindo o fenômeno da massificação, e não se verificando a reestruturação do proletariado massificado pela consciência de classe e por sua organização como classe espoliada, o tipo psicossocial do homem-massa transcende o âmbito da massa e tende a se tornar o protótipo humano de toda a comunidade. Opera-se a segunda massificação, a massificação superestruturária, que atinge as classes dominantes e transforma todos os valores e padrões de conduta da comunidade na qual se processe tal fenômeno. Esse o fenômeno que ocorreu com Alexandria e com o Império Romano e que tende a se verificar na cultura ocidental, nos países em que as classes espoliadas não lograram atingir a consciência e a organização de classe.

O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psicossocial do homem-massa.

Características do populismo

Como se verificou nas considerações precedentes, o populismo é o fenômeno político característico das massas. O surgimento do populismo, por isso, depende, no que se refere a suas condições histórico-sociais de possibilidade, da conjugação de duas condições. De um lado, é necessário que, numa determinada comunidade, se tenha verificado o fenômeno da massificação. E que, ocorridas as formações de massas, o proletariado originariamente massificado não tenha superado as relações de massificação, adquirindo consciência e sentimento de classe e se organizando, como classe, para a luta de liberação econômico-social. De outro lado, é necessário que a classe dirigente, convertida em classe dominante, parasitária do processo social, tenha perdido sua representatividade, ou seja, sua atitude para dirigir o processo social com um mínimo de eficácia, em condições e para fins que atendam a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade e satisfaça às necessidades essenciais da comunidade como um todo. Perdida a representatividade, a classe dirigente, transformada em classe dominante, perde, igualmente, seu poder criador e sua exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida informadores da conduta média da comunidade. Verificando-se essas duas condições, tendem as mesmas a se conjugar para a produção desse efeito específico, que é o populismo, conforme a massificação superestruturária vai estendendo o tipo psicossocial do homem-massa para a própria classe dominante.

Não basta, todavia, para que surjam as manifestações de populismo, que se verifiquem suas condições histórico-sociais de possibilidade. Tais condições, de per si, são necessárias, mas não suficientes para que ocorram, em grau significativo, essas manifestações de populismo, especialmente as que alcancem ou ameacem seriamente alcançar a direção social. Para tal se faz mister uma terceira condição, que é o aparecimento do líder populista, do homem carregado de um especial apelo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder.

O apelo que exerce o líder populista sobre as massas representa o equivalente, nas sociedades que já experimentaram a massificação superestruturária, do apelo carismático, nas sociedades onde ainda não se mecanizaram nem rigidificaram as relações de sociabilidade. Esse carisma de massas, que cabe denominar de "populidade", consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa — quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores, atingidos pela massificação superestruturária — para fins político-sociais que representam a realização das aspirações psico e sócio-instintivas dos homens-massa, constituem objetivos em si mesmos e imediatamente atrativos, dentro de uma ordem de valores imanente ao tipo psicossocial dos homens-massa e em virtude, no que se refere ao líder populista, do fato de os homens-massa reconhecerem nele o seu mesmo tipo psicossocial do homem-massa.

É interessante observar que o líder populista pertence raramente aos estratos inferiores da sociedade, a regra geral, muito ao contrário, sendo a de tais líderes saírem da classe dominante, quando esta já se encontra bastante afetada pela massificação superestruturária. A razão desse fenômeno se encontra na diferença, já salientada, entre o proletariado consciente de sua condição e de seus interesses de classe e o proletariado massificado. Somente no primeiro caso logram os membros da classe proletária, enquanto tais, acesso aos postos de liderança, constituindo-se tal liderança na própria luta de liberação econômico-social. Diversamente, o proletariado massificado, sobretudo depois de se processar a massificação superestruturária, atua dentro dos condicionamentos das relações de espoliação existentes entre a classe dominante e os estratos inferiores da sociedade, e a "proletarização" a que conduzem os movimentos populistas opera seus efeitos mais no plano superestruturário dos valores de conduta do que na estrutura das relações econômicas e das relações de poder. Assim, o populismo alexandrino dos Ptolomeus e o populismo do Império Romano se realizaram sob a direção dos generais egressos do patriciado ou formados na carreira das armas e já divorciados, quando de origem plebéia, de sua condição original.

É certo que o fascismo italiano e alemão, este último muito particularmente, foram movimentos de caráter populista, dirigidos por homens egressos de estratos proletários. Tal se verificou, no entanto, porque o populismo fascista, especialmente o nazista, ademais de movimentos populistas, no sentido anteriormente analisado, foram igualmente o resultado de um profundo ressentimento nacional, experimentado mais vivamente pelas classes médias. Assim é que a ascensão de Hitler se realizou por etapas, a primeira das quais foi a conquista, pelo antigo pintor de paredes, de um estatuto pequeno-burguês. É nessa qualidade, e não como líder proletário, que Hitler é convocado para organizar o novo governo alemão. E tanto Hitler como Mussolini, seu predecessor no populismo fascista, conquistaram o poder em nome de reivindicações nacionalistas, tipicamente pequeno-burguesas, e só bastante mais tarde intentaram modificações estruturais nas relações econômicas e de dominação, nunca indo ao ponto, todavia, em ambos os casos, de suprimir as relações de espoliação entre a burguesia e as classes não possuidoras.

Esse caráter reacionário do populismo se torna ainda mais claro nas manifestações po-

pulistas mais recentes. O populismo americano não se formou no âmbito do proletariado sindicalizado nem teve por instrumento o Partido Democrata, que, desde Roosevelt, veio caminhando para a esquerda e se impregnando de uma ideologia socializante. Muito ao contrário, foi o Partido Republicano que se tornou o porta-voz das aspirações psico e sócio-instintivas das massas americanas e foi um senador republicano, o Sr. McCarthy, que logrou conquistar a liderança do populismo ianque, tendo como bandeira o anticomunismo e o anti anti-socialismo, plataforma essa que, a despeito de estar orientada especialmente contra o inimigo externo, traz em si, explícita e implicitamente, um conteúdo essencialmente reacionário.

No Brasil, o populismo do Sr. Ademar de Barros representa, em termos brasileiros, o equivalente do populismo macartista. Na medida em que o ademarismo contém algum sentido programático, este, como já se indicou, é tipicamente reacionário, conduzindo, internamente, a um fortalecimento da burguesia mercantil e, externamente, ao estreitamento da subordinação econômica e política do Brasil ao imperialismo americano. Tais características do ademarismo já eram visíveis desde sua campanha eleitoral de 1946. E se o Partido Comunista cometeu o erro imperdoável de dar pleno apoio ao Sr. Ademar de Barros — apoio ao qual deveu este sua eleição para governador de São Paulo — tal incompreensão da verdadeira significação do ademarismo se origina na tendência, já indicada, de os marxistas confundirem os movimentos de massa com os movimentos de esquerda, não distinguindo as formações proletárias, como formações de classe, das simples formações de massas.

Infra-estrutura do ademarismo

Como freqüentemente ocorre com os fenômenos sociais, o ademarismo, depois de se constituir como um importante e crescente movimento político, serviu para indicar, *a posteriori*, a medida em que o Brasil é um país propenso para os movimentos populistas. De fato, transportando-se a análise do fenômeno populista, linhas atrás esboçada, para o quadro brasileiro, observa-se como se verificam, no Brasil, as condições histórico-sociais que ensejam o aparecimento de tais movimentos.

De um lado, nos deparamos com um processo de massificação não acompanhado pela formação da consciência e da organização de classe pelo proletariado brasileiro. A urbanização (que já contém em germe a massificação) se processou antes da industrialização. E esta, realizando-se rapidamente, notadamente depois que a deflagração da guerra de 1939 separou o país de suas fontes usuais de suprimento de produtos acabados, provocou, de uma forma igualmente súbita, a constituição de um exército de trabalho recrutado nos meios rurais, motivo pelo qual o operariado brasileiro é predominantemente composto de trabalhadores egressos do campo ou filhos de camponeses. Daí o fato de o proletariado massificado não ter logrado atingir a consciência de sua condição de classe nem se ter organizado, como classe, para a luta de liberação econômico-social. Assim é que a legislação trabalhista, em lugar de resultar das reivindicações operárias, foi promulgada de cima para baixo pelo Estado, nos períodos em que este foi dirigido por representantes da classe média que haviam conquistado o poder revolucionariamente. E ainda hoje, decorridos mais

de vinte anos desde a Revolução de 30, a sindicalização, salvo no Estado de São Paulo e, até certo ponto, no Distrito Federal, não é um movimento espontâneo do operariado, mas o produto de uma política governamental.

De outro lado, assistimos à decadência da antiga classe dominante, a classe latifundiária, cujas funções de liderança, em lugar de serem ocupadas pela recém-formada burguesia industrial, cujo predomínio teria estabelecido uma correspondência sadia entre a nova estrutura econômica do país e o mecanismo de dominação político-jurídica, foram preenchidas pela burguesia mercantil, de finalidades especulativas, inconciliáveis com as necessidades de desenvolvimento econômico decorrentes das novas relações de produção. Esta nova classe dirigente, cuja incompatibilidade com as necessidades econômico-sociais do país a converteram logo em classe dominante, carecendo de funcionalidade e desprovida das tradições que cercavam a classe latifundiária, foi rapidamente afetada pela massificação superestruturária. E assim se completaram as condições propiciadoras da formação de um movimento populista no Brasil, que apenas aguardava, para surgir e se impor avassaladoramente, o aparecimento de um líder de massas, dotado da necessária "populidade". Tal líder apareceu na pessoa do Sr. Ademar de Barros, com ele surgindo o populismo ademarista.

Intervindo inconscientemente nesse processo, a classe média, em suas diversas tentativas de exercer a liderança social, a partir da revolução republicana, contribuiu para preparar as condições que hoje favorecem o populismo, ao destruir as bases do poder latifundiário sem modificar o regime da produção. Se em 1930 ou em 1937 os dirigentes da classe média, em vez de modificações puramente superestruturárias, houvessem socializado a estrutura econômica do país, teriam provocado, de um lado, a formação do espírito de classe no proletariado e no campesinato brasileiros e, de outro lado, teriam impedido o surgimento e a organização de uma burguesia mercantil especulativa e parasitária. A massificação e o populismo, dela decorrentes, tampouco se teriam verificado se a burguesia industrial houvesse substituído a classe latifundiária na liderança no país. Nesta hipótese, ter-se-iam verificado, por via privada, muitos dos efeitos que ocorreriam na outra hipótese, antes considerada, de a classe média radicalizar sua revolução.

Analisando-se as bases infra-estruturárias do ademarismo, notaremos que elas são constituídas, nos meios rurais, pelas massas camponesas emancipadas da tutela clientelística dos fazendeiros e coronéis do interior, e, nos meios urbanos, pelas massas proletárias e pequeno-burguesas desprovidas de consciência e de organização de classe. Os eleitores que o PSD e a UDN (que é, nos meios rurais, um partido complementar do PSD) vão perdendo, no campesinato, são outros tantos eleitores que conquista o ademarismo e que compõem a principal parcela de seu eleitorado. Nos meios urbanos, o proletariado e certas parcelas da pequena burguesia, de há muito divorciados dos partidos demoliberais, controlados pelas classes dominantes, caminham para o ademarismo na medida em que não se encontrem suficientemente politizados para defender seus verdadeiros interesses e empreenderem, com base nos sindicatos e por intermédio dos partidos de esquerda, a luta de li-

beração econômico-social. A essas massas camponesas, proletárias e pequeno-burquesas, o ademarismo reúne parte da burguesia mercantil, cujos interesses de classe se vêem protegidos e representados pelas tendências reacionárias do populismo ademaresco, especialmente quando se trate de membros da burguesia mercantil já afetados pela massificação superestruturária, massificação esta ora em estágio adiantado e com inevitável tendência a se expandir.

Conclusão

Como se verifica pelo exposto, o ademarismo é a conseqüência de condições econômico-sociais que se vieram formando no Brasil a partir da Revolução de 30. É evidente que ele reflete a personalidade do Sr. Ademar de Barros. E por muito que as condições ensejassem o aparecimento de movimentos populistas no Brasil, tais movimentos não surgiriam sem a intervenção "catalisadora" de um líder dotado da necessária populidade. É próprio de tais situações, porém, sempre aparecer, dado um certo lapso de tempo, uma personalidade apta a se valer delas. Tanto que, nas atuais condições brasileiras, se não existisse o Sr. Ademar de Barros, não faltariam homens para tentar preencher esse papel, alguns dos quais, como o Sr. Hugo Borghi, já demonstraram possuir os atributos necessários para tal mister.

O ademarismo é uma força em marcha, que tende, em virtude da prevalência das condições que o favorecem, a conquistar o poder em prazo curto. Esse desfecho será inevitável se não sobrevierem importantes modificações no âmbito político-social do país. Tais modificações, nas condições atuais do Brasil, estão, praticamente, reduzidas a duas alternativas. A primeira, que se anuncia como a mais provável, embora seja a mais prejudicial para o desenvolvimento econômico e social do país, é a intervenção das Forças Armadas, representando o estrato superior da classe média, os remanescentes do latifúndio e a parcela da burguesia mercantil contrária ao ademarismo e receosa do que, no ademarismo, julga ser, por equívoco, uma manifestação de esquerdismo. A segunda alternativa seria a formação de uma ampla frente nacional democrática de esquerda, que agremiasse a burguesia industrial, os setores mais esclarecidos das classes médias, incluindo os representantes desses setores nas Forças Armadas, e a parcela politizada do proletariado.

Em ambos os casos, o ademarismo só poderia ser neutralizado através de uma política radicalizante. Nas condições atuais, o centrismo, a que tanto se apegam os conservadores liberais, constitui, precisamente, o terreno propício ao êxito do ademarismo, uma vez que, sob as instituições liberal-democráticas, não operam mais as forças que conduzem a esse tipo de regime, e sim a formações de massa, cuja expressão política, no Brasil, é o populismo ademaresco. Daí só haver as duas alternativas antes apontadas: para a direita, mediante um golpe militar, representativo dos interesses da alta classe média, do latinfúndio e de todos os setores da burguesia mercantil que ainda não se dispuseram a aderir ao ademarismo; para a esquerda, mediante a constituição de uma frente nacional democrática de esquerda, representativa da burguesia industrial da ***intelligentzia*** pequeno-burguesa e das vanguardas proletárias.

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo,* 2 (2): 139-49, jan./jun. 1954.)

c. O Moralismo e a Alienação das Classes Médias

As campanhas de moralização

UM DOS FATOS mais característicos da vida pública brasileira, nos últimos meses, é a exacerbação e proliferação dos movimentos que se constituem sob a bandeira da recuperação moral. Como veremos a seguir, tais movimentos, dentro de certas condições, constituem, independentemente de suas vinculações de classe e de grupo, uma sadia manifestação de inconformismo político ou de ortodoxia moral, e, a despeito da alienação que grava todas as manifestações de moralismo político, são um importante fator para a manutenção da vitalidade social. Não é disto que se trata, porém, no atual caso do Brasil. As campanhas de moralização que ora se processam não são fenômenos corretivos marginais. São movimentos que adquirem uma intensidade e uma extensão de grande proporção, ao ponto de se constituírem na forma mais importante e ativa de oposição ao governo (omitida a oposição ademarista, que é velada), passando as campanhas de moralização a se substituir, como instrumento de ação, ao principal partido oposicionista brasileiro – a UDN – e provocando efeitos de tanto alcance quanto o recente golpe branco desfechado pelas altas patentes do Exército.

Cronologicamente, o atual surto de moralismo se originou na luta travada contra o jornal "Última Hora" e seu grupo. Convertido em escândalo nacional o "caso" Última Hora", através de uma polêmica em que os adversários do referido vespertino mobilizaram, para a luta, todos os recursos publicitários do país, coligando a imprensa, o rádio e a televisão, transformou-se, igualmente, esse escândalo, no maior problema brasileiro. Com isto, formou-se o clima para o moralismo. Todos os problemas nacionais foram transferidos para o plano moral. E nesse plano, polarizados em termos de mal e de bem absolutos. Tudo o que estava ligado a "Última Hora" se transformou em mal absoluto. Tudo o que lhe era adverso, em bem absoluto.

Chegadas as coisas a esse ponto, resultou, como um efeito inevitável, que os fatos originários da polêmica perderam importância, a dinâmica do movimento de moralização ultrapassando o seu objeto imediato ou aparente. Não interessava mais o fato de o jornal "Última Hora", transferido para o controle de outro grupo, haver liquidado suas obrigações com o Banco do Brasil, assim atendendo ao que constituíra o motivo inicial do protesto. O que agora se impunha, para a campanha moralista, era a moralização de todo o país, entendida, naturalmente, segundo as normas fixadas pelos próprios moralizadores. Daí a formação de outros movimentos, como a "Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe". Daí o indefinido alargamento dos propósitos moralizantes, que passaram a visar a deposição

do Sr. Getúlio Vargas – considerado fonte de todos os males do país, causa de todas as corrupções e ameaça permanente à legalidade – e lograram conduzir as Forças Armadas a desfechar um verdadeiro golpe branco no presidente da República, que só se mantém no governo em razão das dificuldades que experimentaram os chefes militares para promover sua substituição, sem alterar o regime constitucional, mas que ficou, praticamente, prisioneiro em palácio.

Percorreram, assim, as campanhas de moralização, no espaço de alguns meses, um imenso caminho. Originadas no nível moral da luta privada entre dois jornais, e acompanhadas, de início, por um reduzido público, que seguia as peripécias da polêmica como um espetáculo divertido, lograram se transformar num estado de espírito de âmbito nacional, instrumentado por forças poderosas e já agora, em virtude do golpe desfechado pelas altas patentes do Exército contra o Sr. Getúlio Vargas, exercem, quase abertamente, o controle do país.

Infra-estrutura do moralismo

As campanhas de moralização são um fenômeno tipicamente pequeno-burguês. A pequena burguesia, sobretudo a partir da mecanização do capitalismo, é a classe que manobra os meios de produção sem ter a propriedade deles. O que caracteriza as classes médias, portanto, é seu *status*. O pequeno-burguês é um proletário com *status* assemelhado ao do burguês. Essa dependência para com o *status* constitui, psicossocialmente, um poderoso condicionamento para uma visão idealista do mundo, no sentido marxista do termo. Em outras palavras, constitui um estímulo para acreditar que a vontade é o fundamento único do ser. As coisas são isto ou aquilo porque alguém assim as quis. Assim sendo, as coisas serão boas ou más conforme sejam o produto de uma vontade honesta e esclarecida, ou de seu oposto. Tudo depende, portanto, de os homens que dirigem os acontecimentos serem bons ou maus. Tal é o fundamento do moralismo.

O que seja o bem e o mal é coisa que, em abstrato, interessa pouco ao moralismo. Conforme as condições de espaço e tempo, o moralismo tem caráter dogmático ou relativista. Mas o moralismo de que estamos cogitando, não é o filosófico, e sim o político, embora essas duas formas tendam a se associar. Para o moralismo político, chamado a optar em condições concretas, não importam, todavia, os problemas axiológicos e gnoseológicos do moralismo filosófico. As definições do bem e do mal, em concreto, se fazem, quanto à forma, segundo as crenças vigentes e, quanto ao conteúdo, segundo os interesses da classe, dos grupos ou das pessoas. O que empresta ao moralismo a sua fisionomia particular, porém, é o fato de implicar, essencialmente, no desconhecimento das motivações reais que conduziram a determinada opção. As ações são apresentadas como praticadas por serem boas em si mesmas e em função do bem absoluto e não porque atendam aos interesses do agente. Daí a necessidade de transportar todas as coisas para o plano moral, uma vez que, supostamente, todas as opções seriam uma escolha entre o bem e o mal.

Essas características gerais do moralismo, acima indicadas, não bastam, todavia, para explicar o surgimento e o êxito das atuais campanhas de recuperação moral. Tanto mais que, na mais superficial análise das forças que promovem ou ajudam essas campanhas moralistas, se verifica que por trás delas não se encontram apenas pequeno-burgueses, mas todo um setor da burguesia brasileira – o mais influente e ativo – que é o comércio.

Analisando-se as condições e causas do atual êxito do moralismo, no Brasil, verifica-se, no que diz respeito às primeiras, que elas se relacionam com o crescente desajustamento material e espiritual das classes médias diante da situação econômico-social do país e da política do Sr. Getúlio Vargas. Conforme o havíamos previsto (*Cadernos do Nosso Tempo*, nº 1, pág. 96), o Sr. Getúlio Vargas, a despeito de por duas vezes (1930 e 1937) dever às classes médias a conquista do poder ou sua permanência no mesmo, subestimou a importância dessa classe e a necessidade de satisfazer suas exigências mínimas. Economicamente, a pequena burguesia – parte da qual havia votado em 1950 no Sr. Getúlio Vargas – se indispôs com o governo conforme se veio acentuando o descompasso entre os ordenados da classe média e o custo de vida. Enquanto os salários do proletariado urbano, embora com atraso em relação aos preços, foram tendo reajustamentos parciais, os ordenados da classe média permaneceram estacionários. É certo que durante o atual governo Vargas já houve um reajustamento do vencimento dos servidores públicos, civis e militares. Mas esse reajustamento beneficiou, quase exclusivamente, as camadas inferiores da classe média, hoje semiproletarizadas. E é justamente nessas camadas que persiste a popularidade do Sr. Getúlio Vargas (em concorrência com a do Sr. Ademar de Barros), enquanto a hostilidade contra o mesmo se faz sentir especialmente nas camadas superiores da classe média. Nesse sentido, é sintomático o fato de uma das mais sérias reivindicações, contidas no memorial dos coronéis, ter sido a de não se permitir que os vencimentos militares fossem igualados aos salários operários. Ademais, a classe média, particularmente suas camadas superiores, tem uma noção muito clara de que seu problema econômico não é resolúvel mediante simples aumento de ordenados, e sim através de uma efetiva contenção do processo inflacionário, ou, pelo menos, através de uma eqüitativa distribuição, entre as classes sociais, dos ônus da inflação. A crescente perda de poder aquisitivo dos ordenados, e a manutenção de um regime econômico dentro do qual todo o peso da inflação recai sobre os rendimentos fixos, portanto, suscitaram uma profunda indisposição da pequena burguesia contra o governo.

Essa indisposição econômica foi agravada pela orientação que vem adotando a política ostensiva do Sr. Getúlio Vargas e pelas contradições que a caracterizam. Enquanto, de 1930 até 1942, o Sr. Getúlio Vargas fez uma política de classe média, no curso de seu atual governo procurou atender, simultaneamente – e quase sempre contraditoriamente – ao patronato e ao proletariado, predominando, durante o primeiro ministério, a política patronal (a longo prazo, o Plano Lafer; a curto prazo, as facilidades de crédito dadas pelo Sr. Jafet) e, no atual ministério, a política proletária (formação de uma CGT, defesa de greves, elevação do salário mínimo).

Na primeira fase do governo, a classe média sofreu as restrições econômicas ditadas pela política Lafer, sem se beneficiar das facilidades propiciadas pelo Sr. Jafet, e sem nem ao menos ter a compensação espiritual de se sentir participando de um sério e inteligente esforço de desenvolvimento econômico. O governo aparecia, aos seus olhos, sob o contraditório aspecto de um implacável mecanismo arrecadador, avaro na fixação dos vencimentos, e de um benevolente favorecedor de grupos, para os quais distribuía benesses e

facultava negociatas de que se achava excluída a classe média. Daí o ressentimento que facilmente pôde ser despertado contra o grupo Wainer, apresentado como o protótipo dos beneficiários de escandalosos favores governamentais.

Na segunda fase do governo, a atual, a classe média, sempre mais angustiada economicamente, se depara com um governo que lhe parece como só se interessando pelo proletariado, que procura arregimentar para fins eleitorais, em nome de princípios e segundo processos que se lhe afiguram subversivos. Educada pelas tendências fascistas da era 40, tradicionalmente hostil ao proletariado, do qual se sente psicológica e socialmente tanto mais afastada quanto mais, economicamente, dele se está aproximando, a classe média vê o governo agitar as mesmas bandeiras que, anos atrás, eram consideradas subversivas e contra as quais o mesmo Sr. Getúlio Vargas, em 1937, a convocou para lutar, instituindo o Estado Novo.

Tais condições, portanto, conduzem a classe média, material e espiritualmente, a se divorciar do Sr. Getúlio Vargas e postar-se em atitude hostil ao mesmo. Isoladamente, porém, essas condições não seriam bastantes para provocar o êxito tão rápido e generalizado das campanhas de moralização. O que causou esse êxito célere e amplo foi o apoio dado pelas forças latifúndio-mercantis, especialmente por estas últimas, aos movimentos moralistas (financiamentos, imprensa, rádio, televisão).

Diversamente do que se passa com a classe média, a burguesia, notadamente a burguesia mercantil, não é moralista por convicção. O sentimento burguês da vida repousa sobre a propriedade dos meios de produção e conduz, como ocorre com o proletariado que atinge ao nível da autoconsciência, a uma visão realista do mundo. Dá-se, apenas, que o realismo burguês é psicológico, enquanto o realismo operário é sociológico. Reduzido à condição de máquina que aciona máquinas, cujo trabalho é uma coisa que se compra e vende, como as coisas que dele resultam, o proletariado, na medida em que vence o entorpecimento mental de sua condição e atinge a um razoável nível de consciência, concebe o mundo em termos realistas, mas orienta o seu realismo em termos sociológicos, porque a sua experiência pessoal é a da inanidade do indivíduo e a da sua dependência para com o meio social. Diversamente, a burguesia, cujo realismo decorre da consciência do poder condicionante das coisas, desenvolve o seu realismo em termos psicológicos, porque sua experiência pessoal é a da manipulabilidade dos negócios e da medida em que estes dependem da capacidade individual ou das oportunidades favoráveis. Tal psicologismo se desenvolve especialmente na burguesia mercantil, em que o negócio surge desligado do processo de produção das coisas, enquanto a burguesia industrial contrabalança sua experiência da manipulabilidade dos negócios pela sua dependência para com os fatores de produção. É sintomático dessa diferença o psicologismo da economia inglesa, calcada sobretudo numa experiência comercial, e o sociologismo da alemã, produto de uma experiência principalmente industrial.

Ora bem, esse realismo da burguesia, e sua variante psicologista da burguesia mercantil, que é o setor liderante da burguesia brasileira, não conduziriam a burguesia a exprimir, em termos moralistas, seu antagonismo ao governo. Por que o faz? A explicação desse fato dá-nos a chave final para compreender a infra-estrutura das atuais campanhas de moralização. Essa explicação é muito simples e se resume em duas palavras: estratégia e

tática.

A burguesia mercantil, para a qual as origens populares da eleição do Sr. Getúlio Vargas já constituíam uma ameaça, colocou-se, *como classe*, contra o governo, a partir do momento em que, durante o ministério precedente, se caracterizaram as intenções dirigistas e intervencionistas da atual administração. Não importa o fato de que o Sr. Jafet, pelo Banco do Brasil, tenha proporcionado excelentes negócios a diversos e importantes grupos da burguesia mercantil. Os beneficiários, e seus grupos, individualmente, ficaram solidários com o governo, enquanto este os favoreceu.

Como membros da classe, porém, participaram da mesma hostilidade geral da burguesia mercantil contra o governo, porque o dirigismo e o intervencionismo econômico deste constituía um obstáculo para suas pretensões de lucro incontrolado.

Inaugurada a segunda fase do governo Vargas, com o atual ministério, a burguesia mercantil, no primeiro momento, manifestou-se muito favorável à nova política econômica instituída pelo Sr. Oswaldo Aranha, em nome do liberalismo e da liberdade de comércio. Foi de curta duração, no entanto, este entusiasmo. De um lado, porque o Sr. Oswaldo Aranha, em boa hora, corrigiu os excessos mercantilistas de seu plano, restaurando a seleção governamental para os investimentos essenciais. De outro lado, porque, à medida em que se aproximam as eleições de outubro, a política do Sr. Getúlio Vargas passou a se caracterizar por suas tendências trabalhistas. Confirma-se, assim, e se consolida, a oposição dos interesses da burguesia mercantil para com a política do Sr. Getúlio Vargas. Ora, a burguesia mercantil, de todas as classes brasileiras (entendido o termo em sentido restrito) é a que tem maior consciência de seus interesses, a que se encontra melhor organizada para defendê-los e a que dispõe de mais recursos para os fazer valer. Essa é, sem dúvida, a razão pela qual a burguesia mercantil, a despeito do extraordinário surto de industrialização do país, tem conseguido se manter na liderança social, reduzindo a burguesia industrial, contra os próprios interesses desta, à posição de caudatária do comércio. Assim equipada, a burguesia mercantil pôde levar adiante, com grande êxito, seu esforço de neutralização e de desmoralização do governo, esforço esse que culminou com o golpe branco dos coronéis (atrás dos quais agiu um grupo de generais) e está agora orientado para a definitiva deposição do Sr. Getúlio Vargas.

Não podia o comércio, todavia, lutar contra o governo em nome de seus verdadeiros interesses. Estrategicamente, impunha-se à burguesia mercantil conquistar o apoio de uma classe combativa e influente, utilizando-a como massa de manobra. Essa classe só podia ser a pequena burguesia. Taticamente, era indispensável utilizar os apelos que fossem capazes de mobilizar as massas pequeno-burguesas, e de levantar, especialmente, a adesão do setor militar da classe média. Essa tática só podia ser o moralismo. E aí se encontram as razões profundas da ativa participação da burguesia mercantil nos movimentos de recuperação moral, participação essa que poderia, à primeira vista, causar uma natural estranheza, ante o paradoxo de a bandeira da moralidade ser desfraldada pelos comerciantes. Atrás desse moralismo, no entanto, o comércio defende propósitos muito realistas e imediatos. Evidentemente, como sempre ocorre, em tais circunstâncias, grande parte, senão a maioria da burguesia mercantil, não tem perfeita consciência de sua própria duplicidade, nem se dá conta de que o moralismo que professa, para se opor ao governo, e que não

professa, nos seus próprios negócios e nas suas demais atividades, é um instrumento ideológico a serviço dos próprios interesses. Isto não importa. O que importa é a verificação a que se chega, mediante uma análise objetiva dos fatos, de que, ao se mobilizar contra a CEXIM, sob a alegação de que esta era um mecanismo de corrupção do governo, o que realmente importava ao comércio não era a corrupção daquele órgão — corrupção, aliás, somente possível porque dela era agente e beneficiário o próprio comércio. O que importava, para o comércio, era a extinção dos controles governamentais, era o livre acesso aos saldos cambiais da exportação, de sorte a permitir lucros maiores e mais fáceis. E como hoje não seria mais possível — a despeito das desesperadas tentativas que se vem fazendo para restaurar o liberalismo — combater os controles governamentais em nome de um suposto direito natural à liberdade de comércio, impunha-se a necessidade de emprestar à luta contra o dirigismo estatal a aparência de uma reivindicação moralista contra a corrupção dos agentes do poder público. Outra não é a razão pela qual a burguesia mercantil, através da imprensa — de que ela tem o absoluto controle, por ser a principal fonte de publicidade —, tem procurado generalizar a teoria da "corrupção do Estado", a fim de obrigá-lo a suspender todas as formas de controle e de intervenção na economia.

Moralismo e alienação

Decorre o moralismo, como já se indicou, de uma concepção idealista do mundo, segundo a qual a vontade é o fundamento do ser, razão pela qual as relações sociais dependeriam das decisões individuais dos dirigentes. Daí a transposição de todas as coisas para o plano moral e seu julgamento em termos de bem e de mal. Daí, por outro lado, a recíproca de que toda visão moral das ações humanas se deve processar em termos moralistas, ou seja, em termos de bem e mal absolutos.

Não é este o local para se criticar, teoricamente, o moralismo político. Limitemo-nos a salientar que, do ponto da sociologia do conhecimento, o moralismo político representa uma superestrutura ideológica de classe média. Considerado no mérito de suas postulações, o moralismo político sofre as limitações decorrentes do idealismo de seus pressupostos, ignorando o que Scheler denominava condicionamentos reais da vida social.

Na verdade, como pressentem os moralistas, as relações políticas apresentam, também, uma dimensão moral e não podem ser julgadas sem referências a essa dimensão. A esse respeito, contudo, há que fazer duas importantes ressalvas à colocação moralista do problema. A primeira diz respeito à fundamentação dos fatos políticos. Diversamente do que julgam os moralistas, os fenômenos políticos não se originam, exclusiva ou mesmo principalmente, das manifestações da vontade individual, senão que de um sistema de causas e condições dentro do qual a vontade individual é apenas um fator, e um fator em grande margem condicionado. A segunda ressalva se relaciona com a valoração moral das manifestações da vontade. O elemento moral, nas relações políticas, não constitui uma opção entre o bem e o mal absolutos. O que é absoluto, na opção moral, é a escolha entre fins que se apresentam no mesmo plano de condicionamento, para a vontade, e a escolha de meios que se apresentam no mesmo plano de eficácia possível, para a razão. Tanto os fins como os meios, todavia, são condicionados. Esse condicionamento, externamente ao

agente, decorre do sistema de crenças vigentes (condicionamento ideal), das condições econômico-físicas do meio social e natural (condicionamento real) e das possibilidades de interferência (condicionamento pelo acaso). Internamente, o condicionamento resulta da estrutura psicofísica da personalidade do agente.

Se examinarmos, à luz dessas brevíssimas indicações, o objeto imediato e aparente das campanhas de moralização que ora se desenvolvem no Brasil, veremos que elas têm uma parcial justificação, na medida em que acusam a inautenticidade da ação político-administrativa do governo. Sejam quais forem os pressupostos ético-filosóficos à luz dos quais se considere a ação político-administrativa do atual governo, é inegável, no puro plano da sociologia moral, que tal ação, de um lado, é suscetível de críticas, no sentido de que permite, e às vezes enseja, atos de favorecimento a pessoa ou grupos, contrariando princípios morais dotados de vigência média em nosso país. De outro lado, ressalta, ainda mais, o fato de que o governo padece de toda sorte de contradições, nas suas relações com os diversos estratos da população e inclusive nas relações internas dos membros e órgãos do governo, uns com os outros. Tais fatos prejudicam a autenticidade do governo, no sentido de afetarem a validade do seu poder e reduzirem, de muito, a eficácia de sua ação, assim lhe retirando as condições de exemplaridade e representatividade de que necessitaria para apoiar, num máximo de consenso, o exercício de suas funções de comando.

Ocorre, todavia, que o moralismo, parcialmente justificável nos limites acima referidos, é induzido a erro e se torna a si mesmo inautêntico ao ignorar a imensa margem de condicionalidade que limita a capacidade de autodeterminação do governo e ao presumir, de um lado, que se devem aos erros ou à malícia do governo as limitações de que padece o próprio governo e, de outro lado, que a simples mudança de homens importaria numa completa mudança da situação.

Na verdade, omitidas as variações individuais, que, numa visão macroscópica, perdem importância, a ação do governo, inclusive no plano em que ela é suscetível de apreciação moral, reflete condições reais e ideais a ele anteriores e sobre as quais a vontade individual dos governantes nada pode fazer. As práticas de favorecimento indébito, que tanto escandalizam os moralistas, são o produto da política de clientela, que decorre do subdesenvolvimento, que provém, por sua vez, do vigente regime de espoliação econômica. A falta de sistemática e de eficácia governamental, que tanto fazem bradar contra a interferência econômica do Estado, são o produto de um Estado cartorial, que decorre do mesmo subdesenvolvimento, oriundo, igualmente, da atual economia de espoliação. Se é legítimo e socialmente proveitoso o protesto contra essas manifestações de inautenticidade governamental, tal protesto só tem sentido na medida em que, partindo do diagnóstico da inautenticidade do governo, se aprofunde até as causas e condições dessa inautenticidade e tenda a promover as modificações estruturais capazes de suprimir os fatores que a provocam. É justamente isto o que deixa de fazer o moralismo. Inconsciente dos fatores condicionantes do processo político, erige os sintomas em causas e desta forma se restringe à crítica individual dos governantes e de seus atos. Tal é o motivo pelo qual, no caso brasileiro, todos os males de que padece o país são atribuídos à malícia do Sr. Getúlio Vargas, o que, exasperando-se o clima moralista, conduziu ao propósito, parcialmente realizado, de se destituí-lo ilegalmente do poder.

O que há de grave nessa colocação, todavia, não é apenas, nem principalmente, o fato de violar a ordem legal. Considerada em si mesma, a ordem legal é adjetiva e se limita a emprestar valor jurídico à situação de fato vigente e ao equilíbrio de forças de que tal situação de fato é expressão. O que há de grave nas manifestações moralistas é seu caráter alienante. Pois, ao investirem contra os governantes, sob o fundamento de que são viciosos e maus, e ao se proporem a substituí-los por outros, as classes médias, *ipso facto*, deixam intactas as condições mesmas em virtude das quais elas se encontram material e espiritualmente desajustadas. Por esse motivo, o moralismo só tem sentido para os que o manipulam taticamente, ou seja, para aqueles que, estando realmente interessados em manter a situação vigente, ou seja, no fundo, um determinado regime sócio-econômico de produção, pretendem obter melhores condições de usufruição de seus privilégios, ou assegurar a manutenção dos existentes.

As atuais campanhas de moralização, portanto, são, em última instância, um movimento pelo qual a burguesia mercantil se utiliza, para seus próprios propósitos, do idealismo das classes médias, alienando-as numa falsa revolução, cujo êxito importaria em consolidar as condições que asseguram o predomínio da burguesia mercantil e a espoliação das classes média e proletária, com o inevitável agravamento da inautenticidade do Estado e do governo.

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 2 (2): 150-9, jan./jun. 1954.)

d. O Problema do Negro na Sociologia Brasileira

Guerreiro Ramos

SOBRE o problema do negro no Brasil existe uma farta literatura de caráter histórico e sócio-antropológico, produzida por autores estrangeiros e nacionais. Nesta literatura, em sua quase totalidade, está implícito um modo de ver as relações raciais no país que se revela, nos dias que correm, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil.

O negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço.

Por conseqüência, a partir de uma posição científica, de caráter funcional, isto é, proporcionadora da autoconsciência ou do autodomínio da sociedade brasileira, importa, antes de estudar a situação do negro tal como é efetivamente vivida, examinar aquela literatura, tendo em vista desmascarar os seus equívocos, as suas *ficelles* e, além disso, denunciar a sua alienação.

Aquela literatura é, ela mesma, um material ilustrativo do que há de problemático na condição do negro na sociedade brasileira. Eis por que tratarei, neste estudo, menos do problema do negro no Brasil do que deste problema tal como ele se configurou nos escritos dos sociólogos e antropólogos.

Esta é tarefa preliminar necessária para a elaboração de uma consciência sociológica, verdadeiramente nacional, da situação do homem de cor brasileiro.

Caráter geral da sociologia e da antropologia no Brasil

Para a compreensão do nosso problema do negro, é necessário que o estudioso se dê conta de que, de modo geral, os estudos de sociologia e antropologia no Brasil refletem o estado em que neste se encontra o trabalho científico. Até a presente data, não temos, senão em pequeníssima escala, uma ciência brasileira. Nestas condições, o trabalho científico, entre nós, carece, em larga margem, de funcionalidade e de autenticidade. De um lado porque não contribui para a autodeterminação da sociedade; de outro lado, porque o cientista indígena é, via de regra, um *répétiteur*, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas genuinamente vividas e, portanto, uma vítima dos "prestígios" dos centros europeus e norte-americanos de investigação.

Embora os princípios gerais de conhecimento positivo sejam universais, existe, em vários sentidos, uma ciência nacional em todo país de cultura autêntica. Em primeiro lugar, o trabalho científico está sempre, direta ou indiretamente, articulado a um projeto nacional de desenvolvimento – o que transparece nos objetos em que incide. Os problemas científicos radicam-se em situações historicamente concretas, embora possam ser intrinsecamente abstratos. Eis por que a problemática científica é uma coisa na Rússia, outra nos Estados Unidos, outra na França, outra na Inglaterra, outra na Alemanha. O comportamento dos quadros científicos, nesses países, é comandado pelas necessidades práticas da sociedade. Não é ocasional nem gratuito. Quanto mais comandada seja a vida nacional, mais restrições à disponibilidade do trabalho científico.

Além disso, uma ciência nacional se caracteriza pelo fato de que se forma pedestremente, de modo cumulativo, "assente sobre bases próprias, para um crescimento evolutivo regular". Ao contrário, não se elabora revolutivamente, pela justaposição de conhecimentos importados ou pela mera sucessão abrupta de orientações. Jamais chega a constituir-se uma ciência nacional se as gerações de cientistas não se articulam no sentido de um labor contínuo e se os especialistas de uma mesma época não se organizam para a cooperação.

A inobservância de tais requisitos retarda o aparecimento em nosso país de uma ciência nacional. Ela é notória, por exemplo, em nossa antropologia.

Na verdade, entre nós, a antropologia não chega a constituir uma ciência nacional. Uma coleção de obras não faz necessariamente uma ciência. O que faz uma ciência é um espírito, uma atitude militante de compreensão de uma circunstância historicamente concreta. E a antropologia, no Brasil, está fortemente alienada do meio brasileiro, já por suas categorias, já pela sua temática.

Com efeito, as categorias de nossa antropologia têm sido literalmente transplantadas de países europeus e dos Estados Unidos. Ora, de todas as chamadas ciências sociais, a antropologia, naqueles centros, é a que se tem menos depurado de ingredientes ideológicos. De modo geral, a antropologia européia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial. Este fato marca nitidamente o seu início, pois ela começou fazendo dos povos "primitivos" o seu material de estudo. Entre outras, a noção de raça assinalou, durante muito tempo, as implicações imperialistas da antropologia. Sob o signo desta categoria, fortemente impregnada de conotações depressivas, elaboraram-se no Brasil alguns trabalhos considerados representativos de nossa antropologia, entre os quais se incluem principalmente os de Nina Rodrigues e *Raça e Assimilação*, de Oliveira Viana.

Não faltaram, porém, no Brasil, espíritos como o de Sylvio Romero e Euclides da Cunha que, embora não inteiramente livres da obnubilação do conceito de raça, proclamaram a sua desconfiança com respeito ao mesmo e fizeram os primeiros esforços em prol da criação de uma antropologia nacional, assente em critérios autônomos de avaliação de nossas relações étnicas.

Neste sentido, é de muito relevo a contribuição de Alberto Torres e Álvaro Bomilcar que, antes do atual movimento antropológico, formularam indicações fundamentais para a compreensão do problema racial no Brasil.

Mas a atual antropologia européia e principalmente norte-americana está longe de se ter depurado de resíduos ideológicos. Conceitos igualmente equívocos como o de "raça" tornaram-se basilares no trabalho antropológico. Entre eles, os de estrutura social, o de aculturação, o de mudança social, os quais supõem uma concepção quietista da sociedade e, assim, contribuem para a ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos. Tal orientação, adotada literalmente pelos profissionais de países como o Brasil, constitui-se num poderoso fator de alienação.

Ao contentar-se o antropólogo com descrever os comportamentos como implicações da estrutura social da comunidade, concorre para obscurecer o fato fundamental da precariedade histórica de tais implicações, e quase se faz um apologista do aqui e do agora, ou pelo menos um interessado na inalterabilidade da sociedade particular onde atua. Proceder deste modo em face de uma comunidade pré-letrada é, sem dúvida, uma experiência enriquecedora para o antropólogo pessoalmente, uma experiência estética, aliás, muito mais do que científica. Mas tal atitude, por isso mesmo, é imperalista e espoliativa.

O significado quietista e imperialista desta tendência antropológica é perceptível ainda mais nos refolhos das noções de aculturação e mudança social. A aculturação supõe o valer mais de uma cultura em face de outra, do mesmo modo como a superioridade de certas raças em face de outras, suposta pela antropologia racista. A aculturação não se faria, assim, pela eugenia, pelo controle de nascimentos e de casamentos; faz-se pela inculcação de estilos de comportamento através de processos sociais formais e informais, diretos e indiretos, mas, em tais processos, admite-se sempre uma variável cultural quase independente e outra ou outras dependentes. Por outro lado, esta antropologia, quando se torna prática ou "aplicada" ("applied anthropology"), parece tender a considerar a mudança social em seus aspectos puramente superestruturais, justificando a mudança social através de agências educacionais e sanitárias, antes que através da alteração das bases econômicas e políticas da comunidade.

Na medida em que a antropologia no Brasil se ajusta a este sistema de referências, desserve o país e confunde os interessados no equacionamento dos problemas nacionais. Os nossos grandes problemas "antropológicos" são indecifráveis à luz das categorias habituais daquela espécie de antropologia.

Os nossos grandes problemas "antropológicos" – o do índio e o do negro – são aspectos particulares do problema nacional, de caráter eminentemente econômico e político. Daí que, sem estribar-se numa teoria geral da sociedade brasileira, o antropólogo, em nosso país, se expõe a tornar-se uma espécie de "mercenário inconsciente", um "inocente" útil ou, na melhor das hipóteses, um esteta.

Rigorosamente, é lícito afirmar que, num país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre um sentido dispersivo se não se articula com o processo de desenvolvimento econômico. Na fase em que se encontra, o mero aspecto "antropológico" dos seus problemas é acentuadamente subsidiário. Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas. Parece, pois, que em nosso meio o insulamento do antropológico nos quadros restritos e formais de sua disciplina limita as suas possibilidades de compreender exata-

mente os fatores mediatos, mas básicos, dos problemas que pretende tratar. Nestas condições, os nossos patrícios, cultores desta matéria, têm diante de si uma tarefa ciclópica, qual a de, utilizando o acervo de conhecimentos acumulados universalmente neste campo, induzirem da realidade nacional os seus critérios de pensamento e ação. Pois jamais serão científicas obras resultantes da imitação servil ou da transplantação literal de conceitos e atitudes. A ciência não é uma coleção de livros, nem tampouco uma gesticulação. É um estilo de vida.

Estas deficiências de nossa antropologia, de que também está afetada nossa sociologia, são nitidamente perceptíveis nos estudos sobre o negro brasileiro.

História sincera dos estudos sobre o negro no Brasil

À luz de um critério funcional, está por fazer, até agora, a história dos estudos sobre o negro no Brasil e das tentativas de tratamento prático da questão.

Pondo de lado os escritos de natureza folclórica e de caráter puramente histórico e as numerosas obras de estrangeiros que nos visitaram na fase colonial e imperial de nossa formação, tais como Debret, Maria Graham, Rugendas, Kosier, Kidder e outros, discernem-se, neste campo, três correntes fundamentais.

Uma delas é fundada por Sylvio Romero (1851-1914) e se continua através das obras de Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Viana (1883-1951), e se caracteriza pela atitude crítico-assimilativa dos seus epígonos, em face da ciência social estrangeira. Apesar das diferentes orientações teóricas desses autores, todos eles estavam interessados antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que em extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação. No que diz respeito ao elemento negro, seus trabalhos, embora ressaltem a sua importância, contribuíram para arrefecer qualquer tendência para ser ele considerado sob o ângulo do exótico, ou como algo estranho na comunidade.

A segunda corrente, que pode ser chamada monográfica, é fundada por Nina Rodrigues (1862-1906) e se continua através das obras de Arthur Ramos[1], Gilberto Freyre, e de seus imitadores, o elemento negro se torna "assunto", tema de especialistas, cujos estudos pormenorizados promoveram, entre nós, um movimento de atenção de uma parcela de cidadãos para os chamados afro-brasileiros. Interessava-lhes o passado da gente de cor ou as sobrevivências daquele no presente. Enquanto a primeira corrente viu o elemento de cor preponderantemente em *devenir*, em processo; esta inclinava-se a adotar um ponto de vista estático, acentuando minuciosamente o que na gente de cor a particularizava em comparação com os restantes contingentes étnicos da comunidade nacional.

A mais antiga posição em face do problema do negro no Brasil se configurou predominantemente sob a forma de comportamentos antes que sob a forma de escritos. Caracteriza-se pelo propósito antes de transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de *descrever* ou *interpretar* os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor; seus prógonos e epígonos são numerosos e se registram desde a

1. Falecido em 1949.

época colonial. A caracterização mais pormenorizada desta terceira posição se fará mais adiante.

Na ordem desta exposição, tratar-se-á de cada uma destas correntes. Toca, portanto, a vez de focalizar a primeira delas, o que farei imediatamente, ocupando-me da contribuição de Sylvio Romero.

Sylvio Romero e a mestiçagem

Interessou-se Sylvio Romero pelo estudo do elemento negro eminentemente do ponto de vista da história social. É provável que o primeiro documento que adverte os nossos estudiosos para este assunto tenha sido o ensaio do autor, *A poesia popular no Brasil*, publicado na "Revista Brasileira" (1879, Tomo I, pág. 99). "É uma vergonha – diz o polígrafo – para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas". Parecia-lhe urgente que se dedicasse aos pretos a mesma atenção prestada aos índios, e a urgência se explicava em virtude de que estavam desaparecendo moçambiques, banguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues. O negro – dizia – não é só u'a máquina *econômica*; ele é, antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de *ciência*.

E, levando a sério esta advertência, Sylvio Romero dedicou à matéria páginas de grande interesse. Na verdade, incorreu em muitos enganos, mas a maioria em decorrência dos instrumentos de estudo que utilizou, na época muito precários. Entre os autores em que se apóia incluem-se Taine, Renan, Préville, Broca e Gobineau, a quem chamou, com simpatia, "ilustre".

É compreensível, portanto, que Sylvio Romero tenha formulado a respeito do negro pronunciamentos hoje inaceitáveis. Assim, incorreu em lances em que chama "povos inferiores" aos índios e aos negros; em que afirma ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população; em que chama aos "arianos" "a grande raça", "bela e valorosa raça"; e, finalmente, em que adota a ideologia do branqueamento (uma das futuras teses de Oliveira Viana) nestes termos: "não. . . constituiremos uma nação de *mulatos*; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá".

Mas esses e outros semelhantes são erros da ciência da época e, até, estereótipos populares vigentes no momento em que viveu Sylvio Romero. Quando, porém, se estriba em suas próprias observações e em sua argúcia, Sylvio Romero acerta quase sempre. Ele foi, em face do tema, um ambivalente, pois, apesar das referências mencionadas acima, esboçou indicações fundamentais para o estudo e o tratamento do nosso problema do negro.

Ao contrário do seu contemporâneo, Nina Rodrigues, levantou em torno do conceito de raça, característico da antropologia européia, uma suspeita que a ciência moderna confirmou totalmente. Assim, referindo-se às contradições reinantes no campo, disse: "Aqui anda erro conscientemente arranjado e aplaudido", e falou ainda em "capricho para encobrir e desculpar os defeitos nacionais". Também a este propósito esclarece que, nos "países conquistados e submetidos", habitados por quem os colonizadores chamam *selvagens e gentes inferiores*, "implanta-se uma ordem de coisas em que as raças inferiores não se podem manter". Tratando do problema da distinção das raças, escreveu esta advertência:

"O critério para a sua separação é quase puramente lingüístico, e a lingüística é um critério bem fraco na etnografia, especialmente entre os povos modernos e recentíssimos, resultantes da fusão de raças".

Explicando por que os estudiosos brasileiros não tinham dado atenção ao contingente negro disse que ninguém até então se atrevera a isto "com receio do prejuízo europeu, que tem sido um dos nossos grandes males, com medo de mostrar simpatia para com os escravizados, e passar por descendente deles, passar por mestiço"; e admirava-se de que a tarefa ainda não tivesse sido empreendida por "tantos negros e mestiços ilustrados existentes no país". Não lhe escapou também o aspecto prático do problema do negro, o qual, a seu ver, exigia "medidas seguras, eficazes e amplas", que "apressassem", "precipitassem", a sua "completa emancipação".

O roteiro de estudos sobre o negro, delineado pelo nosso autor, é, em essência, válido para os dias que correm. Ei-lo: "Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação da nação atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, as condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos, apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, os quais, nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos em luta nunca ocorreu cogitar".

O que parece importante ressaltar na posição de Sylvio Romero é o ter conseguido superar a precariedade dos instrumentos da ciência de sua época. Assim viu, com precisão, as bases ideológicas da antropologia do seu tempo e esforçou-se em induzir da realidade brasileira os critérios de investigação do "problema" do negro. Graças a isto, identificou o sentimento de "vergonha" da camada letrada pelas origens raciais da população e inclinou-se pela busca de uma solução desta inautenticidade. No equacionamento do problema do negro como de outros problemas do Brasil, assinalou a deficiência fundamental dos estudiosos: a adoção literal de categorias européias, das quais suspeitou com fundamento. Aliás, Sylvio Romero, em toda sua obra, principalmente em sua famosa *História da Literatura Brasileira* (1ª edição, 1888), acentuou o caráter inautêntico da cultura brasileira, decorrente da prática intensiva e extensiva de transplantação.

O aspecto dinâmico da questão também lhe interessou como se viu há pouco, tendo estranhado que "negros e mestiços ilustrados" se mantivessem alheios ao assunto e, ainda, encarecido medidas práticas de emancipação da gente de cor. E o roteiro de estudos que esboçou ilustra que ele compreendeu não existir uniformidade na situação do negro no Brasil. Graças à sua familiaridade com os trabalhos da Escola de Le Play pôde perceber que tal situação apresentava nuanças diversas, decorrentes das diversidades de zona, de classe e de atividade econômica.

Há, certamente, duplicidade na posição de Sylvio Romero. Mas, apesar disso, é indiscutível que em sua obra se delinearam algumas das tendências mais acertadas no estudo do negro brasileiro.

Euclides da Cunha e a mestiçagem

Euclides da Cunha elaborou os seus estudos sobre os problemas étnicos no Brasil numa época em que os conceitos de cultura e raça não estavam perfeitamente desembaraçados um do outro. A distinção entre o processo biológico e o processo social, hoje corriqueira e nítida, nos compêndios de sociologia e antropologia, não tinha sido alcançada ainda pela ciência do tempo de Euclides. Entre os autores que mais influíram na formação do autor, incluem-se Gumplowicz e, indiretamente, Ratzel.

Como se sabe, Ratzel foi um dos precursores do conceito antropogeográfico de área cultural e, em seu sistema, atribuía ao meio um papel de condicionador das manifestações culturais do homem. Euclides adotou esta orientação e em seus estudos, principalmente em *Os Sertões* (Rio, 1902), sublinhou a importância das circunstâncias mesológicas como elementos formadores da sociedade. A atenção que ele dispensou a este fator o levou a dar, de um lado, uma contribuição de relevo e que consistiu em reconhecer a heterogeneidade social do país, em decorrência da sua diversidade geográfica ("um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram"). Neste sentido, Euclides é um dos fundadores de nossa sociologia regional. Todavia, a antropogeografia ratzeliana é talvez responsável pelas páginas escritas em "Os Sertões", em que se atribui ao clima, entre outras influências negativas, a de inferiorizar os contingentes humanos. Diz-se aí, por exemplo, que "o calor úmido das paragens amazonenses" "modela organizações tolhiças".

Por outro lado, Euclides foi vítima da antropologia racista do seu tempo e viu a nossa formação à luz da teoria da luta de raças de Gumplowicz. Assim, segundo o autor de *Os Sertões*, a evolução cultural de um povo define-se em última análise com uma evolução étnica. "A nossa evolução biológica — diz ele — reclama a garantia da evolução social". Para ele, a "mistura de raças" é "prejudicial" e o "mestiço — mulato, mamaluco ou cafuz —, menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais", ou ainda, é "um desequilibrado" ou um "histérico".

De resto, em matéria de relações de raça no Brasil, Euclides da Cunha equivocou-se tanto quanto, por exemplo, Nina Rodrigues. E o que, entretanto, o diferencia do último e dos seus seguidores são duas coisas. Em primeiro lugar, a sua atitude crítico-assimilativa em face da ciência estrangeira, que ele utilizou, sem passividade e sem basbaquice, mas com plena lucidez, repensando os conceitos e as teorias, à luz dos fatos que coletava. Jamais é surpreendido na prática de meros confrontos de textos de cientistas estrangeiros, de dissertações doutorais anódinas ou do *crochet* de citações. As páginas de seus livros saem inteiriças, expressão direta do que o autor pensa. Há que se sublinhar, pois, aqui, a autenticidade de um esforço de compreensão merecedor, só por isso, de ser apresentado como paradigmático aos cientistas brasileiros.

Em segundo lugar, embora Euclides da Cunha tenha adotado os preconceitos da antropologia racista, soube superar as suas conotações depressivas para os brasileiros. Viu, por exemplo, o mestiço brasileiro exatamente de modo contrário ao do como viram o negro Nina Rodrigues e Arthur Ramos; viu os mestiços como brasileiros "retardados", como

"patrícios", como "nossos irmãos" e não como um elemento exótico, estranho ou mumificado. A contrário dos africanistas de mentalidade estática, acentuou o caráter provisório de nosso quadro de relações de raça e apontou mesmo a terapêutica para alterá-lo.

Os antropólogos e sociólogos da corrente que tenho chamado de "consular[2] entenderam escassamente ou de nenhum modo o significado profundo de *Os Sertões,* preocupando-se em descobrir no livro os erros de técnica científica. Arthur Ramos o considerou um "terrível anátema contra o nosso povo de mestiços" [3].

Mas é justamente o inverso. É uma tentativa de estilização dos tipos da sociedade brasileira, como já assinalou alguém. E como tal, um documento importante da precária ciência brasileira.

Para Euclides da Cunha, o mestiço brasileiro é, com efeito, um retrógrado, mas não em caráter definitivo. Deixará de o ser através do processo civilizatório. "Estamos condenados à civilização" — diz o autor. E ainda: "ou progredimos ou desaparecemos". Foi o "abandono" a que ficou relegado o responsável pelos seus comportamentos atrasados. Estes comportamentos, porém, foram vistos pelo nosso autor como verdadeiro sociólogo, isto é, foram vistos como produtos naturais, que não poderiam ser argüidos à luz de critérios heteronômicos. Isto é o que faz de Euclides da Cunha, em primeiro lugar, um sociólogo e, em segundo lúgar, um sociólogo brasileiro. Cientista, apesar dos seus erros de técnica, trata dos fatos da vida brasileira procurando extrair, da dinâmica dos mesmos, critérios de avaliação objetiva. Aprendera com um dos seus mestres, Taine, que o vício e a virtude são produtos como o vitríolo e o açúcar. E assim procedendo, não anatematizou, antes estilizou os nossos tipos históricos concretos. Por exemplo, descreveu os "sertões" e o "sertanejo", sem nenhuma inclinação pejorativa. Tudo indica, em Euclides, uma grave compenetração do que esta ótica envolvia de hostil à concepção *litorânea* ou européia dos aspectos mais genuínos do Brasil. Proclamou-se um "narrador sincero", do qual disse Taine:

> "il s'irrite contre les demi-vérités qui sont des demi-faussetés, contre les auters qui n'altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les moeurs, que gardent le dessin des évènements et en changent la couleur, qui copient les faits et défigurent l'âme: il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien."

A superioridade de Euclides da Cunha, enquanto sociólogo, quando comparado a estudiosos como Nina Rodrigues, Arthur Ramos ou Gilberto Freyre, é, à diferença destes, a de não ter utilizado a ciência estrangeira simétrica e mecanicamente. Não importam seus erros. Temos de aprender com ele a assumir uma atitude integrada na realidade nacional. Não é difícil escrever obras com o propósito de mostrar que se sabe bem uma lição ou como quem escreve deveres colegiais. Os acertos dos atuais sociólogos e antropólogos consulares e os equívocos de Euclides da Cunha se equivalem: uns e outros são importados ou frutos de nossas obnubilações pelos "prestígios" ocasionais dos centros estrangeiros.

Tivessem os monografistas ou africanistas visto o negro no Brasil, como Euclides da Cunha viu o sertanejo, e uma página melancólica da histórica de nossas ciências sociais teria sido proveitosamente eliminada. Qualquer estudante de sociologia ou de antropologia, atualmente, é capaz de descobrir os erros do autor de "À Margem da História". Mas nenhum dos nossos sociólogos mais festejados o excede, em autonomia mental, na capacidade de ver os problemas brasileiros.

2. Cfr. Guerreiro Ramos, *O Processo da Sociologia no Brasil,* Rio, 1953.
3. Cfr. Arthur Ramos, *Le Métissage au Brésil,* Hermann & Cie., Paris, 1952.

A visão euclidiana do Brasil é, aliás, algo a restaurar, e implica uma altura do espírito que devem esforçar-se por atingir os novos sociólogos. Ela tornou dramaticamente perceptível a alienação da cultura brasileira. A campanha de Canudos, que Euclides estudou, é descrita em *Os Sertões* como um episódio em que esta alienação provocou um conflito sangrento de brasileiros, contra brasileiros, conflito que, de resto, continua a ser, hoje, em forma larvar, um dado ordinário da vida brasileira.

E nos dias presentes trava-se no âmbito das ciências sociais no Brasil uma luta decisiva entre o espírito euclidiano e o espírito litorâneo ou consular.

Alberto Torres e a mestiçagem

Muitas restrições merece a obra de Alberto Torres, a qual, por isso mesmo, não pode ser aceita em bloco. Tais restrições decorrem principalmente do fato de ter o autor de "O Problema Nacional Brasileiro" (Rio, 1914) adotado uma concepção psicológica da sociedade, segundo a qual os nossos males poderiam ser erradicados mediante a transformação do caráter nacional. Admitiu mesmo que se pudesse formar a nação de cima para baixo, artificialmente, partindo da inteligência para a vontade. Negligenciou, portanto, o condicionamento da psicologia do povo brasileiro e de suas elites pelas condições materiais do país e, assim, incorreu em enganos e erros em muitos aspectos do seu diagnóstico e de sua terapêutica do "problema nacional".

Mas há, na obra de Alberto Torres, muitas contribuições a incorporar na formulação de uma sociologia nacional. Ele foi inexcedível, por exemplo, quando focalizou o caráter abstrato de nossa cultura. Neste terreno, temos de retomar o fio de seu pensamento e de recolocar, no presente, a polêmica iniciada por ele. Alberto Torres tocou no ponto central da sociologia brasileira quando escreveu: "As idéias, em que se baseiam os estudos sociais e políticos até hoje feitos sobre a nossa vida, partem de postulados e dados, analíticos ou sintéticos, inferidos da vida e da evolução de povos de existência multissecular, de seu progressivo desenvolvimento em regiões densamente povoadas, sob a ação de fatores ordinários de formação e desenvolvimento das velhas sociedades e civilizações. Estas idéias não têm aplicação à interpretação dos fenômenos dos países como o nosso, criados por descobrimento, com sociedades formadas por colonização — nem à solução de seus problemas".

Na medida em que obedeceu à orientação de "inferir" da realidade nacional os critérios de pensamento e de ação, Alberto Torres foi uma das figuras mais representativas da sociologia brasileira. Ele é da estirpe dos "assimilativos". Cada livro seu é um monobloco, isto é, tecido com um pensamento que segue sua lógica própria e independente. Raramente cita, o que tem tornado difícil para os exegetas a reconstituição das fontes em que se abeberou.

No que diz respeito às relações de raça no Brasil, a obra de Alberto Torres resiste com

vantagem à comparação com as de quaisquer outros que, depois dele, trataram do assunto. Em certo sentido, os que o sucederam, no trato da matéria, deram um passo atrás. Não tem importância, no caso, que alguns desses últimos tenham sabido mais e que Torres tenha errado quando afirmou que o cruzamento, produzisse "a degeneração orgânica do indivíduo" e, por isso, devesse "ser evitado". Tem importância, sim, que o nosso autor fez, como ninguém, depois dele, um esforço para ver as relações de raça no Brasil, à luz dos fatos da vida brasileira, e não, literalmente, a partir das categorias da ciência antropológica européia. Afrontou-as até, verberando a sua tendenciosidade. Assim é que, para ele, as teorias de Weissmann sobre a distinção irredutível das raças e de O. Ammon sobre a superioridade da raça teutônica nada mais são do que justificações do "direito de dominação", em apoio da "política de expansão colonial". Declarou ainda que "a pretensa unidade da raça indo-européia não é mais do que uma ficção, resultante da supremacia política dos árias sobre as populações primitivas dos países conquistados" e mais: que "a posição eventual de superioridade de certos povos emana de uma seleção histórica, que obedece a fatores ou poderes tão artificiais quanto os que selecionam os indivíduos".

Em consonância com estas verificações, Torres, já em sua época, anteviu uma das tendências mais modernas da sociologia: a de arquivar o conceito de raça, que lhe pareceu um "dos mais abusivos". Descortina-se atualmente na ciência um grande esforço dos estudiosos na busca de um novo conceito que supere os inconvenientes do de raça, reconhecidamente "um produto de ginástica mental", como proclamava Jean Finot, em 1905[4].

A noção de raça seria daquelas, como tantas outras correntes entre nós, "deduzidas da organização de outros países". É em virtude de sua adoção literal que "o nosso povo é caluniado pelos seus homens de letras e pelos seus homens de Estado". Nestas condições, Alberto Torres colocou o estudo das relações de raça num nível que não foi ulteriormente ultrapassado. Muito antes de Arthur Ramos e Gilberto Freyre, o autor de "A Organização Nacional" mostrou a carência de fundamento científico de posições como a de Nina Rodrigues, que admitira a tese "da degeneração de nossa raça e de sua inferioridade intrínseca". Diz ele num artigo do ano de 1916: "as raças escuras" são as raças "próprias" dos meios tropicais, e. . . podem, se é que não devem, vir a ser raças superiores desses meios, quando a extensão dos fatores sociais que estimulam a "civilização tender a fazer das sociedades negras, por exemplo, sociedades de Luiz Gama e de Rebouças". Referindo-se aos "antropologistas criminais", em grande voga em sua época e em que se baseara Nina Rodrigues, escreveu em 1916: "Não dou a menor fé a essa *pretensa ciência antropológica* (o grifo é meu), convencido, como estou, que os fatores sociais da evolução humana envolvem completamente o indivíduo, a ponto de tornar quase, senão de todo, nulos os determinantes da evolução individual, e que os fenômenos de correlação das funções mentais com os caracteres orgânicos acham-se ainda muito aquém de exato conhecimento, para que se possa distinguir, em assuntos de imputabilidade, o fisiológico do patológico, o anormal do normal, o inumano do humano".

Em 1915, certo escritor brasileiro vê em Alberto Torres um adepto da tese da inferioridade do nosso mestiço. Esclarecendo o seu pensamento, escreveu: ". . . essa *tese abstrata de etnologia* (o grifo é meu). . . não tem e não pode ter, para cérebros de orientação prática, senão um tribunal julgador: o curso ordinário dos fatos, operando ao jogo de todos os elementos e de todos os fatores do "habitat" e da vida, o joeiramento das seleções. . . Ora, essa teoria da desigualdade definitiva das raças é a premissa maior do silogismo que leva à condenação do "mestiço"; e um dos mais esforçados, justamente, dos meus trabalhos tem consistido. . . em combater a influência dessa tese. . ."

4. Jean Finot, *Le Prejugé des Races*, Alcan, Paris, troisième édition, 1908.

Atualmente, parece necessário reconsiderar certos aspectos da posição que Alberto Torres assumiu em face das relações de raça no Brasil. De fato, depois dele, os estudos neste campo deram um passo atrás: em parte porque, influenciados por Nina Rodrigues, se extremaram em considerar o negro como uma espécie de corpo estranho na comunidade nacional; em parte porque aos seus autores faltaram vocação científica e aquela capacidade prática que habilitou o nosso escritor a perceber o caráter "abstrato" e tendencioso da antropologia importada.

Não se conclua daí que Alberto Torres tenha ignorado os trabalhos de antropologia de seu tempo. Nada mais falso do que isto. Estava, ao contrário, ao corrente das ciências sociais da época e, por exemplo, familiarizado com a obra do mestre de Gilberto Freyre, que foi Franz Boas. Assim é que, tanto quanto qualquer sociólogo de hoje, distinguiu o conceito de cultura do de raça e pôde escrever observações como esta: "o tipo mental das raças deriva das modalidades do meio e da vida social (1915)".

Por estas e outras contribuições, Alberto Torres é, sem dúvida, um vulto proeminente da sociologia brasileira, em toda a plenitude da expressão.

Oliveira Viana, arianizante

Na história dos nossos estudos sobre relações de raça, os homens que mais se equivocaram foram Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Ambos se basearam no pressuposto da inferioridade do negro e do mestiço. Todavia, no que diz respeito à atitude assumida em face da realidade nacional, distinguem-se muito significativamente os dois estudiosos.

Há, em Nina Rodrigues, um certo traço de sadomasoquismo quando trata de nossa questão étnica, o que parece patente numa afirmação como esta: "a raça negra no Brasil... *há de constituir sempre* um dos fatores de nossa inferioridade como povo"[5] (o grifo é meu). Segundo a inteligência deste ponto de vista, seria insolúvel a inferioridade do povo brasileiro. Neste, o escritor maranhense-baiano teria visto uma espécie de lesão definitiva e, brasileiro que era, ao proclamá-la, deveria ter sentido na própria carne a imputação depressiva.

Em Oliveira Viana, porém, os erros espetaculares que cometeu ao tratar de nossas relações de raça refletem o caráter geral de sua obra, a qual foi um esforço para desenvolver as tendências autoconstrutivas do país. Assim, em vários livros, entrou no assunto com espírito polêmico, isto é, com o propósito de rebater a "previsão sombria" de Lapou-

5. Nina Rodrigues, *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa* (publicado no "Jornal do Comércio" do Rio, em 1903, em parte). Vide também. *Os Africanos no Brasil*, São Paulo, 1932.

ge, segundo a qual o Brasil estaria destinado a ser "um imenso Estado negro"[5a].

Oliveira Viana, embora adotando o critério das "seleções étnicas" de Lapouge, opõe-lhe a tese da "evolução arianizante" da população brasileira. Para ele, a inferioridade do nosso povo, resultante de sua componente negra, era passageira. Viu as nossas relações de raça não como uma situação definitiva, mas como algo em processo. Neste sentido, escreveu: "... o *quantum* do sangue ariano está aumentando rapidamente em nosso povo. Ora, esse aumento do *quantum* ariano há de fatalmente reagir sobre o tipo antropológico dos nossos mestiços, no sentido de modelá-los pelo tipo do homem branco"[6].

A precariedade científica de enunciados como este está hoje ao alcance de qualquer colegial. Oliveira Viana confunde aí o biológico com o social, duplamente. Primeiro, enquanto admite que um *quantum* sangüíneo possa ser responsável por uma melhoria de caráter cultural. Segundo, quando interpreta o incremento crescente da proporção de "brancos" na composição populacional do país como um processo biológico primário.

Dispenso-me de maiores comentários sobre o fato inequívoco de que a "cultura", como um repertório de objetos e símbolos, constitui uma realidade extra-somática, isto é, algo que cada indivíduo tem de adquirir na e pela convivência.

O que, no caso, merece particular atenção é a tese do *branqueamento* do povo brasileiro. A sua adoção por Oliveira Viana, nos termos acima enunciados, é desconcertante e nisto se revela uma certa ambivalência no sociólogo fluminense. Quem acertou tanto na crítica do caráter transplantado da cultura brasileira, não deveria, logicamente, incorrer neste engano. A questão se tornará mais desconcertante se o autor reafirmar esta tese em livro de sua autoria que está sendo anunciado (*Seleções Étnicas*), pois no último período de sua vida, Oliveira Viana[7] foi muito permeável à influencia dos modernos estudos de antropologia cultural, todos sem exceção imunes dos antigos equívocos racistas.

Tudo indica ter sido Oliveira Viana vítima da extremação de uma de suas qualidades: a de fazer da sociologia um instrumento de autodeterminação nacional. Não hesito em dizer que esta orientação, digna de tanto apreço, é perigosa quando não se está de posse de instrumentos seguros de conhecimento científico. Ora, no que diz respeito ao nosso problema étnico, a obra de Oliveira Viana foi, por assim dizer, uma reação infeliz do orgulho nacional ofendido. No caso, em vez de se fazer ciência, fez-se apologia.

Um livro como *Raça e Assimilação* (São Paulo, 1932) pode ser uma defesa, não um trabalho científico. A crítica de Arthur Ramos[8] aos estudos do escritor, no que se refere às relações de raça, é procedente: estão eivados de afirmações apriorísticas, "suas idéias não tinham significado científico, porém político". Ninguém perde nada em ler nas páginas de Arthur Ramos sobre o assunto, as quais, de parte algumas inferências exageradas, são justíssimas. Surpreende-me, entretanto, que Arthur Ramos não tivesse sido, na mesma medida, rigoroso com Nina Rodrigues, também racista, e além disto, autor de obra sem importância científica, apesar de conter alguns úteis registros históricos.

5a. "Le Brésil... constituera sans doute d'itei un siécle un immense état nègre, à moins qu'il ne retourne, et c'est probable, à la barbarie" (Vide G. Vacher de Lapouge, *Les Selections Sociales* – Paris, 1896, pág. 187).

6. Vide O. Viana, *Os tipos étnicos brasileiros*, (in "Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil. Rio, 1922.

7. O. Viana morreu em 1951.

8. Cfr. Arthur Ramos, *Le Métissage au Brésil, Hermann* & Cie., Paris, 1952.

De fato, o branqueamento da população brasileira, a ser efetivo, não é um processo biológico, senão secundariamente. Em parte, é devido à conhecida tendência de considerável contingente de pessoas de cor preferirem casamento com pessoas mais claras, tendência que registrei em pesquisa realizada no Distrito Federal, cujos resultados aliás confirmam observações procedidas em outras unidades administrativas, e ainda nos Estados Unidos, segundo Herskovits. Por outro lado, as pessoas claras, por força do preconceito, são influenciadas também no sentido de evitarem pessoas pigmentadas como cônjuges. Acrescente-se a isto o saldo do nosso balanço migratório, predominantemente constituído de elementos brancos. Finalmente, na medida em que o branqueamento é apurado através de estatísticas, deve-se levar em conta a inclinação de muitos brasileiros para se declararem, nas fichas recenseadoras, mais claros do que são realmente.

A tese da "arianização", sustentada por Oliveira Viana, é uma racionalização do preconceito de cor vigente em nosso país. Na verdade, diz-se comumente: "no Brasil, a questão racial está sendo resolvida democraticamente, sem conflitos, pois que a população se torna cada vez mais clara". Nesta ideologia, entretanto, se contém, de maneira muito sutil, a discriminação de cor. Pois por que é necessariamente melhor que a nossa população se embranqueça? Porventura, numa escala objetiva de valores, aquela tendência deve ter um sinal positivo? Por que é tranqüilizadora aquela tendência do nosso processo demográfico? Há, decerto, nos refolhos dessa ideologia, verdadeiramente nacional, um preconceito numa forma velada. Para liquidá-lo, evidentemente, não se deverão inverter os termos da ideologia, proclamando-se, por exemplo, que fosse desejável a "negrificação" da população nacional. Seria esta atitude uma espécie de racismo contra racismo.

Mas, na liquidação desta forma larvar de preconceito, é legítimo utilizar o clássico procedimento da ironia. Foi o caminho que seguiram, entre nós, alguns intelectuais negros e mulatos[9]. É deles a iniciativa de eleger "misses", rainhas de beleza de cabelo duro. Várias vezes, na capital da República, fizeram suas "rainhas" e suas "bonecas de piche". E até um jornal mantiveram em que festejaram as celebridades de cor[10]. Os preconceituosos viram nisso ódio. Não era. Era apenas sorriso inteligente, um processo brando, cordial, de "desencantamento" da brancura e da reeducação dos nossos brancos. Alguns aficcionados de nossa sociologia *par coeur* viram e vêem nisto racismo às avessas. Pudera: a tática em apreço não estava receitada por nenhum sociólogo estrangeiro; tinha que ser condenada, portanto, por esses decoradores.

Voltemos a Oliveira Viana. Suas vistas sobre o nosso problema étnico se destinam a uma das gavetas do arquivo de nossa sociologia. Documentam o nosso preconceito. Não escondo a minha admiração pelo escritor. Foi um mestre apesar dos seus erros. Ao lado de Sylvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres, integra a corrente autonomista do nosso pensamento sociológico. Mesmo errando ao focalizar o tema – raça – soube vencer a tentação de tratar o negro no Brasil como um elemento exótico e petrificado.

9. Agrupados sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944, no Rio, por um grupo de intelectuais, liderado por Abdias Nascimento.

10. Trata-se do periódico *Quilombo*.

Tratou-o como brasileiro.

Nina Rodrigues, apologista do branco

Rigorosamente Nina Rodrigues seria, na sociologia brasileira, um escritor de segunda ordem. Dele, porém, fizeram um cientista, um "antropólogo" e, mais do que isto, o chefe da chamada "escola baiana". Arthur Ramos considera o escritor maranhense-baiano um sábio, um mestre, portador de "melhor formação científica" do que Euclides da Cunha e Sylvio Romero. Esta legenda se fixou tanto, entre nós, que hoje é quase temeridade tentar desfazê-la. O estudo de como a chamada "escola baiana" veio a ser impingida é um capítulo esclarecedor da socioantropologia do negro. Restrinjo-me, aqui, entretanto, ao exame sumário da obra de Nina Rodrigues, no que diz respeito às relações de raça no Brasil.

Inicialmente devem ser lembradas algumas contribuições do escritor. Sem dúvida, ele prestou um grande serviço aos estudiosos, exclusivamente no campo da crônica. Graças a ele, sobretudo, temos hoje uma idéia da diversidade de proveniência dos africanos que foram trazidos para o Brasil e outras informações preciosas sobre as diferenças culturais entre os negros. Além disto, são-lhe devidas algumas observações úteis sobre o nosso sincretismo religioso e lingüístico. Como fonte de informação histórica, portanto, é indispensável a consulta à obra de Nina Rodrigues, no estudo de nossas relações étnicas.

Do ponto de vista científico, porém, não é possível colocar Nina Rodrigues no mesmo nível de Euclides da Cunha e Sylvio Romero. Estes como aquele utilizaram conceitos tendenciosos da sociologia e da antropologia de importação. Mas, enquanto Euclides e Sylvio souberam desconfiar de tais conceitos e assumiram, em face do meio brasileiro, uma atitude indutiva, Nina Rodrigues, ao contrário, foi um verdadeiro beato da ciência importada e, por sua atitude dogmático-dedutiva, foi impermeável às lições dos fatos da vida nacional.

Não teve espírito científico. Foi um beato e um copista. Não cita um escritor estrangeiro sem empregar um adjetivo laudatório. Um dos seus livros, *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (Bahia, 1894), é dedicado a Lombroso, Ferri, Garofalo, Lacassagne e Corre, "em homenagem aos relevantes serviços que os seus trabalhos estão destinados a prestar à medicina legal brasileira". Aliás, estas manifestações de êxtase e esta pacholice definem um dos traços característicos dos mais proeminentes epígonos do que, entre o pequeno círculo de etnólogos brasileiros, se tem chamado de "escola baiana". Eles gostam, como certa figura do conto de Machado de Assis, de apresentar-se na companhia de escritores estrangeiros. Dão gritinhos, quando isto acontece. E o mais recente rebento desta "escola" está fazendo o seu *début*, em nossos dias, precisamente com esses truques e invocações.

A ciência, para Nina Rodrigues, foi uma questão de autoridade. Como um escolástico, não discutia os fatos com fatos, mas com trechos de livros, estrangeiros sobretudo. O negro e o mestiço são inferiores porque. . . assim está escrito nos livros europeus. Leia-se, por exemplo, o livro citado acima. É um verdadeiro caderno de deveres colegiais. "Prova-se", aí, a incapacidade do negro para a civilização, invocando-se a autoridade de escritores estrangeiros, entre os quais Abel Havalacque, que teria estudado "magistralmente" a questão, "com o rigor científico e a isenção de ânimo que não se poderá legitimamente contestar". Em outro lance, documenta suas opiniões em "luminoso parecer de segura análise psicológica, firmado pelo egrégio alienista Motet e o sábio professor Brouardel, insuspeitos ambos por títulos numerosos". Ou então fala assim: "como demonstra Spencer, a imprevidência, tão conhecida, dos selvagens, tem a sua origem no estado emocional deles". No dia em que se fizer um estudo da patologia da vida intelectual no Brasil, uma obra como a de Nina Rodrigues será um excelente documentário. Quem estiver interessado nisto, não deixe de examinar especialmente os capítulos IV e V do livro supracitado.

Mas a beatice de Nina Rodrigues não pára aí. Foi ainda um admirador irrestrito dos povos europeus e um verdadeiro místico da raça branca, na sua opinião, "a mais culta das seções do gênero humano". Assim verbera a "desabrida intolerância para com os portugueses", acentuando que, "sem noção da mais elementar urbanidade, clamamos a altos brados que a nossa decadência provém da incapacidade cultural dos lusitanos. . . *e ninguém aí descobre todavia uma parte de ofensa pessoal que lhe possa caber*" (o grifo é meu)[11]. Por outro lado, poucas linhas adiante, lastima que a campanha pela extinção do tráfico se revestisse de "forma toda sentimental" "emprestando" ao "negro a organização" psíquica dos povos brancos mais cultos"; "qualidades, sentimentos, dotes morais ou idéias que ele não tinha, que ele não podia ter". Sem comentários!

O povo inglês é considerado por Nina Rodrigues um "tipo legendário de impassibilidade e compostura" e a Inglaterra uma nação benemérita, pois que, no século XIX, "encetou a campanha gloriosa da supressão do tráfico, monta cruzeiros, policia os mares, e criando, com dispêndios enormes, enormes esquadras, torna a extinção do comércio humano uma questão de honra. . . que a leva a cabo com a mais decidida e meritória energia"[12]. Do ponto de vista desta apologética do branco, o problema do negro passa a consistir, entre outras coisas, em "diluir" os nossos negros e mestiços ou em "compensá-los por um excedente de *população branca, que assuma a direção do país*". Considerando "nociva à nacionalidade" a influência da raça negra, o nosso autor não esconde as suas apreensões quanto ao futuro do Brasil, de vez que "as vastas proporções do mestiçamento. . . entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, *da direção suprema da raça branca*". Finalmente me seja permitido transcrever ainda o seguinte trecho de *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa* (1903):

> "O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre elles existem gráus, ha uma escala hierarchica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem: são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização ha de ser forçosamente a raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos factos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a acquisição da civilização européa. E deante da necessidade de, ou civilizar-se de prompto, ou capitular na lucta e concorrencia que lhes movem os povos brancos, a incapa-

11. Vide N. Rodrigues, *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa*, 1903.
12. Idem.

cidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na pratica. Os extraordinarios progressos da civilização européa entregaram aos brancos o dominio do mundo, as suas maravilhosas applicações industriaes supprimiram a distancia e o tempo. Impossivel conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatarios, lazeres e delongas para uma acquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. Em todos os tempos não passaram de utopias de philanthropos ou de planos ambiciosos de poderio sectario, a idea de transformar-se uma parte de nações às quaes a necessidade de progredir mais do que as imitações monomaniacas do liberalismo impõe a necessidade social da igualdade civil e politica, em tutora da outra parte, destinada à interminavel aprendisagem em vastos seminarios ou officinas profissionaes. A geral desapparição do indio em toda a America, a lenta a gradual sujeição dos povos negros á administração intelligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta pratica a estas divagações sentimentaes."

Senti a necessidade de documentar fartamente as afirmações acima para neutralizar a impressão que algum leitor possa ter a respeito de quem escreve estas linhas, pois sustento que Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu. Não há exemplo, no seu tempo, de tanta basbaquice e ingenuidade. Sua apologia do branco nem maliciosa é, como fora a de Rosemberg (na Alemanha). É sincera, o que o torna ainda mais insignificante se se pretende considerá-lo sociólogo ou antropólogo. Há notícia de que ele foi um homem bom, um professor digno e criterioso, mas os seus amigos, pretendendo fazê-lo passar à história como cientista, fizeram-lhe verdadeira maldade, pois a sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras. Por outro lado, é inacreditável desprezo ao público brasileiro atribuir-se a um cidadão como Nina Rodrigues um lugar egrégio entre homens como Sylvio Romero e Euclides da Cunha que, apesar dos seus erros, deram realmente contribuições efetivas no campo das ciências sociais no Brasil. Não teriam os admiradores de Nina Rodrigues extrapolado para o campo das ciências sociais a sua possível autoridade no campo da medicina legal?

O certo é que, no campo das ciências sociais, a melhor homenagem que se pode prestar às qualidades do cidadão comum Nina Rodrigues é fazer silêncio a respeito de sua obra.

O negro como tema

Com Nina Rodrigues, funda-se propriamente a corrente brasileira de estudos sociológicos e antropológicos tendo por tema — o negro. Nina Rodrigues era racista e a reação contra seu biologismo foi iniciada quando ele ainda vivia, isto é, em 1902. Neste ano, o brilhante médico baiano, Oscar Freire, escreveu sua tese, "Etiologia das formas concretas da religiosidade no Norte do Brasil" em que procurou mostrar as confusões de Nina Rodrigues ao imputar à raça manifestações que decorreriam de fatores sociais. Oscar Freire chega mesmo a defender a mestiçagem, o que, na época, significava muita audácia de pensamento, pois corria, entre os doutos, a idéia dos efeitos patológicos do cruzamento de indivíduos de raças diferentes. Vale, porém, notar que apesar do seu liberalismo Oscar Freire viu o negro naquilo em que era portador de traço cultural esquisito. O subtítulo de sua tese é "introdução a um estudo de psicossociologia criminal".

Mas o continuador de Nina Rodrigues que alcançou maior notoriedade foi Arthur Ramos. Como o seu patrono, Arthur Ramos, homem aliás de grandes méritos, sob vários pontos de vista, jamais se situou em ciência. Neste terreno, não atingiu a maturidade. Nenhuma obra sua reflete unidade teórica. No plano da ciência, foi um sincrético em todos os seus livros sobre o negro, tais como: *O Negro Brasileiro* (1934); *O Folklore Negro do Brasil* (1935); *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937); *A Aculturação Negra no Brasil* (1942); e a *Introdução à Antropologia Brasileira* (1943 e 1947, respectivamente, primeiro e segundo volumes).

É ainda Arthur Ramos um dos responsáveis pelo prestígio que ainda gozam entre nós as correntes norte-americanas de sociologia e de antropologia, de nefasta influência entre os especialistas em formação, quando adotadas de maneira literal. Arthur Ramos, continuando a linha de Nina Rodrigues, pelo prestígio que veio a ter nos meios intelectuais, perturbou, na verdade, a evolução de um pensamento sócio-antropológico genuinamente brasileiro, encaminhando-se para o beco sem saída do ecletismo. Fazia, sem rebuços, profissão de fé na "fecundidade" da conciliação das doutrinas. "Cada vez mais me convenço — dizia em *O Negro Brasileiro* (3ª edição, 1951) — de que as incompatibilidades metodológicas se reduzem a questões de nomenclatura".

Infelizmente, ele não tem mesmo a desculpa de ter sido tal orientação um imperativo da época e do meio em que viveu, pois já Euclides da Cunha, em 1902, verberava a aceitação passiva da ciência estrangeira e assumira, em face dela, uma posição crítico-assimilativa. Em *Os Sertões*, por exemplo, não se o surpreende em nenhuma espécie de prosápia cientificista. Ao contrário, Euclides deteve-se na consideração *direta* da "figura dos nossos patrícios retardatários", desdenhando do que chamou "os garbosos neologismos étnicos". Por outro lado, não tomou o bonde da suspeitíssima antropometria como o seu contemporâneo Nina Rodrigues, e evitou enredar-se em "fantasias psicogeométricas" que, dizia, "hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços". E acrescentava: "se nos embaraçássemos nas imaginosas linhas dessa "topografia psíquica", de que tanto se tem abusado, talvez não os compreendêssemos melhor".

Em seus primeiros trabalhos sobre o negro no Brasil, Arthur Ramos utilizou a psicanálise. Depois aderiu à antropologia cultural e adotou o *approach* suspeitíssimo da aculturação. Em 1942, publicou *A Aculturação Negra no Brasil*: Que seria, em última análise? Um processo de preservação e expansão da "brancura" de nossa herança cultural. Mas, a partir da perspectiva do negro, a *aculturação* se revela um ponto de vista que merece muitas reservas. Como um caso particular da europeização do mundo, a aculturação é, talvez, inevitável, pois que as populações de origem não européia jamais poderiam participar, com vantagem e dignidade, da civilização universal, em sua forma contemporânea, sem a posse e o domínio de grande acervo de elementos culturais do Ocidente. Porém, Arthur Ramos adotou literalmente o *approach* da aculturação e não percebeu que ela teria um limite: não pode fazer do homem de cor um autoflagelado, dividi-lo interiormente, como acontece em toda a parte onde áreas de populações coradas estão sendo colonizadas ou politicamente dominadas por contingentes europeus. Faltou a Arthur Ramos

a iniciação em certa sociologia da sociologia ou da ciência em geral — o que o teria tornado alerta para o fato de que, em grande parte, a antropologia européia e norte-americana a que ele aderiu, sem crítica, é um "caso de cupidez".

Ainda nesta corrente de tematização do negro brasileiro se incluem dois certames. O primeiro teve lugar em 1934, na cidade do Recife, tendo sido seu principal organizador o sociólogo Gilberto Freyre. Seguiu-se a este, em 1937, na Bahia, organizado por Aydano do Couto Ferraz e Edison Carneiro, o 2º Congresso Afro-Brasileiro. Ambos estes conclaves foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Apesar da participação de elementos de cor, esses dois foram congressos "brancos" pela atitude que assumiram em face da questão, como também pelos temas focalizados, temas de interesse remoto do ponto de vista prático. Mas isto é dito aqui sem nenhum intuito de empequenecer tais congressos afro-brasileiros. É de justiça reconhecer que eles desbravaram o caminho para os movimentos atuais.

Nina Rodrigues, Oscar Freyre, Arthur Ramos e esses congressos ilustram com nitidez o que, no domínio das ciências sociais e da crônica histórica, se chamou, entre nós, de "o problema do negro". Para o propósito que me inspira, neste estudo, não distingo aqueles escritores de outros como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder, Manoel Querino, Roger Bastide, Gilberto Freyre, seus imitadores. Há, certamente, entre eles, diferenças de método, de técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário.

Ainda entre esses estudiosos, incluo os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro — o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela a fim de, *sine ira ac studio*, estudá-la, explicá-la, às vezes, discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social, quase se confunde com os mais claros. Anota-se, em tais estudos, a existência de negros e mestiços no exercício de profissões liberais, participando das elites, unidos a cônjuges claros. Um destes autores jovens referiu-se mesmo a escritos sociológicos sobre o negro de autoria de um estudioso negro como documentos "curiosíssimos".

Sociologia do negro, ideologia da brancura

A princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira.

Neste ponto, é oportuno perguntar: que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? Na medida em que se afirma a existência, no Brasil, de um problema do negro, que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado?

Na minha opinião, responder a estas perguntas corresponde a conjurar uma das maiores ilusões da sociologia brasileira.

Uma determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor, ou uma norma. Quem a rotula como problema, estima-a ou a avalia anormal. Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como problema na medida em que discrepa de que norma ou valor?

Os primeiros estudos no campo trataram das formas de religiosidade do negro. Terá, porém, o negro, entre nós, uma religião específica? Objetivamente, não. Desde a época colonial, uma grande massa de negros e mestiços tinha abraçado a religião predominante no Brasil — a católica. Quando, no fim do século passado, Nina Rodrigues falou pela primeira vez, no domínio da ciência nacional, em um problema do negro, a parcela de homens de cor de religião católica era a mais significativa. Mais ainda, já na época de Nina Rodrigues as sobrevivências religiosas, como ainda hoje, caracterizavam o comportamento das classes pobres, aí se incluindo tanto claros como escuros, muito embora os claros participassem dos cultos primitivos mais como aficionados ou clientes do que como oficiantes de práticas sagradas.

Tem sido, também, considerada com freqüência a criminalidade do negro. Terão, porém, o negro e seus descendentes uma criminalidade específica? Objetivamente, ainda não.

A maior freqüência de indivíduos pigmentados na estatística de certos crimes decorre necessariamente de sua predominância em determinadas camadas sociais. Assinala um fenômeno quantitativo e não qualitativo. Por outro lado, careceria de base objetiva a afirmação de que o negro no Brasil manifestasse tendências específicas essenciais na vida associativa, na vida conjugal, na vida profissional, na vida moral, na utilização de processos de competição econômica e política. O fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, como o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social.

O negro é tema, é assunto, é objeto de registro, no Brasil, em todas as situações. Um dos mais recentes livros sobre o negro na Bahia[13] se detém precisamente registrando-o em posições de relevo na estrutura social e econômica. O livro em apreço exibe várias fotografias em que aparecem negros médico, homem de negócio, universitário, pintor, compositor, de resto, situações verdadeiramente comuns no Estado da Bahia.

Observe-se que, em nossos dias, graças ao desenvolvimento econômico e social do país, elementos de cor se encontram de alto a baixo, em todas as camadas sociais, e só em algumas instituições nacionais vigoram ainda fortes restrições para o seu acesso a determinadas esferas.

Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de uma pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência.

E, de fato, a cultura brasileira tem uma conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece um apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de "problema do negro".

13. Thales de Azevedo, *Les Élites de Couleur dans une Ville Brésilienne*, Edição da UNESCO, 1953.

Constitui, hoje, uma noção corriqueira da ciência a de que o processo biológico e o processo cultural se realizam em planos diferentes. Parece definitivamente aceito como um resultado da observação cientificamente controlada que a cultura é uma realidade superorgânica e, portanto, um produto da convivência humana ou do trato do homem com a natureza e nunca uma espécie de dom, algo que emana de qualidades biológicas inatas.

Mas partir daí para não admitir o reflexo na cultura e na sociedade de certos acidentes biológicos vai um grosseiro erro de observação científica. Na verdade, os acidentes biológicos, como todos os acidentes naturais, refratam-se na cultura. Natureza e cultura se interpenetram.

Um sociólogo alemão, Georg Simmel[14], meditando sobre as origens da cultura ocidental, concluiu que ela era masculina. No Ocidente, constituem obra do homem a indústria, a ciência, o comércio, o Estado, a religião. As instituições da cultura ocidental assinalariam a prepotência do homem. Aí o *varonil* se confunde mesmo com o "humano". Simmel ilustra esta identificação do particular com o genérico, reportando-se à alegação corrente de que as mulheres carecem de senso jurídico ou se inclinam sempre para assumir atitudes contrárias ao direito. Tal contradição, entretanto, seria apenas uma oposição ao direito *masculino*, único que possuímos, e não ao direito em geral. Mas para ilustrar a origem masculina das instituições do Ocidente não seria necessário apelar para o caso do direito. Lembremos que até no domínio da decoração estética do corpo da mulher, é o homem, em larga margem, um ditador de critérios, um ditador aliás obedecido docilmente. Aí estão para comprovar isto os famosos figurinistas e cabeleireiros de Paris e Nova Iorque...

Sabe-se que na planície norte-americana muitas tribos eram sedentárias, baseando sua subsistência no trabalho agrícola, num regime econômico em que as mulheres detinham uma grande soma de poder. As divindades destas tribos eram preponderantemente femininas e se relacionavam com a fecundidade e as vicissitudes das safras. Quando os indígenas aprenderam a usar o cavalo, iniciou-se e tomou vulto a mudança radical das bases materiais das tribos, as quais adotaram a vida nômade. A caça ganhou decisiva importância, as instituições se alteraram e, inclusive, as divindades, por exemplo, passaram a revestir-se de feições masculinas, divindades vinculadas à coragem, à guerra, à iniciativa.

É, portanto, legítimo afirmar com Simmel que a cultura é uma compenetração de elementos históricos e biológicos. Que ela não é, por exemplo, um produto neutro, do ponto de vista sexual, podendo ser, de fato, masculina ou feminina.

O ingrediente biológico, a partir do qual a cultura elabora alguns dos seus elementos, faz-se bastante nítido nos valores estéticos. Com efeito, o valor estético primário para todo povo autêntico é o vivido imediatamente. Os padrões estéticos de uma cultura autêntica são estilizações elaboradas a partir da vida comunitária. Uma comunidade de indivíduos brancos terá de erigir à categoria de ideal de beleza humana o homem branco. O ideal de beleza no Japão, na China, na Índia, reflete realidades étnicas, típicas de cada um desses países. Por outro lado, o tipo de beleza para as sociedades tribais, que se mantêm ainda íntegras do ponto de vista cultural, se desprende sempre de condições étnicas

14. Georg Simmel, *Cultura Femenina y otros Ensayos*, Colección Austral, Buenos Aires, 1944.

particulares. As divindades das tribos africanas são negras. No século XIV, o geógrafo Ibn Batouta deplorava o desprezo pelos brancos que demonstravam os negros sudaneses. A mesma aversão se registra entre os índios pele-vermelha. Os Bantus "não civilizados", informa S. W. Molema, têm profunda aversão a toda pele diferente da sua. Os nativos da Melanésia, segundo Malinowski, acham os europeus horríveis. Certos canibais teriam repugnância pela carne do homem branco, que eles acham não "amadurecida" ou "salgada" e, conforme relatos de mais de um etnólogo, alguns povos africanos associam à pele branca a idéia "de descoloração de um corpo que permaneceu muito tempo dentro da água". O pastor Agbebi refere que, para muitos africanos, o homem branco exala um odor fétido, desagradável ao olfato. E Darwin, que viajou muito e visitou diversas partes do mundo, escreveu: "... a idéia do que é belo não é nem inata nem inalterável. Constatamos isso no fato de que homens de diferentes raças admiram entre suas respectivas mulheres tipos de beleza absolutamente diferentes"[15].

As categorias da estética social nas culturas autênticas[16] são sempre locais e, em última análise, são estilizações de aspectos particulares de uma circunstância histórica determinada. Tais categorias são assimiladas pelo indivíduo na vida comunitária. Aprende-se a definir o belo e o feio através da convivência quotidiana, do processo social. Cada sociedade, na medida em que se conserva dotada de autenticidade ou de integridade, inculca, em cada um de seus membros, pela aprendizagem, padrões de avaliação estética, os quais reforçam as suas particularidades. Cada sociedade alcança, assim, a sua própria sobrevivência, enquanto, pelos seus mecanismos institucionais, consegue fazer cada indivíduo identificado com a sua moldura histórica e natural. É assim que me louvaria em Karl Vossler[17] para dizer que toda a vida orgânica e os produtos mentais e materiais do homem estão impregnados da natureza circundante.

Todavia, o processo de europeização do mundo tem abalado os alicerces das culturas que alcança. A superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não-européias promove, nestas últimas, manifestações patológicas. Existe uma patologia cultural que consiste, precisamente, sobretudo no campo da estética social, na adoção pelos indivíduos de uma determinada sociedade de um padrão estético exógeno, não induzido diretamento da circunstância natural e historicamente vivida. É, por exemplo, esse fenômeno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por europeus.

15. Cfr. Alan Burns, *Le Prejugé de Race et de Couleur*, Payot, Paris, 1949.
16. Entende-se aqui "cultura autêntica" no sentido delimitado por Edward Sapir. "A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa, é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada, a si mesma satisfatória. É a expressão de uma atitude ricamente variada e, entretanto, de certo modo unificada e consistente em face da vida, uma atitude que vê o significado de qualquer elemento de civilização em sua relação com todos os outros. É, falando de modo ideal, uma cultura em que nada deixa espiritualmente de ter sentido, em que nenhuma parte importante do funcionamento geral traz em si senso de frustração, de esforço mal dirigido ou hostil. Não é um híbrido espiritual de elementos contraditórios, de compartimentos estanques de consciência que evitam participar de uma síntese harmoniosa. Cfr. Donald Pierson (organizador), *Estudos de Organização Social*, Livraria Martins Editora S.A., 1949, pág. 291.
17. Kart Vossler, *The Spirit of Language in Civilization*. Routledge of Kegan Paul Ltd., London, 1951.

Entre negro, R. R. Moton registrou o emprego do termo "branco" como designativo de excelência e o hábito de dizer-se de um homem bom que tem um coração "branco". Este "desvio existencial" tem sido observado tecnicamente nos Estados Unidos, no Brasil e em toda parte em que populações negras estão sendo europeizadas. O negro europeizado, via de regra, detesta mesmo referências à sua condição racial. Ele tende a negar-se como negro, e um psicanalista descobriu nos sonhos de negros brasileiros uma forte tendência a mudar de pele. O que escreve estas linhas teve ocasião de verificar, quando realizava uma pesquisa, o vexame com que certas pessoas de cor respondiam a um questionário sobre preconceitos raciais. Situação esta análoga à que é narrada por Kenneth e Mamie Clark numa pesquisa sobre preconceito entre crianças negras, norte-americanas, de 3 a 7 anos, que consistia em solicitar às mesmas que escolhessem, a diversos propósitos, bonecas escuras ou claras. De modo geral, os autores registraram entre as crianças a preferência pelo branco. Vale notar que, algumas, em face de certas perguntas em que se tematizava a côr preta, se perturbaram a ponto de prorromperem em soluços, não suportando enfrentar o tema.

Ora, o Brasil, como uma sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva acima descrita. O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto com referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de um critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar á indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior.

Esta alienação do padrão de nossa estética social é particularmente notória quando se considera que foram sociólogos e antropólogos do Estado da Bahia, por assim dizer de uma terra de negros, de um Estado em que o contingente de brancos é, ainda hoje, minoritário, foram eles que se extremaram no estudo do chamado "problema do negro no Brasil".

O que explica, portanto, esse "problema" de nossa ciência social é uma alienação, uma forma mórbida de psicologia coletiva, a patologia social do brasileiro e do baiano, principalmente. Pode-se dizer, no caso, que se está diante daquilo que Erich Fromm chama "socially patterned defect", de um defeito socialmente padronizado, que o indivíduo reparte com os outros, o que lhe diminui o caráter de defeito e o transforma em verdadeira virtude.

Talvez a sociologia da linguagem nos ajude a melhor compreender esta alienação da ciência social no Brasil, no que diz respeito ao negro.

Na época helenística, as camadas letradas das cidades gregas deixaram de falar e desprezavam as línguas locais e se esmeraram no uso de uma língua geral comum, a Koiné, que desfrutava de relevante prestígio internacional. É significativo que isto aconteceu quando aquelas cidades perderam a independência política. O poder era exercido por ligas ou confederações de cidades ou estava nas mãos de reis que, embora de civilização helênica, tinham suas capitais fora da Grécia propriamente[18].

Na época de Luiz XIV, graças ao prestígio e ao luxo da corte, a língua francesa tornou-se também em todo o Velho Continente uma espécie de língua geral das pessoas distinguidas.

Ora, a alienação estética anteriormente assinalada é da mesma espécie da alienação lingüística. Ambas resultam de uma falta de suficiência da comunidade, de autodesprezo, de um sentimento coletivo de inferioridade, da renúncia de critérios naturais de vida, em benefício de critérios artificiais, dogmáticos ou abstratos.

A mim parece necessário seguir esta pista na análise do nosso "problema do negro", negligenciando mesmo os seus aspectos econômicos. O que nos interessa aqui é focalizar a questão do ângulo psicológico, enquanto socialmente condicionado, é atingir uma sociologia funcional e científica do negro, inteiramente por fazer até agora, desde que os estudos da questão que se rotulam de sociológicos e antropológicos não são mais do que documentos ilustrativos da ideologia da brancura ou da claridade.

Isto acontece desde Nina Rodrigues até Arthur Ramos, e os atuais estudos sobre relações de raça, patrocinados pela UNESCO[19]. É certo que os modernos sociólogos brasileiros não definem mais o problema em termos de raça como fazia Nina Rodrigues em 1890, não o consideram expressamente como o problema de diluir o contingente negro a fim de assegurar a liderança do país pelos brancos. O problema é, em nossos dias, colocado em termos de cultura. Estima-se como positivo o processo de *aculturação*. Mas, repito, a aculturação, no caso, a uma análise profunda, supõe ainda uma espécie de defesa da brancura de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem européia. Do contrário, que sentido teria notar, registrar o negro até mesmo participando da classe dominante no país? Que sentido teria continuar a achar "curiosíssimos", como se escreve num dos relatórios para a UNESCO, os comportamentos do negro ainda quando exprimindo-se no plano artístico e científico?

O "problema do negro", tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má fé, ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito através da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica. Para tanto, os documentos de nossa socioantropologia do negro devem ser considerados como materiais clínicos.

Tais documentos são frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde fora do país. Embora redigidos por brasileiros, eles se incluem na tradição dos antigos relatórios para o Reino. . ., ainda que, hoje, o Reino se metamorfoseie na UNESCO, sediada em Paris. . .

Os epígonos de nossa socioantropologia do negro, desde Nina Rodrigues, glosam, aqui, as atitudes (principalmente as atitudes) e as categorias dos estudiosos europeus e

18. A. Melliet, *Aperçu d'une Histoire de la Langue Grecque*, Librairie Hachette, Paris, 1930.
19. Os estudos sobre o negro no Brasil sob o patrocínio da UNESCO foram realizados dentro do melhor padrão técnico, com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro, que foi confiado a pessoa sem qualificações morais e científicas. A pessoa em pauta anteriormente já havia cometido grosseiro plágio.

norte-americanos, em face do assunto. Inicialmente, com Nina Rodrigues e Oscar Freire, os modelos foram europeus e, a partir de Arthur Ramos até esta data, passaram a ser preponderantemente inspirados em livros norte-americanos. Assim, a princípio, o contingente negro foi visto como raça inferior a ser erradicada do meio nacional. Desde 1934, porém, os estudiosos passaram a distinguir raça e cultura e se orientaram, predominantemente, conforme o sistema de referência adotado pelos sociólogos ianques neste campo, sistema de referência em que são capitais as noções de "aculturação", "homem marginal", o par conceitual "raça-classe" e, ultimamente, a categoria ecológica, de "área", a de "estrutura", a de "função". Via de regra, é escassíssima a originalidade metodológica e conceitual dos autores de tais estudos. Há uma perfeita simetria entre as produções dos autores nacionais e as dos estrangeiros.

No entanto, a compreensão efetiva da situação do negro no Brasil exigirá um esforço de criação metodológica e conceitual, de que ninguém foi capaz ainda. Ela tem peculiaridades históricas e sociais insusceptíveis de serem captadas por procedimentos meramente simétricos, tão e somente pela parafernália da ciência social importada. Adotando literalmente esta parafernália, o socioantropólogo brasileiro contribuiu para confundir aquela situação e, atualmente, o sociólogo que tenta vê-la de modo genuíno terá de arrostar fortes interesses investidos e maciços estereótipos justificados em nome da ciência oficial, de resto, de duvidosa validade funcional e objetiva.

A tarefa que se impõe como necessária para conjurar esta mistificação do assunto — o negro no Brasil — é a de promover a purgação daqueles clichês conceituais, é a de tentar examiná-lo pondo entre parênteses as conotações de nossa ciência oficial, é a de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e, também, aberto interiormente para a originalidade.

Qual será a situação vital a partir de que é melhor propiciada para o estudioso a compreensão objetiva do tema em tela? Ao autor, parece aquela da qual o homem de pele escura seja, ele próprio, um ingrediente, contanto que este sujeito se afirme de modo autêntico como negro. Quero dizer, começa-se a melhor compreender o problema quando se parte da afirmação — *niger sum*. Esta experiência do *niger sum*, inicialmente, é, pelo seu significado dialético, na conjuntura brasileira em que todos querem ser brancos, um procedimento de alta rentabilidade científica, pois introduz o investigador numa perspectiva que o habilita a ver nuances que, de outro modo, passariam despercebidas.

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo a sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal — eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil.

Pois bem, a partir daí se tornam perceptíveis, de repente, as falácias estéticas da socioantropologia do negro no Brasil. Então, em primeiro lugar, percebo a suficiência postiça do socioantropólogo brasileiro quando trata do problema do negro no Brasil. Então enxergo o que há de ultrajante na atitude de quem trata o negro como um ser que vale enquanto "aculturado". Então identifico o equívoco etnocentrismo do "branco" brasileiro ao sublinhar a presença do negro mesmo quando perfeitamente identificado com ele pela

cultura. Então descortino a precariedade histórica da brancura como valor. Então converto o "branco" brasileiro, sôfrego de identificação com o padrão estético europeu, num caso de patologia social. Então passo a considerar o preto brasileiro, ávido de embranquecer-se, embaraçado com a sua própria pele, também como um ser psicologicamente dividido. Então descobre-se-me a legitimidade de elaborar uma estética social de que seja um ingrediente positivo a cor negra. Então se me afigura possível uma sociologia científica das relações étnicas. Então compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o "problema do negro", seria uma sociedade em que todos fossem brancos. Então capacito-me para negar validade a esta solução.

A partir desta situação vital, o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me. Desde que se define o negro como um ingrediente *normal* da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de um problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional. A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu.

Descortino, portanto, no Brasil, de um lado, um "problema do negro" tal como é colocado pelos profissionais de sociologia e, de outro lado, um "problema do negro", tal como é efetivamente vivido.

À luz da sociologia científica, a sociologia do negro no Brasil é, ela mesma, um problema, um engano a desfazer — o que só poderá ser conseguido através de um trabalho de crítica e de autocrítica. Sem crítica e autocrítica, aliás, não pode haver ciência. O espírito científico não se coaduna com a intolerância, não se coloca jamais em posição de sistemática irredutibilidade, mas, ao contrário, está sempre aberto, sempre disposto a rever as suas posturas, no sentido de corrigi-las ou superá-las, naquilo em que se revelarem inadequadas à percepção exata dos fatos. A nossa sociologia do negro é, em larga margem, uma pseudomorfose, isto é, uma visão carecente de suportes existenciais genuínos, que oprime e dificulta mesmo a emergência ou a indução da teoria objetiva dos fatos da vida nacional. Impõe-se, assim, que, entre os que se dedicam ao assunto em pauta, se abra um debate leal e franco. Precisam os sociólogos empreender esta descida aos infernos que consiste em argüir, em pôr em dúvidas aquilo que parecia consagrado. Quem não estiver disposto a esse compromisso, arrisca-se a petrificar-se em vida, ou a falar sozinho, ou permanece na condição de matéria bruta do acontecer, em vez de tornar-se, como deveria, consciência militante desse acontecer, pela apropriação do seu significado profundo.

A sociologia do negro tal como tem sido feita até agora, à luz da perspectiva em que me coloco, é uma forma sutil de agressão aos brasileiros de cor e, como tal, constitui-se num obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país.

Há, inserida na comunidade racional, uma lógica cujo transporte para o plano conceitual constitui uma das tarefas primordiais do sociólogo brasileiro. O Brasil, por força do

desenvolvimento de sua riqueza material e de sua crescente emancipação econômica, começa a ter o que se chama de caráter nacional, um orgulho nacional e, na medida em que este processo avança, torna-se um verdadeiro imperativo categórico de nossos quadros intelectuais procurar aplicar-se na estilização, na valorização de nossos tipos étnicos.

A sociologia no Brasil tem sido, em larga margem, uma espécie de *patois* ou dialeto da sociologia européia ou norte-americana. Terá, hoje, de procurar tornar-se uma autoconsciência do nosso processo de amadurecimento.

No que diz respeito às relações de raça, a sociologia no Brasil, para ganhar em autenticidade, terá de libertar-se da postura alienada ou consular que a tem marcado e partir, na análise dos fatos, do *ethos* brasileiro, da *enteléquia anímica* inserida na realidade nacional.

Tanto quanto o sociólogo venha a converter-se a este imperativo, empreenderá uma tarefa criadora e participará, assim, da elaboração de uma verdadeira pedagogia nacional, isto é, de uma pedagogia vivificada por idéias — forças desprendidas da própria configuração do país. Tanto quanto assim o fizer a nossa sociologia, obter-se-á a conjuração do constrangimento discernível em nossas atuais relações de raça — perigo e constrangimento a que levou o fato de se ter hipostasiado o negro na sociedade brasileira.

No esforço de indução da *paideia* da sociedade brasileira, no que diz respeito às relações de raça, parece um momento tático e estrategicamente necessário, aquele em que se tematiza o nosso branco, tal como dei um exemplo aqui. Apresso-me em declarar, entretanto, que essa tematização, aliás já iniciada por mim em outra oportunidade[20], não pretende constituir senão um expediente a ser utilizado no processo de desmascaramento de nossos equívocos estéticos, um processo, portanto, a ser abandonado tão logo se alcance aquele objetivo. Na verdade, utilizando uma observação de Sartre, pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio. Em nossos dias, entretanto, a estrutura econômica e social do país possibilita a nova fase dos estudos sobre relações de raça no Brasil, fase que se caracteriza pelo enfoque de tais relações, desde um ato de liberdade do negro.

É minha convicção que desta mudança de orientação resulte não um conflito insolúvel entre brancos e escuros, mas uma liquidação de equívocos de parte a parte, e conseqüentemente, uma contribuição para que a sociedade brasileira se encaminhe para o rumo de sua verdadeira destinação histórica — a de tornar-se, do ponto de vista étnico, uma *conjunctio oppositorum*.

Passado e presente da nova fase

A nova corrente de idéias sobre a condição do negro no Brasil e que se corporifica no Teatro Experimental do Negro representa o amadurecimento ou a eclosão de idéias que estavam mais implícitas do que explícitas na conduta de associações, grupos ou pessoas desde o princípio da formação da sociedade brasileira. A história do desenvolvimento desta corrente não pode ser contada aqui porque nos obrigaria a um detalhe que não cabe neste estudo. Entretanto, pode-se dizer sumariamente que os marcos desta evolução foram os trabalhos do africano Chico Rei que, em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, organizou um movimento para alforriar negros escravos; as *confrarias, os fundos de emancipação*, as *caixas de empréstimo*, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor destinadas à compra de *cartas de alforrias*; as insurreições de negros muçulmanos no Estado da Bahia; os chamados *quilombos*, aldeamentos de negros fugidos, como a famosa República dos Palmares, em Alagoas, verdadeiro Estado de negros; o movimento abolicionista em que sobressaíram Luiz da Gama e José do Patrocínio, intelectuais negros, e outras iniciativas e associações como o Clube do Cupim em Recife, as Frentes Negras de São Paulo e da Bahia...

Evidentemente a nova corrente de idéias em que se inspira o autor destas linhas e que informa as atividades do TEN registra manifestações como as acima referidas apenas como antecedentes, mas não sanciona necessariamente os seus intuitos, pois, via de regra, careciam de elaboração teórica e foram, muitas vezes, reações agressivas que não podem ser, hoje, apresentadas como paradigmas. Salva-se, porém, em todas elas, o esforço da camada pigmentada, sozinha ou aliada com patrícios claros, como foi o caso do abolicionismo, na busca de uma condição humana para o negro, em que ele pudesse ser sujeito de um ato de liberdade.

Os antecedentes teóricos mais próximos da nova posição podem ser identificados em duas figuras de intelectuais brasileiros, ambos, aliás, brancos. Trata-se de Joaquim Nabuco e Alvaro Bomilcar, este último um nome praticamente esquecido.

Joaquim Nabuco, um dos líderes do abolicionismo, concebeu, desde 1883, a fase dinâmica do tratamento de nossa questão negra, em termos que podem ser tidos como atuais ainda. Com efeito, este notável estadista escreveu em seu livro, *O Abolicionismo*: "Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável *adaptar à liberdade* (o grifo é meu) cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, pág. 5)".

No livro de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, escrito em 1883, se encontram, aliás, algumas colocações que podem perfeitamente ser retomadas, hoje, com alterações apenas formais. Uma delas é o que ele chama de "mandato da raça negra". Parafraseando Nabuco, pode dizer-se que, em nossos dias, incumbe aos interessados no problema em pauta assumir em face do mesmo uma "delegação inconsciente da parte dos que a fazem, interpretada pelos que a aceitam como um mandato que se não pode renunciar".

Alvaro Bomilcar pode ser considerado como um pioneiro da nova concepção das relações étnicas no Brasil. Em 1911 escreveu uma série de artigos, na imprensa da capital da República, depois reunidos em livro, *O Preconceito de Raça no Brasil* (1916), em que põe

20. Vide Guerreiro Ramos, *Sociologia Clínica de um Bahiano Claro"*, in "O Jornal", Rio, 27 de dezembro de 1953.

à mostra o culto da brancura vigente nas classes dominantes do Brasil. Alvaro Bomilcar organizou mesmo um movimento social e político, em cujo programa se delimitava com clareza a tarefa de liquidar os constrangimentos entre os brasileiros claros e escuros. Se, do ponto de vista da técnica sociológica de hoje, aquela obra de Alvaro Bomilcar é precária, nem por isso deixa de ser o documento mais importante do diagnóstico científico de nossa questão racial, na fase republicana.

O livro, *O Preconceito de Raça no Brasil*, é um ensaio lucidíssimo sobre o sentimento coletivo de inferioridade que Alvaro Bomilcar discernia na sociedade brasileira e que lhe fazia observar que a despeito das diversas vezes que as ciências se têm enriquecido com o concurso intelectual desse grande mestiço — que é o brasileiro — o nosso critério academista é que o sábio só existe na Europa. Este critério é o que tem dificultado a elaboração da autoconsciência da realidade nacional, inclusive da realidade étnica do país. Neste sentido, escrevia Bomilcar: "No Brasil, pondo de parte Sylvio Romero e alguns pioneiros da nossa literatura, de rara combatividade, quedamo-nos inertes, à espera que um qualquer sábio da Europa venha dizer de nós aquilo que porventura lhe ocorra, no sentido dogmático; ou ainda o que o critério de uma permanência de algumas semanas, na capital da República, lhe possa sugerir de agradável e interessante". E perguntava em 1911: "Quem terá a coragem para escrever a verdadeira sociologia, a única que nos convém: a sociologia brasileira?"[21]

O Teatro Experimental do Negro, fundado, em 1944, por um grupo liderado por Abdias Nascimento é, no Brasil, a manifestação mais consciente e espetacular da nova fase, característica pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de dissertações "antropológicas", e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor. O TEN patrocinou as Convenções Nacionais do Negro, a primeira em São Paulo (1944) e a segunda no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950). Todos estes certames foram animados de propósitos práticos e não reuniões de debates acadêmicos. Isto não impediu, entretanto, que um estudioso como Arthur Ramos tivesse comparecido, como convidado, à Conferência Nacional do Negro, em cuja sessão final tomou parte em vésperas de sua viagem para a Europa, onde faleceu.

Fundamentado em bases científicas, de caráter sociológico e antropológico, o TEN nunca foi compreendido pelos prógonos da ciência oficial que, embora não o hostilizassem francamente, sempre se conduziram em face do empreendimento com desconfiança. No fundo, percebiam que o TEN representava uma mudança de 180 graus na orientação dos estudos sobre o negro.

Todavia, nunca os dirigentes do TEN hostilizaram os "antropólogos" e "sociólogos" oficiais. Foram, na verdade, pacientes com eles. Atraíram-nos mesmo para as suas reuniões, certos de que, na medida em que fossem sinceros, poderiam ser recuperados.

Vale a pena insistir neste ponto. O TEN foi, no Brasil o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando a gente de cor, à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado.

21. Vide A. Bomilcar, op. cit., pág. 51.

Esta denúncia é um *leitmotiv* de todas as demonstrações do TEN, entre as quais o seu jornal *Quilombo*, a Conferência Nacional do Negro e o I Congresso do Negro Brasileiro realizado em 1950.

Os dirigentes do TEN sabiam e sabem que, de modo geral, a camada letrada e os "antropólogos" e "sociólogos" oficiais não estavam, como ainda não estão, preparados mentalmente para alcançar o significado da iniciativa.

O movimento em apreço representa uma reação de intelectuais negros e mulatos que, em resumo, tem três objetivos fundamentais: 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial, no Brasil; 2) reeducar os "brancos" brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) e "descomplexificar" os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país.

Na realização do primeiro objetivo, o TEN desmascarou, de maneira aliás muito polida, a antropologia oficial. O I Congresso do Negro Brasileiro marca definitivamente a nova fase dos estudos sobre o negro. Com a plena consciência disto, escreveu Abdias Nascimento, diretor-geral do TEN, em *Quilombo n. 5* (janeiro de 1950):

> "O I Congresso Negro pretende dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente de cor. Sempre que se estudou o negro foi com o propósito evidente ou a intenção mal disfarçada de considerá-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo empalhado como peça de museu. Por isso mesmo o Congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios de que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade. Deseja o Congresso encontrar medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro, tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional — Guerreiro Ramos vai mais longe afirmando que essa tomada de posição de elementos da nossa massa de cor nada mais é do que uma resposta do Brasil a um apelo do mundo que reclama a participação das minorias no grande jogo democrático da cultura. É o futuro Congresso, portanto, vem afirmar que já existe em nosso país uma elite de cor capaz de infundir confiança às classes dominantes, porquanto o nosso movimento não é um diversionismo, não visa a objetivos pitorescos e nem se caracteriza por aquela irresponsabilidade que infelizmente tem prejudicado a maioria das iniciativas dos negros do Brasil."

Em 1949, um documento[22] em que se definia o sentido prático do movimento rezava: "A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro (pela Abolição) foi um avanço sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Sócio-culturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado, porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções de cidadania. Assim, para que o proces-

22. Vide *Relações de Raça no Brasil*, Rio, 1950 (Por vários autores).

so de libertação desta massa se positive, é necessário reeducá-la e criar condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sócio-cultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade. É necessário instalarem-se na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição aos elementos da massa de cor que se adestrarem nos estilos das classes dominantes (Guerreiro Ramos, "O Negro no Brasil e um Exame de Consciência").

Em 1950, escrevia em artigo publicado em "A Manhã" (10-12-50) — "Os Estudos sobre o Negro Brasileiro": — "Os estudos sobre o negro no Brasil estão manifestamente atrasados. Não superamos ainda, neste particular, a fase do academismo e do epicurismo sociológico interessado nos aspectos pitorescos da questão. O problema do negro no Brasil tem sido focalizado com aquele intuito de descrever, de estudar por estudar. A gente toma susto quando faz esta verificação, pois à primeira vista, tinha-se a impressão de que havia no país uma consciência do problema, criada pelos numerosos livros escritos sobre o tema. Mas é preciso ter vindo "de fora", para se constatar como é assustadora a situação dos estudos sobre o negro no Brasil, pois, até certo ponto, eles criaram uma "falsa consciência" da questão. Tranqüilizaram a consciência das elites, quando o caso não é para isto ainda.

Deram-nos a impressão de que tudo corria bem quando efetivamente tudo corre mal. O negro tem sido estudado, entre nós, como palha ou múmia. A quase totalidade dos estudos sobre o tema implica a idéia de que a Abolição tenha sido uma resolução definitiva do problema das massas de cor. Depois daquele cometimento espetacular, nada haveria que fazer senão estudar o negro do ponto de vista estático. E assim, os especialistas entraram na pista dos trabalhos de reconstituição histórica, do folclore e de certa antropologia descritiva, por excelência".

A declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, publicada na imprensa brasileira em 4 de setembro de 1950, continua sendo até agora a súmula mais inteligente de um programa de tratamento objetivo das relações étnicas no país. O documento formula, entre outras, as seguintes recomendações:

a) a defesa vigilante da sadia tradição nacional de igualdade entre os grupos que constituem a nossa população;
b) a utilização de meios indiretos de reeducação e desrecalcamento em massa e de transformação de atitudes, tais como o teatro, o cinema, a literatura e outras artes, os concursos de beleza, e as técnicas de sociatria;
c) a realização periódica de congressos culturais e científicos de âmbito internacional, nacional e regional;
d) a inclusão de homens de cor nas listas de candidatos de agremiações partidárias, a fim de desenvolver a sua capacidade política e formar líderes esclarecidos, que possam traduzir em formas ajustadas às tradições nacionais, as reivindicações das massas de cor;
e) a cooperação do governo, através de medidas eficazes, contra os restos de discriminação de cor ainda existentes em algumas repartições oficiais.

Naturalmente, as posições teóricas e práticas assumidas no meio brasileiro, pelos representantes da nova fase, não podem ser consideradas definitivas. Nelas há muito o que discutir e já se discernem algumas incorreções, contradições e até erros de tática e estratégia a serem evitados, daqui por diante. Mas a autocrítica deste movimento, já iniciada, é outro assunto. O que até aqui se escreveu pretende ser apenas um relatório verídico e honesto da situação dos estudos sobre o negro do Brasil.

Fevereiro, 1954

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954.)

e. Significação do Nacionalismo

Hermes Lima

A PALAVRA nacionalismo desperta reações contraditórias. Urge, pois, examinar o que ela significa.

De um modo abstrato, poder-se-ia conceituar o nacionalismo como a atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam.

Mas essa conceituação abstrata do nacionalismo não diria grande coisa sobre sua substância. À luz daquela definição abstrata, nacionalistas seriam todos os Estados, porque todos colocam sua independência acima de qualquer outro valor político e, conseqüentemente, opõem-se aos elementos que a ameaçam. Desse modo, os Estados Unidos seriam tão nacionalistas quanto o Brasil, a Inglaterra tanto quanto a Índia, a França tanto quanto a Indochina.

Se descermos, porém, ao mundo real, verificaremos que nem todos os povos são independentes, apesar de diversos deles constituírem unidades nacionais de feições bem definidas. Verificaremos, também, que, entre os Estados politicamente independentes, alguns há mais independentes do que outros, porque enquanto certos dentre eles são Estados industrialmente adiantados, economicamente poderosos, outros são Estados industrialmente atrasados, economicamente fracos.

Ora, o nacionalismo constitui valor político-cultural que toma sentido concreto das condições político-sociais dominantes em certo povo ou Estado. Não possui, portanto, o nacionalismo apenas uma versão, porém variadas versões.

O nacionalismo de um povo subjugado pelo estrangeiro, em luta por sua libertação, apresenta problemas e formas que não são as mesmas de um país já politicamente emancipado.

Nas lutas pela independência, o nacionalismo brasileiro tinha a enfrentar questões que estão ultrapassadas, exprimia-se em linguagem que agora não é a mesma, despertava sentimentos que hoje em dia não desperta mais. Pairava em atmosfera de exaltação jacobina o nacionalismo daquela época. Temia-se a recolonização e o temor da recolonização encarnava-se em setores e elementos da sociedade do tempo.

Havia, por exemplo, um sentimento antiportuguês que era sinônimo de sentimento anticolonial. Por mais jacobino e exagerado que fosse esse sentimento, tinha suas razões de ser. Não era invenção caprichosa de espíritos chauvinistas, nem revelava ódio gratuito ao estrangeiro. Importantes camadas da sociedade brasileira do tempo divisavam na inde-

pendência, em nossa separação absoluta da metrópole, grave dano aos seus interesses. Desse modo, o nacionalismo tendia ao jacobinismo, a um patriotismo verde e amarelo exaltado, porém nem por isto deixava de constituir, em seu conjunto, o mais poderoso dos elementos políticos com que contava a causa da independência e de sua consolidação.

Do inflamado nacionalismo da época da independência temos antes orgulho que vergonha. Sem dúvida, ele apresentou exagerações. Mas, no mundo social, os sentimentos coletivos não se comportam como as chamadas "pessoas sensatas" gostariam que eles se comportassem. O próprio do mundo social, nos períodos de luta sobretudo, é a radicalização dos modos políticos de sentir e pensar. É com esse ingrediente que se fazem as grandes coisas, e se desencadeiam os vastos movimentos de opinião. Dele é o vinho que se bebe para lutar e morrer por uma idéia ou por uma causa.

Figuremos, agora, um sujeito "sensato", e além de sensato, instruído, pensando com a lógica do mais frio raciocínio nas dificuldades que a sonhada Independência seria suscetível de trazer ao país. Na vasta extensão de milhões de quilômetros quadrados, havia uma população íntima, tremendamente dispersa, sem homogeneidade social, constituída de índios e de negros escravos em sua maioria, e de uma minoria de brancos. Sob esse conjunto pairava a ameaça de desintegração à semelhança do que ocorreu na América espanhola, pois não havia senão precárias comunicações marítimas, as províncias isoladas tendiam a viver cada qual o seu destino, e o pessoal governante disponível era escasso.

Pesados num laboratório, onde não entrasse o sentimento, os prós e contras da Independência, a conclusão provável seria a de esperar que os acontecimento evoluíssem "naturalmente" para a emancipação política, pois não seria "sensato" estabelecer tamanha atmosfera de agitação num momento em que as peças da precária integridade nacional ameaçavam desarticular-se e vir abaixo sob os golpes da luta intestina.

A contemplação estática da realidade imediata objetiva pode conduzir, portanto, ao adiamento de ações políticas aparentemente inviáveis. É que não se deve perder de vista, que a realidade imediata não se constitui apenas dos fatos e dados que nossa observação apreende, porém, desses fatos e dados e mais da capacidade de liberar os acontecimentos, seja pelo comando do simbolismo, seja pela criação de uma atmosfera favorável aos nossos desígnios.

Muitas e muitas vezes, o nacionalismo forma essa atmosfera. Assim sucedeu nos tempos da Independência, assim está acontecendo nos tempos atuais.

Naquela época, tratava-se de conquistar os direitos que a soberania política confere. Na atualidade, trata-se de completar nossa maioridade econômica. Realmente, é mister que passemos da condição de país subdesenvolvido, produzindo sob uma economia complementar de economias industrializadas, para a condição de país dotado de uma infraestrutura econômica e industrial, capaz de nos fornecer os indispensáveis recursos para o aproveitamento de nossas matérias-primas, para o aumento de nossa produtividade, a fim de nos convertermos num grande mercado interno na base da população que já possuímos, a oitava entre os países do mundo.

A atmosfera política indispensável a semelhante empresa é a do nacionalismo, porque as tarefas mais urgentes de tamanho empreendimento, as prioridades de sua realização, o ritmo de suas obras, tudo depende primordialmente de nós brasileiros, da urgência por nós sentida na batalha contra o atraso técnico e industrial.

Traduz, portanto, o nacionalismo neste momento, para o Brasil, a decisão de levar a cabo uma política pioneira de base e que, por isto mesmo, só nós próprios podemos sentir e formular. Política de base para alicerçar nossa industrialização, política de base que permita incorporar a níveis de produtividade de renda mais satisfatórias a grande massa da população.

Só no sentimento nacionalista pode apoiar-se essa política de base, pois não encontra fora daí ambiência nem compreensão. Não fosse a oportunidade criada pela última guerra, não fossem a visão nacionalista do presidente Vargas e a compreensão generosa do presidente Roosevelt não haveria Volta Redonda. Teríamos de esperar que o interesse do capital privado amadurecesse ao ponto de lhe parecer conveniente aplicar-se em inversão daquela natureza. Passo tão importante para a industrialização foi, assim, antecipado por força da concepção político-nacionalista, que, superando a visão do desenvolvimento peculiar à empresa privada, lançou-se pioneiramente a uma obra fundamental na luta contra o atraso brasileiro.

Muito esclarecedor a esse respeito é o caso do petróleo. Durante anos a fio o território brasileiro esteve aberto à exploração do capital privado, nacional ou estrangeiro, e ninguém se interessou pela coisa. Ainda hoje, o capital privado não volveria suas vistas para a exploração do petróleo brasileiro não fora a atitude nacionalista assumida pelo Estado. Primeiro, porque há superabundância de petróleo atualmente, e porque vastas reservas já identificadas em países de grande produção, como a Venezuela, ali se acham para substituir fontes, como as do Oriente Próximo, que as vicissitudes da guerra tornaram impraticáveis.

Além disto, o mercado brasileiro, apesar de suas perspectivas favoráveis, só agora está consumindo 130 mil barris diários. A nenhuma grande empresa interessaria montar no Brasil, como negócio, uma indústria integrada de petróleo, da extração ao refino, para satisfazer apenas nossas necessidades internas. Estas, as grandes companhias fornecedoras do mercado nacional podiam perfeitamente saciar com o óleo que produzem nas vizinhanças mesmas do Brasil, eis que o problema de divisas é nosso, e não das companhias.

Mas a posição nacionalista teve a virtude de colocar na ordem do dia o problema de descobrir petróleo e de refiná-lo no país. A outra posição seria a de esperar, mediante concessões a longo prazo que praticamente transfeririam a propriedade das jazidas para os trustes, que estes tivessem interesse em proceder a pesquisas e instalar refinarias no território brasileiro.

A posição nacionalista colocou o interesse nacional na liderança do problema do petróleo, determinando assim que ele fosse encaminhado não ao sabor de conveniências técnicas e comerciais dos trustes, mas sob a pressão de nossas necessidades e das reivindicações do nosso desenvolvimento.

Está claro que tivemos de esbarrar, e vamos esbarrar ainda com muitas dificuldades no caminho da solução nacionalista. Os trustes são poderosos. Não é em vão que, só no ano passado, gastaram em publicidade, em publicidade de um produto que não precisa de anúncios, nada menos que 600 milhões de cruzeiros. Mas a posição nacionalista, que

foi ganhando com ímpeto crescente a consciência popular, teve, desde o início, a vantagem de propor o problema do petróleo ao país mesmo, e não aos trustes, de colocá-lo, antes de tudo, na dependência da nossa vontade, como uma tarefa nacional, em termos formulados por nós próprios e não em termos formulados pelas empresas privadas estrangeiras.

A posição nacionalista foi tão essencial na criação do problema-petróleo no Brasil, tão importante na formação de uma consciência popular reivindicadora de medidas para sua solução, que hoje em dia tenho ouvido de sinceros adeptos da iniciativa privada que, mesmo admitida a participação do capital estrangeiro, seria criminoso acabar-se com a Petrobrás. Eles próprios temem que os trustes permaneçam sem concorrência na indústria e no mercado nacional de petróleo.

De modo nenhum a posição nacionalista exclui a colaboração do capital e da técnica estrangeiros. Aqueles que pensam que nacionalismo em matéria de petróleo, ou em qualquer outra matéria semelhante, significa dispensa do capital e da técnica estrangeiros, enganam-se redondamente, se é que pensam com honestidade.

Nacionalismo não se traduz por recusa ou desinteresse da ajuda técnica e financeira que os países industrializados nos podem fornecer. Nacionalismo exprime, antes de tudo, um plano de trabalhos, um esquema de realizações, uma política de base que desejamos realizar em termos de uma formulação própria segundo as urgências ditadas pelos interesses do nosso desenvolvimento, na conformidade de um objetivo nacional de vida.

Outorgar concessões petrolíferas aos trustes e aguardar que eles se movam até o ponto de instalar, da extração ao refino, uma indústria de petróleo no Brasil, seria colocar o problema sob a dependência de fatores, que escapariam ao nosso controle. Manter a questão do petróleo em termos nacionalistas significa conferir primazia no assunto ao interesse nacional, significa conduzi-lo por nossas próprias mãos, significa fazer do petróleo um instrumento de política nacional sob nosso controle, significa disposição para sacrifícios contanto que solucionemos o caso como donos de nossas jazidas.

Para os brasileiros, o importante em petróleo é que produzamos para nosso próprio abastecimento. Alcançada essa etapa, nossa vitória é já completa. Para os trustes, o importante é produzir petróleo para vender aqui e no estrangeiro. No primeiro caso, prima um objetivo nacional de progresso e segurança sob qualquer outro. No segundo, prima um objetivo comercial. Para o truste, o único objetivo político em petróleo, a que ele se subordina, é o do país cujos capitais o alimentam e de que ele se constitui, em última análise, um agente da respectiva expansão política e militar.

Prefere a posição nacionalista situar o petróleo, antes, como elemento integrante de uma política própria do que como elemento integrante de uma política na melhor das hipóteses a ser partilhada com os trustes, pois eles, desde que concessionários de explorações petrolíferas, teriam de participar da vida interna nacional como fatores de sua segurança e de seu desenvolvimento.

Mas quem orienta e domina os trustes? Quem dita a orientação política por eles seguida? São os países que lhes outorgam concessões e não controlam de fato a indústria, e se contentam em receber "royalties", ou os países que possuem nos trustes seus agentes políticos e militares?

Essa situação explica por que é tão intensa a campanha dos trustes contra a solução nacionalista. Daí as imensas dificuldades que a solução nacionalista se depara, dificuldades de financiamento, dificuldades de aquisição de material.

Não é segredo para ninguém que, quando se organizou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a fim de estudar financiamentos de problemas nacionais de base, convencionou-se, de saída, que de financiamentos destinados à exploração do petróleo não se cogitaria. Podia-se cuidar de financiamento para tudo, menos para petróleo.

A refinaria de Cubatão não pôde ser comprada nos Estados Unidos. Tivemos de recorrer à indústria européia para adquirir os maquinismos da grande usina.

Desse modo, a primeira e mais grave dificuldade que se depara à solução nacionalista é a decorrente do financiamento em divisas estrangeiras. Porque esse financiamento só o quer fazer o capital privado dos países em que os trustes são forças econômicas dominantes, dentro de esquemas que julgam convenientes aos seus interesses, esquemas antes de mais nada baseados no regime das concessões, como acontece no Irã, na Arábia, na Venezuela, na Colômbia, no Peru. A colaboração dos trustes acarreta com ela um método, uma política, a que temos de nos curvar.

Pelas críticas que seus adversários lhe fazem, afigurar-se-á aos desatentos que a solução nacionalista repele os financiamentos feitos pelo capital privado estrangeiro. Não é verdade. Dentro da solução nacionalista da Petrobrás, financiamentos são perfeitamente praticáveis e com vantagens recíprocas. Esses financiamentos, contudo, não se pautam pelo modelo tradicional-colonizador dos trustes, eis toda a diferença. Diferença de que não querem os trustes abrir mão. Parece-me a mim achar-se entre os motivos dessa teimosia o receio de abrir brechas na frente do sistema colonizador das concessões. Como repercutiria na Venezuela, no Peru, na Colômbia, a colaboração aberta dos trustes no sistema nacionalista brasileiro?

Assim, os trustes resistem, ao mesmo tempo que agora se mostram ansiosos para participar da exploração do nosso petróleo, porém à maneira deles.

Nosso dever também é resistir, e tornar patente a viabilidade do esquema nacionalista, mesmo à custa de sacrifícios. Serão sacrifícios compensadores. De fato, já começam a ser compensadores.

Faltou em diversas ocasiões à política nacionalista do petróleo maior firmeza, maior coerência, mais audácia. De estarrecer, por exemplo, foi o fato de se haver colocado em postos importantes e até postos chaves dessa política indivíduos que nela não acreditavam e não coravam de o dizer abertamente. Tínhamos, assim, a política estatal do petróleo conduzida em parte por elementos contrários a ela, paradoxo responsável pelas suas perplexidades mais graves.

Mau grado tudo isto, a política nacionalista conta, hoje, em seu ativo vitórias brilhantes, embora parciais, como a das quatro refinarias recentemente instaladas, duas das quais estatais, e que produzirão cerca de 80 mil dos 130 mil barris diários que consumimos, o que permite economia de divisas da ordem de 60 milhões de dólares, por ano.

Além disto, aí estão os campos petrolíferos da Bahia, cujas reconhecidas possibilidades de produção podem já alcançar 30 mil barris por dia; a descoberta, no Amazonas, do poço de Nova Olinda, cujo perfil geológico em tudo igual ao perfil dos poços das áreas

mais produtivas do mundo, autoriza a sólida esperança de imensos lençóis de óleo naquela imensa área.

São passos esses comprovadores da atividade da política nacionalista, passos decisivos para evidenciar sua praticabilidade, passos que permitirão romper a hostilidade dos trustes convencendo-os, ao mesmo tempo, a que colaborem conosco, embora dentro de esquema diverso daquele a que se habituaram.

Na verdade, muitas das dificuldades que inicialmente se assinalavam à política nacionalista tem já a Petrobrás mostrado que se podem vencer, seja pela contratação de equipes de técnicos estrangeiros de primeira ordem, seja pela lavratura de contratos de fornecimentos de matérias-primas e de construção de novas unidades, como a fábrica de adubos de Cubatão.

A lei instituidora da Petrobrás confere-lhe autoridade para contratar com firmas estrangeiras a exploração do óleo e a construção de refinarias, para negociar a forma de pagamento que poderá ser em matéria-prima ou em dinheiro.

O capital privado estrangeiro dispõe, sob a Petrobrás, de oportunidades muito rendosas de investimento. Caberá à prática dizer se tais oportunidades poderão comportar modificações, embora sem prejuízo da espinha dorsal do esquema nacionalista.

Está, porém, fora de cogitação substituir-se o esquema nacionalista pelo esquema concessionista dos trustes, como condição indispensável a que venhamos a produzir o petróleo de que necessitamos.

A confiança dos trustes no fracasso da Petrobrás funda-se na escassez de divisas estrangeiras. Este é o ponto decisivo da luta entre a política nacionalista e a política das concessões. A política nacionalista está, por isto mesmo, chamada a despender esforço muito sério no sentido de aparelhar a Petrobrás com a quantidade de divisas indispensável para imprimir à pesquisa do petróleo o ritmo compatível com o interesse nacional, que é o de satisfazer, no mais breve espaço de tempo possível nosso próprio consumo.

Disporá a política nacionalista de tal possibilidade?

Há os que pensam, e muitos pensam honestamente, que não. Consideram o capital necessário aos investimentos petrolíferos tão avultado que não vêem como obtê-lo dentro do país, com o trabalho do país.

Todavia, há os que firmemente acreditam na possibilidade de obtermos, nós mesmos, divisas suficientes para investimentos anuais substanciais, ainda que se tomem necessárias medidas drásticas na importação de bens de consumo, a começar pelos menos imprescindíveis.

E' imperioso, todavia, experimentar antes de ceder. E' mister procurar na prática uma solução para a questão de divisas, antes de sentenciar contra a política nacionalista. Não se pode antecipar que não há meio de estabelecer dotações anuais substanciais em dólares para a Petrobrás antes de um esforço viril, de uma determinação esclarecida no sentido de lograr tal objetivo.

Há pouco, ditado pelo espírito nacionalista de não ceder antes de queimar todos os cartuchos, organizou-se um esquema, já dado à publicidade, pelo qual à Petrobrás serão atribuídos sessenta por cento das divisas economizadas com o transporte por navios nacionais e com o tratamento pelas refinarias nacionais do óleo bruto importado. Os meios de transporte e refinação que já possuímos possibilitam uma economia de divisas da ordem de 60 milhões de dólares. Tocarão à Petrobrás, portanto, pelo esquema aprovado, a soma global de uns trinta milhões de dólares, soma suscetível de aumentar, e que, repetida ano após ano, perfaz contribuição de valor extraordinário, para inclusive derrotar o absenteísmo hostil do capital estrangeiro.

Não fora o espírito nacionalista, não fora a determinação nele inspirada, não fora a vontade de vencer que nele se alimenta, o esquema pelo qual a Petrobrás, deste ano em diante, disporá no mínimo de trinta milhões de dólares, não teria ocorrido a ninguém. Ninguém encontraria a saída inicial feliz que tal esquema apresenta, e isso num momento de agudas dificuldades cambiais para o país.

Dir-se-á, todavia, é pouca a quantidade de divisas destinadas à Petrobrás. Para início de atividades, não é.

Consideremos que as inversões petrolíferas não são maciçamente feitas de um jato, porém se espaçam por longos anos a fio, pois um campo de petróleo requer de seis a dez anos para estar em condições completas de produção.

É infantil a idéia de que, pelo regime de concessões aos trustes, nosso problema do petróleo se solucionaria em curto tempo e mesmo em tempo recorde. Aqui situa-se exatamente um dos pontos mais importantes da questão do petróleo: a noção "tempo" dos trustes não é, necessariamente, idêntica à noção nacionalista de "tempo". Para o Brasil, o petróleo é utilidade que devemos produzir com urgência. Produzida em quantidade suficiente para abastecer o mercado interno, terá o problema recebido, do nosso ponto de vista, solução já completa. Mas, para os trustes, a produção de petróleo neste país é, antes de tudo, um aspecto da produção de petróleo no mundo, do petróleo cujas fontes e cuja distribuição eles controlam. Nós equacionamos o problema em termos nacionais de segurança, de desenvolvimento e abastecimento interno, ao passo que os trustes têm de equacioná-lo em termos internacionais de reserva e consumo, de venda e distribuição no mercado mundial, já que o brasileiro é pequenina fração desse todo.

Esses fatores condicionam modos diferentes de tratar e sentir o problema. A posição nacionalista tal se denomina pela ênfase que põe as condições internas como elemento determinante fundamental da política de petróleo.

Desse modo, seja por obra de razões técnicas, seja por força de razões comerciais, como política de preços em face das quantidades disponíveis para o mercado, os trustes fazem seus investimentos progressivamente, segundo a marcação de um compasso internacionalmente complexo.

Na Venezuela, por exemplo, os investimentos das companhias concessionárias somam 2 bilhões de dólares, na atualidade. Mas essa formidável quantia foi aplicada no espaço de meio século, o que dá a média de 40 milhões de dólares, por ano. Foi necessária, porém, a ocorrência de duas guerras mundiais para que as empresas concessionárias do petróleo venezuelano ativassem as pesquisas e a produção de óleo local.

Se a política nacionalista não esmorecer, se a Petrobrás continuar a possuir em sua

direção elementos convencidos da praticabilidade do esquema nacionalista, resolutos e determinados na consecução dos objetivos que a lei criadora da autarquia lhe assinala, se crescentes dotações em dólares lhe forem regularmente atribuídas, dúvida não haverá de que criaremos nossa indústria de petróleo fora das condições impostas pelos trustes, e em condições escolhidas por nós mesmos, segundo uma apreciação própria e intransferível dos nossos interesses.

Para essa batalha não estamos tão despreparados como se assoalha nos círculos concessionistas. Frutos dela já aí se encontram, e tais frutos não autorizam desânimo, antes infundem confiança no futuro. Constatemos, também, que o país possui alguns trunfos que, bem jogados nesta partida em prol do desenvolvimento nacional, produzirão, mais tarde ou mais cedo, resultados do maior alcance.

Entre esses trunfos destaca-se a posição internacional do nosso país. Não somos, por enquanto, uma grande potência, e ainda não atingimos mesmo o nível de um país adiantado pelos padrões da civilização industrial contemporânea. Nossa posição geográfica, os valores culturais que pregamos, os interesses econômicos, tudo nos prende ao campo ocidental, cuja liderança pertence de fato aos Estados Unidos.

Contudo, dentro do campo ocidental não somos unidade tão fraca que não haja lugar para nossa voz, na conceituação dos nossos problemas fundamentais. Podemos oferecer, como o passado recente testemunha, colaboração preciosa, bastando refletir nas matérias primas de valor militar que estamos em condições de exportar. Nosso manganês e nossos minerais atômicos, por exemplo, constituem instrumentos de uma política internacional, que poderia ser mais atilada do que tem sido, na negociação de vantagens recíprocas. Possuímos algo de muito importante a oferecer. Algo de muito importante justo é que recebamos. Entretanto, não há notícia de que tenhamos ligado às concessões para a exploração do manganês, aos fornecimentos de materiais estratégicos como areias monazíticas e minerais atômicos, um esforço diplomático no sentido de receber o esquema nacionalista do petróleo melhor compreensão da parte do capital público e privado norte-americano.

Nas relações internacionais, quem não negocia, não logra vantagens, quem não faz valer seus trunfos não pode esperar senão o tratamento consagrado pela rotina e pelas fórmulas tradicionais de colaboração.

Nossa política internacional precisa vencer o receio de parecermos inoportunos, de sermos julgados imaturos para compreender os lances do grande jogo entre as potências, precisa perder o receio de criar problemas a nações amigas, mesmo num tempo de dificuldades especiais para todos. Precisa perder o temor reverencial pelas grandes civilizações e pelas grandes potências, temor que é produto de uma visão cultural do mundo em que a contribuição de nossa realidade não se incorpora, mas antes é consciente e inconscientemente repelida.

Problemas universais como a guerra fria entre Leste e Oeste tornam-se, portanto, suscetíveis de minimizar na mentalidade diplomática os problemas nacionais. A visão do universal, daquilo que se passa no palco do mundo, tende a situar em segundo plano a visão

do que é peculiarmente regional.

Conseqüência prática de tal estado de espírito é a inclinação antes a ceder do que a reclamar, antes a concordar do que a discutir, antes a não fazer contas do que a minuciá-las.

O nacionalismo tem de afirmar-se, por isto mesmo, como traço profundo de nossa cultura política, como o traço que porá essa cultura em contato com as nossas realidades, habilitando-a a distinguir nossos problemas e a formulá-los em termos próprios do nosso interesse.

Não é portanto, o nacionalismo uma atitude episódica e parcial, que, aplicada por motivos políticos ou emocionais passageiros, a certas questões, a mais não se prestaria do que a servir a interesses pessoais ou partidários demagógicos.

O nacionalismo verdadeiro nada tem de jacobino, não se arreceia da colaboração estrangeira. Não implica de modo algum em posição isolacionista. Para um país subdesenvolvido como o Brasil, o nacionalismo representa, acima de tudo, a consciência do seu "tempo" histórico e social, a consciência dos problemas que lhe são específicos em determinada conjuntura do subdesenvolvimento nacional.

Descobrir possibilidades de superação do atraso através de concepções e métodos extraídos das condições características da respectiva situação histórica, econômica e social, constitui a tarefa principal do nacionalismo nos países subdesenvolvidos. Só a política nacionalista possibilitará a mobilização da consciência popular na obra coletiva da conquista de níveis superiores de civilização.

Longe está o nacionalismo, portanto, de reduzir-se a uma invenção de demagogos, a pura falsificação chauvinista da realidade, ou a mera exploração eleitoral. O nacionalismo é fruto histórico legítimo do processo dialético de transformação das condições econômicas e sociais nos países de economia colonial ou reflexa.

Vejamos, por exemplo, as raízes históricas do nacionalismo na América Latina.

Há muitos anos que a América Latina constitui uma das áreas do mundo mais lucrativas para a empresa privada colonizadora, para os investimentos do capital colonizador.

Com seus governos instáveis, com seus homens públicos orientados em matéria econômica e financeira pelas idéias e interesses dos países industrialmente adiantados, os países latino-americanos organizavam-se fundamentalmente para exportar matérias-primas. A economia desses países era complementar da economia dos países industrialmente adiantados. Nos países latino-americanos, o progresso traduzia-se por investimentos acima de tudo ligados às exigências da exportação de matérias-primas e produtos tropicais.

Viviam os países latino-americanos na dependência absoluta dos mercados exteriores, especializados que eram (e ainda são) em produzir dois ou três produtos importantes para enviar aos mercados estrangeiros. Na mais completa subalternação desses mercados se quedavam, fosse para o que vendiam, fosse para os bens essenciais e manufaturados que compravam. Qualquer crise, qualquer depressão no exterior representava para os países latino-americanos quedas fatais de exportação com a conseqüente agravação das dificuldades internas.

Essa situação de simples dependência em que a economia reflexa dos países latino-americanos os colocava, começou a mudar sob o impacto da primeira e da segunda confla-

grações mundiais e em conseqüência do crescimento dos respectivos mercados internos, fatores esses estimulantes da diversificação da produção, da introdução e melhoria das técnicas para aumento da produtividade, e, sobretudo, do aproveitamento dos recursos naturais próprios em benefício da industrialização.

A política tradicionalmente praticada pelos investimentos estrangeiros nos países fontes de matérias-primas, nos países de economia colonial e reflexa, teria de ceder o passo à política diferente, em que o sentido do desenvolvimento se marcasse pela preocupação de criar condições internas para a valorização do elemento humano nacional, num ritmo determinado pela nossa vontade, pela nossa capacidade, pelo nosso interesse em vencer o atraso.

Esta é a base e o espírito da política nacionalista.

Nela o primeiro lugar pertence ao esforço nacional, cujos objetivos se concretizam na mobilização progressiva, mas imediata das riquezas e recursos que permitam ao país nivelar-se às nações adiantadas.

Esta política não repele o capital estrangeiro. Enquadra-o num esquema de desenvolvimento que, em vez de se achar dominado pelos interesses comerciais da empresa privada como empresa privada, acha-se orientado por um planejamento da vida nacional. A hidrelétrica de Paulo Afonso exemplifica muito bem o sentido da política nacionalista e o que ela reinvindica como contribuição do capital estrangeiro ao esforço nacional para superar o subdesenvolvimento.

Num país subdesenvolvido, as tarefas da política nacionalista ultrapassam necessariamente o raio de ação dentro do qual funciona a empresa privada. A empresa privada é, sem dúvida, também fator, e muito importante, de progresso. Porém, seus horizontes se limitam pela própria vocação do interesse comercial e financeiro que inspira. A empresa privada procura a rentabilidade compensadora imediata, num processo competitivo em que o lucro decidirá de seu sucesso. Ela é, assim, de sua própria natureza, expressão do sistema econômico capitalista dominante.

Muitas das tarefas da política nacionalista ultrapassam, por isto mesmo, a capacidade empreendedora da empresa privada nos países subdesenvolvidos. Instalar indústria de base, explorar fontes de energia e combustível, tornar progressista a estrutura agrária são tarefas que exigem imperativamente, nos países subdesenvolvidos, a liderança do Estado, porque se situam além da finalidade comercial própria das forças econômicas características do sistema da livre empresa.

Em tais condições, o Estado é chamado a desempenhar papel diferente daquele que desempenha em países já desenvolvidos. Sua intervenção no domínio econômico não constitui postulado doutrinário, mas imposição das exigências do desenvolvimento, desde que este se coloque como produto de uma mobilização de forças nacionais e não apenas como resultado da ação reflexa da inciativa privada, ou do investimento de capitais estrangeiros. A interferência do Estado no domínio econômico não significa necessariamente estatização de atividades econômicas, mas, antes de tudo, uma direção geral normativa através de adequado conjunto de medidas promocionais de desenvolvimento. Não se trata de socialismo. Não se trata de repúdio ao capital estrangeiro.

Trata-se, isto sim, do planejamento de medidas de ordem material e financeira destinadas a preparar o país para que sua estrutura econômica possa comportar a massa do povo trabalhador em níveis razoáveis de produção e consumo e de renda nacional; ou de medidas destinadas a propiciar a captação de recursos para investimentos de base.

Deixados ao sabor de interesses puramente imediatos de rentabilidade, os capitais preferirão em grande parte dirigir-se para as formas tradicionais ou ostentatórias de consumo, esquecidas as exigências básicas do desenvolvimento.

As exigências do progresso, da criação de uma infra-estrutura capaz de permitir a conquista de padrões superiores da vida econômica, exigem inversões a longo prazo, de baixa ou moderada rentabilidade, inversões ligadas ao equipamento da industrialização do país, da exploração de suas fontes de combustíveis, do aparelhamento dos seus meios de transporte.

A base mais profunda da política nacionalista nos países subdesenvolvidos reside, portanto, no despertar de uma consciência política própria, de tal modo que a imagem do país não a recebamos de mãos estranhas, porém do sentimento de nosso próprio destino e do conhecimento de nossas próprias possibilidades.

A política nacionalista preocupa-se, antes de tudo, com a situação do povo, com as condições de vida que a estrutura econômica permite ao povo. Ao equacionar o desenvolvimento de um país ainda atrasado, como o nosso, entra nos termos da formulação nacionalista, em absoluto destaque, a organização de uma economia para atender as reivindicações do maior número, as reivindicações dos que vivem do próprio trabalho. Não teria cabimento uma política nacionalista, típica de país subdesenvolvido, que não fosse, ao mesmo tempo, uma política populista.

O ponto essencial de referência da política nacionalista vamos assim encontrá-lo nas condições de vida do povo, nas condições de produtividade, em que seu trabalho se concretiza, nos níveis da renda nacional. A política nacionalista considera, portanto, o povo como o primeiro capital do país. Ao pensar no progresso em função do qual se devem fazer os investimentos a política nacionalista levanta logo seu critério próprio para medir esse progresso: até onde modificou para melhor as condições de vida do povo, até onde representou um passo essencial na transformação da estrutura econômica tradicional de modo que ela pudesse oferecer perspectivas mais amplas de produção e consumo?

Do ponto de vista da pura rentabilidade, do lucro comercial imediato, países subdesenvolvidos, como o Brasil, oferecem apesar do seu atraso, oportunidades magníficas.

Há atividades econômicas que produzem lucros estupendos e, de fato, inúmeras são as empresas cujos balanços acusam dividendos extraordinários neste país. O investimentos estrangeiros são regiamente remunerados. De 1946 a 1951, por exemplo, os capitais privados americanos investidos no Brasil somaram cerca de 380 milhões de dólares. Capital é termo aqui empregado para significar entrada de dinheiro, de máquinas, de patentes. Pois, no mesmo período de 1946 a 1951, as remessas enviadas para os Estados Unidos como amortização e juros somaram cerca de 320 milhões de dólares. Melhor negócio não se poderia desejar. Além do dinheiro enviado, muito dinheiro ainda ficou por aqui mesmo, reinvestido pelas empresas na ampliação de suas instalações.

Sem dúvida, esses investimentos trouxeram progresso para o país. Porém, além de se ligarem, em grande parte, a solicitações imoderadas do consumo de luxo, eles exploraram,

sobretudo, atividades ligadas a formas estabelecidas e tradicionais de consumo, que o crescimento vegetativo do mercado interno ampliou. A contribuição desse modo recebida do capital estrangeiro não ajudou a transformar o país na linha da indispensável remodelação de sua infra-estrutura, que permaneceu, portanto, insuficiente e atrasada. O Brasil, com população superior a 50 milhões de habitantes, continua a produzir e consumir em níveis modestos para uma população de 25 milhões. Metade da população brasileira não está incorporada a uma estrutura de produção e de trabalho que lhe permita viver decentemente.

É do conhecimento de tal situação que irrompe a flama em que se inspira e anima a política nacionalista. O desenvolvimento deste país não pode ser concebido como empreendimento industrial e comercial, sujeito a investimentos do capital privado, na medida em que esse capital tenha interesse em promover novas fontes de riqueza e de renda. Esta medida é demasiado pequena para o sentimento nacional do nosso destino.

Além do mais, o caráter reflexo e complementar de nossa economia tenderia a perdurar, indefinidamente, se sua transformação dependesse apenas de ação dos investimentos privados. Esses investimentos não cuidariam de abreviar, de apressar, de forçar a mudança do caráter de nossa economia, deles não seria justo esperar nenhuma atitude revolucionária, nenhuma atitude criadora. Eles acompanhariam a evolução, não queimariam etapas dessa evolução.

Penso haver demostrado que a posição nacionalista é, na conjuntura do nosso subdesenvolvimento e em face das tarefas que sua superação reclama, a única politicamente compatível com a visão de um Brasil consciente de seu destino histórico.

Reduzir a posição nacionalista à hostilidade contra o capital estrangeiro só pode ser produto da ignorância ou da ma fé. Produto será, também, dos interesses que, ligados às formas colonizadoras da exploração econômica, não querem que o Brasil se olhe com seus próprios olhos, se reconheça, se defina e se encontre a si mesmo.

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 3 (4): 85-100, abr./ago. 1955.)

f. A Política dos Estados Unidos

1. DESDE a ascensão dos republicanos ao govêrno, a política exterior dos Estados Unidos tem sido enunciada, por seus porta-vozes mais autorizados, em termos abertamente divergentes, quando não, mesmo, em larga medida, contraditórios.

Não iremos aqui apontar as diversas ocasiões em que se têm apresentado essas divergências ou contradições, pois embora talvez fosse útil registrá-las e interpretá-las, uma a uma, seria também, por outro lado, exaustivo e fastidioso, e não se coadunaria com um trabalho sumário como este.

Para corroborar aquela observação, basta citar aqui o testemunho de um político autorizado e ponderado como o Sr. Clement Atlee, no seu discurso de 12 de maio de 1953, na Câmara dos Comuns (Ver CNT, nº 1, págs. 228-230).

Com efeito, nesse dia, falando num debate sobre política exterior, disse o *ex-premier* britânico:

"O govêrno da América, por conseguinte, não é senhor em sua própria casa.

Lembremo-nos, também, de que o Congresso é constituído de pessoas que representam, primeiramente, os interesses de um determinado Estado da União. Os grupos de interesse e de pressão são muito fortes e, além disto, a administração americana parece ser menos integrada do que a nossa. O Presidente Eisenhower faz um discurso; logo depois o Secretário do Estado, Sr. Dulles faz outro discurso, no qual achei ressoar uma nota algo diferente. Vemos, em certas ocasiões, o Tesouro seguindo uma política; o Departamento de Estado, outra; e o Pentágono, talvez, uma terceira.

Um outro ponto parece ser o de a tradição americana dar aos seus representantes no exterior maior liberdade e menos direção do que damos aos nossos. O mesmo se verifica quando contrastamos, de um lado, as relações entre os nossos chefes de Estado-Maior e nossos comandantes na frente e, de outro lado, as relações entre os chefes de Estado-Maior americanos e seus generais no *front*."

E mais adiante, depois de dizer que "uma das desvantagens do sistema americano de democracia é ser difícil, às vezes, saber onde está realmente o poder", o Sr. Atlee acrescenta sobre as negociações que então se realizavam na Coréia: "Embora possa estar enganado, todas as minhas informações são no sentido de que os chineses desejam um acordo. Acredito que a administração americana também o deseja.

As negociações estão nas mãos do comando americano em nome das Nações Unidas. Mas há forças nos Estados Unidos que não querem um acordo. E' melhor encarar de uma

vez esse fato. Existem pessoas que desejam uma guerra total com a China e com o comunismo em geral, e há ainda a forte influência do grupo de pressão de Chaing Kai-shek".

Este é, sem dúvida, num rápido bosquejo, um retrato muito exato da política exterior dos Estados Unidos, pintado por quem, em virtude das suas altas funções, a conhece desde a intimidade.

2. Embora a política exterior norte-americana – e o mesmo se pode dizer também da política interna – apareça assim, a uma primeira observação, em termos divergentes e contraditórios, uma análise mais detida nos demonstra que ela possui, pelo menos desde o fim da Segunda Grande Guerra, uma razoável coerência sistemática interna, a qual se configura em decorrência da sua subordinação aos três itens básicos que a seguir apontaremos.

Observe-se, desde logo, que não importa saber se todos os elaboradores da política ianque estão plenamente conscientes dessa subordinação e já a projetam, deliberadamente, deste modo. O que importa registrar é que, pelo menos *ex-post*, vale dizer, como resultado, ela surge sistemática e coerente à luz desses três itens, sendo verdade, entretanto, que ao menos para determinados setores do govêrno ela é, sem dúvida, uma *policy* conscientemente projetada.

Tais itens básicos, configuradores da política norte-americana, são os seguintes:

a) diretiva estratégica fundamental, resumível no *slogan* "America First";

b) fundamentos reais geopolíticos;

c) fundamentos ideológicos colhidos numa concepção individualista da História ou, mais particularmente, numa concepção policial da História.

3. A diretiva estratégica fundamental que resumimos na divisa "America First", consiste, essencialmente, no objetivo dos Estados Unidos de conquistarem para si a hegemonia mundial, nos quadros do que, em suas últimas conseqüências, seria um império mundial.

Com efeito, antes da última guerra, como se sabe, o *slogan* "America First", que era a designação e a principal divisa de propaganda da extrema direita isolacionista, tinha uma significação apenas "interna", ou seja, significava que se deviam colocar os problemas internos do país acima das questões internacionais. Após a guerra, entretanto, com a transformação do antigo isolacionismo em imperialismo (V. CNT, nº 1, pág. 9) vamos encontrar implícito, como denominador comum da política exterior bipartidária, o princípio "América primeiro", como resumo das aspirações norte-americanas de estabelecer uma hegemonia mundial.

Mais exatamente, a referida consigna representa a crença de que a América já detém, pelo menos em potência, essa hegemonia, faltando apenas transformá-la em *ato*, convicção esta que assenta numa ilimitada confiança na superioridade econômica e tecnológica dos Estados Unidos, em face de todos os demais países do mundo. De fato, já em 1941, o famoso publicista republicano Henry Luce expressava tal confiança, afirmando na sua obra, *O Século Americano:*

– Que somente os Estados Unidos podiam assimilar os objetivos da guerra em curso.
– Que na associação anglo-americana, a Grã-Bretanha reconheceria a hegemonia dos Estados Unidos.

– Que era somente americana a oportunidade de hegemonia mundial.

É, sobretudo, este último pressuposto, na verdade, que sustenta tanto a política de "liderança mundial" dos democratas, como a política de "liderança agressiva" de Mac Arthur, como ainda a idéia de "guerra preventiva", acalentada pelos partidários maximalistas da estratégia aeroatômica.

Finalmente, será útil assinalar que com a ascensão dos republicanos ao govêrno, a diretiva "America First" passou a ser também uma consigna tática, no sentido de que ela não só indica o objetivo final da política ianque, como ainda é uma regra operativa de aplicação imediata, que coloca a América, primeiro, a todo momento e em toda parte, pouca importância sendo dada aos interesses e objetivos, mesmo dos mais poderosos aliados dos Estados Unidos, como é o caso da Inglaterra.

De fato, enquanto a confiança dos democratas no poder do seu país não era de molde a levá-los ao desprezo pelos interesses e objetivos, ao menos dos seus aliados mais poderosos, a fé dos republicanos na força *isolada* da América é tal, que eles atribuem uma importância mínima aos seus aliados e, por isso mesmo, estão a exigir, desde logo, que eles ocupem uma posição subalterna na coligação do campo ocidental.

4. O repertório principal dos dados reais – adequados ou inadequados, pouco importa – que fundamentam a política exterior norte-americana, é oferecido pela geopolítica.

A geopolítica, como se sabe, é um conjunto de dados materiais, tomados á geografia, de conceitos e de princípios teóricos que alicerçam o estudo das relações entre a geografia e o poder político. Por outras palavras, a geopolítica é o estudo da geografia enquanto suporte do poder político ou enquanto palco do fenômeno do poder.

Os fundadores da geopolítica, como disciplina sistemática, foram, como se sabe, os geógrafos ingleses Sir Halford John Mackinder e James Fairgrieve, o professor sueco Rudolf Kjellén (que a batizou com esse nome) e o General alemão Karl Haushofer; este último se tornou o mais famoso e discutido, entre os cultores da novel disciplina, por haver associado à mesma as aspirações do expansionismo germânico e havê-la, por fim, colocado a serviço do nacional-socialismo.

Foi, principalmente, através da Alemanha que os norte-americanos receberam as concepções geopolíticas – e "inclusive as mais ignorantes e fantásticas locubrações e imoralidades políticas" – dizia Isaiah Bowman, em 1942 – "encontraram ampla difusão em seu nome", nos Estados Unidos.

Com a ascensão de Hitler, e particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, a luta antinazista levou-os seja a condenar a geopolítica em geral (como o fez o já citado geógrafo Isaiah Bowman, que a apontava como uma "ilusão, uma farsa e uma desculpa para o roubo"), seja a condenar apenas a geopolítica *made in Germany* e a apontar, em virtude da vasta influência desta, os perigos dos estudos geopolíticos.

Apresentava-se, então, como antídoto às "venenosas" concepções germânicas, impregnadas de metafísica vitalista, ora uma "geografia científica" na linha do empirismo ianque, ora uma "geografia norte-americana baseada na justiça internacional, na honra internacional, na santidade da palavra empenhada e no respeito internacional mútuo". Tratava-se, em suma, de opor à Geopolítica do Mal dos germânicos, uma Geopolítica do Bem, norte-americana, para o que, buscavam-se, mesmo, novas definições da disciplina em que ela

aparecesse escoimada de qualquer traço de "política de poder" (Assim, por exemplo, dizia-se, com Griffith Taylor, que geopolítica é "o estudo dos traços marcantes da situação e dos recursos de um país com vistas à determinação do seu lugar na política mundial").

Ocorre, entretanto que os fatos têm sua lógica própria, diversa da *lógica das intenções* dos moralistas.

Foi assim que a geopolítica norte-americana do após guerra voltou a ocupar-se do "princípio do poder", e com o sentido bastante prático de fundamentar o "Poder Nacional" dos Estados Unidos.

Aliás, um dos mais autorizados geopolíticos ianques, o professor de Yale, Nicholas John Spykman (autor de *The Geography of the Peace)*, já escrevera as bem significativas palavras que seguem:

"O homem de Estado que conduz a política exterior só pode preocupar-se com valores de justiça, honradez e tolerância na medida em que contribuam para o objetivo do poder ou não interfiram com ele. Podem ser usados instrumentalmente como justificação moral para a busca do poder, mas devem ser descontados no momento em que sua aplicação acarreta debilidade. Não se busca o poder para a realização de valores morais; os valores são utilizados para facilitar a conquista do poder."

E foi nesta linha de pensamento que, ao fim da guerra, por iniciativa do então Subsecretário de Estado, James Forrestal, um grupo de especialistas em história, política e geografia elaborou a obra *Fundamentos do Poder Nacional*, que é, provavelmente, a principal fonte teórica, oficiosa, das diretivas da política exterior norte-americana.

5. Os principais dados e conceitos geopolíticos que alicerçam o que os norte-americanos chamam a sua "grande estratégia" são, em resumo, os seguintes:

a) as concepções correlatas da *World Island, Heartland*, do *Midland Ocean* e do *Rimland*, que ocupam o primeiro plano;

b) o conceito de " geografia da era da aviação" – *Our Air-Age World* – que conduz, em primeiro lugar, a que se dê preeminência à "visão global" da Terra;

c) a tese do "mito continental", que é em parte um corolário, em parte uma correção e um ajustamento dos conceitos referidos em (a) à perspectiva própria dos Estados Unidos resumida em (b) e tem interesse particularmente para os sul-americanos, pois que explica o papel secundário da chamada "política continental hemisférica", no conjunto da estratégia ianque.

Vejamos estes conceitos mais de perto, para melhor compreendê-los.

World Island e *Heartland* são dois conceitos geopolíticos que foram formulados originalmente pelo já citado Sir Halford John Mackinder, e em seguida reelaborados, em particular, pela escola germânica de Haushofer, que neles se inspirou para fundamentar os conhecidos planos do expansionismo alemão.

A *World Island*, segundo Mackinder, é a massa de terras praticamente contínuas, constituída pela Eurásia e pela África, uma espécie de grande ilha, em torno da qual se distribuem as terras menores: as duas Américas, a Austrália e a desabitada Antártica.

O *Heartland*, por sua vez, definido como *the geographical pivot of History* é a parte norte e interior da Eurásia. Estende-se desde as costas árticas aos desertos centrais e para o oeste, até o largo istmo eurasiano, que solda a península européia à Ásia, caracteriza-se, basicamente, por possuir as mais vastas pradarias do mundo, cortadas de certos rios navegáveis de grande extensão e por se achar a salvo do poder marítimo. Observe-se, desde logo, que o *Heartland* se encontra, praticamente, dentro das atuais fronteiras da URSS.

A importância do *Heartland* pode ser aquilatada se lembrarmos o que Mackinder defendia, em 1919, na sua obra *Democratic Ideals and Reality*, e, dizia ele, esperava que algum anjo prestimoso soprasse aos ouvidos dos aliados vitoriosos a seguinte tese: e:

"Quem governar o leste da Europa domina o *Heartland*, quem governar o *Heartland*, domina a *World Island*, e quem governar a *World Island*, domina o mundo."

Sabe-se que o expansionismo germânico baseava uma estratégia nessa concepção britânica do *Heartland*.

Com efeito, outra coisa não significou o ataque à Rússia, senão uma tentativa de, a partir do pequeno *Heartland* europeu, que é a própria Alemanha, conquistar o grande *Heartland* asiático. E outra coisa não significava o projeto alemão de uma Euráfrica integrada, unida à "Esfera de Co-prosperidade da Ásia" dos nipônicos, senão o domínio da Ilha Mundial.

Também devido a Mackinder é o conceito de *Midland Ocean*, que ele define como sendo o Atlântico Norte e seus mares subsidiários, o Mediterrâneo, o Báltico, o Caribe e, podemos acrescentar, o grande mediterrâneo Ártico, que não passa de uma grande golfo do Atlântico Norte.

Este *Midland Ocean*, segundo Mackinder, suporta uma efetiva e duradoura cooperação entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, seria sede de um poder aeronaval que teria, no primeiro, sua defesa em profundidade, no segundo, uma espécie de Malta em grande escala, e, no, terceiro, uma sólida cabeça-de-ponte.

Finalmente, o *Rimland* é um conceito original da geopolítica norte-americana. Definido pelo citado John Spykman, o *Rimland* é constituído por aquele conjunto de penínsulas, costas e ilhas que, como um pequeno crescente, emolduram o *Heartland*. Numa palavra, é a orla externa do *Heartland*.

6. Passemos agora à "geografia da era da aviação", que é o resultado do impacto do transporte aéreo, desenvolvido principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, sobre os velhos conceitos da geografia e, também, sobre os conceitos geopolíticos acima referidos. Esse impacto conduz, antes de tudo, a que se dê preeminência à representação da Terra como um "corpo redondo", aproximadamente esférico, já bem conhecida de todos desde a escola elementar, mas, na verdade, até agora de quase nenhuma aplicação prática.

Em particular, no campo da cartografia, conduz à crítica da representação mercatoriana do mundo, que surge, à sua luz, como uma expressão típica da era do poder marítimo.

Os mapas de Mercator, na verdade, são da maior valia para a navegação marítima, mas completamente impróprias para a navegação aérea.

E o que é mais importante, sua faixa de maior precisão estando ao longo do equador, apenas a distribuição das terras situadas dentro dessa faixa, ou próximas a ela, está representada sem graves deformações. As posições relativas das terras situadas nas altas latitudes ficam assim inteiramente distorcidas, na cartografia de Mercator, que oferece delas uma visão inteiramente inadequada.

Ora, a distribuição destas terras, no hemisfério norte, é da maior importância, uma vez que as principais rotas aéreas mundiais se encontram sobre as mesmas.

Isto é o que se vê, facilmente, nas representações ortográficas, nos mapas azimutal-polares e nos mapas de "círculo máximo" (projeção gnomônica). Eles nos mostram, por exemplo, que a rota mais curta de Chicago a Calcutá passa através da ilha de Baffin, oeste da Sibéria central, província chinesa do Sinkiang e Tibet.

As principais teses dessa nova geografia não-mercatoriana são, em resumo, as seguintes:

a) o aeroplano criou uma nova visão do mundo;

b) nesta nova "visão global" ressalta o papel das rotas de círculo máximo que, em particular, se encontram sobre terras e, mais especialmente, sobre regiões de grande densidade de população;

c) tais rotas encontram-se, na sua esmagadora maioria, no hemisfério norte, seja porque a maioria das terras do globo, quase contínuas, se encontre neste, seja porque nele se localize 93% da população mundial, seja ainda porque – segundo Fairgrieve – "há grandes áreas ao norte do paralelo de 30^{o} apropriadas à civilização moderna", enquanto no hemisfério sul, há poucas terras, e estas são, diz o mesmo autor, pouco apropriadas, na sua maior parte, àquele tipo de civilização;

d) de tudo isto resulta, em particular, a importância do Ártico e das regiões circumpolares, tais como o Alasca, o Canadá, Groenlândia, a Islândia e o extremo norte da URSS e da Europa.

(Essas regiões árticas, além disto, têm importância econômica, em virtude dos seus grandes recursos naturais e, especialmente, em face das suas áreas provavelmente petrolíferas.)

7. O ajustamento das teses geopolíticas, anteriormente vistas, a essa concepção aeronáutica da geografia conduz, *inter allia*, à tese do "mito dos continentes". Esta, que se dirige, em particular, contra as idéas de unidade e solidariedade continental afirma, em resumo, o seguinte:

Os continentes não podem ser considerados como os blocos naturais do edifício da ordem mundial. A necessidade fundamental deste edifício – sem a qual uma economia de paz nunca poderá ser estabelecida no mundo – é uma combinação de poderio marítimo e aéreo, que "trave e organize politicamente os pontos fortes de todas as rotas comerciais e estratégicas de mares e continentes".

Numa palavra, os chamados blocos continentais, na melhor das hipóteses, terão um papel apenas subsidiário, em face da importância que terão as combinações "anfíbias" do poder mundial, pois esta últimas é que desempenharão o papel decisivo.

Como é fácil de compreender, em face do exposto, a concepção global da "grande estratégia" norte-americana é uma visão eminentemente nórdica da geopolítica.

De fato, à sua luz, não só os principais centros do poder mundial se encontram no hemisfério norte, como ainda dentro desse hemisfério se deslocam, em virtude do surgimento do poder aéreo cada vez mais para as altas latitudes.

Segundo essa geopolítica norte-americana, as principais potências do mundo, capazes de estabelecer uma hegemonia global, são, na verdade, "potências do Ártico".

O hemisfério sul, encarado sob essa perspectiva geopolítica, ocupa um papel evidentemente subalterno, o que, entretanto, observe-se, não invalida a importância da Antártida para o controle das rotas transpolares do sul.

8. Passemos agora à concepção individualista da História, que é a fonte principal da ideologia norte-americana.

Essa concepção, como é sabido – e não é o caso de discutir aqui as razões deste fato – ganhou vigência social com a ascensão da burguesia ao primeiro plano da sociedade, e desempenhou um considerável papel na luta desta classe contra o "antigo regime".

Ocorre, porém, que tal concepção não se apresenta em todas as suas manifestações de uma forma unívoca.

É certo que todas essas manifestações têm um denominador comum, que é a essência mesma do individualismo: a concepção da História como o simples somatório de atos individuais livres ou incondicionados ou, quando muito, condicionados por Deus, que, no caso, não é senão a figura ideal de um indivíduo livre, absolutamente incondicionado; ou, por outras palavras, não é senão a projeção magnificada daquela idéia que o próprio "indivíduo livre" faz de si mesmo.

Tal concepção individualista, completamente estranha à idéia de uma lógica objetiva, imanente ao ser, apresenta-se, como já dissemos, sob diferentes formas. Assim, por exemplo, na França ela adquiriu, com o "livre pensamento", um cunho marcadamente racionalista e anti-religioso. Nos países anglo-germânicos, entretanto, ela se manteve como uma concepção religiosa, pois não se encaminhou para o "livre exame" dos textos bíblicos, cuja validade intrínseca não era posta em dúvida.

Expressão típica desse individualismo religioso é o puritanismo, de fundo calvinista, dos povoadores da Nova Inglaterra. Para essa concepção o puritano (moralista) é, por definição, o "indivíduo livre", portador de uma moral superior, de inspiração divina, definida como tal por ele próprio. Os outros, isto é, *os maus*, são, também por definição, os inimigos do *puritano*, apontados também por ele próprio, ou seja, todos os que, a serviço do mal surgem como obstáculos na sua vida, impedindo-lhe ou dificultando-lhe o êxito terrestre, êxito que é apenas o sinal exterior de que ele – o puritano – é um eleito do Senhor.

Inspirados nessa concepção puritana foi que se organizaram as comunidades da Nova Inglaterra, em uma série de pactos: o "pacto da graça", o "pacto eclesiástico" e o "pacto civil" – o primeiro dos quais, uma relação sem mediadores, dentro da própria alma, com Deus, é o fundamento da sociedade.

Apoiada nestas idéias a sociedade puritana assume um caráter messiânico, pois tem a missão de instituir o Reino de Deus na Terra, desalojando dela o Mal: seus membros ocupam o papel bíblico do "povo eleito", predestinado a redimir o mundo.

Foram estas idéias, de fato, que guiaram a expansão política e territorial das colônias da Nova Inglaterra e são as que inspiram hoje a expansão dos Estados Unidos.

Elas constituem, em suma, a chamada doutrina do "Destino Manifesto", segundo a qual os povos não puritanos ou bem são incapazes de elevar-se ao nível da "civilização cristã", ou bem estão destinados a ocupar um papel subalterno no seio desta civilização; uma tradução em regra operativa, desta doutrina, é aquela diretiva estratégica fundamental, vista anteriormente.

9. A concepção individualista da História e, em particular, o puritanismo, apresentam formas degradadas que vão perdendo dignidade teórica até chegar àquelas conhecidas "filosofias privadas" dos aventureiros e criminosos.

Uma forma secularizada e degradada do puritanismo é a concepção policial da História, que consiste basicamente em substituir a figura central do puritano pela figura do "herói policial", no contexto das concepções puritanas.

Não é ocasião de discutir aqui o papel que a figura do "herói policial" desempenha na imprensa, no cinema, na literatura e na vida, em geral, dos Estados Unidos.

Basta assinalar que, após a Segunda Guerra Mundial, este papel cresceu enormemente, por força mesmo do inquisitorialismo que acompanhou o desenvolvimento da "guerra fria".

E com a organização, em 1948, da "Central Intelligency Agency" (CIA), com a hierarquia de um Ministério, o "herói policial" adquiriu, oficialmente, um papel mundial da maior importância: o de agente executor, em escala internacional, do "Destino Manifesto".

Com efeito, uma vez que a História é, apenas, um somatório de atos individuais livres, os agentes da espionagem e da contra-espionagem, a serviço da Lei, são, de fato, fabricantes da História, pois esta coincide inteiramente com a dimensão e a profundidade das ações individuais. E são, portanto, capazes de vencer, ou pelo menos ajudar decisivamente a vencer, os agentes do crime— encarnados no comunismo internacional — e, desta maneira, modificar a elaboração da História, conduzindo-a para a vitória do Bem.

À luz desta concepção, por exemplo, não há revoluções nacionais, em processo, nos países asiáticos: o que há, nesses países, são criminosas manipulações de agentes comunistas, que podem e, sobretudo, devem ser derrotados, por manipulações de agentes anticomunistas.

Outro exemplo desta concepção se encontra naquela afirmativa de que a aliança dos Estados Unidos com a URSS, na última guerra contra o Eixo, foi obra de agentes comunistas infiltrados no governo de Roosevelt.

Observe-se, de passagem, que também se inscreve nesta concepção policial da História, o moralismo brasileiro, inspirador do udeno-golpismo.

O líder do udeno-golpismo, aliás, em recente discurso parlamentar, insinuou, entre outras, esta nítida tese histórico-policialista: a de que o direito de veto foi inscrito na Carta das Nações Unidas em virtude de que o rascunho desta carta fora feito pelo secretário da Conferência de São Francisco, o Sr. Alger Hiss, que seria um espião comunista infiltrado no Departamento de Estado, condenado, por este motivo, pela Justiça norte-americana.

Aqui, além da concepção policialista, transparece a técnica de distorcer e amalgamar os fatos, de modo a compor um quadro com visos de verdade, que é um dos ingredientes da ação histórico-policialista.

Com efeito, o Sr. Alger Hiss foi condenado, por perjúrio, a cinco anos de prisão, já cumpridos por um júri de Nova Iorque.

Nenhum tribunal norte-americano o condenou por *espionagem*, como insinou o referido orador, e o insinuam todas as agências de notícias ianques.

As provas que o incriminaram de espionagem são bem semelhantes, aliás, àquelas com

que o referido líder do udeno-golpismo "provou", recentemente, pelo seu jornal e pela televisão, que a candidatura do General Juarez Távora fora manipulada por agentes comunistas.

É fácil de compreender que tal concepção policial da História é a fonte ideológica alimentadora do "golpismo em cadeia", que vem atingindo, ultimamente, os países subdesenvolvidos, do Irã à Argentina, passando pela Guatemala, pelo Brasil, por Costa Rica e pela Indochina, para só falar nos acontecimentos mais recentes.

Com efeito, só os que fazem sua uma concepção histórica da História — como é o policialismo — podem buscar tolher, duradouramente, os processos históricos que estão em curso nesses países, através de manipulações golpistas.

10. Não é o caso de discutir aqui o condicionamento econômico-histórico que levou os Estados Unidos a uma política que se configura em conformidade com os três itens que referimos e expusemos anteriormente.

Só podemos assinalar, sucintamente, que essa é a política de um capitalismo expansionista que busca instaurar um Império Mundial — e um império americano já existe, de fato, diz James Burnham, em toda parte que esteja instalada uma base militar norte-americana.

Além disso, só podemos apontar, rapidamente, como a "grande estratégia" norte-americana se desenvolve em perfeita obediência àqueles três itens fundamentais.

É fácil de verificar, com efeito, que a diretiva fundamental "America First" vem sendo seguida, fielmente, sobretudo a partir da Conferência de Washington em 1953, o que transparece na organização da SEATO (para a qual, embora envolvendo importantes membros da Comunidade Britânica, a Grã-Bretanha não foi mesmo convidada), na posição norte-americana na Indochina e no norte da África (Marrocos), abertamente contrária à posição francesa, na aguda divergência com a Inglaterra com relação a uma Conferência dos 4 Grandes, em 1953, agora de certo modo renovada, etc., etc.

Quanto à obediência aos dados geopolíticos, basta apontar a NATO, que se baseia no conceito do *Midland Ocean*, e a instalação de uma cadeia de bases, principalmente aéreas ou aeronavais, em número de mais de 100, ao longo do *Rimland*, que inclui, como é fácil de ver, Taiwan e a Coréia do Sul. Também podemos indicar, neste mesmo sentido, a importância que a aviação militar norte-americana tem dado à instalação e manutenção de bases árticas, no Alasca, na Groenlândia e na Islândia, acreditando, com o General Arnold, que "se houver uma terceira guerra mundial, o centro estratégico da guerra será o Pólo Norte", e assegurando, com o General Spaatz, que "através do Ártico, todas as nações industrializadas do mundo se acham sob o alcance da aviação estratégica dos Estados Unidos" — armada, como se sabe, com o poder de fogo das bombas nucleares.

E podemos apontar, igualmente, a política de "liberação" dos países da Europa Oriental, ainda agora reiterada pelo Senhor Eisenhower, a qual busca, na verdade, fazer a Rússia retroceder até o istmo eurasiano, isto é, até aquela porta de entrada de cerca de 1.000 milhas de largura, que dá acesso terrestre ao *Heartland* russo.

Finalmente, quanto à inspiração histórico-individualista e histórico-policialista da política norte-americana, já nos referimos àquele "golpismo em cadeia" que vem atingindo os países subdesenvolvidos, cuja origem norte-americana foi, nos casos do Irã e da Guatema-

la, abertamente confessada na própria imprensa do país. A demonstração dessa origem nos demais casos nos tomaria mais tempo e espaço do que os que dispomos no momento.

Não é de esquecer, entretanto, aquela bem significativa declaração do Sr. Dulles, feita num importante discurso, de que os membros da administração Eisenhower tinham sido todos, inclusive ele próprio, rigorosamente examinados pelo FBI (discurso aos Diretores de jornais, em 18 de abril de 53. Conf. CNT nº 1, pág. 213).

Tudo isto demonstra que o "herói policial" é, presentemente, uma estrela em contínua ascensão no firmamenteo ideológico dos Estados Unidos.

À luz, portanto, do que vimos expondo até agora, aquelas divergências e contradições dos diversos porta-vozes políticos norte-americanos, tão bem apontados pelo Sr. Clement Atlee, podem ser entendidas, de um lado, como uma hábil distribuição de papéis entre as autoridades que, como o Presidente, são eleitas e precisam ocupar posições simpáticas ao eleitorado, e aquelas outras que, como o Secretário de Estado, têm a função de aplicar a "grande estratégia"; e, de outro lado, podem resultar de uma contradição entre aqueles dados geopolíticos, conducentes a uma formulação amoral de uma "política de poder", nos termos, mais ou menos, daquela citada passagem de Spykman, e a ideologia do puritanismo, para a qual a moral deve ter, ao menos de palavra, uma validade essencial.

Mas, sobretudo, aquela distribuição de papéis revela uma contradição mais profunda, que radica, de fato, na estrutura social do país, entre a "grande estratégia" e certas tendências políticas do próprio povo norte-americano.

Este, entretanto, já é outro assunto que, de resto, não poderemos tratar neste trabalho, embora seja de uma importância cardeal para o entendimento da evolução futura da política mundial dos Estados Unidos.

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 3 (4): 72-84, abr./ago. 1955.)

g. Análise Existencial da Realidade Brasileira

Oscar Lorenzo Fernandez

I. INTRODUÇÃO E GÊNESE

Nossa situação existencial

É, CADA dia, mais grave e geral a pergunta do homem pelo seu destino. Para nós, Brasil, 1955, a consciência da crise se tornou agônica. A decalagem crescente entre os problemas e as nossas possibilidades de resolvê-los, ou mesmo sequer de equacioná-los, a própria inadequação dos nossos repertórios para uma formulação mais eficaz desses problemas nos fazem sentir, de dia para dia, mais violento o impacto do destino a exigir que tomemos posição.

Contudo, se bem a consciência da crise se haja tornado geral a toda a Humanidade, a crise, ou melhor, as crises, nos seus conteúdos históricos, não são unívocas. Há uma condição crítica comum a toda a nossa cultura – e pode considerar-se hoje todo o mundo igualmente vinculado à cultura ocidental – como já conheceu o homem em outras épocas, marcadas pela transição de começo e fim de culturas, com a seqüência de deterioração das crenças substantivas, dos supostos, a perda das tradições éticas e o terrível descobrimento do destino como problemática.

Mas há, igualmente, um efeito novo, radicalmente novo: é o nosso ingresso na Era da Máquina. A civilização da máquina – esta é apenas uma designação, sem dúvida, já que máquina não tem sentido em si – apresenta, do ponto de vista existencial, duas características principais: alterou profundamente a relação homem-mundo e entrou a desenvolver-se por auto-indução, segundo um processo de multiplicador.

A relação homem-mundo marcou-se, em todas as civilizações até esta nossa Era, pelo seguinte: o homem permaneceu sempre um ente "de natureza"; vivia condicionado diretamente aos ciclos desta, de igual modo que os outros entes. Desenvolvia, sem dúvida, certas técnicas, com maior ou menor grau de engenho, com o fim de multiplicar os seus poderes de resistência ou a sua adequação ao contexto natural. Mas este sempre foi, na verdade, o ponto de partida e o de chegada. Dentro de cada cultura (tomada esta palavra para designar o conteúdo ideal de uma civilização) desenvolviam-se, é certo, esquemas de relações entre os homens e, conseqüentemente, formas determinadas que, por sua vez, implicavam na participação do homem na qualidade de objeto para outros homens, objeto de manipulação, como os demais entes de natureza. Na medida mesma deste processo o homem era de fato condicionado pela sua existência e não podia reduzir-se por essência a ser da natureza. Mas, de qualquer forma, o contexto natural era a variável independente, e a cultura a dependente.

A civilização da máquina a um só tempo multiplicou o domínio do homem sobre o

mundo e entrou a alimentar-se indefinidamente dessa multiplicação. De modo que, em vez de criar meios e técnicas e desenvolver formas para encontrar o melhor equilíbrio com a natureza, passou o homem, de modo predominante, a criar a sua própria natureza, que gira como um parafuso sem fim.

Estas observações são, evidentemente, óbvias, mas nem por isto inoportunas. O homem é, ou seja, pensa, age, vive dentro de uma cultura, mergulhado num mar de símbolos, num repertório que, ao mesmo tempo, deflagra os seus mecanismos de ação e recebe e condiciona essa ação. É, pois, um ente condicionado ontologicamente pela sua existência. A compreensão da condição humana só se pode cristalizar na situação. O homem é em situação.

No passado, todas as distâncias entre os homens podiam mais facilmente ser rompidas. Ou, pelo menos, a experiência da situação alheia – outras técnicas, outros modos de ser, em grupo e entre as coisas, outras estruturas condicionantes – era relativamente mais acessível. As diferenças entre um romano imperial e o pescador ou montanhês da Judéia – embora supondo sempre um distinto condicionamento da consciência para ambos – não eram reciprocamente intransponíveis.

O abismo que tende a afirmar-se cada vez mais em nossos dias, contudo, ameaça volver-se qualitativo.

Como grupo, uma legião romana, pela superior articulação lógica de seus fatores, era, provavelmente, invencível ante um agrupamento de idêntico número de bárbaros germanos. O pilum podia considerar-se, certamente, superior à acha de bronze dos galos, mas estava em relação com esta; podia comparar-se, medir-se. Já hoje, por exemplo, apesar de todas as suas possíveis reservas de herdados heroísmos, os 55 milhões de brasileiros simplesmente não são contabilizáveis nos termos da atual técnica de destruição, que já culminou com o descobrimento de meios teoricamente capazes de destruir, cataclismicamente, todo o gênero humano, os explosivos termonucleares.

E, bem entendido, estamos apenas no começo de um processo de alcance imprevisível. A civilização industrial, considerada desde os seus primórdios técnicos, tem dois séculos; desde a primeira tomada de consciência crítica, o Manifesto Comunista de 48, um século, e desde o princípio da inversão das relações tradicionais entre as estruturas urbanas e agrárias, uns 80 anos. Esta cifra nos parece a mais sugestiva. Somos, apenas, a terceira geração desta nova civilização e, contudo, há mais diferenças objetivas num lustro de nossa vida do que na de toda uma geração do tempo de Frederico I, por exemplo. Um norte-americano dispõe, em média, de 2.000 vezes mais energia, hoje, do que ao tempo da Revolução de 1776 – quando já era, contudo, o norte, um país de *setlers* altamente adiantado, com todas as técnicas da agricultura da aldeia européia, muito superiores, em rendimentos de fatores, ao sistema da *plantation,* ainda vigente de modo generalizado entre nós. Salvo nos nossos Estados do Sul, de colonização recente intensa, as técnicas agrícolas vigentes entre nós ainda se baseiam na enxada, não no arado. Uma população ativa, estimada em algo menos de 10 milhões de pessoas – 57% do total do país – número praticamente igual ao da população rural dos Estados Unidos, produzia, em 1951, o equivalente a, apenas, uma quarta parte da renda nacional, avaliada, para esse ano, em 230 bilhões de cruzeiros, e dessa produção agrícola saiu praticamente a totalidade das exportações, representando o valor da produção agropecuária exportada, aos valores de exportação, algo mais da metade da parcela dessa produção na renda nacional. E, no entanto, é dessa exportação, traduzida em capacidade de importar que sai a nossa condição de país ocidental e contemporâneo, é ela o cordão umbilical que nos prende ao mundo moderno, que assegura a precária sobrevivência deste país que, simultaneamente, importa o alimento urbano básico, o trigo, o principal fator energético, indispensável à vida urbana e aos transportes modernos, o petróleo, a imensa maioria dos bens de capital e das peças e acessórios destinados a novos investimentos produtivos e à amortização dos já existentes — especialmente no que se refere à indústria e à agricultura — grande parte dos produtos primários críticos para o funcionamento do seu sistema industrial e até para a agricultura, sob a forma de adubos, produtos químicos e inseticidas — e ainda tem de prover aquela margem de consumo conspícuo que corresponde às necessidades do vértice da pirâmide — margem que significa automóveis de luxo, aparelhos de televisão, perfumes franceses e uísque escocês — sendo que, destes dois artigos, fomos, em 1951, os maiores consumidores individuais.

No que se refere à nossa agricultura, por exemplo, apesar de certa definida tendência para a mecanização como fator de incremento de produtividade, a área cultivada por pessoa ativa ainda era da ordem de 2 hectares, com um rendimento unitário extremamente baixo, de modo geral, apesar da técnica predatória da maior parte dos cultivos.

A análise poderia prosseguir indefinidamente e a comparação de índices — apesar da precariedade da informação econômica e social, entre nós — só tenderia a carregar-lhe ainda mais as cores. É bastante recordar que só a área cultivada com milho, nos Estados Unidos, corresponde a, praticamente, o dobro de toda a superfície destinada à agricultura no Brasil.

Não há exagero em considerar que as diferenças originadas do condicionamento cultural do homem tendem a ser qualitativas na medida mesma em que, desde dentro de uma posição dada, não possa ele colocar-se de modo a compreender outra que se lhe oponha, nem assumir outro modo de pensar ou entender.

Durante milênios houve sempre na História o espaço da proeza. O germano Armínio derrotando Varo, o predileto de Augusto, no próprio momento da instituição do Império. Isto hoje não tem mais sentido.

Sob o aspecto do nosso interesse mais direto, os problemas trazidos pela era da máquina podem sintetizar-se num termo cujo significado transcendeu os limites da linguagem econômica técnica e adquiriu um crescente conteúdo filosófico: o subdesenvolvimento. A condição de subdesenvolvimento de um país já implica não só num princípio de diferença qualitativa, como num intervalo crescente e cada dia mais difícil de transpor. E não estamos exagerando este intervalo. Entre aqueles grupos que estão vivendo ativamente o processo da era da máquina e os subdesenvolvidos, os estilos se tornam progressivamente intraduzíveis e até mesmo as distâncias de ética social tendem a chegar a um grau insuperável, apesar das extraordinárias facilidades de intercomunicação e, inclusive, das condições do comércio das informações, por exemplo, que fazem com que — para voltarmos sempre ao caso brasileiro — boa parte da matéria dos nossos jornais e revistas consista quase em traduções de originais estrangeiros e, particularmente, americanos, recebidos, na

maior proporção, de sindicatos ou organizações especializadas.

Dadas tais diferenças de estilo e de ética, um norte-americano de hoje não pode, positivamente, compreender a imoralidade e irresponsabilidade públicas, a ineficácia e a inércia, especialmente nos padrões da administração estatal, que constituem condição comum aos países subdesenvolvidos, coisa que até os em geral tão prudentes estudos patrocinados pela ONU confessam francamente. Em conseqüência tende, muito naturalmente (por força, inclusive, da sua própria lógica grupal, em que se notam, por exemplo, claramente, as raízes protestantes), a inverter a ordem dos fatores, nos juízos que formula na sua sumaríssima sociologia de uso cotidiano, a respeito dos "povos atrasados". A literatura corrente americana é saborosamente ilustrativa. O americano "típico" considera — embora tolerantemente — que, no fundo, esses países subdesenvolvidos são-no por culpa própria, sobretudo por deficiência de seriedade e de padrões morais adequados e, mais vagamente, por culta de uma certa predestinação social. O americano é um dos povos, socialmente, mais "morais", isto é, mais uniformes e conseqüentes nas suas expectativas — embora isto, é claro, deva explicar-se em função do processo histórico e da sobrevivência de um estilo tribal, e não por qualquer espécie de vocação sobrenatural. Por conseguinte, o contraste com situações radicalmente distintas é-lhe dificilmente inteligível.

Acreditando no homem como sujeito da liberdade, não vamos ao extremo oposto de condicionar a consciência a um exclusivo jogo de fatores imanentes. Neste ponto está, a nosso ver, a contradição fundamental do marxismo, herdado de Hegel: a noção da liberdade como simples consciência da necessidade. Admitimos que o homem possa interferir deliberadamente na História. Mas isto, naturalmente, nada tem que ver com a ingênua suposição rousseauniana, produto da generalização do votante tribal, feita dentro dos supostos racionalistas da *Ilustração* — última messe de um período cultural velho de dois e meio milênios cuja crise definitiva seria assinalada, poucos anos mais tarde, pela obra de Kant.

O prazo histórico

Em nosso caso — pois não são, precisamente, as generalidades, mas a situação brasileira, o que nos interessa primordialmente — julgo que temos por diante, na História, algo assim como uma duplicata a prazo certo. Este prazo ainda não está determinado, mas poderá reduzir-se a umas duas décadas, segundo a marcha do nosso contorno histórico exterior.

De nossa habilidade para superar a condição de país subdesenvolvido dependerá, certamente, que passemos a constituir sujeito ou objeto da História. A Uganda de hoje, ou as tribos partas e citas de há dois mil anos dão exemplo de coletividade que passaram a objeto da História, que perderam a opção do destino.

Nossa situação atual é uma resultante de fatores necessários de opções e do acaso. Dessas opções, poucas há cuja responsabilidade nos corresponda como geração. Nenhum de nós foi consultado, ao nascer, sobre quais deveriam ser as condições concretas do país. A noção de liberdade ser-nos-ia mais útil se, remontando um pouco Hegel no caminho de Sócrates, disséssemos que ela é a compreensão do processo. Na medida mesma em que a compreensão das gerações anteriores à nossa, pelas limitações da lógica interna da cultura, do repertório, do modo de vida do seu momento, diferiu da nossa, a escolha histórica tinha de ser igualmente distinta.

Tal condição é, em si, irremediável, porque, como as perspectivas todas da vida humana e da cultura só se dão realmente no seu fazer-se na História, nenhuma decisão e, mormente nenhuma decisão suscetível de vigência social no plano histórico pode determinar de modo absoluto o caminho a ser feito. Mas quando — como é o nosso caso presente — a decalagem entre os repertórios e as épocas em que as gerações são chamadas a decidir e os dados do contorno exterior, sob forma de história e cultura, se tornam muito graves, o problema toma um aspecto inteiramente novo.

Há algumas décadas não era tão sensível a diferença radical entre "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos" que, há 50 anos, na época do "ufanismo", poderia supor-se mero intervalo quantitativo, cuja superação haveria de resultar da necessidade histórica. A consciência desse intervalo, em lugar de despertar angústia, diluía-se no plano das tranqüilas esperanças escolares. A viciosa noção de "país jovem", ainda não erradicada, disso se originou.

Não existindo, salvo em embrião, diferenças que não pudessem reduzir-se, para a geração reitora, a meras valorações quantitativas, havia ainda certa comunicação entre as nossas elites e as do resto do mundo. Eram elas da mesma espécie, consideradas nas suas funções globais. Éramos mais "atrasados" — coisa que mereceu explicações freqüentemente fantasiosas em termos de raça e clima, e muito pouco pensamento sociológico sério — mas éramos sempre comparáveis. Compreendíamos os problemas do destino e da cultura em termos universais, embora, evidentemente, a nossa elite, os nossos repertórios, as nossas perspectivas coincidissem, quase sempre, com a decadência das suas fontes originais, dada a existência de um acentuado intervalo de transplante e formação que, em virtude da mobilidade, da atividade espiritual relativamente reduzida, tendia a fazer-se em termos de gerações nitidamente diferenciadas. De modo que, na verdade, estávamos sempre abertos para o que deixava de valer nos focos próprios da matriz ocidental e acendíamos as nossas tochas prometéicas nas brasas que, lá fora, se apagavam.

Num período relativamente curto — de fato, o de uma geração cronológica ou duas orteguianas, isto é, do fim da Primeira Guerra Mundial até hoje — mudamos radicalmente.

Deixou de haver uma linguagem comum entre as nossas elites operantes e as do Ocidente. Não podem considerar-se como linguagem comum, na verdade, alguns arremedos, tais como as correntes fascistas e marxistas, nem a disposição meramente imitativa epitelial e satélite, a imitação de certos métodos, de hábitos de consumo — em suma, a imitação exterior do "estilo" — que hoje caracteriza o topo da pirâmide social depois do "descobrimento" dos Estados Unidos. Mas, de modo geral, passamos a ter consciência das diferenças radicais que nos separam e começam a olhar com visão problemática para a nossa própria realidade.

Nada existe de comparável, por exemplo, entre a vertiginosa organização dos países que fizeram a guerra de 1939-45, sua eficácia total de administração e mobilização dos recursos, e a nossa situação cabocla. É a mesma distância que medeia entre o campo cultural do carro de bois e o do automóvel.

A consciência cada vez mais clara, que nos chega como chicotadas, às vezes, da solução de continuidade entre as nossas formas, nossa realidade, nossos problemas e os do mundo ao qual nos supúnhamos pertencer de pleno direito, acabou por despertar a preocupação intensa da parte realmente ativa das nossas elites para o exame em profundidade do nosso real e concreto. Quase que se pode dizer que, hoje, a nossa atenção está centrada sobre nós mesmos, ao contrário do que se dava há 40 anos. Já ao fim da Primeira Guerra houve um acentuado despertar — por exemplo, a Semana da Arte Moderna, em 22, e a fermentação de correntes nacionalistas em política e estética, que caracterizam a transição para os anos 30.

Mas isto, que é muito dizer, é ainda nada dizer. Que procura entender a consciência brasileira? É óbvio que, na imensa maioria, o brasileiro está absolutamente desaparelhado para a tarefa de compreender-se. Ainda em data relativamenre recente, em 1936, achava Normano impossível estudar a sério a economia brasileira, por falta de estatísticas. Há de considerar-se não só a carência generalizada de informações, a pobreza dos estudos especializados, em todos os campos, a inadequação dos *approaches*, a deficiência de instinto de historicidade na compreensão das nossas instituições, do nosso estilo, das nossas atitudes fundamentais ante a vida.

Descompasso das gerações

O repertório da geração que, pela instrumentação e pelos meios de que dispõe, deveria estar em condições de fazer algo, pode, infelizmente, considerar-se definidamente ultrapassado, e as perspectivas espirituais dessa geração, totalmente inadequadas. A tal ponto que um dos fenômenos mais típicos do país é, hoje, uma luta de gerações em que os bandos aparecem nitidamente separados e que é, talvez, mais importante, ao menos a curto prazo, do que a luta de classes.

Na verdade, o conflito mais grave, embora surdo, verifica-se entre os que compreendem ou não, os que têm ou não certo vocabulário. Sem receio de injustiça pode dizer-se que, como geração, e enquanto tal, estão incapacitados para aquelas atividades que interessam diretamente o destino do país os maiores de 40 ou 45 anos.

Não sabemos se vai o mundo conhecer a formação de um novo "império romano" ou se chegará a qualquer forma de superestado por outra via. Sob o ponto de vista de um destino nacional, é certo, contudo, que, se não acompanharmos mais de perto a vanguarda, se não estivermos à altura de entender a linguagem e os problemas dos que vão adiante, havemos de encontrar-nos, em futuro não muito distante, na mesma condição em que vemos hoje as áreas esclerosadas ou sem perspectiva própria, como as do *status* colonial. A diferença entre uma tribo africana e uma área de cultura ocidental integrada consiste menos, realmente, no intervalo concreto atual — pois é fora de dúvida que um "nativo" pode aprender, enquanto indivíduo, todas as técnicas modernas, da mesma forma que qualquer nacional de países europeus — do que na falta de possibilidades do grupo a que está ligado, na "calcificação" do destino deste último. O receio de um tempo irremediavelmente sem esperança é o que caracteriza a nossa geração jovem, de modo agônico, em meio às incertezas não formuladas e até à pastosa tranqüilidade das gerações que amadureceram antes.

Existe, talvez, um certo cinismo difuso na atitude daquela camada mais velha, intelectualmente habilitada para "fazer" e que age sem qualquer fé no nosso destino concreto e no seu próprio poder de dar-lhe forma. Um pouco da *après moi, le déluge*. Não pesamos no destino do mundo, não temos sequer um vocabulário próprio para equacionar-lhe os problemas — portanto, por que não viver, simplesmente, da melhor maneira, neste instante? O fenômeno colonial é fecundo na revelação de "gerações quisling", em que um grupo dominante numa coletividade aceita o papel de beneficiário e até de guardião de um *status* de inferioridade do conjunto, em troca de privilégios freqüentemente ilusórios.

No caso brasileiro, é óbvio que se impõe, socialmente, um formidável esforço de disciplina e educação e, economicamente, um período de sacrifícios, de redução do consumo, de mobilização de recursos e investimentos maciços altamente selecionados. Vivemos a fingir que somos uma economia de abundância e a afetar um liberalismo adequado a um processo capitalista da primeira fase — isto é, de há duas gerações — quando somos, infelizmente, uma economia de carência e estamos herdando problemas tecnológicos e sociais de um capitalismo de segunda fase, herdando-os por difusão, por convívio, sem haver amadurecido suficientemente uma primeira fase de expansão capitalista. Em muitos casos saímos, diretamente, do neolítico para os problemas de choques tecnológicos e organização obreira sem sequer ter assistido a um período de "expansão natural" de uma classe empresária. Acumulam-se em *strata* absurdamente próximos e comunicantes problemas de estruturas ainda em técnica neolítica, medieval, mercantilista, de organização colonial *(plantation)* e de um capitalismo em início de expansão e saturado, simultaneamente. Todas as idades da História convivem, no Brasil, sem a menor cerimônia, e quase que sem a menor hierarquia. O coronelismo ao lado da mais desenfreada demagogia "populista", os monopólios mais estúpidos juntamente com o declarado liberalismo mais fora de propósito, a proteção a atividades econômicas extremamente deficientes — protegidas por isso mesmo e enquanto tais — ao mesmo passo da busca das inovações tecnológicas de mais elevado rendimento específico, o nepotismo, a politiquice e o bacharelismo mais primários ao mesmo tempo que a sofreguidão das tecnicalidades e a pronta absorção da inteligência habilitada. Qual é o cimento que mantém juntos, fora de qualquer hierarquia racional, esses componentes tão disparatados da nossa situação?

Um approach *para o estudo da realidade brasileira*

Não constitui objeto deste breve estudo o exame de problemas de última instância de filosofia da história — ou de filosofia, *tout court* — tais como saber se a História é o resultado necessário de um processo dialético, ou o plano em que se realizam os desígnios de uma indevassável Providência, ou uma superfície sem sentido onde os eventos se alinham desconexamente. Não constituem objeto deste estudo embora o seu autor seja, evidentemente, guiado por determinadas concepções próprias na disposição e elaboração do material, dos dados. Embora não seja nossa intenção o exame de questões puramente teóricas, consideramos, sem embargo, razoável esclarecer alguns pontos. Por exemplo, pensamos que não formam sentido, ao menos na forma em que estão expressas, questões de ordem metafísica tais como as que acima referimos, de se a História é um resultado necessá-

rio ou o campo da Providência. O conhecimento histórico e sociológico tem uma validade exterior às metafísicas sistemáticas que duelam por uma solução impossível.

Para a nossa posição particular, que tende a uma concepção operacional generalizada do conhecimento, é este de índole essencialmente "sociológica", isto é, é ato vital de um homem "situado", determinado por um parâmetro cultural e uma coordenada temporal. Isto suposto, não formam sentido as colocações metafísicas acríticas. Uma posição operacionalista coerente trata de ser sempre "aberta", *in fieri*; admite a precariedade de todo conhecimento enquanto objetivado e formulado, isto é, enquanto "conhecido", mas postula que o conhecer é condição própria do homem, é o seu ato vital por excelência, é o seu próprio "ser" e assume como critérios de validação, de certeza imprescindíveis ao próprio processo, àqueles critérios meramente funcionais, como os de maior utilidade, economia, não contradição interna, e previsibilidade — admitidos, aliás, de modo geral, pelas ciências exatas. Somente a busca aberta na própria realidade pode dar as categorias desta, como já havia postulado a fenomenologia, mas, por outro lado, nenhuma das formulações, e muito especialmente nas ciências do espírito, pode considerar-se "definitiva", senão que mais ou menos adequada, dados um conjunto de sinais, uma linguagem convencionada e um conjunto de informações, de experiências traduzidas nessa linguagem.

Consideramos a sociedade humana como um "campo", no sentido da física, e a História como um processo. Este conceito é, evidentemente, dialético. Mas está divorciado das concepções aparentadas com as raízes hegelianas por algo que poderíamos chamar "idéia de função". Conceitos de ordem tal como "causa" e "efeito", "substância", "atributo", etc., estão contrabandeadas no próprio pensamento marxista, mesmo em idéias de índole sociológica e, aparentemente, tão novas quanto infra e superestrutura, classe, etc.

A compreensão da interação de todos os fatores, que atuam num campo dado, na resultante final, é algo de extrema importância e, no entanto, constitui uma experiência relativamente recente na história do pensamento humano. O homem levou muito tempo antes de poder dissociar sem profunda perturbação íntima a sua experiência tridimencional do mundo sensível, no qual existem "causas" e "efeitos", "substâncias" e "atributos", de noções funcionais de intenção explicativa. Não é por acaso que o extraordinário gênio grego, que lançou as bases das metafísicas sistemáticas que foram o eixo do pensamento cristão e ocidental, e que criou a lógica e a geometria que permaneceram inatacadas até bem adiantado o século XIX, não chegou a conceber de modo algum a idéia de função, que só desabrochou no pensamento ocidental em plena época moderna, depois de iniciado o processo do capitalismo mercantilista e desaparecidas, embora embrionariamente, as tecnologias que revolucionaram todo o estilo de vida do homem em todo o mundo de modo definitivo.

Todos os fatores, no campo social, interagem reciprocamente e não tem sentido pensar num fator "em si", já que todos o são na função. Deixa de ser necessário, para "explicar" a ordem do mundo, excluir a liberdade — exigência formal numa sistemática de tipo hegeliano, da mesma maneira que deixa de ser necessário excluir a liberdade do homem, que pode suicidar-se ou assassinar uma dúzia de outros, na compreensão e utilização de uma tabela estatística de mortalidade. Daí, por exemplo, que o marxismo haja viciado a sua dialética com noções metafísicas tais como superestrutura e infra-estrutura, ou classe, que contudo, consideradas sob uma luz mais funcional, juntamente com outros fatores possíveis, tomados com o peso mais indicado, seriam critérios de inestimável valor. A rigidez da explicação marxista implicou no menosprezo de fatores como as nacionalidades, que se mostrou na realidade histórica, muito mais poderosa do que a suposta solidariedade de classe.

Em resumo, acreditamos que se justifica considerar a realidade brasileira como um processo dialético multifatorial e que, entre os muitíssimos fatores pode escolher-se um número discreto suficientemente significativo para a compreensão da realidade brasileira desde a nossa perspectiva existencial de hoje.

Esta perspectiva pode expressar-se em poucas, realmente muito poucas perguntas fundamentais: Qual a nossa posição no mundo, como história e cultura? Por que não corresponde, a realidade brasileira, às nossas expectativas ocidentais — isto é, por que nos tornamos e continuamos a ser um país subdesenvolvido, por exemplo ? Quais são as nossas *chances*, as nossas perspectivas para diante?

Distinguimos um número relativamente limitado de fatores genéticos para explicar como se formou, naquilo que a torna mais característica, a realidade brasileira. A escolha pode, evidentemente, ser muito precária. É, aliás, um dos nossos supostos a condição de indefinibilidade desta ordem de trabalhos. Mas, além disso, tem este trabalho de padecer dos defeitos próprios da sua índole — mero *approach*, e não estudo sistemático — e, como é natural, do autor.

O critério de escolha foi o mais empírico possível. Não nos preocupamos com as possibilidades de generalização de certos traços típicos que, elaborados segundo uma linha de sociologia formal, poderiam revelar-se características muito genéricas dos fenômenos grupais.

Ordenação dos fatores

Os fatores ou componentes originários devem considerar-se, como um todo, suficientemente específicos, embora individualmente cada um, ou vários deles, possam ser perfeitamente caracterizados em outros países dentro da mesma grande área cultural em que nos encontramos. É inegável a vizinhança lógica que com os processos do ser brasileiro têm certas categorias amplas que correspondem à condição geral do "subdesenvolvido", como, por exemplo, a corrução administrativa generalizada, a irresponsabilidade ideológica dos grupos políticos, a grande dispersão da renda nacional, etc. Também é evidente o estreito parentesco com certas categorias mais restritas do "latino-americano", v.g., a posição do intelectual, marginalizado radicalmente enquanto situado em termos de autenticidade pessoal, mas amplamente "adquirido" pelo corpo social enquanto enfeite, enquanto "brilho" ou, mais recentemente, enquanto "técnico" (neste último caso, por um processo de reação correspondente às necessidades de um desenvolvimento econômico apressadamente importado, processo que é absolutamente similar em qualquer dos países latino-americanos).

Ressalvada a deficiência inevitável das classificações, apontaríamos como fatores estruturais básicos os seguintes, em número de 9, distribuídos por 3 classes — físico-bioló-

gicos, sócio-históricos e culturais — de acordo, exclusivamente, com um critério de maior comodidade de explicação.

A — FATORES FÍSICO-BIOLÓGICOS:

1 — estrutura geográfica dispersiva e celular;
2 — pobreza de recursos, particularmente de fatores primários de produção;
3 — tendência ao nivelamento ecológico, pela facilidade relativa de sobrevivência e pela grande dificuldade de transformação deliberada do contorno, ou seja, pela ação de fatores positivos e negativos de estímulo que têm como nível de equilíbrio a sobrevivência pela adaptação física.

B — FATORES SÓCIO-HISTÓRICOS:

1 — processo de formação duplamente marginal, como área marginal em relação a uma matriz, por sua vez marginal em relação aos focos do seu processo cultural e de sua condição histórico-econômica;
2 — esclerosamento das estruturas sócio-econômicas originárias, processo correlato à marginalização, mas que, no caso brasileiro, e segundo o critério de escolha aqui adotado, pode considerar-se isoladamente;
3 — solidariedade das estruturas e relações sociais institucionalizadas com a condição tecnológica e conjuntural do capitalismo mercantil marcado pelas características de transição do débil feudalismo agrário peninsular.

C — FATORES CULTURAIS:

1 — Os *weltanschauungen* da cultura dominante e das subsidiárias no processo formador;
2 — limitação da lógica interna dos aportes culturais e das linguagens (sobrevivência dos processos mágicos, etc.; o paralogismo generalizado das estruturas internas; a não-responsabilidade lógica e empírica dessas estruturas);
3 — a carência de projeto: a finalidade estrutural, deterioração dos processos de eticidade, irrexpansividade aos estímulos de engajamento e solidariedariedade, fragilidade do mecanismo do coletivo.

Vale acentuar, à margem desse esquema, que a separação entre os fatores sócio-históricos e culturais, como é óbvio, tem muito de arbitrário. Justifica-se, porém, pela utilidade da distinção da maior objetividade empírica do social e histórico, pela predominante importância do fático, neste caso, ao passo que, para o cultural, o acento tônico se vê deslocado sobre a relação íntima homem-idéia.

II. FATORES FÍSICO-BIOLÓGICOS

Os fatores físicos são de um grau extremo de objetividade. Consideramo-los da maior

importância para a boa compreensão de algumas das categorias fundamentais do ser brasileiro e não encontramos nenhuma explicação razoável para o fato de, até esta data, no que conheçamos, não se ter levado a cabo nenhum estudo sistemático e de conjunto sobre esses fatores.

Estrutura geoeconômica

A topografia dispersiva e celular foi a mais forte condicionante do nosso crescimento histórico. E até hoje é válido dizer que o Brasil é um país sem vias naturais de penetração. Três quartas partes do país são constituídas por um planalto de formação geológica muito antiga e pobre de terras de boa qualidade, como, igualmente, de recursos minerais economicamente adequados às tecnologias até hoje desenvolvidas. É uma verdadeira couraça — um escudo cristalino, como notou a observação germânica de Mach. Para o Norte, na zona litorânea, adoça-se a topografia — o Nordeste é uma peneplanície — mas, em compensação, a zona entra por uma faixa desértica em que as condições para o desenvolvimento de uma civilização devem considerar-se das mais precárias.

Com a única exceção do Amazonas, não existem grandes vias naturais de penetração. Os rios voltam-se para a Bacia Amazônica ou para o Prata, ou são tangenciais à costa. Os poucos que se apresentam navegáveis para o Atlântico, são-no em reduzido trecho, logo cortado, nas encostas do planalto. Mesmo o São Francisco — o mais brasileiro dos rios brasileiros — não foge à regra. Corre paralelo à costa, é cortado à distância relativamente pequena do seu desaguadouro e banha, com a sua bacia, uma região em parte semidesértica e, na maior parte, muito pobre de recursos. Quanto à Bacia Amazônica, é fora de dúvida que, até hoje, constitui muito fraco chão para o arraigamento de uma cultura. As terras altas são savanas pobres, entrecortadas por enrugamentos que dificultam ainda mais a circulação fora dos rios, por sua vez cortados de corredeiras ou quedas. As terras baixas, cobertas por uma floresta custosamente devassável, são impróprias para a agricultura, salvo mediante o emprego de meios tecnológicos em escala economicamente impensável. Uma vez postas a descoberto, são rapidamente laterizadas pelo violento processo de lixiviação e oxidação que se origina da violenta exposição e da excessiva e constante precipitação. O homem — como a experiência histórica o demonstra, aliás — não transforma a natureza, no Amazonas; para sobreviver, transforma-se em natureza. Vive em equilíbrio ecológico, obedecendo à pauta que lhe dá o contorno. É incapaz de criar instrumentos para dominá-lo. Recebe, de fora, aqueles instrumentos que lhe multiplicam um pouco os escassos meios: o rifle, o facão, o antipalúdico. Economicamente está condenado a depender de uma atividade extrativa sempre de pequeno rendimento específico e a sua "cultura" está estrita e agudamente sujeita às variações dos termos de troca dos poucos produtos que pode obter da natureza. A importação de um pouco de cultura desde uma matriz absolutamente estranha custa sempre um desenfreado exacerbamento da exploração do homem-coletor, reduzido à condição pior do que o indígena em relação à feitoria mercantil, por isso que este constituía um proletariado externo com um patrimônio cultural próprio, ao passo que o homem-coletor se via lançado a uma condição de indígena interna embora pertencendo, em princípio, ao mesmo horizonte de cultura do que o seu feitor. A

vida do seringueiro e do castanheiro tem sido tema de amplo tratamento literário e dispensa que insistamos no assunto. A edificação dessa Paris equatorial importada até nas pedras, que é Manaus, com esse prodígio de conspícuo que é a Ópera, às custas dos termos de troca de saqueio devidos ao efêmero monopólio da borracha, exemplifica incisivamente o que afirmamos.

A cultura nos banhou — e continua até hoje a banhar-nos — pela ourela atlântica. A parte potencialmente mais rica do país não foi a que primeiro se desenvolveu. O português não era — e já examinaremos este ponto com mais vagar — não era *setler*, mas mercador, feitor e, num momento histórico relativamente posterior ao auge da expansão lusa, que é mercantilista, descobre uma vocação de senhora feudal, apoiada na técnica da *plantation*.

A topografia torna difícil a penetração e o planalto, na região meridional do país, só depois de bem entrado o século XIX é que toma impulso capaz de fazer inclinar-se a balança do desenvolvimento nacional para o sul. O povoamento das férteis regiões de São Pedro inicia-se pela costa mas só ganha sentido quando os sertanistas de São Paulo — os últimos, por sinal — logram vencer os campos gerais, de Curitiba para o sul, coalhados por sucessivas dobras difíceis de transpor. Curioso é assinalar que a maior importância de São Pedro e Viamão estava nas pastagens para o gado, tendo importância privilegiada os muares — o que quer dizer que as planícies férteis, fornecedoras de carne e transporte, já no século XVIII podiam legitimamente constituir objeto de cobiça desse núcleo populacional extremamente dinâmico que gerara em seu seio o milagre das Bandeiras, que havemos de examinar depois.

Não fora o receio de generalizações apressadas, diríamos que o Brasil é formado por um grande número de coágulos de população e de cultura, cada um dos quais seguindo, com autonomia bastante grande dentro de e até o limite imposto pelo seu contorno, o próprio processo dialético da sua lógica interna, em termos do que Toynbee chama desafio e resposta. A verdade, de qualquer forma, é que a integração entre esses coágulos é mínima e, quando ocorre em grau mais acentuado, deve-se quase sempre à influência de fatores extrínsecos, particularmente à pressão das estruturas urbanas, particularmente acentuada na fase em que nos encontramos do processo capitalista.

Pobreza de recursos naturais

Deste primeiro fator elementar da dispersão e celularidade passamos insensivelmente ao fator pobreza de recursos naturais. A dispersão é, também, em sentido restrito, uma forma de pobreza de recursos, porquanto é condição de limitação da mobilidade e da atividade do homem sobre a terra. Num sentido mais restrito, podemos distinguir os seguintes tipos de pobreza de fatores naturais: pobreza do solo para a agricultura, pobreza de recursos minerais, inclusive metais, e pobreza de fatores energéticos. O critério de pobreza é sempre tomado em função, como é natural, dos dados conhecidos e das tecnologias economicamente adequadas.

A compreensão da carência generalizada de fatores que nos caracteriza é relativamente recente, embora já Saint Hillaire houvesse notado que a terra fora julgada rica e era pobre, enquanto que o natural, tido por estúpido, era inteligente. É provável que esse impacto esmagador que, ainda hoje, causa a floresta tropical no ânimo de quem nela penetra, haja sido o responsável pelo otimismo que atravessa 4 séculos, desde o primeiro cronista, a escrever que "em se plantando, dar-se-á nela tudo", até homens da seriedade de um Calógeras ou Oliveira Viana, para não tomarmos como representativo o Conde de Afonso Celso. Os que viam as dificuldades tendiam a lançar as culpas sobre a aspereza selvagem ou a juventude da terra. No entanto, esta é pobre, muito pobre, salvo por algumas manchas de decomposição de diábase — a terra roxa e o massapê, sobre cujos coágulos veio lagarteando uma agricultura espoliativa. E não é só a pobreza específica de terras poucas humosas, em geral ácidas e carentes de potássio e fósforo. É, também, a pobreza no tempo, a rapidez no empobrecer. A erosão, a lixiviação e a oxidação superficial são constantes e violentos fenômenos, entre nós, resultantes da condição do trópico. A agricultura de mera sobrevivência, como a do índio, apesar do emprego do fogo, não afetava o solo, em virtude da pequenez das parcelas utilizadas, sempre abraçadas e dominadas pela floresta circundante.

Os cultivos de "civilização", contudo — entre os quais ocupam posição especialíssima os cereais — exigem grandes áreas abertas, regularidade da exploração, superfícies o mais possível planas. A produtividade de glebas nestas condições, entre nós, ressente-se vivamente com pouco tempo. Mesmo as culturas arbóreas, as mais adequadas às características gerais das nossas terras, cansam rapidamente a terra, e basta examinar a migração do café, ativa ainda em nossos dias, para compreender a gravidade e generalidade do problema. Que, aliás, diga-se de passagem, não é só nosso, pois interessa em comum a todas as regiões tropicais do globo.

A pobreza do subsolo — a que, no entanto, se prenderam tantas bucólicas esperanças até a geração posterior à Primeira Guerra Mundial — é ainda mais grave. O embasamento de rochas cristalinas antiqüíssimas sobre que repousa esse misto de milagre e *quid pro quo* que é o Brasil, é das formações geológicas menos mineralizadas do mundo. A comparação com a perdulária riqueza dos Estados Unidos, no que se refere a qualquer dos três fatores físicos originários por nós apontados, é esmagadora. É verdade que temos grandes reservas de minérios de ferro — supostamente as maiores do mundo, como não podia deixar de ser — e de outros poucos minerais de grande importância, e que, *se* — sempre se — o problema da energia em grandíssima escala vier a ser resolvido pela energia atômica (da qual se supõe, naturalmente, que temos de ser ricos), e se os processos de redução do ferro e de outros metais pelo hidrogênio, ou por outros meios, puder aplicar-se, comprovadamente, em escala gigantesca, então poderá viver o Brasil a sua grande aventurá do capitalismo industrial, com século e meio de intervalo.

A verdade, porém, é que as nossas deficiências são terríveis, muito particularmente no que refere a fatores energéticos. O processo capitalista da expansão industrial pode traduzir-se, simplesmente, em termos de carvão e ferro. Só de carvão produzem os Estados Unidos um número de calorias superior a 300 vezes o nosso, ou seja, mais de 100 vezes *per capita*! De petróleo, é escusado falar. Se quiséssemos computar o consumo total de energia por habitante, veríamos a última cifra muito aumentada. Já veremos que outros fatores são co-responsáveis pelo nosso processo de desenvolvimento em estado de carên-

cia, nessa condição de "subdesenvolvidos", que transcende o seu mais restrito significado econômico para tomar tintas metafísicas de destino. Existem fatores que não têm permitido a utilização máxima dos recursos dentro dos limites mais amplos das melhores técnicas de manipulação e aproveitamento, tanto físicas quanto sociais. Mas a deficiência de elementos naturais é uma constante que potencia todos esses fatores. Tivesse o Brasil, como os Estados Unidos, fabulosas reservas de hulha abraçando, em arco, descomunais depósitos de minério de alta qualidade, e a siderurgia que, por ato real, numa intuição de planejamento, vieram Eschwege e Varnhagen implantar entre nós, seria uma realidade de dezenas de milhões de toneladas por ano, sem qualquer sombra de dúvida.

Nivelamento ecológico

São relativamente freqüentes, entre nós, julgamentos de base voluntarista sobre a nossa condição, como se fôssemos o país do cartório, do coronel, da bacharelice, por um mero ato de opção, como se essa condição decorresse da *mauvaise foi*. Não negamos, à vontade, o poder transformador do mundo e, inclusive, vamos adiante e julgamos que o nosso problema é sobretudo um problema de projeto e decisão. Mas a verdade é que, embora o cartório, o coronel, a bacharelice, sejam categorias de uma realidade que oferece uma inércia própria e grande à transformação, não é menos verdade que esta realidade é a resultante dialética da interação de certo número de fatores determinados por um contorno definível em termos dos três fatores que indicamos e dos quais nos falta ver o último, logicamente dependente dos dois primeiros.

Referimo-nos à soma de estímulos positivos e negativos que tendem a forçar o homem a viver em nível de equilíbrio ecológico, transformado em natureza, e não como transformador da natureza. Estamos, é claro, longe dos excessos simplistas das interpretações em termos de clima ou de condicionamento estreito da cultura pelo ambiente. Já demasiado explorada tem sido a suposta condição tropical do brasileiro, condenado à preguiça, à falta de ambição, à falta de operosidade criadora, ao devaneio imaginativo. Há, no entanto, um fundo de verdade, nisso tudo, que merece nossa atenção.

A vida, no Brasil, é, e sempre foi, relativamente fácil. A elaboração de cultura, a transformação do contorno, porém, é extremamente árdua e difícil. A terra é pobre, por exemplo, mas não tanto, salvo raríssimos casos, que torne problema sempre presente e grave a sobrevivência. Os anátemas com que fulminou Monteiro Lobato a mandioca — principal cultura do índio e de importância decisiva em todo o curso do nosso processo de desenvolvimento — como grande responsável pela apatia do Jeca Tatu, embora profundamente injustos, são altamente ilustrativos. O Jeca Tatu desapareceu de São Paulo, aliás, em conseqüência de um processo espontâneo de desenvolvimento econômico que automaticamente proporcionou os estímulos educativos e os meios de integração que recuperaram ou destruíram esse resíduo marginal de um longo processo de crise.

A mandioca, fácil de plantar, de guardar, de transformar em farinha, produtiva, rústica, é bem um símbolo da condição paradisíaca entrevista pelos que primeiro chegaram a estas plagas, e é com perfeita justiça que a Confederação Rural Brasileira escolheu por emblema a sua folha palmada. Mas todo o esforço de vencer a natureza é heróico, entre nós. A simples abertura de uma estrada, a subida do Planalto, em que está o Brasil, segregado pelas ásperas encostas, dos portos que lhe abrem o mundo, a "derrubada" para liberar uma gleba de plantio. Quem conhece de perto a labuta do nosso homem do interior fica realmente edificado com o espantoso estoicismo com que se dedica ele ao heróico trabalho de, improvisando quase que a partir do nada, manter em funcionamento essa cultura importada e aplicada ao país como uma decalcomania. Os colonos de sol a sol, o motorista de caminhão pelas estradas de anedota, o operário no calor insuportável das máquinas e do clima — todos sem, ou quase sem — os menores frutos com que a nossa cultura adoçou a condição material da vida humana, fazem-nos pensar na muita razão que tinha o índio que julgou loucos os franceses de Jean de Lery por passarem a vida a correr riscos e trabalhos na acumulação de bens de que outros gozariam.

Apenas o projeto pode justificar e informar a transformação da natureza e, naqueles lugares em que ele não se cristaliza espontaneamente, em virtude de um processo de resposta a um desafio não paralisador do meio (como seria o caso das regiões de inverno bem marcado, mas de clima suportável sem um excessivo esforço de adaptação), o projeto só pode aparecer com eficácia em conseqüência de um elaborado e difícil processo de compreensão do mundo e opção, em geral função de grupos representativos e restritos. Na verdade, por que um homem do nosso interior, em particular de há alguns anos para trás, haveria de ser um ativo transformador do contorno, se no seu *weltanschauung* isto seria necessariamente de aparecer como um esforço privado de sentido, dada a ausência de estímulos físicos e a falta de apetecibilidade dessa transformação?

A fisionomia econômica do Brasil revela hoje, com a maior clareza, em contra-relevo, as linhas impressas pelos três fatores físicos. Somos um país de multidão de pequenos mercados celulares, quase estanques, vedados à circulação ativa de bens e apenas franqueados por aquelas mercancias que suportam, naturalmente ou em virtude de um processo de carência, altos termos de trocas finais. Em muitos pontos do interior do país, utilidades, elementares, como uma garrafa de cerveja, custam 3, 4 e mais vezes o que paga o consumo dos grandes centros, situados na periferia atlântica meridional. Produção econômica, isto é, capaz de prestar-se a tráfico, somente pode ser aquela que suporta, igualmente, altos termos de troca relativos. A história da civilização brasileira é, de certa maneira, a história dos termos de troca de seus produtos de exportação: pau-brasil, açúcar, fumo, café, borracha. É tão óbvia essa correlação que dispensa maior insistência.

Por outro lado, a inexistência de mercados potenciais suficientemente amplos, senão que multidão de pequenos mercados coagulados, como é a nossa realidade, é tremendo óbice ao processo de concentração capitalista, base da expansão industrial. A este fator se soma a pressão negativa da conjuntura, partida de áreas de maior concentração capitalista e expansão industrial, que assumem, de fato, a relação de metrópoles a colônia. A estrutura celular e dispersiva do país funciona a favor dessa pressão. Certas regiões do país estiveram, por muito tempo, e, em alguns casos, ainda permanecem, desligadas do centro de gravidade político-econômica do todo. O Norte e o Nordeste, por exemplo, até há relativamente pouco tempo, tinham todo o seu metabolismo econômico orientado para além-mar, especialmente para Portugal e Inglaterra, e é sabido o risco que a preponderância dos interesses metropolitanos representou por ocasião da Independência. Extensas zonas do

Oeste, marginais à Bacia do Prata, estão ainda hoje mais diretamente integradas, no que se refere ao regime econômico, com a Argentina, do que com as áreas metropolitanas internas, v. g., São Paulo.

O processo de expansão industrial teve de assumir, entre nós, um caráter particularmente espoliativo — embora tenha sido esse um fenômeno necessário, e não lamentável. A eficácia marginal dos investimentos teve, e tem, de ser anormalmente elevada em relação a outras áreas de maior capitalização. A rentabilidade marginal de qualquer operação na corrente — fisicamente sobrecarregada e estrangulada — de tráfico, tem de ser necessariamente alta. Sem isto, não poderíamos manter o arremedo de civilização importada que ostentamos."janelas para fora" ou, como familiarmente se dizia em outros tempos, de um capitalismo mais ingênuo e direto, "para inglês ver".

III. FATORES HISTÓRICO-SOCIAIS

Formação marginal

Não negamos a influência de outros fatores nesse comportamento econômico, como se verá mais detidamente adiante. Não negamos, em especial, a importância de certos vícios de ordem psicológica, ou da herança histórica de uma condição inflacionária crônica, com sobrecarga de gastos públicos e saqueio sistemático de todos os canais originários de produção, legado de Portugal, país morto, do ponto de vista do processo de expansão capitalista, há 4 séculos. Quanto a isto, têm uma certa razão — e já lhe examinaremos melhor os porquês — aqueles que procuram estabelecer uma correlação positiva entre a colonização portuguesa e alguns dos mais graves vícios estruturais que nos afetam. Isto não se deve, no entanto, à suposta inferioridade imanente, racial ou cultural, do português, povo admirável pela energia e com uma semente dinâmica em nada inferior a de quaisquer outros, como o provam os extraordinários fenômenos dos Descobrimentos e, posteriormente, no Brasil, das Bandeiras. A verdade é que o horizonte vital do povo português se esgotou e suas estruturas institucionais se esclerosaram há 4 séculos, antes de que amadurecesse no tempo a possibilidade da grande expansão capitalista industrial. De meados do século XIV para cá, Portugal deixa de dar a tônica. Sua evolução interna é reflexa e se processa por satelitismo de sistemas exteriores e independentes, econômica e socialmente. Portugal está marginalizado. E não deixa de ser curioso que esteja como marco, exatamente lá pelo momento em que começa verdadeiramente a expansão interna do Brasil, a perda da independência portuguesa, às mãos da Espanha.

A hipótese do esgotamento físico tem muita razão de ser, embora, em nossa opinião, deva examinar-se a *challenge and response* em termos do maior número possível de fatores. É impressionante o que conseguiu fazer, com uma técnica rudimentar, mal saída ainda do medievo, esse povo que, na avaliação de Costa Lôbo, apenas somava, ao raiar do século XVI, menos de metade da população atual de cidades como o Rio ou São Paulo!

Consideramos o primeiro dos fatores sócio-históricos, precisamente, a marginalização de Portugal em relação aos focos vivos de sua cultura — no sentido amplo, abrangendo todas as formas de convivência, inclusive às econômicas — e a concomitante marginalização do Brasil, durante o seu processo de formação, ante a matriz portuguesa. Esse mesmo fenômeno persistiu depois da Independência, com a transferência da função metropolitana de uma área externa para outra, interna, a Corte. As relações mudaram de gênero, sem dúvida, mas a relação metrópole-colônia é exatamente a que se verifica hoje entre a pequena parcela de território, de menos de 1% do total do país, em que se encontram o Rio e São Paulo, altamente desenvolvidos, integrados num ativo sistema capitalista e gozando da maior parte da renda nacional, e o resto do Brasil, muito particularmente o Nordeste. Esta metrópole interna está, por sua vez, marginalizada, econômica e culturamente. No caso de Portugal que, em grande parte, vivia do tráfico, os centros que lhe compravam as espécies e lhe vendiam as manufaturas que iriam, mais tarde, revender à caravelas lusas, eram o continente, especialmente a Flandres, a Alemanha e a Inglaterra. A dependência em relação à Inglaterra acentuou-se com o tempo e culminou nos princípios do século XVIII. Methuen é um verdadeiro pacto colonial.

Para manter essas condições artificiais, recorreu Portugal às práticas mais espoliativas, que atingiram um ponto de máxima gravidade em meados do século, no auge do ciclo de ouro e dos diamantes. A metrópole reduziu o monopólio ou estancou, praticamente, todas as atividades econômicas de alguma importância, proibiu e destruiu manufaturas, de tecidos e forjas, coibiu certas atividades da agricultura e da pecuária (particularmente na região de Minas Gerais), impediu, rigorosamente, a abertura de estradas e caminhos. Tudo quanto podia ser taxado, era-o, e violentamente. Portugal mais e mais acentuava o seu caráter de parasita, vivendo às expensas de um organismo sem lhe dar coisa alguma em troca. Mesmo culturalmente, Portugal, da morte de Camões a meados do século passado, isto é, num intervalo de três centúrias durante o qual se plasmou o Brasil, com suas qualidades e defeitos, não tem sentido, é um deserto. De qualquer maneira, o Portugal do nônio, da "escola" de Sagres, morreu nos albores do século XVI. Camões já olha para trás, e sua intuição poética vale por muitas demonstrações. No século passado a recuperação de Portugal foi literária. Desperta-se do letargo de 3 séculos com uma consciência problemática, ainda que esta não tivesse propriamente compreensão de que o era. Os ventos novos do século, a invasão napoleônica, a oscilação das velhas estruturas esclerosadas sobre a própria base baixo a tormenta liberal, tudo isto levou as novas gerações portuguesas, a partir do período romântico, a procurarem explicar-se como destino e significação. O único campo próprio de expressão aberto a essas gerações era a atividade literária. O heroísmo colonial tornado arremedo, a aventura industrial impossível dentro do exíguo campo de possibilidades do país, a ausência de ambiente e até de repertório apropriado para outros gêneros de atividades e, em especial, para as científicas, restringe a *intelligentzia* portuguesa a uma condição de literatura distendida até as fronteiras do publicismo.

Já no Brasil, apesar do processo de marginalização e dupla marginalização das estruturas internas e da predominância do literário como forma máxima de expressão, começam a sentir-se, desde meados do século XIX, pruridos de diferenciação do campo criador das gerações, sendo particularmente ilustrativo o fenômeno Mauá, tanto pelas possibilidades internas da experiência capitalista de grande porte como pelo fracasso devido à resistência de uma sociedade senhorial e agrária ao processo de desenvolvimento econômico de natureza capitalista e urbana que lhe vinha ameaçar o equilíbrio solidamente mantido por

inércia.

O processo de esclerosamento

O segundo sócio-histórico já se vem entrevendo nas análises acima. O esclerosamento das estruturas e relações sociais institucionalizadas originárias é fenômeno que entendemos de grande universalidade. Sempre que o elemento dinâmico de qualquer corpo social decai, as estruturas dominantes tendem a equilibrar-se e enrijecer por inércia. Aliás esta ação de inércia se traduz em todas as estruturas e a todos os momentos, e parece ser a responsável pela tendência, das estruturas-meio, a se transformarem em estruturas-fim, observada por Mannheim. Se isto corresponde a um processo psicológico de amplíssima generalidade, modo geral de que o nosso caso é apenas uma particularização, é coisa que não poderemos discutir aqui, embora tudo indique que fenômenos sociológicos desta ordem possam ser explicados dentro de critérios de maior generalidade e economia pelo recurso a noções operacionais, como, para a ciência econômica, fez Keynes com a concepção de propensões ou leis psicológicas.

As estruturas herdadas — e também as da metrópole — tenderam a estratificar-se, uma vez esgotado o pequeno campo de desenvolvimento das suas possibilidades dialéticas internas. Destas estruturas podemos referir-nos à estrutura político-administrativa, altamente centralizada e irresponsável, válvula de escape da parte menos ativa — da "classe média" da fidalguia — estrutura na qual se encontra o germe da "cartorialização" futura do país; às relações e hábitos de senhoria, ideal até do labrego que deixava a terra por arriscadas andanças em América, que marcou, definitivamente, o instituto da propriedade fundiária entre nós; a inescrupulosidade de conquistador e mercante, que não pode ser entendida como explosão de um Renascimento — que mal o teve Portugal — mas como resultante de uma vida comunal relativamente débil, pobre mesmo, no que refere à agricultura, somada à exaltação dos instintos de préia pelas prolongadas lutas contra a mouraria.

O português nunca foi o *setler* e o Reino houve de recorrer a rijos ilhéus quando as necessidades militares o compeliram a povoar o litoral do Sul, de Santa Catarina ao Porto dos Casais. O labrego só nos veio para a lavoura muito tarde, como imigrante, escassamente e em condições muito especiais, como empregado de pequena propriedade rural suntuária ou horticultor. Não tivemos, aliás, o *setler* que, entre nós, até há relativamente pouco tempo, era um marginal das estruturas tradicionais da propriedade rural. Este ponto será, aliás, novamente examinado mais adiante.

Solidariedade das estruturas

Quanto ao terceiro fator que nomeamos, isto é, a solidariedade das estruturas com a condição tecnológica e conjuntural do capitalismo mercantil luso, marcado pela transição de um superficial feudalismo agrário, constitui evidente decorrência lógica dos anteriores. A preocupação do português que aqui aportava retratava-se muito bem no famoso conselho do Bispo de Leiria: "Vai, degredado, para o Brasil, de onde voltarás rico e honrado".

O peninsular e, em especial, o português, não tinha hábitos fabris sobre os quais pudesse fundar-se um capitalismo industrial. Também não era tipicamente comerciante, como os mercantes de Flandres ou da Hansa, e das cidades italianas. Estava a meio caminho entre o conquistador militar e o comerciante, e sua criação mais típica é a feitoria. Não ligava, portanto, a idéia de enriquecimento ao desenvolvimento de uma técnica determinada e ao exercício de uma atividade por um dilatado período de tempo. Ao contrário, para ele a chave da riqueza era uma mescla de arrojo e rapinagem, misto de comércio e assalto, bafejado pela sorte. A ida de uma armada às Índias era isso: expedição militar — e brava sacramentada por um cristianismo barbaresco e epitelial, operação de comércio rudimentar, e aventura em que a sorte podia decidir tudo ou nada. Um pouco desse espírito permaneceu até hoje entre nós, sendo patentes no cotidiano os vestígios do gosto da improvisação e do precário, e do "golpe".

A extração do pau-brasil, nos primórdios da nossa formação, revela assaz claramente essa condição, para que nos preocupemos em demonstrá-la mais ao por miúdo. Mas a própria cultura da cana, que modelou a nossa fisionomia na primeira fase da Colônia, mau grado o seu papel como fixador do primeiro estrato de cultura ocidental em nosso solo, também mostra, inicialmente, muito de aventura. Já notamos em outra partes deste trabalho que o açúcar acusa nitidamente a queda dos seus termos de troca. Decai pelo curso do século XVII até estabilizar-se numa condição de crise crônica. A fundação do engenho é quase que um ato militar, sem que nisto consideremos os aspectos de préia do índio ou da compra do escravo caríssimo, trazido às nossas praias por um tráfico aventuroso; o aspecto político é igualmente importante: a sesmaria equivale a um título de nobreza para os que não o têm. Produzido o açúcar, estabelece-se um verdadeiro sistema de saqueio: a violenta exação da metrópole, os abusos dos capitães de navios e armadores, a ação dos intermediários na corrente de tráfico de um produto que, ao chegar ao consumo final, havia multiplicado grandemente os seus preços. O produtor de açúcar não aparecia, assim, como "produtor", mas como homem em busca de *status*, de senhoria — que, em outra ocasião, lhe poderia ter sido dada por uma aventura militar ou uma feliz expedição às terras das espécies — e que, de qualquer forma, estava mais profundamente ligada a um complexo de relações institucionalizadas do que ao exercício regular de uma atividade econômica.

O hábito de uma alta rentabilidade específica de cada operação é uma decorrência lógica dos supostos de uma tal atitude. A compreensão da riqueza é, por sua vez, definidamente mercantilista. O problema não consistia em ter uma alta relação de produção e consumo, mas em acrescentar reservas sob a forma de metais preciosos.

É certo que estas observações não podem restringir-se exclusivamente aos portugueses mas, de modo geral, são igualmente válidas para todos os povos europeus em expansão no período considerado. A verdade, porém, é que, no que refere a Portugal, houve um processo de esclerosamento. Numa época em que a Inglaterra, a França e a Holanda desenvolviam as manufaturas, o que já prenuncia a Revolução Industrial, Portugal continua a viver do saqueio das nossas riquezas naturais e do tráfico dos nossos produtos com destino aos países que se industrializavam, em especial a Inglaterra, que mantinha com o Reino relações praticamente de metrópole a colônia. Nenhuma preocupação pela melhora das condições de criação e riqueza. Estancos e monopólios cada dia mais abusivos, e um mecanis-

mo de Estado demasiado desenvolvido, pesado e oneroso para as possibilidades do Reino, o que ainda mais se exacerbava com os defeitos, que teriam de mostrar-se, naturalmente em tal condição, de ineficiência e incapacidade administrativas.

Ainda ao inaugurar-se este século, quando as necessidades originadas por indução ou imitação dos países industrializados, o crescimento de uma classe média oposta à aristocracia rural que dominara o país durante o Império, e a crise nascida da conjuntura exterior desfavorável fariam supor a canalização das energias nacionais para um processo de desenvolvimento industrial, (prenunciado, aliás, primeiro pela época de Mauá e, depois, pelo Encilhamento) vemos a derrota da classe média ante os interesses de uma aristocracia de fazendeiros e uma burguesia mercantil solidárias com o sistema de grandes culturas para exportação de matérias-primas e importação de bens de consumo e inconscientes de que um tal sistema sofre de limitações intrínsecas que rapidamente se revelam numa economia em expansão. Assistiu o país, simultaneamente, à efêmera aventura da borracha, *mutatis mutandis*, comparável à do açúcar, do pau-brasil ou das partidas de recoleção de espécies. E viu, ainda, desaparelhado, embora, por completo, de meios de controle econômico racional, uma experiência "dirigista" de defesa dos termos de troca do produto que era a vida da aristocracia fazendeira, o café: referimo-nos ao Convênio de Taubaté, em 1906...

Parece-nos suficientemente ilustrado como as estruturas se mantêm fiéis a processos e atitudes econômicas superadas e como não revelam qualquer semente inovadora ou criadora. Mesmo a simples renovação tecnológica, objeto de constante induzimento por imitação e propaganda, encontra a maior inércia possível e quase que somente vinga como último recurso, depois de esgotadas todas as possibilidades dos processos tradicionais. A nossa agricultura é toda uma imensa afirmação disso.

IV. FATORES CULTURAIS

A cosmovisão

O exame dos fatores culturais no sentido mais estrito exige certa cautela contra generalizações demasiado fáceis. Já nos referimos, de passagem, ao estudar os fatores físicos e sócio-históricos, a determinadas peculiaridades de ordem psicológica do elemento humano formador do país. Quando nos reportarmos a peculiaridades dessa índole, da mesma forma que quando considerarmos fatores de ordem ideal, não implicamos, queremos deixar bem claro, a suposição de uma "natureza humana" de tipo especial, imanente, determinada por condições climatéricas ou raciais. Descartamos por completo da nossa interpretação a idéia de limitações ou peculiaridades inerentes ao homem pelo fato de pertencer a tal grupo racial, haver nascido em tal ou qual latitude e assim por diante. Concordamos, como Scheller, em que o homem tem um infinito repertório de possibilidades, que só se atualiza dentro da cultura. Esta é um campo aberto, na medida mesmo que é o próprio terreno da liberdade, mas nem por isso pode deixar de considerar-se um repertório objetivo, com formas específicas e uma lógica própria de cada conjunto de formas, de certo modo exteriores, extrínsecos, "dados" ao homem.

É a esta noção do "homem em situação" que recorreremos quando nos referirmos às qualidades e virtudes do português e dos demais elementos da nossa gênese, quando procurarmos delinear esquematicamente as atitudes fundamentais, os supostos e as perspectivas da maneira pela qual vêem o mundo.

As dificuldades de uma análise extensa seriam extraordinárias, por isso que, em sã consciência, implicaria ele na exaustiva ponderação de um número avassalador de dados e elementos de juízo, e ainda assim dificilmente seria possível, com o necessário espírito científico, determinar as condições de validade e a utilidade de previsão das eventuais conclusões. Mas cremos possível, contudo, extrair da paisagem multívoca da realidade espiritual brasileira certos traços típicos cuja constância e vigor relativos permitem tomemo-los como elementos de caracterização, distribuídos pelos 3 grupos de fatores que apontamos.

A cultura dominante foi, incontestavelmente, a portuguesa. A península ibérica acusa fortes traços comuns para Portugal e Espanha. No que refere a Portugal, deve notar-se a característica de maior primitivismo e rudeza. Se bem seja igualmente aplicável a toda população camponesa da Europa o conceito de que permaneceu próxima do neolítico, no que diz respeito a todas as técnicas fundamentais, até depois de sensivelmente expandida a Revolução Industrial (Varagnac situa o recesso das festas folclóricas de índole estacional, revivescência das culturas pré-cristãs, como os fogos de São João, em França, por volta da década 70-80), a Península era, de modo geral, das regiões mais pobres em matéria de concentração urbana e diversificação de indústrias e de trabalho. Isto é, particularmente, verdade em relação a Portugal. Ademais, a agricultura era, de modo geral, descurada, primitiva e deficiente. Tampouco as instituições comunais e o complexo de relações feudais chegaram a ter, em Portugal, a mesma importância que no resto da Europa ocidental. Em compensação, uma nobreza de índole militar altamente empreendedora pôde desenvolver-se com função própria, ao mesmo tempo que o Estado, pelas condições em que evoluiu, por conquista interna, assumiu um papel extraordinariamente importante, que só com séculos de diferença vem a ter nos outros países.

Pode dizer-se, de modo geral, que o horizonte espiritual do português, no século XVI, era muito limitado. Estava dominado por uma religiosidade agressiva e sem angústias e por uma visão heróica do destino, que deveria integrar-se numa aventura meio militar meio mercantil, sob o carisma de uma fé pomposa e objetiva. O fenômeno do sebastianismo e do aparecimento, na literatura portuguesa, do único grande épico da poesia de um momento entre todos épico na história do Ocidente, são mais do que ilustrativos da fome de grandeza presente na alma lusa — como, aliás, com outras cores, também na espanhola.

A rudeza, a coragem, a resistência do português são, também, legendárias. Só um povo extremamente rústico poderia levar a cabo as navegações e conquistas que encheram o século XV e o começo do XVI. Tal rusticidade indica uma condição muito primitiva. Pode dizer-se, mesmo, sem receio da anedota, que em muitos casos houve um verdadeiro processo de aculturação de portugueses. João Ramalho é um exemplo expressivo. O português fundia-se, adotava muitas das técnicas fundamentais dos grupos com que tinha contato íntimo. No que refere à agricultura, pelo menos, certamente adotou os limitados processos do nosso índio. A influência do negro no complexo de instituições da vida familiar foi, por sua vez, decisivo.

Não podemos seguir aqui este exame de dados que constituem material corrente e abundante da nossa sociologia. É-nos suficiente ressaltar, a título inicial, estes pontos: visão do mundo como expectativa de grandeza e aventura, primitivismo e rudeza; experiência em extremo limitada de quase todos os horizontes de atividades elaboradoras ou transformadoras do mundo pelo exercício continuado ou desenvolvimento de técnicas de ação sobre as coisas. De modo geral pode dizer-se que as expectativas de consumo de bens enquanto manipulação do homem, enquanto elemento de conforto e, particularmente, enquanto consumo não conspícuo, era mínima para o português. Esta, aliás, parece ser uma característica econômica comum a todos os povos "primitivos" postos em contato com outros de relação de consumo-produção nitidamente mais elevada.

Este é um traço que herdamos e ainda hoje temos oportunidade de notar o fenômeno "Cadillac" em lugares nem sempre muito remotos do nosso interior, em que a gente abastada tem um desses carros de luxo à porta e não sente a menor privação de uma geladeira ou de outro objeto de conforto, que poderia ter sem a menor dificuldade. Isto, apesar da penetração do cinema, do rádio e das revistas, notáveis fatores de incitação e generalização do consumo.

Outros aspectos da atitude do português ante o mundo, aspectos que, pela constância, poderiam considerar-se típicos de um *weltanschauung* luso, podem apontar-se. Um, de importância bem definida, em nossa opinião, é a relativa debilidade do coletivo e a substituição de formas de integração pelo convívio por outras em que esta se faz pela autoridade. É possível que o papel relativamente secundário da agricultura e das instituições ligadas à vida rural, e a ênfase de relações forçadas de autoridade de ordem militar houvessem pesado muito para sublinhar estes traços do português. É sabido que o português, embora não disciplinado, disposto à aventura e certamente bravo, aceita com certa apatia — como tocado de "fatalismo" — as relações de autoridade, especialmente em termos de Estado. A perda da independência de Portugal, mais de meio século, ante a Espanha, precisamente num momento em que a nação lusa havia dado ao Ocidente a sua grande contribuição de multiplicar-lhe os mundos e abrir-lhe os caminhos para a grande expansão mercantil — e num momento em que tinha, ademais, clara consciência deste destino histórico, como o demonstra a épica camoniana, indica claramente que o português, enquanto povo, que recebeu o novo estado, por assim, dizer, através do mecanismo de Governo, reagia mal e lentamente às mudanças que lhe vinham através do mecanismo institucional, como se não tivesse o horizonte do espírito suficientemente aberto para percebê-las.

Indica, além disso, algo não menos importante: a facilidade com que as elites, em virtude, possivelmente, da debilidade do processo do coletivo, e das limitações do seu repertório e da sua compreensão do destino como responsabilidade, facilmente se deixavam corromper e asserviçar a interesses que, numa lógica em que o agente fosse forçado a responder de modo integral, seriam exatamente os opostos aos de sua coletividade como entendidos dentro da condição específica da cultura e do momento.

Isto justificaria, aparentemente, fosse a análise levada a cabo em termos de dialética de classes. Mas só aparentemente porque, na verdade, não estavam em jogo, no caso referido, as relações de ordem institucional que asseguravam uma determinada forma de estratificação, mas simplesmente a de indivíduos que, pertencendo embora, por laços objetivos a uma determinada comunidade, não eram afetados, com a necessária intensidade, pelo processo do coletivo.

A mesma apatia, a mesma debilidade do coletivo, é encontrada entre nós, de igual modo que a mesma não-responsabilidade das elites. E não de modo episódico, mas com certa constância, porque outras condições contribuem para diluir ainda mais o cimento da solidariedade do grupo, à proporção que este caminha para a máxima extensão do Estado. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, evidentemente, e admitimos mesmo que, examinadas de modo mais elaborado, estas conclusões tenham de ser, até certo ponto, retificadas. Mas é interessante notar que a História do Brasil revela muitos fatos da mesma índole: a Independência, a Abolição, a República, são "atos do governo".

A nação responde muito passivamente às mais graves alterações, inclusive de sentido ideológico, da estrutura externa das instituições do Estado. A "opinião pública" era — e é ainda, salvo pelo que diz respeito a efêmeros processos de excitação violenta do coletivo-massa, quase sempre intencionalmente provocados — substancialmente inexistente. É certo que este quadro começa a alterar-se com o desenvolvimento da urbanização, porque a cidade é, dentro de limites definidos, mas amplos, uma ativa integradora.

Certas instituições cuja origem se prende a determinadas matrizes em que têm certamente uma significação, pela sobrevivência dos mecanismos tribais, ou por outras causas (como o júri e o sistema de representação política de raiz anglo-saxônica) tomam, entre nós, todo o aspecto de burla sistemática, sem disfarce da própria autenticidade. O parlamentarismo, no Império, é o lápis vermelho de Pedro II – embora o Imperador, *petit burgeois* de formação liberal, profundamente identificado com os ideais da época que se chamaria de vitoriana, seguisse com burocrática persistência e relativa correção as regras de jogo – que não tinha, porém, sentido profundo, como a República, "Catedral de sapê", viria logo demonstrar.

A intervenção da liberdade

Não há, em nossa opinião, como já se deixou firmado antes, a atribuição a todo esse processo dialético, de uma causalidade meramente exterior, ou melhor dito, de um sentido de necessidade. A intervenção da liberdade – se bem, à primeira impressão, pareça o campo da História o domínio próprio da pura probabilidade estatística, e talvez, ainda mais, da Moira, do cego fado sem razão nem razões – e, estamos disso convencidos, o mais importante dos dados do problema. Uma pedra lançada da minha mão está inteiramente sujeita à condição de necessidade extrínseca – da necessidade, *tout court*, que eu posso descrever recorrendo a certas funções matemáticas e a dados da minha experiência empírica. Dela, pedra, posso dizer que tem uma natureza: posso conhecer-lhe a essência, sem sombra de dúvida. Posso fazê-lo porque a essência da pedra "é" para mim.

A diferença da pedra para mim, da sua essência para a minha situação-cultura, da sua trajetória para a minha história é exatamente essa: o plano da liberdade que atravessa o espaço humano e que tem de servir de referência de todos os parâmetros do homem.

A liberdade não pode reduzir-se a um determinado conceito com pretensões à univocidade. Há uma radical e invencível distância entre a significação transcendente e a condi-

ção ativa, operatória, eficaz de qualquer linguagem, ainda que por intenção a mais simbólica possível, que balda *a priori*, destroçando-a entre os rolos das antinomias, qualquer tentativa de apresar e objetivar conceitualmente essa significação transcendente, sempre um *prius*. Metaforicamente falando, a liberdade é o começo do caminho, e o começo de um caminho não pode buscar-se pelo prosseguimento deste. Por isso mesmo, não pode reduzir-se a compreensão da liberdade à analógica idéia da intervenção numa trajetória, na mudança de um rumo, no câmbio, previamente intencionado, de um processo.

A liberdade transparece no ser do homem, no próprio significar. O entender é um ato de liberdade. Não é sem razão profunda que Sócrates coloca o problema do mal, do pecado, como problema do saber. O homem é livre porque é aquele ente para o qual existem significações.

Ao primeiro relance pareceria que esta aparente excursão metafísica a propósito da História nos levou para um campo quase oposto ao do exame dialético que tratávamos de levar a cabo empregando um número limitado de fatores significativos. Isto, no entanto, não se mostra tão certo a uma segunda ponderação. Em primeiro lugar, porque, em que pese ao emprego de uma terminologia que tem, para certos ouvidos, ressonância de metafísica idealista, não adiantamos o exame das conotações da palavra liberdade além daquele mínimo conteúdo forçosamente admitido por todo o pensamento que pretenda ir algo adiante do solipsismo e da tautologia. Em segundo lugar, porque a compreensão do fator *weltanschauung*, visão perspectivada do mundo, com o conseqüente problema do destino objetivo da cultura, isto é, da sua dialética exterior, e mais o da sua lógica interna, isto é, da sua dialética interior, do seu destino enquanto repertório de puras possibilidades e, finalmente, o problema do projeto, que é, na verdade, o problema do próprio destino do homem, na significação exata do encontro do singular com o seu ser de humanidade, porque toda esta análise, repetimos, não pode ser feita sem a prévia referência ao suposto inicial, ao começo do caminho, que é a liberdade, condição do homem.

De outra mente, estaríamos condenados ao abandono dos fatores agrupados nas grandes classes de "sócio-históricos" e "culturais" e só nos restaria, até que o uso da linguagem nos forçasse, pelas suas antinomias, ao solipsismo, procurar determinar as correlações entre grupos de dados na sua sucessão bruta, tarefa que consideramos de nulo rendimento, embora não examinando o ponto mais detidamente, aqui, já que a controvérsia lógica e epistemológica escapa ao âmbito deste trabalho.

Resumindo, insistimos em que todo o processo da realidade brasileira — isto é, todo o processo da História — não pode reduzir-se às sucessivas conseqüências necessárias de um jogo de fatores totalmente extrínsecos à liberdade humana, ou seja, de fatores de uma ordem imanente. A intervenção da liberdade, contudo, tende a perder-se como mera expressão, quando muito, do destino individual, diluída dentro de propensões necessárias estatisticamente válidas. Acreditamos na possibilidade da intervenção significativa da liberdade na História. Ela só se opera, porém, através do projeto, e o projeto acondicionado pelo saber do homem, o qual, por sua vez, é limitado pela lógica interna da sua cultura, isto é, pelo número de possibilidades do seu horizonte vivencial — pelo seu repertório — e pela semântica das suas linguagens. O que quer dizer que o homem é, embora tenha em si a semente da criação indefinida da sua cultura, um servo, objetivamente falando desta, um

prisioneiro da História. Só em momentos excepcionais é que amadurecem todas aquelas possibilidades que permitem ao homem, em termos coletivos, a formalização do projeto de salvação e a adesão a ele. Nesses momentos excepcionais é que a História se molda pelas mãos livres do seu artífice.

É por isso que a História não é suscetível do mesmo tipo de conhecimento de previsão operacional e formalizável de modo relativamente rigoroso que caracteriza as ciências da natureza, mas, ao contrário, só dá passagem como um vitral do medievo ao saber, em última análise, sempre, o foco de uma perspectiva de todo o universo.

O exame da visão do mundo, ou do conjunto de visões do mundo que constituem a ossatura de cada cultura determinada, pode revelar — dentro dos limites do processo de tradução, pois, tal exame só se pode fazer de dentro de uma cultura dada — as possibilidades da lógica interna dessa cultura, primeiro pelas riquezas e limitações das visões do mundo e das atitudes fundamentais dessa cultura, e, depois, pelas condições e possibilidades das normas operatórias que regem a dinâmica dessa cultura. Voltando ao nosso caso concreto, depois do exame extremamente esquemático que fizemos dos pontos principais do que se poderia considerar o mais representativo de uma *weltanschauung* portuguesa, isto é, depois de vermos como via o mundo e o seu destino nele o homem que nos veiculou a cultura dominante em nossa formação, resta-nos ver o aporte do índio e do negro que representam outras influências de maior importância.

Contribuição do índio e do negro

É possível que a soma de influências do índio haja sido consideravelmente menor do que a do negro, mas o julgamento definitivo neste ponto talvez não seja tão simples quanto, à primeira vista, sugeriria a preponderância da contribuição do negro para o nosso repertório e, em especial, para a estrutura da vida urbana brasileira.

O índio que teve significação como fator genético foi o tupi-guarani, o índio do litoral que, à chegada dos portugueses, se encontrava numa fase dinâmica de expansão extremamente ativa. O exame dos hábitos e instituições, e do folclore desse índio revela curiosas analogias com os germânicos primitivos. Embora as linguagens de ambos não tivessem nenhum parentesco cultural ou semântico, o processo mítico é notavelmente similar. O sobrenatural germânico desenvolve seus ramos a partir de um processo de civilização mítica, em que domina a analogia das grandes forças naturais e do herói guerreiro, em que o concerto mítico funde o repertório de experiências da vida tribal e do contexto natural. Os exemplos analógicos poderiam multiplicar-se indefinidamente. Instituições de natureza tribal como as relações de chefia, o *status* paritário de todos os guerreiros, o processo de escolha de chefia, o papel dos anciãos e do pajé, a relativa altivez demonstrada no contato com uma cultura que se apresentou com características de dominadora sem qualquer compensação, a sobrevivência de certos traços de natureza tribal com o mutirão — processo de auxílio coletivo comparável com o das aldeias européias, multiplicam essas similaridades aparentes.

Fique bem entendido, contudo, que não inferimos dessas parecenças generalizações de outra natureza, tais como qualquer suposta superioridade racial do índio sobre o

negro. É possível que estivesse aquele num estágio relativamente retardado quanto ao último; de qualquer maneira, o índice de "urbanização" deste era claramente inferior. Também é certo que as técnicas do negro estavam muito mais desenvolvidas, não devendo esquecer-se a da forja, que se perde em tempos imemoriais. Como conjunto de "traços", a presença do negro é muito mais sensível em nossa realidade de hoje. Está em toda parte, atravessa o cotidiano em toda a sua extensão. Na alimentação, na música, em certas atitudes de espírito, inclusive. Mas julgar do papel de um dos grandes grupos formadores pela quantidade de traços de cultura emergentes que possam ser recoletados num certo momento não é inteiramente justificável. A influência do negro exerceu-se, sobretudo, por contaminação cultural e suas raízes, realmente, vingaram naquele momento em que se estabilizou um determinado tipo de relação estrutural sócio-econômica — mais precisamente, quando se generalizou a economia de base do tipo *plantation*, coisa que se dá, diferencialmente, segundo as diversas áreas, entre os séculos XVII e XIX. Inicialmente, porém, o negro entrou meramente como fornecedor de esforço físico, máquina animada, uma forma de gado de melhor qualidade.

O índio, porém, dado o estágio expansivo e dinâmico da sua condição tribal teve papel inteiramente distinto. Inadaptado, pela sua condição cultural mesma, às relações de ordem servil com uma cultura dominante que lhe parecia como espoliadora, foi o fornecedor do elemento dinâmico, seja como incitação, seja como participação, do movimento dispersivo dessa cultura sobre o imenso território virgem. O índio frecheiro está em toda parte, nas primeiras andanças. O mameluco, mais tarde o caboclo ou sertanejo — como o gaúcho mestiço — são o elemento agressivo permanentemente disponível. Ao mesmo tempo que se recusava a abandonar aquele *status* mínimo compatível com o seu horizonte cultural sem nada receber, em troca, do português espoliador, adaptava-se o índio, com absoluta naturalidade, àquelas funções que, de algum modo, constituíam uma ponte entre esse *status* e as exigências da cultura dominante. Na nossa formação podem distinguir-se, pelo menos, 3 funções de grande importância desempenhadas pelo índio: 1) fornecedor do elemento dinâmico de base para a penetração territorial (o índio é, realmente, a matéria-prima das Entradas e Bandeiras); 2) base humana de uma economia de expansão que completa e estabiliza o território (o índio é, por excelência, o vaqueiro, o tropeiro, a mola do ciclo do gado); e, finalmente, 3) é o segregador principal dessa camada marginal abundante e de grande importância na fixação de certos traços característicos de formação brasileira, como as relações de clientela tendo por centro esse subsenhor feudal que é o fazendeiro, o estancieiro, o senhor do engenho. O índio é o segregador do caboclo, do sertanejo, do "cabra" nordestino que ainda hoje forma a clientela do "coronel".

É certo que, em alguns casos, o negro pôde assimilar-se ao índio, como segregador de marginais. Mas cremos fora de dúvida que a característica é do índio para toda a nossa estrutura institucional agrária, acentuando-se, ao contrário, o papel do negro nas grandes aglomerações urbanas do Recife ao Rio. A favela é o resultado da segregação de marginais pelo negro. Certas relações de ordem familiar, o papel da negra na vida do senhor branco, exploradas com certos acentos de obscenidade e anedota às vezes injustos para a compreensão do papel do negro no Brasil por sociólogos como o Sr. Gilberto Freyre, resultam de um processo de marginalização interna, dentro dos grupos celulares que, no entanto,

permanecem integrados como tais dentro das estruturas mais gerais. Tal fenômeno tem considerável importância e é possível que a existência geral dessas relações objetivas (porque evidentemente subjetivas existem em todos os grupos e regiões, como resultado do *processus* psicológico do homem) de marginalização dentro dos grupos de base, em especial o familiar, possa considerar-se fator decisivo naquilo que chamamos de "irresponsabilidade" das estruturas. Ao menos, é o que parece mais provável, dado que, enquanto o grupo assume ou afeta o projeto da cultura dominante — e basicamente as suas atitudes religiosas ou éticas —, subsistem dentro do grupo fronteiras objetivas que também o são à solidariedade dos elementos dominados ou marginalizados com o *weltanschauung* e, em especial, com o projeto e o horizonte ético-religioso dominantes.

O negro conserva aproximadamente intatas as suas relações com o sobrenatural. Contamina-se, é verdade, mas igualmente contamina, e não sabemos qual terá sido o maior impacto relativo, se o da atitude religiosa e mítica dele sobre a expectativa ético-religiosa aproblemática e pomposa do português que, embora certamente aberto para o sentido heróico da vida, não tinha desta o sentido trágico do espanhol ou a recíproca. Em termos absolutos, permaneceu o catolicismo em posição dominante, mas a importância e a extensão do contágio negro são realmente extraordinárias. Pense-se na proliferação das "tendas espíritas", na importância das macumbas, no ingresso no cotidiano de expressões como "mandinga", "despacho" etc., ou recorde-se o aspecto dos bairros mais ricos e elegantes do Rio, na orla atlântica, na noite de Iemanjá, ao passar do ano.

A lógica cultural

Isto nos leva a enfrentar o segundo fator, o das lógicas internas das distintas culturas. Não podemos entendê-lo no sentido amplo, porque nos faltam elementos indispensáveis de juízo, tanto no sentido material de coleta de dados e sua análise — na verdade está ainda por fazer-se, por exemplo, uma sociologia da nossa linguagem, apesar de estudos dispersos sobre a índole desta e da apreciável mas não ordenada massa de estudos de natureza sociológica sobre traços específicos da cultura brasileira — quanto, também, ainda no sentido puramente teórico, pois não foi ainda elaborada uma axiomática das culturas capaz de definir, às custas de um número limitado de operadores, as estruturas lógicas mestras, a semântica e as regras de significação de uma cultura dada. Se este objetivo, desejável em termos de uma ciência unificada, é suscetível de ser atingido, é assunto que nos escapa ao propósito presente.

É certo, porém, que podem discernir-se, ao menos esquematicamente, os lineamentos principais da lógica interna — ou, se se quiser, da dialética interna — de uma cultura suficientemente estudada "em situação" — isto é, os processos mentais que operam em determinadas condições e que levam a resultados diversos de outros processos relativos a outras culturas.

Isto é comprovável tanto num sentido semântico estrito — pois as estruturas de significação de uma linguagem encerram sempre um número limitado, ou "orientado" de possibilidades e, de certo modo, revelam os processos mentais profundos predominantes do grupo — quanto numa mais ampla acepção de lógica interna da cultura como tal.

Acreditamos que, no primeiro caso, há muitíssimas possibilidades por serem exploradas, não só no que refere ao nosso caso particular – quase não explorado por um tal ângulo, quanto, de modo geral, de todas as liguagens, o que tem, aliás, constituído uma preocupação cada dia mais séria no pensamento contemporâneo. Infelizmente, porém, no que nos toca, as observações estariam num campo de muito ampla generalidade e, pessoalmente, não estamos documentados para uma análise suficientemente definida, além de que, por ora, todas as contribuições do pensamento mais qualificado são pouco conclusivas. Estabelecer relações, por exemplo, sobre um processo extraordinariamente plástico da preposição nas línguas germânicas e a dureza das nossas construções correspondentes não nos permite chegar a resultados de validade mais universal.

É interessante notar, contudo, que o português – a "última flor do Lácio inculta e bela" – se manteve como a menos evoluída das grandes línguas de origem latina e que, em matéria de riqueza de construções e repertório, tem o seu viço criador verdadeiramente dissecado mais ou menos no terceiro quartel do século XVI, tendo vivido por três séculos – e, em parte, ainda hoje, voltada para essa época de irradiação, respeitável, evidentemente, como toda época autenticamente criadora e até, de certo modo, heróica, mas evidentemente sem direitos ao papel de último elo de um destino histórico. Que o português é uma língua dura e difícil – e pobre – embora, em nosso suspeito entender, bela e forte, sabe-o quem quer que domine outra língua e, em especial, quem já tenha experimentado o mister da tradução técnica. É justo dizer, também, que a língua se manteve falta de cultivo, o que quer dizer que pouco se utilizou como instrumento de idéias criadoras, de desenvolvimento e difusão de técnicas, ou seja, como instrumento do pensar, de modo geral, ao contrário de outras grandes línguas modernas.

A inovação, numa língua em que não se desenrola um ativo processo de inteligência do mundo e das experiências vitais do grupo, é algo extremamente precário. Quase sempre desvirtua o caráter do instrumento, muito freqüentemente é da pior qualidade como fator expressivo e, de modo geral, repugna quando comparada com o poder expressivo das formas anteriores. Não é sem razão que a abundante fauna de gramáticos – grupo no qual o índice de inteligência talvez fosse, de modo geral, dos mais baixos de qualquer grupo culturalmente qualificado, mesmo num momento em que a filologia e a lingüística assumiam uma crescente significação em todo o pensamento ocidental – não é sem razão, repetimos, que essa fauna se mostrou, entre nós, de um passadismo fanático, que não tem correspondência, ao que saibamos, em nenhum dos outros grupos de línguas modernas, tocando de uma aura de sacralidade tudo quanto se estende para trás de 1600. Não é sem razão, porque essa foi, realmente, a grande língua portuguesa.

Quánto à lógica interna das culturas formadoras, podemos arrancar do ligeiríssimo exame que fizemos dos *weltanschauungen* das culturas formadoras.

A expectativa do índio, dentro do seu horizonte de experiências e de seu repertório de essência tribal, foi do puro esgotamento, por inanição, das possibilidades específicas da sua cultura, uma vez cedidos à dominante a contribuição dinâmica do grupo e aqueles traços, especialmente das técnicas do viver, mais diretamente receptíveis por essa última. O horizonte de uma cultura de essência tribal entrava fundamentalmente em conflito com a dominante, que se impunha com ânimo de saque e com características de incomovível rusticidade. Há índices de que outro poderia ter sido o resultado do cruzamento, se outras fossem as atitudes fundamentais do grupo que trazia a matriz. O êxito das reduções jesuíticas demonstrou a notável capacidade que tinha o índio de receber a cultura ocidental, e particularmente certas técnicas do viver e da relação com o sobrenatural, e integrá-la no seu próprio esquema de possibilidades, e não é possível prever até onde teriam ido, em especial graças ao desenvolvimento de formas de vida coletiva muito mais integradas e eficazes do que as vigentes na matriz, não houvessem sido tais reduções liquidadas "à lusa" por esse restolho supérstite do Portugal heróico que foi o paulista. Ainda assim, o Paraguai guarani de Francia e Lopez é um exemplo sugestivo das potencialidades internas do enxerto ocidental sobre as culturas índias.

Quanto ao negro, é importante recordar que, de modo geral, não funcionou como grupo. Desde o momento em que era arrancado à sua aldeia natal, entrava o africano numa condição inteiramente marginal, deixando de exercer o coletivo qualquer papel como destino objetivo, como projeto, como opção. Restava-lhe livre, apenas, o campo das formas expressivas sem qualquer significação operativa eficaz e direta no mundo: abertamente as estéticas e dissimuladamente as religiosas. Não tão dissimuladamente, aliás, dado que a superficialidade pomposa do pensamento religioso português aceitava muito facilmente um sincretismo relativamente rústico e não se preocupava mormente com o conteúdo transcendente desse catolicismo ligeiro, imposto precariamente como asa de anjo de procissão em costas de moleque.

A contribuição das técnicas de viver do negro, muito sensíveis no quadro das relações domésticas, foi em extremo sensível e, mesmo, em certos casos, como na alimentação, pode considerar-se dominante. Mas onde ocorreu, realmente, uma verdadeira "vingança" das culturas negras foi no contágio das formas expressivas estéticas – especialmente a música e a dança, dada a condição primitiva dessas culturas – e religiosas.

Privado de exercício como grupo, como destino histórico, como coletividade definida pelo seu projeto, embora constituísse, durante boa parte da nossa existência de quatro centúrias, a camada numericamente dominante da população, o negro desenvolveu exatamente aquelas potencialidades lógicas que lhe restavam como cultura truncada e submetida a uma pressão dominial sem qualquer contrapartida. Desenvolveu, por exemplo, um sentido de irresponsabilidade individual ante o grupo – que se encontrava, aliás, sob outras formas, no português. Refugiou-se na sua "música dolente" e nas suas "danças sensuais", conforme notou, desde há muito, e nisso abundou, a nossa literatura. Dissolveu, por outro lado, na relação com o sobrenatural, a interferência orgânica do coletivo, do grupo. Através de uma série de processos de pensamento mítico, que seria longo ver aqui, desenvolveu a idéia (já existente, aliás, na lógica mágica da sua cultura) de uma série de intermediários individuais com o sobrenatural, sobrenatural que não se confundia com complexo ético-religioso do cristianismo senão que, pelo contrário, independia por completo do projeto do sobrenatural cristão e a êle se mostrava, de fato, hostil. Os "espíritos", os "caboclos", atendem a seus protegidos individualmente contra qualquer ética do

grupo. Faz-se "macumba", "mandinga", "despacho", "coisa feita" para conquistar a mulher de outrem, sair bem num negócio escuso, causar um mal, mesmo doença ou morte, como para conseguir um fim tão lícito quanto curar-se ou lograr um bom casamento. A hagiologia contribui com a sua boa sorte para o esquema de relações interindividuais entre o plano do destino pessoal e do sobrenatural (recorde-se, aliás, o fenômeno até certo ponto similar ocorrido com o celta), à margem da "legislação de Roma", isto é, do império dogmático. Vive-se na mais absoluta inconseqüência, com a aceitação simultânea de formas exteriores católicas completamente acríticas — o Brasil foi, aliás, e ainda é, extremamente pobre em matéria de pensamento religioso de certa qualificação — e formas de origem mágica, marcadas pela reação regressiva de um grupo espoliado e marginalizado, que intervém no cotidiano, e regulam em termos singularmente paraéticos, as relações interindividuais. A idéia de dever, função transcendente do projeto, é dissolvida dentro de uma difusa ética de eficácia em que os fatores polares são "azar" e "sorte", sujeitos a intervenções mágicas dentro de toda a gama de transações que teriam de reputar-se imorais à luz do projeto externa e socialmente dominante. "Caiporice" é quase que o correspondente ético do estado de pecado. A mandinga, o uso da figa e dos amuletos ganham uma significação muito mais ativa e direta do que a que tinham os símbolos religiosos exteriores do culto cristão, os quais, embora ligados a processos de pensamento mágico do mesmo gênero, haviam sido progressivamente idealizados e depurados pelo mais alto pensamento religioso.

Neste ponto o aporte do negro foi, em termos relativos, muito mais importante do que o do português, já que este dispunha de um magnífico instrumento, polido pela contribuição total da cultura ocidental, ao passo que o negro trazia de meios muito mais pobres, inclusive quanto à mera lógica verbal.

Acreditamos que a importância deste fator no desenvolvimento da atitude geral do "afinalismo", na carência de projeto e de responsabilidade nas relações do indivíduo com as estruturas em que está inserido, haja sido capital. Isso não exclui, evidentemente, a ação convergente de todos os outros fatores, sem exceção dos meramente físicos. É possível, por exemplo, que uma topografia predominantemente de grandes planícies aráveis e férteis, a abundância de outros fatores de produção e meios energéticos e a menor expressão das tendências niveladoras no puro equilíbrio ecológico tivessem preparado o terreno para o florescimento de outras atitudes vitais e que estivéssemos, neste momento, como um "Estados Unidos" latino. Repetimos, aqui, a propósito da lógica interna das culturas, que não lhe atribuímos uma natureza imanente, extrínseca ao plano da liberdade senão que, ao contrário, tomamos a cultura como a própria atualização deste plano. Mas como a liberdade, por sua vez, não se exerce no Nada, mas dentro da cultura e é limitada pelo contorno mundano, só há, dentro de cada cultura como "objeto dado", em cada momento da História, um repertório limitado de possibilidades objetivas, embora a condição da pura possibilidade do sujeito não conheça fim e seja, por sua vez, fator de criação de cultura.

Daí a significação extraordinária do conceito de projeto, instrumento de opção que pode funcionar eficazmente como modeladora do destino histórico.

Quanto ao problema da lógica interna da cultura matriz, não nos resta muito por dizer, suposto o critério severamente limitativo adotado no presente trabalho, além do que foi visto a propósito do *weltanschauung* luso.

Vale ressaltar, mais uma vez, o importantíssimo papel do limitado repertório de expectativas de domínio das coisas — de conforto, de consumo — e a fome de grandeza, o sentido heróico da vida — sentido que é objetivo, projetado para fora, exterior, e que por isso se diferencia do problemático, voltado para dentro, que é o sentido trágico do espanhol — que marcam agudamente o ser português e que são raízes principais do nosso próprio ser. Esse repertório de expectativas do português estava, certamente, confrontado por grandes inibições no que diz respeito às possibilidades de geração de processo auto-induzido de desenvolvimento industrial. Em outras palavras, não tinha em si o germe do contemporâneo. É notável a unanimidade de cronistas, viajantes e observadores, qualificados ou não, quanto à carência total de facilidades, e a desnecessidade que delas mostrava mesmo aquela parte mais abastada da população. As cidades sórdidas, as fazendas sem confortos elementares, a vida sem horizontes. Na escala do consumo o imediatamente seguinte ao mínimo de subsistência tomava um tom de conspícuo, e ainda hoje é sensível a falta de gradações específicas na ordem do consumo e pobreza das expectativas de conforto de quase todas as classes, exceto, naturalmente, naquelas áreas mais fortemente europeizadas ou americanizadas. De qualquer modo, porém, a experiência direta tende a indicar-nos que a ampliação das expectativas de consumo se deve à difusão de padrões culturais claramente alienígenas.

As instituições trazidas pelo português ou formadas no Brasil pelo jogo dos fatores genéticos são, pela sua lógica própria, a negação de uma cultura do tipo capitalista industrial. Agricultura de base, do regime de *plantation* mas de índole claramente espoliativa — a verdade é que, de modo geral, é, inclusive, uma agricultura errante, subsistente à custa do saque sucessivo de novas áreas —, orientada dentro de uma expectativa muito mais de "senhoria" do que de empresa, não poderia suportar a constante implantação de novas técnicas nem o seu desenvolvimento no sentido da empresa capitalista, por meio do máximo aproveitamento de fatores, acumulação de capitais e reinvestimento destes para fins de aumento da produtividade ou de melhor rendimento final da produção.

A pobreza quase sórdida nos horizontes vitais, unida à visão do destino como grandeza — quase sempre, contudo, entrevista muito vagarosamente —, a marginalização total das estruturas matrizes em relação ao destino histórico do Ocidente, a crescente pressão dos membros das classes que detinham o poder e que estavam cada vez mais carentes de oportunidades de simplesmente ser, tinham de levar — supostas, ademais, as outras condições vistas neste estudo — ao estabelecimento de uma complicada, onerosa e internamente absurda rede estrutural no âmbito das relações com o poder, dotada de uma inércia quase invencível pela generalizada transformação de todas as eventuais estruturas-meio em estruturas-fim, e pelo desenvolvimento de uma perspectiva ética de irresponsabilidade.

O cartório, o coronel, o bacharel, o "funcionário público" são símbolos bastante exemplificativos de categorias próprias do ser brasileiro que encontram a sua origem no fenômeno acima descrito.

A título meramente ilustrativo, podemos deter-nos, um instante, no *processus* cartorial do Brasil, que em estudos de há vários anos consideramos índice dos mais significati-

vos e que tem sido brilhantemente analisado pelo Sr. Hélio Jaguaribe em recentes trabalhos. A cartorialização tem algo de similar à mandarinização na China, embora, neste caso, houvesse um fenômeno de esgotamento, por fatores que é escusado examinar, de repertório de possibilidades de uma velhíssima e esplêndida cultura, ao passo que no nosso caso particular pode estabelecer-se uma razoável analogia com um processo de carência ou de raquitismo.

Que caracteriza, objetivamente, êsse processo cartorial? Em primeiro lugar, a criação de privilégios, a abertura de espaços vitais em proveito de indivíduos colocados, por meras circunstâncias, ou por condições de classe, em posição de "agarrar" esse privilégio. Em segundo lugar, a total incompatibilidade, às vezes da mais elementar lógica, entre as estruturas ou instituições através das quais se distribui o sistema de privilégios, e as finalidades expressas e as condições de eficiência dessas mesmas estruturas ou instituições. Em terceiro lugar, a total irresponsabilidade dos indivíduos que detêm o privilégio em relação ao projeto social — mesmo, em certos casos, em termos de simples ética pessoal dentro dos padrões dominantes — e em relação às próprias condições mínimas e finalidades previamente convencionadas ou definidas dessas estruturas ou instituições. Em outros termos, e resumindo, o indivíduo logra um lugar no corpo social simplesmente "porque", "em virtude de", mas nada tem de ver com o "para que" e o "como" da posição conseguida, das estruturas ou instituições em que se encontra esta inserida. No quadro político brasileiro, por exemplo, o *processus* se manifesta com uma aberrante nitidez digna da projeção surrealista de um afásico. O poder é exercido sem a menor relação com qualquer expectativa do corpo social, sem qualquer finalidade, sempre como finalidade em si mesmo — mas jamais consciente — é exercido "porque". Tal indivíduo, por exemplo, é prefeito da capital — mas isto não implica em nenhuma abertura ética para o destino, em nenhuma obrigação de agir desta ou daquela maneira para determinados fins, segundo o projeto dominante do corpo social, não implica em nenhuma colocação problemática, em nenhuma exigência de eficácia ou autenticidade. Quando muito há limitações de ordem puramente formal, não levadas profundamente a sério e, em períodos mais acentuadamente críticos, abandonadas quase cinicamente, mesmo quando se trate de limitações de natureza ética pessoal imposta pelo consenso exterior do grupo.

O que caracteriza a condição brasileira não é a eventualidade do fenômeno da pressão de todas as estruturas-meio para passarem a estruturas-fim, que é universal e talvez comporte, inclusive, uma formulação simbólica como conseqüência lógica de propensões comuns ao homem agrupado. É o exagero, a generalização, o primarismo grosseiro e a tipicidade do processo cartorial.

Carência de projeto

Com isto chegamos ao último dos fatores por nós nomeados para explicar a gênese do brasileiro: a ausência de projeto. É possível que como indutores desse fator tenham funcionado e funcionem todos aqueles outros que tornem frágil e precário o mecanismo do coletivo. Fatores físicos que agem no sentido da pulverização, da dispersão das unidades de vida, que opõem considerável inércia à vitória sobre o contorno, à cultura enquanto criação da natureza pelo homem, que tendem a transformá-lo, ao contrário, nessa, fatores sócio-históricos que tenham em semente o esclerosamento ou a regressão das estruturas, e mesmo aqueles fatores de lógica interna das culturas que expliquem o processo de esgotamento do repertório de possibilidades destas, são condicionantes mais do que suficientes para o aparecimento dessa deterioração do coletivo, dessa ausência de integração, de finalidade, de resposta, desse desgaste da eticidade que são as mais típicas e graves características da condição brasileira, da nossa existência "sem fios condutores".

Dá-se, porém, que o que precisamente caracteriza o projeto é a comunicação do plano da liberdade com o do destino, que se apresenta, nesse momento, como "concepção" e como "intenção". Se procedêssemos à ablação da liberdade colocada ante o destino estaríamos definidamente numa posição materialista histórica, e os resultados finais não divergiriam muito na sua desumanidade quer explicássemos o homem como função imanente da História — que não se diversificaria essencialmente do puro contorno natural — reduzindo arbitrariamente as variáveis a um mínimo número, como os marxistas, quer o explicássemos admitindo um número quase infinito de variáveis que obrigassem a dar do homem um quadro provisoriamente aberto.

No caso brasileiro, a própria ausência generalizada de projeto, essa abulia do coletivo, esse estado de sonâmbulos despertos que dá ao país o aspecto de um mero lugar geográfico, um "topos" onde acontecem coisas, onde, em vez de ser feita, a História, mesmo no cotidiano, no governo, na administração, nas relações pessoais, apenas ocorre, no nosso caso é que o sentido do projeto transluz mais intensamente. Nossa História está toda semeada de "feitos" que se traduzem tanto mais claramente como resultados de uma vontade e de um plano quanto a fragílima integração do corpo social não permite mascará-los como processos "necessários". A gesta das bandeiras, por exemplo — embora, como vimos, representasse, dentro de condições novas, uma recuperação logo esgotada, das potencialidades da visão heróica da vida, característica do espírito luso. O império constitucional e parlamentar, fruto do projeto de uma pessoa, embora certamente respondesse às expectativas da classe dominante, de estrutura aristocrática e rural. A República, projeto de um grupo claramente de classe média, altamente qualificado e com os defeitos de perspectiva da realidade imediata próprios da época cientificista que se sentia "positivista". A gesta do Acre, em que algo de certo modo miraculoso em nosso espaço humano sem integração — a participação emotiva e intensa num sentido do nacional — funcionou como catalisador de fatores extrínsecos e serviu, inclusive, para resolver a abulia do mecanismo do público, do governo, do Estado.

A extraordinária expansão humana, os surtos espontâneos de desenvolvimento econômico revelam uma notável capacidade de querer e fazer, no plano pessoal.

Não tem sentido atribuir o fenômeno paulista à ação do imigrante estrangeiro. É fora de dúvida que o imigrante teve o seu papel, particularmente dado ao espírito de que veio, de modo geral, imbuído, e as idéias gerais da época. Ao mesmo tempo marginalizado e livre diante das estruturas vigentes, o imigrante teria de reacender naquele horizonte de expectativas do "paulista" a chama das suas potencialidades iniciais. Mas o ciclo das Bandeiras e, mais tarde, a expansão dos tropeiros para o Sul, e ainda o surto do café, a partir de meados do século XIX, indicam que não houve, na verdade, com a imigração, a semea-

dura de novas plantas, mas a ressemeadura das que já antes estavam.

Também o fenômeno não menos extraordinário da entrada do nordestino na floresta amazônica, na fase efêmera da hévea, e o das migrações internas para as áreas de possibilidades não deprimidas significa que as potencialidades internas do brasileiro não estão limitadas *a priori* por fronteiras necessárias de "trópico", "raça" etc.

Não obstante a consideração dos nossos "feitos exemplares", que realmente o são, força é reconhecer que o Brasil é o milagre. Uma fenomenologia da nossa realidade cotidiana tem de levar-nos às portas da antinomia. A carência total de relações de responsabilidade entre a estrutura institucional e o seu funcionamento de fato, a permanente falsidade, inautenticidade na correspondência entre as expectativas convencionais e expressas do corpo social e a conduta efetiva, o permanente "faz-de-conta", a afinalidade a aneticidade, teriam de levar-nos, forçosamente, à admissão do absurdo da nossa existência. Ainda mais, embora de modo geral (com a ressalva do que é inteiramente característico nosso) esse fenômeno de amoralismo e falta de finalidade seja comum a todos os estados de crise social profunda e, em particular, ao que se chama hoje de "subdesenvolvimento", é justo reconhecer que, entre nós, êle chega a um extremo absurdo, especialmente diante do fato de que ao menos vegetativamente, existe uma grande força e um crescimento espontâneo se processa, e que, sobretudo, o projeto funciona amplamente em termos da ação individual.

Seria lícito dizer, do Brasil, *e pur si muove*. A deterioração do processo quando chega ao social pode explicar-se por uma dialética de fatores à frente dos quais colocamos, de modo intencional, os de ordem meramente imanente.

Mas tal acentuação dos fatores meramente imanentes não cerra, como vimos, as perspectivas da comunicação com o plano da liberdade. Ao contrário. Descobre-se, aqui, uma contradição fundamental do marxismo que, com uma intuição filosófica profunda da liberdade como tomada de consciência, como pensamento autêntico ante a ordem necessária, julga possível a sua intervenção para acelerar a marcha da História, submetida esta, porém, a um processo de necessidade imanente. Ora, se a liberdade funciona como um vetor no sistema do homem, não é compreensível porque só poderá orientar-se na mesma direção que tinha, sem este novo vetor, a resultante. A opção que pode apressar pode retardar e desviar.

Examinar em teoria certos problemas fundamentais, em particular o da liberdade, não é o nosso objeto. Mas é impossível permanecer inteiramente fora das questões teóricas quando estão em jogo problemas de destino, como é o nosso caso. No estudo da gênese da nossa condição vimos um grupo discreto de fatores representativos que nos permitem explicar tendências. Porque propende o nosso ser brasileiro em determinadas direções, porque nos é difícil optar de determinadas maneiras, porque o Brasil enquanto *field*, enquanto contínuo histórico e cultural, está submetido a determinado processo e não a outros que poderíamos considerar preferíveis por *n* razões. Mas a possibilidade da opção está aberta para nós neste momento mais do que nunca, porque neste momento tomamos consciência de que o Brasil está adiante de algo assim como uma duplicata histórica a prazo certo. Temos de resgatá-la ou deixaremos de ter um destino, entraremos a viver na voz passiva, seremos situação, apenas, volver-nos-emos objetos da História, em vez de sujeitos dela.

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 3 (4): 118-63, abr./ago. 1955.)

II — O MODELO IBESP

a. A Crise Brasileira

1ª PARTE

Hélio Jaguaribe

Configuração da situação

A CRISE brasileira, mergulhando suas raízes no processo mesmo de nossa História e impregnando-se, cada vez mais, da problemática com que se defronta o Ocidente, numa interação de que resulta, sobretudo, o adquirirem os problemas tradicionais e específicos deste país a configuração que lhes imprime a nossa época, se desenvolve em todas as profundidades e em todos os setores da vida nacional. Cabe assinalar, por isso, dois planos de profundidade da crise: o estrutural e o conjuntural. E distinguir quatro aspectos básicos: o econômico, o social, o cultural e o político.

Capítulo I

Crise econômica

Estruturalmente, a crise econômica brasileira consiste no fato de ter ultrapassado o seu nível de tolerância o processo de nosso subdesenvolvimento. Do ciclo da cana-de-açúcar ao do café, a economia brasileira tem repousado na monocultura de exportação. A exportação de um produto primário básico assegurava ao país a capacidade aquisitiva, em moedas estrangeiras, com a qual supria às necessidades do mercado interno, mediante a importação dos produtos elaborados e das matérias-primas que atendiam a uma dupla finalidade: complementar a economia interna de produção e satisfazer às necessidades de consumo das elites econômicas.

Ocorre, entretanto, que a progressiva deterioração de nossos termos de troca, acentuada pela crescente dependência de certas matérias-primas básicas — petróleo, carvão, trigo — e pela crescente solicitação de maquinaria — máquinas, ferramentas e bens de consumo durável, como os automóveis — tornou cada vez mais insuficiente o saldo de nossa exportação para cobrir as exigências da importação. Aquela adquiriu caráter inelástico, esta, elástico. E assim se formou um ponto de estrangulamento econômico que estagnou

nossa capacidade de desenvolvimento.

A esse estrangulamento básico, do intercâmbio internacional, se acresceram, no intercâmbio e no processo econômico internos, outros pontos de estrangulamento, quase sempre relacionados com aquele. Em síntese, o estrangulamento interno de nossa economia obedeceu ao seguinte processo: A) A relativamente decrescente capacidade de importação suscitou o aparecimento de uma produção nacional de bens de consumo, dando margem à formação e ao desenvolvimento de uma indústria de transformação; B) O custo de produção da indústria nacional de transformação, desde o início acima da paridade internacional, tendeu a se tornar cada vez mais elevado, por causa da insuficiência dos elementos de que dependia o abastecimento dessa indústria. Vale acentuar, entre os fatores de encarecimento de nosso custo de transformação, os seguintes: a) dependência da importação para o suprimento da maquinaria e de diversas matérias-primas; b) falta de racionalização e de mecanização na produção da matéria-prima nacional de que decorria o encarecimento dessa matéria-prima; c) insuficiência crescente nos meios de transporte, quer no tocante à área abrangida pelos mesmos, quer no que se relaciona com as condições de transporte, quantitativamente insuficientes e qualitativamente precárias; d) insuficiência crescente das fontes de energia, em virtude de desaparecer ou de encarecer, gradualmente, a lenha combustível, de o carvão nacional, além de caro, ser insuficiente tanto na quantidade como na qualidade fazendo a indústria depender da importação de carvão com os ônus daí decorrentes, de o abastecimento do petróleo e derivados depender da importação e, finalmente, de o suprimento de energia elétrica ser cada vez mais escasso; e) a insuficiência das receitas cambiais para promover, em conformidade com a ampliação e as perspectivas de crescimento do mercado, o suprimento de bens de produção. Entre os fatores que para tal contribuíram, vale acentuar o protecionismo, deliberado ou forçado pela escassez cambial, que, privando de concorrência a indústria nacional, lhe permitia lucros elevados apesar de seu crescente custo de produção.

Em virtude deste processo econômico, o Brasil não contou com a acumulação de capitais nem com a formação de técnicos capazes de atender às exigências da indústria moderna. Daí decorreu um terceiro fator de estrangulamento. Por falta de capitais e de técnica, o país não conseguiu atingir um nível de produção suficientemente superior às necessidades de consumo e ao aumento vegetativo da população.

O subdesenvolvimento nacional, nas suas repercussões internas, provocou e acentuou, dentro do próprio país, novos fenômenos de subdesenvolvimento, que se caracterizaram, verticalmente, pela crescente desproporção entre as rendas das classes assalariadas e das classes controladoras da produção, da circulação e da distribuição dos bens, e se caracterizaram, horizontalmente, pela crescente desproporção entre as regiões mais altamente capitalizadas – Sul e Leste – em relação às de menor densidade capitalista – Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Os fatores econômicos de encarecimento já referidos, intensificados por fatores circunstanciais, desencadearam um processo inflacionário que torna ainda mais agudas as discrepâncias entre as classes e entre as regiões. Encontra-se na origem do crescimento dos meios de pagamento os saldos no balanço de contas; mas este impulso originário foi robustecido pelos déficits orçamentários e pela imoderada e indiscriminada expansão do crédito.

De tal estrutura econômica decorre a conjuntura de escassez e de carestia de que se ressente, cada vez mais, o país. Acrescente-se que aos fatores de ordem geral que provocam o complexo escassez-carestia, se adiciona a intervenção deliberada dos grupos que manipulam certos setores da produção, circulação e distribuição de bens.

Para efeito metodológico – e não sem inevitáveis e deformadoras simplificações – pode-se distinguir as causas do complexo escassez-carestia em duas ordens: indiretas, ou de efeito involuntário, e diretas, ou de efeito deliberado.

Indiretas:

a) Insuficiência do volume de bens e serviços em relação ao consumo, agravada pela espiral inflacionária;
b) Insuficiência dos sistemas de transportes e de armazenamento, que põe o consumo à mercê do abastecimento imediato, e, portanto, o sacrifica nas épocas de entressafra;
c) Concentração urbana em ritmo superior ao do aumento das condições de circulação e distribuição dos bens e de suprimento dos serviços de utilidade pública;
d) Concentração espacial da concorrência na procura dos bens de consumo, duráveis ou não, por força da qual se agrava:
   aa) o encarecimento decorrente da elasticidade do poder aquisitivo dos ricos ante a inelasticidade física da oferta;
   bb) o encarecimento decorrente da elevação dos custos diante da concorrência na procura de fatores de produção fisicamente limitados e em regime de pleno emprego.

Diretas:

a) Monopólio ou oligopólio na produção industrial de determinados bens de consumo, de importação proibida ou muito difícil, numa situação em que não podem surgir novos produtores, ou por falta de capitais monetários, ou, o que é mais freqüente, por falta de meios de constituir novas empresas, dada a escassez de maquinaria e a dificuldade em importá-la.
b) Monopólio ou oligopólio na importação de bens de produção ou de consumo, assegurado ou por contratos de distribuição exclusiva com os exportadores estrangeiros ou, o que é mais freqüente, pelas restrições governamentais da importação, que beneficiam as empresas tradicionais ou favorecidas pela burocracia oficial.
c) Oligopólio no transporte rodoviário de gêneros alimentícios, assegurado pela conjugação de controle dos meios de transportes com um sistema de exclusividade ou prioridade na compra dos produtos agrícolas, este último assegurado, por sua vez, por uma grande organização apta a financiar os agricultores e a comprar, antecipadamente, as safras.
d) Oligopólio na distribuição dos gêneros, articulada, em geral, com o oligopólio referido na alínea supra, assegurando a exclusividade do suprimento de gêneros aos revendedores urbanos.

Capítulo II

Crise social

A crise social brasileira consiste no agravamento crítico do "problema social", dentro das condições peculiares à nossa História. Em todo o Ocidente, o problema social apresenta, como característica geral, a transformação da tensão entre as classes num antagonismo irredutível. Tal fenômeno, que se vem processando desde o fim da Idade Média, adquiriu contornos mais precisos a partir da Revolução Francesa e, particularmente, depois da expansão do socialismo marxista e da Revolução Russa. Em síntese, esse fenômeno é devido a duas causas: de um lado, ao fato de a circulação das elites deixar de se processar num ritmo correspondente à necessidade de renovação dos quadros dirigentes e à pressão ascensional das vanguardas populares; de outro lado, ao fato de o capitalismo, como sistema de valores e como processo regulador da economia, ter entrado em rápida decadência no século XX, particularmente depois da 1ª Grande Guerra.

No Brasil, o problema social, além das características específicas que o condicionaram concretamente no curso de nossa História, foi marcado pelo colonialismo. Fenômeno complexo e decorrente de inúmeros fatores, o colonialismo, considerado genericamente, se apresenta como uma das três formas pelas quais se exerceu o expansionismo transatlântico da Europa. Em certas regiões e condições, a colonização européia adquiriu, rapidamente, raízes no território colonial. Os colonizadores se desligaram de sua vinculação com a metrópole e assumiram, plenamente, a responsabilidade pela edificação de um novo país, a cujo destino se ligaram. Tal foi o caso da América do Norte. Em outras regiões e condições, os colonizadores, diversamente, permaneceram sempre, espiritual e materialmente, na posição de vanguarda de suas metrópoles, vendo na terra de colonização uma feitoria comercial que exploravam em proveito do Estado colonizador, permanecendo estrangeiros à natureza e à cultura locais. Assim as colônias holandesas da Polinésia, as colônias européias na África, etc. Entre esses dois extremos situa-se o colonialismo, modalidade segundo a qual se formou a civilização brasileira e, via de regra, a dos demais países sul-americanos. No colonialismo nem se verifica a completa integração entre os colonizadores e o meio ambiente, nem a rígida separação que faz coexistir, paralelamente, a cultura inferior do país colonizado e a superior do colonizador. O colonialismo é um compromisso entre a fidelidade espiritual à cultura metropolitana e a adaptação material às condições locais.

O conjunto de fatores que, em todo o Ocidente, suscitou antagonismo das classes, associado aos fenômenos peculiares ao colonialismo brasileiro, fez com que se processasse em nosso país, desde o início da colonização, uma economia de exploração. Sem pretender analisar os múltiplos sentidos segundo os quais se pode entender uma economia de exploração, destacarei apenas aquele que me parece ser essencial e que se relaciona com o problema em foco. Segundo tal sentido, economia de exploração é aquela em que a formação da riqueza é organizada e procedida em benefício de valores ou de pessoas estranhos ao seu próprio processo.

A História do Brasil é a sucessão das etapas de uma economia de exploração. Descoberto o país, a metrópole, já em processo de decadência, não pôde empreender, por conta própria, o desbravamento da nova possessão. Ideou-se, então, o regime das capitanias hereditárias, valendo esse feudalismo extemporâneo como forma de a nova terra permanecer portuguesa, sem necessidade de grandes esforços por parte do Estado, aos donatários cabendo a tarefa de prover a suas próprias necessidades. Houvesse progredido esse regime e se teria verificado a seguinte alternativa: ou as capitanias se organizariam, no curso do tempo, em Estados independentes, ou se associariam, como nos Estados Unidos, em uma federação. De uma ou de outra forma, ter-se-ia forjado o espírito de independência e de autonomia dos colonos. Diversamente, a metrópole, tão cedo lhe pareceu assegurada, pelo esforço dos donatários, a posse da terra, instituiu o regime dos governos gerais e mais tarde dos vice-reinados, montando um aparelho estatal destinado a canalizar para o tesouro português os maiores proventos que este pudesse auferir. Com isto, surgiu a economia de exploração, o processo de formação da riqueza revertendo, não em proveito da colônia ou dos colonos, mas em benefício da metrópole. Tal regime perdurou durante todo o período colonial. Mas sua essência se manteve em outros termos até nossos dias.

Realmente, a Independência, acima de tudo, foi o ato pelo qual os altos dignitários da coroa portuguesa no Brasil e as forças a eles vinculadas — a burocracia militar-fiscal e os latifundiários e comerciantes — compreenderam ter chegado o momento em que poderiam se substituir à coroa lusitana. Em vez de o sistema de economia de exploração funcionar em proveito do tesouro português, passou a funcionar em proveito dessa classe dirigente, tornando-se o novo Estado brasileiro o aparelho assegurador desse regime.

O mesmo fenômeno se processou na República. A expansão demográfica e outros fatores foram provocando a urbanização e com ela o aparecimento de uma classe média de profissionais liberais, de filhos-família afastados, em proveito dos irmãos mais velhos, do controle das fazendas e de pequenos negociantes e empresários. Num país de economia primária, onde só havia lugar para uma cúpula de latifundiários e uma base de trabalhadores escravos ou servis, a maior parte dos membros da classe média não possuía condições de subsistência. A única via de acesso que se abria para essa classe era o serviço militar e burocrático, para o qual ela afluiu. A guerra do Paraguai facilitou a expansão dos quadros militares, atendendo, assim, às necessidades de alargamento da burocracia militar que experimentava a classe média. Verificou-se, então, um fenômeno semelhante ao da Independência. No momento em que a aparelhagem do Estado passou a ser controlada pela classe média, esta, em vez de manter o Estado a serviço da classe dominante, tomou conta do poder com a revolução republicana.

Abre-se, então, um novo ciclo, o da República Velha. Conquistando o poder político sem alterar o regime do poder econômico, a classe média não pôde se manter no controle do processo social, dando margem a que se reconstituísse o poder do latifúndio. Mas o latifúndio, por seu lado, não podia utilizar o Estado em proveito próprio sem a cooperação da classe média, de que necessitava para assegurar o funcionamento da burocracia. O progresso político alcançado com a República, apoiado pelo setor militar da classe média, não permitia a implantação de nenhuma forma de autocracia. Surgiu, como solução de compromisso, o clientelismo eleitoral da velha República. O latifúndio assumiu o controle do Estado em proveito próprio, mas assegurou o pleno emprego da classe média, amplian-

do os quadros burocráticos do Estado de acordo com as necessidades ou a pressão daquela. Assim, a classe média confirmava o latifúndio no poder por via eleitoral e esta, em retribuição, nomeava os membros da classe média para o exercício do funcionalismo estatal.

Ocorreu, então, nova transformação social, semelhante à que deu margem ao aparecimento da classe média. A expansão econômica e demográfica fez aumentar as camadas inferiores da população, surgindo o proletariado brasileiro. A este incipiente proletariado incumbia, de fato, a produção dos bens e serviços de que se beneficiavam, o latifúndio e a burguesia urbana e, indiretamente, a classe média burocrática, através do fisco. Uma série de fatores, alguns de caráter gratuito, outros, de fins interessados, levaram certos grupos da classe média a intentar um novo movimento revolucionário, que excluísse a burguesia do controle do Estado e, por intermédio deste, da economia de exploração, revolução esta consistente em romper o compromisso clientelístico da velha República, chamando as massas à manifestação de seu pensamento. Propiciando tal movimento, verificava-se uma tendência crescente para o subemprego da classe média, os quadros da burocracia tornando-se insuficientes para abranger as novas gerações pequeno-burguesas, enquanto os salários públicos se tornaram inferiores ao custo da vida, o que tudo era agravado pela depressão econômica de 1929. Tal foi o sentido da Revolução de 30. Mas a Revolução de 30 foi um movimento ideológica e tecnicamente imaturo, em parte porque, tanto quanto um movimento de classe, foi um movimento da nova geração militar, a "geração dos tenentes", cujo interesse principal era o de apressar a própria carreira política. Já nessa época era claro que, no mundo ocidental, a liderança das massas só podia ser obtida por métodos socialistas ou fascistas. Despreparados tanto para compreender os fenômenos sociais quanto para manipulá-los, os revolucionários de 30 mobilizaram as massas contra a velha República, destruindo-a, sem dispor, contudo, de nenhum sistema substitutivo. Sua ideologia, na medida em que a tinham, estava impregnada de um liberalismo que só podia convir, precisamente, à burguesia que se esforçavam por dominar. Mas o proletariado brasileiro, por seu lado, se encontrava imaturo para ensaiar a liderança. Quantitativamente pouco numeroso, carecia, igualmente, da consciência e da técnica necessárias para conquistar o poder. Daí a indefinição dos primeiros dois anos subseqüentes à vitória de 30. A reação do latifúndio, em 32, mostrou à nova elite política a precariedade em que assentavam as bases de seu poder. Este e outros fatores lhe estimularam a consciência política, encaminhando-as para o fascismo.

Não lograram as classes médias, no entanto, por falta de preparação ideológica e técnica, impor um sistema fascista que lhes permitisse o controle econômico-social do país. O máximo a que chegaram foi a fórmula atenuada do Estado Novo, mediante a qual asseguraram, por algum tempo, a detenção do poder, ao mesmo passo em que, por um novo acordo tácito com a burguesia, deixavam a esta o controle dos meios de produção, sob a vaga e nominal supervisão do Estado.

O Estado Novo marca o apogeu do domínio pequeno-burguês no Brasil, dentro do sistema da economia de exploração. As classes médias, apoiadas nas forças militares cujo contingentes de comando continuavam a ser recrutados naquela classe — asseguravam para si, independentemente de processos eletivos, o controle político do Estado. Tal controle político permitia, aos quadros de base da classe média, a garantia e a continuidade

de seu sistema tradicional de subsistência, que é a exação, sob a forma de remuneração burocrática, de uma parcela da arrecadação tributária. Os dirigentes da classe média, através dos órgãos financeiros do Estado, intentaram, então, uma carreira capitalística, provendo-se de recursos para se estabelecerem como empresários ou fazendeiros. A este sistema foi associada a velha classe latifundiária e burguesa, desta forma se fazendo calar a oposição liberal. Quanto ao proletariado, o Estado Novo procurou, de uma forma tosca, associá-lo, também, aos interesses da classe média, através de uma política de paternalismo assistencial.

Prosseguiu, desta forma, a tradição da economia de exploração. O processo de formação da riqueza revertia em proveito ou dos proprietários dos meios de produção, ou da burocracia estatal, hipertrofiada cada vez mais, de sorte a dar emprego a uma classe média cada vez mais numerosa.

A ruína do Estado Novo foi devida a um complexo de fatores internos e externos, que atuaram, em síntese, de acordo com o seguinte processo: consolidada a posse do Estado, os dirigentes da classe média se afastaram de sua própria classe, compondo uma cúpula de beneficiários que se apropriou dos altos postos políticos, militares e financeiros. Aos quadros de base da pequena-burguesia, reservaram-se os cargos subalternos da burocracia, selecionando-se os candidatos por concurso. Com isto, opôs-se um dique infranqueável às novas ambições, cuja carreira política e financeira se via desprovida de futuro. A burguesia e o latifúndio, por seu lado, também não se resignavam à perda definitiva da liderança política, julgando insuficiente a compensação que lhes dava o Estado Novo, de permanecer no controle da economia privada. Daí o se formar uma tendência neoliberalista, que exigia a restauração do ritual democrático, na esperança de abrir, por via eleitoral, um acesso aos altos postos políticos e às fontes oficiais de financiamento. Esta pressão neoliberal encontrou apoio no rumo que tomaram os acontecimentos internacionais, conforme se foi definindo a vitória dos aliados.

Ante o avolumar dessas forças, o Estado Novo procurou reagir, ensaiando uma aliança com o proletariado. Tal rumo lhe era facilitado pelo crescente prestígio da Rússia, tudo parecendo indicar a viabilidade de uma nova fórmula política proletarizante. Ocorre, todavia, que o Estado Novo estava, cada vez mais, tripulado por homens secundários, gastos pelo gozo irresponsável do poder, que nem tinham idoneidade moral e intelectual para suscitar um autêntico movimento de massas, nem dispunham da audácia e técnica necessárias para empreender, por manipulação, um movimento de fachada. Assim é que as manobras proletarizantes do Estado Novo, apesar do apoio que lhes deu o Partido Comunista, não lograram suficiente penetração nas massas, servindo, entretanto, para tornar definitivo o rompimento entre a classe média e a cúpula de dirigentes do Estado Novo. Reagiu então a classe média, segundo seu modelo tradicional de ação política, lançando as Forças Armadas contra o Estado Novo, que desta forma ruiu sem um protesto, em 29 de outubro de 1945.

A queda do Estado Novo instaurou a última fase do processo de economia de exploração, em que ora nos encontramos. Como anteriormente se expôs, o clientelismo eleitoral da velha República se baseava num pacto tácito entre os eleitores da classe média e os elegidos da burguesia. Era o puro sistema da política de clientela, em que o voto servia de

moeda para a aquisição de benefícios estatais. A queda do Estado Novo restabeleceu o regime da política de clientela. Ocorre, entretanto, que as conquistas populares da Revolução de 30, franqueando às massas a livre manifestação do pensamento, impediam o funcionamento direto da política de clientela. O clientelismo pressupõe um número relativamente reduzido de eleitores, de sorte a permitir a remuneração individual de cada um deles. Aberto para as massas, o sufrágio secreto e universal não permitiu o funcionamento do mecanismo eleitoral da República Velha. Toda política de massas tem de propender ao estabelecimento de condições gerais de vida favoráveis às maiorias eleitorais, que são maiorias de massa. Mas o pleno funcionamento de tal regime implica numa transferência do poder das minorias para as maiorias, transferência essa cujo último corolário tem de ser, levadas em conta as atuais condições do Ocidente e a vigência social do socialismo, a expropriação da propriedade privada ou, pelo menos, a socialização do capitalismo, como ocorreu nos Estados Unidos. Tal conseqüência contrariava, igualmente, a burguesia e a classe média. Aquela, porque, nas condições brasileiras, a socialização da produção teria de fazer-se pela expropriação da burguesia. Esta, porque a socialização do poder político tenderia a retirar da classe média o controle da máquina burocrática.

A forma pela qual, ainda que empiricamente, as classes burguesa e média vêm procurando furtar-se às conseqüências últimas do sufrágio das massas é a demagogia. Essencialmente, consiste na utilização de ingredientes ideológicos em proveito de uma política de clientela. Conservam-se fora de discussão os princípios essenciais do regime de economia de exploração. Mas se estimula o proletariado a aderir a este ou aquele grupo, mediante toda sorte de promessas, ou mesmo de medidas concretamente tomadas, consistentes em aumentar salários, ampliar a assistência paternalística, reduzir os períodos para o gozo de aposentadoria, etc. Desta forma, se associa as massas, parcialmente, ao regime da economia de exploração. A burguesia permanece no controle da produção. A classe média, na manipulação da burocracia estatal. E o proletariado é incluído no sistema, mediante a percepção de vantagens que não correspondem, diretamente, ao processo de formação da riqueza. O sistema que assim se implanta caminha, cada vez mais, para se transformar numa autofagia, em que o produto do trabalho social é devorado pelas diversas classes em ritmo e volume superiores ao da produção, ou, pelo menos, à parcela consumível da renda nacional. O funcionamento de tal processo implica na necessidade da inflação, única forma pela qual se pode aumentar os rendimentos *per capita* sem o correspondente aumento real da produção. Mas a inflação provoca o encarecimento dos produtos, suscitando, num sistema em que todas as classes se comprometeram com inevitáveis aumentos de salário, a economia de exploração, destarte se implantando um processo inflacionário indefinido e crescente.

A crise social brasileira, como anteriormente se indicou, é a agravação, a um ponto crítico, do problema social. E este se formou no curso do processo da economia de exploração, conforme intervinham nesse processo novos fatores, uns modificando as condições reais da vida econômico-social, outros alterando suas condições ideais. As novas condições ideais que interferiram no processo da economia de exploração foram as ideologias importadas da Europa, que influíram, particularmente, na formação da República, na Revolução de 30, na implantação e na derrocada do Estado Novo. Tais ideologias foram liquidando, progressivamente, o espírito tradicionalista que sobrevivera até o segundo reinado e, sob a forma do conservadorismo ou do liberalismo burgueses, até o Estado Novo. O efeito da liquidação do espírito tradicionalista foi o solapamento das bases espirituais em que assentava a predominância da burguesia latifundiária e urbana.

As novas condições reais que interferiram no processo da economia de exploração foram a expansão da economia urbana, o crescimento demográfico e a industrialização. Tais fatores foram impossibilitando materialmente o funcionamento da política de clientela em sua forma direta e forçando a participação das massas no processo econômico e político.

O efeito de todos esses fatores foi a formação de um antagonismo crescente entre as massas e as elites. Tal antagonismo se reveste de um duplo aspecto. De um lado, manifesta-se como luta de classes. De outro lado, como conflito entre a quantidade e a qualidade. A luta de classes, na atual conjuntura brasileira, apresenta, além das características que também se verificam em outros países ocidentais, as particularidades decorrentes da imaturidade do proletariado e do campesinato brasileiro. Carentes de preparação ideológica e política, as classes obreiras preferem as soluções demagógico-assistencialistas, com o que se prestam ao jogo das clientelas. Destarte, associaram-se ao processo da economia de exploração, de que ainda são, diretamente, as principais vítimas, mas cujos malefícios indiretos, ainda maiores, repercutem no conjunto da economia brasileira, instaurando um processo fatal de autofagia.

Quanto ao conflito entre quantidade e qualidade, igualmente experimentado pelos demais países ocidentais, suas proporções, no Brasil, assumem um caráter especialmente grave. Isto porque a capacidade e a cultura ainda são atributos quase exclusivos da grande e da pequena burguesia. Se nossa tradição de economia de exploração não criou condições propícias ao desenvolvimento do espírito e das técnicas de iniciativa, ainda assim, é na grande burguesia que se encontram os homens mais dotados de tais requisitos. Isto é verdade, sobretudo, para as camadas mais recentes do capitalismo, formadas, a partir da Revolução de 30 e do Estado Novo, pelo processo já indicado de aproveitamento dos financiamentos públicos para as iniciativas privadas. Se da mesma forma, o parasitismo burocrático não suscitou a formação, nas classes médias, de um numeroso e qualificado contingente de técnicos e de administradores, é, não obstante, nos quadros dessas classes que se encontram os homens mais representativos de nossa inteligência e de nossa perícia. Ora, a crise social, convertendo a política demagógica em processo prevalente de constituição dos quadros dirigentes do Estado e da própria economia, reverte, inevitavelmente, em prejuízo da seleção dos autênticos valores, o êxito demagógico beneficiando sempre os homens mais irresponsáveis e inescrupulosos, além de tolher a ação dos raros homens de valor que logram acesso aos postos diretivos do Estado.

De todas essas circunstâncias resulta um quatro extremamente sombrio, no plano das relações sociais. Divididas por crescente antagonismo, as classes não logram encontrar um projeto de convivência que lhes inspire confiança no futuro. Sente a burguesia que o simples funcionamento do sufrágio universal e secreto implica em sua futura condenação política, ameaçando sua própria existência, como classe. Sentem as classes proletárias que todos os sacrifícios a que se as convoquem em proveito do desenvolvimento nacional, im-

plicam no fortalecimento econômico da burguesia e, por conseguinte, na consolidação de seus vínculos de dependência para com esta. Tais circunstâncias acentuam os egoísmos de classe, o imediatismo oportunista dos indivíduos e as tendências dissociativas.

Capítulo III

Crise cultural

A crise cultural brasileira é o agravamento, em termos críticos, da incultura nacional. O processo de economia de exploração, de que se deu notícia no item precedente, não suscitou as condições reais necessárias para a formação da cultura brasileira. A situação em que se encontrava a cultura portuguesa, na época colonial, não nos propiciou, no plano dos fatores ideais, elementos favoráveis para o florescimento da nossa cultura.

Uma cultura se forma, quanto aos seus fatores ideais, graças aos estímulos da angústia religioso-filosófica. A necessidade de compreender o mundo e de interpretar o destino do homem, de descobrir a essência das coisas e o processo de seu devenir, e de investigar o sentido e a finalidade da vida, são os motivos e os móveis espirituais do esforço intelectual. Tais fatores não intervieram, de uma forma apreciável, para formar e desenvolver a cultura brasileira, principalmente porque herdamos da cultura portuguesa uma pauta de valores e de idéias já consolidados, que davam resposta antecipada a todos os problemas religioso-filosóficos. Sem aprofundar esse problema, pode-se indicar sua origem no fato de a cultura portuguesa não ter sido atingida pela crise da Reforma. Enquanto os países abrangidos pelas disputas e conflitos da Reforma se viram obrigados a revisar os fundamentos de sua cultura, as crenças anteriores havendo se tornado problemáticas, diante das novas idéias suscitadas pela Reforma, os países que não sofreram a influência da crítica protestante, como Portugal, permaneceram imobilizados em suas idéias medievais e não forjaram os instrumentos mentais para a compreensão do mundo moderno. O catecismo dava resposta pronta e sem esforço a todos os problemas essenciais do mundo e da vida. A Igreja, conservando uma incontrovertida autoridade dogmática, se encarregava de interpretar idéias e fatos à luz da Revelação. E desta forma a cultura brasileira, herdando as tradições da portuguesa, nasceu petrificada em crenças arcaicas e esvaziada de autênticos estímulos para uma reação original. O curso do tempo e a influência das idéias estrangeiras foram solapando, aos poucos, as crenças tradicionais. Mas o pensamento brasileiro desatualizado com relação ao europeu, desabituado de reflexão própria e transmitindo às novas gerações o passivo acumulado das anteriores, somente em nossos dias esboça uma tendência a adquirir validade própria.

Entre os inúmeros efeitos perniciosos desse processo, ressalta o fato de a cultura brasileira se ter configurado como uma cultura verbal. A palavra, em vez de se apresentar como instrumento transparente para a fixação das idéias, se veio manifestando como coisa, apreciável por critérios puramente externos, como a sonoridade, o ritmo, a força figurativa. Encaminhou-se, por isso, nossa cultura, para o sentido do ornamental e do divertimento. Tais tendências, em épocas de vida mais fácil e ociosa, propiciaram o desenvolvimento de uma literatura verbalística, de estética puramente formal, que se oferecia ao consumo das classes mais abastadas. Conforme se foram tornando mais duras as condições da vida e mais agudas as repercussões da crise, essa literatura ornamental e ociosa perdeu qualquer sentido. Os livros de literatura foram caindo de circulação e escasseando. A literatura se refugiou nos suplementos. E acabou se transferindo para o rádio e para a televisão, reduzida ao nível das novelas folhetinescas.

Do ponto de vista dos fatores reais, também faltaram ao Brasil condições propícias para a formação e o desenvolvimento da cultura. Se a angústia religioso-filosófica constitui o estímulo ideal para o suscitamento da cultura, é a necessidade de dominar as circunstâncias físicas e sociais que, no plano dos farores reais, incentiva a cultura. Ora, o processo de economia de exploração, já analisado, atenuava a provocação do meio natural e social sobre o pensamento brasileiro. A burguesia latifundiária e urbana, auferindo seus proventos de uma agricultura de plantação ou das atividades comerciais, não precisava de aprimorar técnicas complexas para assegurar sua subsistência. O mesmo se dava com as classes médias, que parasitavam esse mesmo processo econômico através da máquina burocrático-fiscal do Estado. Até a recente expansão industrial, o funcionamento econômico-social do país requeria, apenas, a interferência das técnicas liberais: técnicas jurídicas, para regular a convivência, engenharia civil, para a construção de casas e vias de comunicação, medicina, para atender aos serviços médico-sanitários.

Por tais motivos, ao se intensificar a crise de nosso tempo, o Brasil se viu culturalmente despreparado para enfrentá-la. O pensamento nacional não dispõe de categorias para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo. E o país carece de técnicos e de administradores para enfrentar as tarefas cada vez mais complexas da vida econômico-social.

Capítulo IV

Crise política

A crise política brasileira, como crise na fundamentação e na estruturação do Estado, nos processos de aquisição e de transmissão do poder, nas concepções sobre a missão do Estado e no exercício das atividades estatais, exprime as dificuldades e a desorientação indicadas nos itens precedentes.

O Estado imperial era, essencialmente, um aparelho destinado a assegurar a propriedade fundiária. Com a revolução republicana, tornando-se a hegemonia das classes latifundiária e burguesa dependente do consenso tácito das classes médias, na forma já indicada do clientelismo eleitoral, o Estado adquiria mais uma função: a de prover a existência da pequena burguesia. Para tal se ampliou a burocracia militar e civil, multiplicando-se órgãos e cargos dos quais, com certas exceções, se esperava nenhum serviço. Da administração colonial e imperial se herdara o regime do despacho, os órgãos públicos sendo organizados em forma semelhante a dos cartórios e tendo por função fiscalizar o cumprimento, pelos particulares, das exigências administrativas, quase todas de caráter fiscal. A burocracia republicana manteve e acentuou esse caráter. O estilo cartorial convinha admiravelmente para um funcionalismo ocioso e sedentário, hierarquizado de acordo com

o prestígio das clientelas políticas ou de seus representantes. E permitia, mediante a multiplicação das autoridades a cujo despacho se submetiam os papéis, ampliar, indefinidamente, os quadros da burocracia, de acordo com o aumento dos candidatos a que se devia dar emprego.

A Revolução de 30, cujas origens, como já se viu, foi a necessidade de alargar a burocracia em proveito das novas camadas da classe média, procedeu de forma semelhante à revolução republicana, mantendo e ampliado os quadros do funcionalismo. O mesmo ocorreu com o Estado Novo, em escala ainda maior. Não somente foi o Estado Novo, em seus primórdios, um dos momentos de maior influência das classes médias, como, por outro lado, o semidirigismo por ele inaugurado, fazia com que o controle estatal da iniciativa privada não se limitasse ao setor fiscal, interferindo no processo mesmo da economia. Daí resultou a maior hipertrofia burocrática jamais registrada até aquela época. A imitação formal das técnicas administrativas norte-americanas, sem interferir no estilo cartorial de nossa burocracia, deu-lhe uma dignidade que até então não conhecera, criando grandes denominações para os órgãos e os cargos públicos e subordinando-os, no papel, a um rigoroso sistematismo, que lhes emprestava, para quem os conhecesse apenas pelos organogramas, uma imponente aparência de racionalidade e de eficácia.

Essa administração cartorial, revestida, externa e nominalmente, de uma sistemática altamente técnica, sobreviveu ao Estado Novo. As dificuldades orçamentárias e a reação, por parte da burguesia e de outros setores da população, contra o excesso das despesas com o funcionalismo público, forçaram o governo a uma aparente redução da máquina burocrática. Na verdade, o que ocorreu foi a estabilização dos quadros permanentes dos Ministérios. A procura do emprego público, todavia, não podia decrescer, uma vez que ainda hoje este constitui o mais importante meio de subsistência das classes médias. E como as bases do poder ainda sejam clientelísticas, embora revestidas de caráter demagógico, o Estado teve de adaptar-se a essa situação. Surgiram, nas autarquias e nas sociedades de economia mista os órgãos e cargos de natureza cartorial cuja ampliação se suspendera nos quadros permanentes dos Ministérios. Ademais, utilizou-se do recurso de apelar para os quadros de contratados, cuja criação não depende de lei, a fim de neles dar os empregos que passavam a faltar nos quadros permanentes.

Ocorre, entretanto, que, a despeito da falta de orientação governamental, a despeito do subdesenvolvimento econômico e do processo de economia de exploração, o Brasil experimentou uma expansão real, devida em grande parte ao aumento vegetativo dos fatores de produção. Com isto, tornou-se cada vez mais necessária a prestação de verdadeiros serviços públicos. Tal necessidade se fez sentir mais particularmente a partir de 1930 e de 1939, conforme as circunstâncias iam impondo, empiricamente, a estatização de crescentes setores da economia. O Estado cartorial, organizado para despachar papéis, foi se demonstrando cada vez mais incapaz de atender àquele mínimo de serviços exigidos pelo processo econômico-social. Da instrução pública às estradas de ferro, todos os serviços a cargo do Estado, tanto na esfera federal como na estadual e municipal, passaram a acusar um déficit crescente, caminhando, em nossos dias, para o completo colapso. Atinge, assim, ao seu clímax, a crise nas relações entre o Estado e a sociedade, crise que decorre, essencialmente, do processo de economia de exploração, e que faz do Estado o aparelho de cúpula do regime de autofagia.

A mesma crise se revela nas relações entre o Estado e as potências estrangeiras. Até a 1ª Grande Guerra, o liberalismo imperante no Ocidente situava o Estado numa posição relativamente secundária. Era a iniciativa privada, sob a forma das grandes empresas capitalistas, que arcava com a responsabilidade de promover o intercâmbio internacional. Nos países imperialistas, é dizer, naqueles em que uma grande concentração de capitais e técnica levava a iniciativa particular a expandir, além das fronteiras nacionais, o seu raio de ação, o Estado já assumia um papel mais ativo, limitando-se, no entanto, a proteger, diplomática ou militarmente, os interesses da burguesia dos respectivos países nas áreas de expansão colonial. Vale acentuar, incidentalmente, que o liberalismo ocidental, além de constituir uma das características da atmosfera cultural da segunda metade do século XIX, era também um instrumento ideológico a serviço da burguesia nos países mais altamente capitalizados, notadamente da burguesia inglesa. À medida em que essa ideologia se tornou dominante marca a superioridade da liderança da burguesia britânica, liderança essa, sem dúvida, facilitada por circunstâncias favoráveis, mas nem por isso menos indicativa do alto grau de compreensão dos próprios interesses e de os assegurar do que estava dotado o capitalismo inglês. Tais aspectos, aliás, não escaparam à observação dos contemporâneos mais argutos. Liszt, na Alemanha, opôs ao liberalismo internacionalista dos ingleses, um liberalismo nacionalista, que previa a defesa da produção alemã, mediante a proteção aduaneira e a cartelização da indústria, política essa seguida por Bismarck. Os Estados Unidos, que em nossos dias se iriam arvorar em campeões do liberalismo internacional, compreenderam, na época do predomínio industrial britânico, a necessidade de resistir à superioridade econômica dos ingleses mediante providências estatais, estabelecendo assim um rigoroso protecionismo alfandegário.

De qualquer forma, transcorrido o apogeu do liberalismo, todos os Estados passaram a intervir cada vez mais no jogo internacional, como defensores dos interesses econômicos dos respectivos países, tendência essa que em nossos dias só tende a se acentuar. O Estado brasileiro, no entanto, organizado como instrumento de conservação da propriedade latifundiária e capitalista e como um serviço cartorial de subsistência das classes médias, não dispunha da estrutura necessária para atender a essa complexa tarefa internacional. Nem possuía política interna que presidisse à sua política externa, nem dispunha de processos adequados para assegurar uma boa seleção de seus dirigentes e de seus representantes diplomáticos. Quanto a este último aspecto, se é indubitável se terem registrado grandes progressos, com a instituição de concursos de admissão para a diplomacia, ocorre, por outro lado, que a elevação do nível da carreira só repercutiu nos quadros de base, os estratos dirigentes, continuando ainda ocupados por uma geração de diplomatas escolhidos segundo critérios unicamente políticos, persistindo ademais o critério político — é dizer, clientelístico — na indicação dos chefes de missão.

De tudo isso resulta experimentar o Estado brasileiro a mais completa incapacidade para enfrentar a competição internacional. Tal fato se reveste de inexcedível gravidade, não somente porque, com o fim do liberalismo, os Estados carentes de uma política internacional se convertem, automaticamente, em presa dos Estados que programam e executam coerentemente uma tal política, como porque estamos às vésperas da formação

de uma hegemonia mundial, que dentro de alguns anos se imporá de um modo irresistível.

Não importa, para o caso, investigar os motivos que conduziram o mundo a marchar para sua unificação política, através de uma hegemonia mundial. Importa, apenas, registrar o fato de que, sob a capa de uma luta ideológico-social, o conflito russo-americano é, sobretudo, um conflito de poder, uma luta hegemônica mundial. Os países inconscientes dessa realidade são tentados a encarar a situação internacional de um ponto de vista puramente ideológico. Tal ocorre, sobretudo, em países como o Brasil, cujas classes dominantes, a burguesia urbana e latifundiária, tomando consciência de sua incapacidade para se manter internamente no controle do processo econômico-social, atribui todas as suas dificuldades à ação subversiva do comunismo e julga que a derrota da Rússia soviética implicará na definitiva consolidação do capitalismo burguês. Na verdade, a despeito das relações existentes entre o conflito russo-americano e o conflito social, distinguem-se profundamente os efeitos políticos daquele conflito de suas repercussões sociais. A conquista da hegemonia política internacional não outorga ao Estado que a obtiver condições para interferir na intimidade do processo social dos demais países. Inclusive porque o próprio Estado vencedor estará igualmente sujeito às mesmas vicissitudes. Tudo indica, aliás, que a socialização será um dos efeitos inevitáveis da nova guerra, ainda que vencedores os Estados Unidos e inclusive com relação a estes. Mais do que as classes de cada país, portanto, serão os próprios países, como coletividade, que sofrerão as conseqüências da hegemonia mundial. E estas, entre seus múltiplos aspectos, alguns ainda imprevisíveis, se caracterizarão inevitavelmente pela tendência de o Estado vencedor exercer uma política de economia de exploração em relação aos demais países, tanto mais acentuadamente quanto menor for a capacidade de resistência de cada país.

A Rússia soviética, embora os países satélites também sejam socialistas e se encontrem politicamente subordinados ao Kremlim, não deixa por esse motivo de os explorar em seu proveito nacional, na razão inversa de suas respectivas capacidades de resistência. O mesmo ocorre nas relações entre os Estados Unidos e seus países satélites, notadamente o Brasil, embora o liberal democratismo americano não disponha de instrumentos de pressão tão enérgicos quanto o comunismo russo.

Cumpre observar, aliás, que se as relações de exploração entre os Estados Unidos e seus satélites são menos acentuadas que as existentes entre a Rússia e seus satélites, isto se deve menos à diferença de regime do que à diversidade de sua estratégia ideológica. Pode a Rússia explorar muito mais intensamente a economia de seus satélites em virtude do fato de, em compensação, ter proporcionado às massas proletárias desses países a oportunidade de uma revolução social, com que desde logo lhes ofereceu, atual ou potencialmente, melhores condições de vida e, ademais, lhes deu uma justificação para os sacrifícios que lhes impõe, os quais são apresentados como o preço inevitável da defesa do socialismo. Diversamente os Estados Unidos, favorecendo as minorias burguesas de seus respectivos satélites, são forçados a proporcionar às massas proletárias desses países uma ponderável assistência, que é maior ou menor segundo a importância político-militar de cada país, assistência esta com a qual os Estados Unidos valorizam o regime de que se erigem campeões e mobilizam esses países e suas respectivas massas proletárias para a luta contra

a Rússia.

O certo é que a política de economia de exploração será o resultado inevitável da conquista pelos Estados Unidos ou pela Rússia, da hegemonia mundial, de um lado porque o vencedor não encontrará mais os obstáculos decorrentes da existência de um adversário que também disputa a aliança dos países mais fracos e, de outro lado, porque os desgastes da guerra e a necessidade de o país vencedor compensar as massas do país vencedor dos sacrifícios que lhe impôs o esforço militar, exigirão a mais implacável espoliação da economia dos demais países.

Ante essa política de economia de exploração, de nada adiantará a circunstância de os países mais fracos terem combatido a favor ou contra o vencedor. A posição ocupada pelos países satélites na futura guerra servirá apenas, e ainda assim não necessariamente, para resguardá-los mais ou menos dos desgastes da guerra, conforme pertençam ou não ao lado vencedor. A condição dos países satélites, no futuro pós-guerra, não será ditada pela atuação que houverem exercido na guerra, mas pelo poder econômico, cultural e militar de que dispuserem, ao terminarem as hostilidades. Tal conclusão se impõe diante do fato de que os motivos ideológicos são tanto menos importantes quanto menos necessários para assegurar os interesses reais. Nos períodos de conflito, quando ainda não se definiu uma hegemonia, as partes em luta são levadas a acentuar sua política ideológica, como forma de assegurar alianças e cooperação. Uma vez conquistada a hegemonia, tais estratagemas se tornam inúteis e a política de economia de exploração é exercida sem encobrimento. Outro não é, aliás, o exemplo da última guerra, pelo qual se observa como a Alemanha derrotada granjeou imediatamente uma posição de privilégio em virtude do fato de sua cooperação para a guerra futura se haver tornado indispensável. Enquanto isto os aliados secundários, como a França, recebem dos Estados Unidos um apoio muito menor, o mesmo se verificando com o Brasil. E se esses países ainda gozam de uma relativa assistência por parte da América do Norte — assistência que tem um caráter mais ideológico e verbal do que efetivo — isto se deve ao fato de os Estados Unidos terem de contrabalançar a influência Russa, ainda com relação aos países de pequena capacidade econômico-militar.

2ª PARTE

Problemas e soluções

Capítulo V

Limites e condições

ENCAMINHA-SE a Segunda Parte deste estudo no sentido de determinar que providências ou medidas seriam adequadas, em termos gerais, para resolver os problemas anteriormente analisados. Não pretende esta investigação, de modo algum, chegar a planos ou programas concretamente aplicáveis. As "soluções" a seguir indicadas situam-se num plano de grande generalidade e são, freqüentemente, óbvias, no sentido de que poucos contestarão sua procedência, as dificuldades residindo na elaboração de planos analíticos e quantificados aptos a realizarem tais soluções, ou ainda decorrendo dos problemas que surgiriam, na prática, para se aplicar as referidas soluções ou os planos correspondentes.

Esse caráter geral de que se revestem as soluções a seguir indicadas foi, todavia, deliberadamente escolhido, por isso que o objetivo em mira, no presente estudo, não é a elaboração de um planejamento, mas, na base de um diagnóstico realista da situação brasileira e no contacto do mundo ocidental contemporâneo, determinar as condições necessárias e suficientes para uma superação da crise mundial.

Antes de esquematizar as medidas que pareçam adequadas a enfrentar a crise, todavia, importa levar em conta os limites e as condições dentro dos quais se considere possível dar solução a tais problemas.

Que significa, no plano econômico, social, cultural e político, dar solução a um problema? Sem entrar em maiores perquirições a respeito desse assunto, é necessário, pelo menos, atentar a duas ordens distintas de soluções possíveis. Toda solução se inscreve, por hipótese, no plano em que se apresenta o problema a resolver. Do ponto de vista das relações ideais, esse plano pode ser empírico ou transcendental. Do ponto de vista das relações reais, pode ser dinâmico ou estático. O plano empírico só comporta soluções empíricas, isto é, relativas, uma vez que tal plano pressupõe a limitação quantitativa, qualitativa e modal das experiências realizadas em relação às experiências realizáveis. O plano transcendental, diversamente, comporta soluções transcendentais, isto é, absolutas (entenda-se absolutas no sentido de puras), uma vez que o objeto é dado univocamente em sua totalidade. Em termos lógicos, as primeiras soluções serão sintéticas e as segundas analíticas, aquelas, possíveis, estas, necessárias.

O plano dinâmico só comporta soluções dinâmicas. Mas a solução dinâmica, enquanto tal, pressupõe uma absoluta correspondência entre o processo do objeto e o da solução. Sempre que no processo dinâmico a solução escape a condições que assegurem tal correspondência, ela se caracterizará por sua transitoriedade. A solução dada ao problema se

manterá válida enquanto o processo dinâmico do objeto não o tiver alterado. Diversamente, no plano estático, as soluções são estáticas e, por conseguinte, permanentes.

Feito este rápido esclarecimento teórico, observa-se, desde logo, que os problemas econômicos, sociais, culturais e políticos, que constituem facetas do processo histórico, se desenrolam num plano empírico e dinâmico. Sua empiricidade não impede, como observou Weber, a construção de modelos ideais que os reproduzam esquematicamente e forneçam os equivalentes ou correspondentes eidéticos de sua realidade fática. Sua dinamicidade não impede que a razão dialética preveja a trajetória de seu devenir. Isto não obstante, é evidente que toda tentativa de solucionar problemas históricos está submetida à mesma historicidade desses problemas. Sua validade, enquanto fórmula, se refere ao modelo ideal da problemática em tela e sua permanência está vinculada à possibilidade de a fórmula solucionadora submeter-se a um processo dialético correspondente ao da problemática. Mas como a solução de um problema histórico é também um ato histórico, a elaboração das fórmulas está sujeita às condições de lugar e tempo e é impossível prever-se a medida em que tais fórmulas permanecerão válidas, no curso do tempo, sendo certo que, em determinado momento, deixarão de sê-lo.

Não se pode aprisionar a História em fórmulas. Não há para os problemas históricos soluções definitivas, universais e permanentes. Mas há soluções autênticas e inautênticas, profundas e superficiais. As soluções que correspondem aos imperativos históricos do momento, e o satisfazem em profundidade, inauguram ciclos e se convertem em marcos para o subseqüente processo do devenir histórico.

Considerando-se a História em função de seus momentos propulsores, verifica-se que o processo do devenir não é uniforme, mas atua aos saltos. A História se articula em épocas que, por sua vez, se processam pela sucessão das gerações. Cambiando, embora, as condições reais e ideais de cada momento histórico, cada época conserva uma relativa permanência. Além de pelo acaso, a modificação das condições reais é presidida pelas idéias que dirigem os homens na utilização dos fatores reais a seu dispor. Se o jogo dos fatores reais suscita modificações nas idéias dos homens, as idéias prefiguram as possibilidades desse jogo. Ora, as idéias, enquanto tal, constituem a atualização de um repertório de possibilidades eidéticas contido nas crenças. Segue-se daí que, não obstante o fato de as condições reais de existência condicionarem, parcialmente, as idéias, estas, além de prefigurarem, enquanto idéias, as condições de possibilidade do jogo dos fatores reais, atualizam um repertório de crenças prévio a cada uma das idéias. As crenças, portanto, constituem matéria-prima da História e são os marcos diferenciadores das épocas. Uma época persiste enquanto persistem as crenças que a informaram. E as crenças persistem enquanto não se esgotou, no processo histórico, o repertório de idéias nelas contidas.

A análise de nossa época revela que uma das dimensões de sua problemática é o *esgotamento* das crenças que presidiram a sua formação. Não experimentamos apenas problemas, no sentido em que os experimentaram as gerações precedentes. Nossa época mesma é que se tornou problemática. Essa problematicidade afeta, definitivamente, o que poderíamos denominar de crenças adjetivas do nosso tempo. E afeta, em grande medida, as crenças substantivas. Com todo o arbitrário de tais distinções, quero significar como substantivas as crenças que configuram a essência da cultura ocidental e que têm por núcleo o

cristianismo. Por adjetivas, entendo as crenças que, a partir dessa crença básica, compõem a estrutura de nossas instituições sociais, e que são adjetivas em relação à crença fundamental por constituírem a modalidade segundo a qual aquela se atualiza e concretiza em nossa quotidianidade.

Essas crenças adjetivas são a crença otimista no progresso e na razão, no valor absoluto do indivíduo e na igualdade dos homens. Remotamente ligadas ao Renascimento e à Reforma, provêm, imediatamente, da Ilustração e da Revolução Francesa. E as instituições configuradas por tais crenças são a democracia burguesa e a economia capitalista.

Muito mais complexo é o problema decorrente da relativa perda de vigência de nossas crenças substantivas, ligadas ao cristianismo. Sem entrar em maior análise desse fenômeno, limito-me a caracterizá-lo pelo fato de o cristianismo, embora continuar sendo a pauta configuradora de nossa compreensão e valoração do mundo, ter perdido seu valor como religião positiva e revelada. O cristianismo, considerado do ponto de vista histórico-cultural, foi o acontecimento carismático em virtude do qual os homens a ele submetidos adquiriram a convicção de que Deus se encarnara na pessoa do Cristo e revelara, por intermédio deste, o saber de salvação. Os fundamentos desse saber de salvação continuam condicionando nossa compreensão e valoração do mundo. Mas os homens não estão mais sujeitos ao poder carismático do cristianismo. E mesmo aqueles que mantêm o que julgam ser a ortodoxia religiosa (ortodoxia esta objetivamente modificada no curso do processo histórico), mesmo estes, assim procedem por um ato da vontade individual, sem experimentar aquela força compulsiva que caracteriza a vinculação carismática. Diante de tais contestações, verifica-se que um dos aspectos fundamentais da crise do nosso tempo – a perda de vigência carismática do cristianismo, não substituída pela vigência carismática de outra religião – escapa às possibilidades deliberadas de nossa interferência. Uma religião não se revigora nem se substitui por outra por força de um ato da inteligência e da vontade. As religiões acontecem, embora o mistério originário do surgimento de uma religião não exclua a existência de condições objetivas de possibilidade para a eclosão de tal acontecimento.

Mas se a crise de nossas crenças substantivas escapa à nossas possibilidades de interferência deliberada, o mesmo não se verifica com relação às crenças adjetivas. Essencialmente, as crenças substantivas são religião e as adjetivas são ideologia. Diversamente do que ocorre com as religiões, as ideologias podem ser construídas por atos da inteligência e da vontade, embora, como acontece em relação àquelas, dependam de condições objetivas de possibilidade. Uma ideologia consiste, essencialmente, na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica. Este é um caráter que só se pode comprovar *a posteriori*. Mas, *a priori*, pode-se determinar, formalmente, as condições de que se devem revestir os valores e seu projeto de realização para que uma ideologia logre eficácia histórica.

Seria longo e desnecessário, para o objetivo deste estudo, analisar em profundidade as condições formais de êxito de uma ideologia. Limito-me a registrar que tais condições dizem respeito à medida em que uma ideologia logra dar formulação às forças ideais e reais da sociedade, num momento determinado, mobilizando as mais aptas a prevalecer.

A crise brasileira atinge todos os planos da vida nacional e se acha inserida no contexto da crise do nosso tempo. Nesse sentido, o fenômeno crise é um complexo integrado, que não se confunde com a soma dos problemas de que se compõe e só comporta, igualmente, uma solução integrada, também distinta do conjunto de providências de que se componha. Mas este elemento integral e integrativo, de que se deve revestir a solução, caracteriza a necessidade de ela apresentar caráter ideológico. Isto não exclui a necessidade de uma política, consistente em medidas diversas, individualmente formuláveis, que atenderão a problemas também consideráveis individualmente. Mas essa mesma política só será realizável e eficaz se contida no bojo de um movimento ideológico, que a propulsione socialmente e a cujos princípios ela dê execução concreta. Inclusive porque a solução ideológica, além de condição integrativa do conjunto das soluções, é também uma exigência específica de certos problemas concretos.

O problema da solução da crise, portanto, comporta dois aspectos distintos, pelo menos para fins metódicos, que são, de um lado, o repertório de providências suscetíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressente o país nos planos econômico, social, cultural e político, e, de outro lado, a ideologia de que esse programa seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado.

Capítulo VI

O Problema econômico

A) O problema

Como se analisou precedentemente, a crise econômica brasileira decorre de haver atingido um ponto crítico o nosso subdesenvolvimento. Esse subdesenvolvimento se exprime:

a) pela deterioração de nossos termos de troca e seus reflexos no balanço de pagamentos;
b) pela gravosidade da produção;
c) pela escassez de capitais e de recursos técnicos;
d) pelo desaparelhamento dos serviços básicos e de todos os empreendimentos em geral.

Desse conjunto de deficiência resulta uma conjuntura caracterizada pela escassez e pela carestia.

B) A solução

A solução mais eficaz e rápida desses problemas exige um planejamento geral da economia e a rigorosa execução dos planos. Tal planejamento deverá se encaminhar para a realização dos seguintes objetivos:

a) regulamentação das aplicações da renda nacional, destinada a ensejar a máxima capacidade de investimentos, segundo critérios seletivos das aplicações;
b) rigoroso controle de intercâmbio internacional, visando a aumentar as exporta-

ções, reduzir as importações e selecionar a utilização das divisas;

c) reaparelhamento geral, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões;
d) racionalização e tecnificação da produção. Exploração de novas riquezas naturais.

No tocante ao complexo escassez-carestia, as soluções de conjuntura, sem prejuízo das soluções de estrutura, de prazo longo, têm de atingir em prazo curto os seguintes resultados:

a) estabilização de preços e salários;
b) organização, na escala municipal, do abastecimento dos produtos de pequena lavoura, visando a reduzir ao mínimo a oneração dos produtos em relação ao preço pago ao agricultor;
c) idem, na escala federal, e eventualmente estadual, para os produtos da grande lavoura;
d) racionamento dos produtos escassos.

Capítulo VII

O problema social

A) O problema

A crise social brasileira decorre, como vimos, da economia de exploração, cujo resultado foi provocar o antagonismo de classes e a falência das elites.

A economia de exploração, em nossas relações externas, se tem caracterizado pelo fato de nos manter na posição de exportadores de produtos primários e importadores de elaborados.

Internamente, a economia de exportação se verifica do seguinte modo:

– contínua elevação dos custos e dos lucros, indireta e indeliberadamente, como reflexo da conjuntura ou, direta e deliberadamente, por ação de monopólios e oligopólios e por acordo tácito entre produtores, transportadores e comerciantes;
– Parasitismo burocrático, transformando o Estado em um mero aparelho de subsistência da classe média e das clientelas eleitorais;
– Prática cada vez mais agravada da demagogia assistencialista, consistente em conceder às massas trabalhadoras vantagens não relacionadas com o valor de sua produção.

Com relação ao crescente antagonismo entre as classes, o problema se caracteriza da seguinte forma:

a) transformação das elites em classes privilegiadas com a perda de sua representatividade e exemplaridade;
b) rebelião das massas, atualmente se manifestando sobretudo em forma de um oportunismo demagógico;
c) falta de um projeto social dotado de apelo e apto a configurar um futuro a que se aspire coletivamente.

B) Solução

A mais rápida e eficaz política para combater essas deficiências exige a adoção das seguintes medidas:

Economia de exploração

a) estabilização dos custos e controle dos lucros, visando a convertê-los em estímulos razoáveis para a atividade econômica e em fonte de acumulação de capital para novos investimentos, de sorte a se acabar com todas as formas de privilégio na repartição da renda e a se elevar o índice de poupança social e a capacidade de investimento;
b) liquidação do parasitismo burocrático, mobilizando-se os órgãos públicos para a execução dos empreendimentos essenciais ou reprodutivos;
c) vinculação entre todas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador.

Antagonismo das classes

a) liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe;
b) promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade;
c) formação de um movimento social apoiado numa ideologia e assentado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados.

Capítulo VIII

O problema cultural

A) O problema

a) a cultura brasileira como verbalismo ornamental ou como tecnicismo destituído de consciência de seus fundamentos;
b) falta de estímulos ideais e reais para a formação de uma cultura autêntica;
c) falta de um sistema educativo capacitado a exercer em proveito de todas as camadas da população uma ação de adestramento para a vida, nas condições muito reais e ideais do nosso tempo e do Brasil;
d) falta, a curto prazo, de técnicos e de administradores.

B) Solução

a) criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do

Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional;

b) desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo rendimento da crise como fator estimulante da cultura. Criação de um movimento ideológico que extraia da própria crise os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural;
c) reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores;
d) imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros.

Capítulo IX

O problema político

A) O problema

I) Crise nas relações entre o Estado e a sociedade:
Estado cartorial, como instrumento de subsistência da classe média, criando crescente intervalo entre as necessidades de serviço público e sua efetiva prestação.

II) Crise do Estado como órgão da soberania nacional:
Falta de uma política interna e externa e da capacidade de elaborá-la e executá-la.

III) Agravamento crescente dessas carências ante:
   a) a necessidade de política interna, numa época intervencionista em que os demais Estados atuam, cada vez mais, segundo planos;
   b) a necessidade de política externa, num momento em que se disputa a hegemonia mundial, cuja conquista será fatal para os países de pequena densidade econômica, cultural e militar.

B) Solução

a) liquidação do Estado cartorial e do parasitismo burocrático, e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz;
b) instauração de uma política interna, calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional;
c) instauração de uma política externa, calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional;
d) urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país, sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados.

3ª PARTE

A ideologia

Capítulo X

O problema da ideologia

A rápida enumeração dos problemas nacionais e das soluções genericamente exigidas pelos mesmos, apresentada na Segunda Parte deste trabalho, põe em destaque a necessidade de uma ideologia, tanto para atender a solicitações específicas como para integrar, num sistema de crenças e de idéias, a programática exigida pelos referidos problemas e conferir a essa programática a força social capaz de assegurar sua realização.

Como já se indicou em item precedente, a ideologia é a crença adjetiva de uma época. O vocábulo é relativamente recente. Usou-o Napoleão, em sentido muito diverso do atual, para caracterizar o grupo filosófico-político de Destut de Tracy. Marx, dando-lhe uma acepção que basicamente continua válida, emprestava-lhe um caráter unilateral e faccioso. Ideologia era toda teorização vinculada aos interesses da classe dominante, tendente a conferir validade universal e permanente ao que representava apenas, conscientemente ou não, a defesa de tais interesses. A sociologia do conhecimento, de Scheler a Mannheim, corrigiu a unilateralidade da concepção marxista, suprimindo-lhe o sentido polêmico. Se à acepção de Scheler ou de Mannheim se acrescer as contribuições da filosofia e da sociologia existenciais, notadamente no que se refere às teorias de Ortega sobre a crença e sobre o projeto, chegar-se-á a um conceito de ideologia puramente histórico e sociológico.

A ideologia é a crença adjetiva de uma época. Radicada nas crenças substantivas da cultura a que pertence uma época qualquer, ela exprime no conjunto das circunstâncias existentes — inclusive e particularmente as circunstâncias configuradas pelas relações de poder e pela dinâmica da circulação de elites — o projeto social elaborado e promovido por uma elite para a sociedade a cuja liderança aspire. Nas sociedades diferenciadas por classes, como ocorre na ocidental, essa elite terá um caráter classista, embora não se reduza unicamente à dimensão de uma classe. Ainda que apoiada numa classe determinada e correspondente à aspiração de liderança dessa classe, a ideologia apta a gozar de

eficácia social não se destina apenas a essa classe, mas apresenta, para as demais classes, ainda que ficticiamente, uma oportunidade de inserção no seu projeto social, que é justificado como convindo a todos em geral e ao todo social em particular.

A ideologia liberal-democrática, elaborada pela burguesia dos séculos XVIII e XIX, não pretendia condenar à servidão e à marginalidade o proletariado ocidental. Admitia-se, muito ao contrário, que o regime de livre concorrência dava a todos os homens capazes, fosse qual fosse sua origem, a máxima oportunidade para galgar às mais altas posições sociais. O socialismo marxista, por seu lado, só por exigências estratégicas se dirige contra a burguesia, considerando, entretanto, que a luta contra esta última classe é uma etapa provisória na implantação do socialismo, correspondente à fase da ditadura do proletariado. Uma vez assegurado o socialismo — o que os marxistas, embora sem precisar a duração, sempre julgaram fosse algo de rapidamente executável —, sua ideologia se abria indiferentemente para todos, instaurando-se, com o comunismo, uma sociedade sem classes, é dizer, sem discriminações.

Formalmente, as ideologias estão condicionadas pela cultura vigente, pelas relações de poder, pela dinâmica da circulação das elites, pela situação econômica do grupo social e, finalmente, pelo projeto a que o conjunto das circunstâncias empresta validade e de que as ideologias se fazem portadoras.

No que se refere ao conteúdo, como deva caracterizar-se uma ideologia para adquirir eficácia social, nas condições prevalentes em nosso tempo e no Brasil?

Comporta esta pergunta uma resposta abstrata, de caráter histórico-cultural, elaborada mediante o exame das relações existentes entre a vida social brasileira e as condições formais de que se deve revestir uma ideologia socialmente válida. Tal empreendimento apresenta o maior interesse e deve ser cometido para que se logre em termos dinâmicos uma sociologia formal do Brasil contemporâneo. O plano em que se situa este trabalho, todavia, é distinto do que conviria para tal análise. A problemática nacional, na primeira parte do presente estudo, foi considerada em concreto, razão pela qual a pergunta pelas características de que se deve revestir uma ideologia apta a ter eficácia deve ser respondida igualmente em termos concretos.

Antes de empreender essa análise, no entanto, importa, ainda, levar em conta uma consideração preliminar. Entre outras condições, o apelo para a formulação de uma ideologia válida postula a perda de validade, quando não de vigência, da ideologia anteriormente prevalente. É porque não subsiste a capacidade de liderança das elites ainda detentoras do poder nem se conserva o apelo social de seu projeto de vida coletiva que as crenças adjetivas adquirem caráter problemático, suscitando a exigência da formação de uma nova ideologia.

Tal verificação indica, no caso brasileiro, que a burguesia urbana e latifundiária, que constitui a classe dirigente, deixou efetivamente de ser dirigente, transformando-se em mera classe dominante. A elite, como grupo social concreto, não é mais a elite funcional, isto é, não constitui mais aquele estrato da sociedade dotado efetivamente do comando do processo social. Da mesma forma, a ideologia até há pouco prevalente — crença otimista no progresso e na razão, no valor absoluto do indivíduo e na igualdade dos homens — e as instituições modeladas por tais crenças — a liberal-democracia e o capitalismo — encontram-se em processo de decadência e de descrédito.

Capítulo XI

O problema do socialismo

Costuma admitir-se, embora sejam crescentes as exceções, que a renúncia à ideologia democrático-burguesa, em nossa época, conduz à aceitação da ideologia socialista, assim como, no que se refere ao processo histórico-social, que o reconhecimento da decadência das instituições capitalistas implica na instauração do socialismo.

A discussão deste problema envolve questões que ultrapassam a bitola do presente estudo. Importa, não obstante, caracterizar os dados essenciais de tal questão. Que se entende por capitalismo e socialismo?

O entendimento do que sejam capitalismo e o socialismo tem sido prejudicado pela imaginária univocidade atribuída a tais idéias ou fenômenos. De tal univocidade não se exime o próprio marxismo, a despeito da historicidade dialética do pensamento de Marx. Isto é devido, sobretudo, à circunstância de o debate sobre a matéria já se ter cristalizado em posições irreversíveis antes de elaboradas as mais recentes categorias sociológicas. Sem analisar mais profundamente este problema, indique-se apenas que, ao designarmos um regime, referimo-nos a três objetos distintos: o modelo, o projeto e o processo social.

Consideremos, para exemplificar, o capitalismo. À pergunta "que é o capitalismo?", respondemos, usualmente, descrevendo o modelo abstrato de uma realidade que se processou no tempo e no espaço. Quando respondemos sem maiores precisões, referimo-nos ao esquema do capitalismo manchesteriano, por entendermos que foi na Inglaterra de meados do século XIX e particularmente nas relações econômicas estabelecidas em torno das fiações e tecelagens de Manchester que se configurou mais tipicamente o fenômeno capitalismo. Se atentarmos para a questão com maior rigor, distinguiremos etapas e formas de capitalismo e notaremos que na Atenas do século IV e na Roma Republicana se desenvolveu um processo que apresenta analogias com o modelo ocidental do capitalismo. Verificaremos ainda que, em relação a tal modelo, cabe falar, como Sombart, de um capitalismo incipiente, da Idade Média, de um capitalismo da Idade Moderna, de um capitalismo de apogeu, no século XIX, de um capitalismo imperialista e estatizado, no século XX. Este modelo, todavia, nunca se ajusta ao fenômeno num determinado momento de seu processo, eis que o modelo é estático e o fenômeno dinâmico, o modelo é uma idéia, o fenômeno um processo concreto. Maior afastamento, ainda, existe entre o modelo de um regime e o projeto social daqueles que o instauraram. Os deputados da Assembléia Constituinte ou da Convenção Francesa não reconheceriam em nossa descrição do capitalismo liberal-democrático o regime que procuravam implantar. A mesma diferenciação seria observada com relação ao socialismo, se distinguirmos no modelo soviético ou social-democrático de socialismo a realidade do processo e o projeto de seus instauradores.

Feito este esclarecimento, verifica-se como não comporta uma resposta unívoca a pergunta sobre se a decadência do capitalismo e da burguesia implicam na instauração do socialismo e na ascensão do proletariado. Considerados como modelos, o capitalismo e

o socialismo se excluem totalmente. Tal exclusão, à luz de determinadas filosofias da História, como é notadamente o caso da marxista, implica na fatalidade de o capitalismo ser substituído pelo socialismo renovador. À luz de outras teorias históricas e sociológicas, como por exemplo as sustentadas por Burnham, essa mesma exclusão conduz à previsão de um terceiro regime, socialista apenas no que se refere à coletivização dos meios de produção, mas em tudo diverso dos sistemas socialistas, regime que Burnham denominou de diretorial ("Managerial").

Considerados como processos sociais, o capitalismo e o socialismo se interpenetram, a despeito de seus modelos se excluírem reciprocamente. Nesse sentido, a observação histórica mostra como nas chamadas "épocas de transição" se estabelece, na prática cotidiana, um compromisso entre crenças e instituições opostas, inserindo-se no contexto ideológico e institucional anterior elementos da nova ideologia e das novas instituições. Esta é, aliás, a razão pela qual persistem, dos passados regimes, crenças e instituições residuais, que não têm sentido quando examinadas à luz dos princípios que informam o regime vigente, e que só podem ser compreendidos quando referidos aos princípios anteriormente prevalentes.

Considerados enfim como projeto, capitalismo e socialismo se opõem ou se aproximam conforme a idéia de capitalismo e de socialismo compreendida no projeto parta do modelo abstrato para a realidade do processo social ou, diversamente, deflua do processo para o modelo. Tal distinção se fez notar claramente dentro do próprio marxismo, os bolchevistas pretendendo implantar, catastroficamente, o modelo puro do socialismo, os mencheviques sustentando a necessidade de sua instauração gradual,a se fazer, portanto, através de um processo de compromisso.

Verificada assim a relatividade da oposição entre as crenças e instituições do capitalismo e do socialismo, importa determinar a linha essencial de separação entre os dois sistemas. É claro que tal pesquisa há de fazer-se, quanto possível, fora da influência ideológica de ambos os regimes. Tanto o capitalismo liberal-democrático quanto o socialismo bolchevista entendem que sua essência se encontra na plena realização da democracia. Isto, não obstante, já se tornou pacífico, no plano das ciências sociais que, independentemente do conteúdo ideológico, a distinção mais objetiva entre os regimes em apreço repousa no estatuto dos meios de produção, o sistema prevalente numa determinada comunidade se aproximando do capitalismo ou do socialismo conforme os meios de produção sejam detidos por proprietários privados ou submetidos à propriedade coletiva da comunidade em apreço.

Colocada a questão nestes termos, verificamos que idealmente os modelos do capitalismo e do socialismo se excluem reciprocamente, embora, na realidade do processo social, todos os países capitalistas tenham experimentado, sobretudo a partir da 1ª Grande Guerra, uma crescente deformação do arquétipo capitalista em proveito de uma crescente influência dos princípios socialistas. Isto posto, terá validade a pretensão dos que sustentam, de um lado, que a ruína do capitalismo instaura o socialismo e, de outro lado, que a passagem do capitalismo para o socialismo é um fenômeno historicamente inevitável no estágio atual do Ocidente?

Como todos os problemas que têm sido ventilados neste capítulo, a questão de se saber os critérios que presidem à dialética das ideologias e das instituições informadas por estas envolve pressupostos teóricos que transcendem os limites deste trabalho. Basta acentuar que tal questão, formalmente, depende das posições historiográficas e sociológicas de que se partir e, concretamente, dos dados empiricamente observáveis no processo social.

A historiografia contemporânea, repartida embora entre diversas escolas, diferenciadas pela maior ou menor acentuação que dão aos fatores condicionantes da História, tem de comum o fato de todas as correntes admitirem que o processo histórico é objetivamente condicionado. Para os marxistas, tal condicionamento é basicamente econômico e se desenvolve dialeticamente através da luta de classes. Para os idealistas, o condicionamento decorre do processo dialético do espírito, que se atualiza em arquétipos que informaram as relações reais de cada época. Entre essas duas correntes encontram-se os que admitem uma multiplicidade de planos e distinguem condicionantes reais e ideais, além de admitirem, como causa eficiente, a intervenção da liberdade e do acaso. Vinculam-se a esta última posição os princípios teóricos em que se baseia o presente estudo. Para o caso em apreço, todavia, não importa proceder a uma discussão crítica de tais doutrinas, senão reconhecer, como acima se indicou, que a historiografia contemporânea adota uma interpretação condicionalista da História. Assim sendo, se reconhece formalmente que a dialética das ideologias e das instituições é condicionada por determinados fatores à luz dos quais, dado um determinado processo histórico, pode-se indicar as tendências de sua evolução.

Ainda de um ponto de vista dialético-formal, o exame do processo histórico do Ocidente e dos fatores que interferem para sua configuração confirma, segundo a quase unanimidade dos autores, a tendência a se coletivizarem os meios de produção. Analisando esse problema, Jaspers, que é pessoalmente um liberal, adversário de todas as formas coletivistas, reconhece que o fenômeno da massificação conduz à socialização dos meios de produção, como condição de possibilidade do que ele denomina de aparelho de subsistência das massas. F. Schumpeter, em *Capitalismo, Socialismo* e *Democracia* — sem dúvida um dos livros mais importantes de nossa época a despeito de sua própria interpretação — indica como, embora o capitalismo, no plano puramente econômico, possua condições para atender às exigências da sociedade contemporânea, há todo um conjunto de fatores ideais e reais que tornam inevitável a desprivatização da propriedade.

Se passarmos do ponto de vista dialético-formal para o exame concreto do processo ocidental, nos últimos cinqüenta ou oitenta anos, verificaremos, empiricamente, que a marcha dos acontecimentos tem obedecido àquelas previsões. Em nenhum país contemporâneo persiste o capitalismo puro. E em todos se verifica uma tendência crescente para a transferência do comando da produção da iniciativa particular para a iniciativa pública, muito embora, com as experiências já realizadas de nacionalização, tenham se atenuado certas esperanças quanto à excelência de tal transformação.

Capítulo XII

Socialização e socialismo

Verificou-se, no capítulo precedente, a tendência experimentada pelos países ocidentais para transferir o controle dos meios de produção da iniciativa particular para a iniciativa pública. Encontramo-nos, portanto, em pleno processo de socialização. Implicará tal processo na instauração do socialismo?

Como já se observou, o socialismo não é um objeto unívoco, importando distinguir, reciprocamente, o modelo, do projeto e do processo social. Cada um desses três aspectos, por sua vez, comporta grande diferenciação. O projeto bolchevista se distinguia do menchevista, e ambas essas correntes marxistas se distanciam do socialismo utópico e do socialismo revisionista. Se estamos cogitando da forma de que se revestirá – no plano fático – ou de que deveria se revestir – no plano ideológico – o processo de socialização em curso nos países ocidentais, o aspecto que importa fixar é o projeto de socialismo que propulsione esse processo e o modelo de socialismo que adote tal projeto.

A pergunta sobre se o processo de socialização implica na instauração do socialismo é uma pergunta pelo projeto de socialismo dotado de eficácia social. Encontra-se no mundo ocidental contemporâneo um ou vários projetos de socialismo que pareçam encaminhar-se para a configuração de uma ideologia e de instituições aptas a adquirirem vigência?

O ponto natural de referência, com relação aos projetos socialistas, é, sem dúvida, o marxismo. A principal diferença entre o marxismo e as fórmulas socialistas anteriores reside na circunstância de estas se limitarem, com maior ou menor utopismo, a delinear um regime ideal, sem preverem as condições e forças que devessem interferir para sua realização, enquanto o marxismo, menos preocupado em esboçar os contornos de uma sociedade ideal do que em criticar a sociedade capitalista e analisar as relações que se processaram no âmbito desta, indicou as condições e os fatores aptos a promoverem a revolução. Acrescente-se que o marxismo é uma ideologia integral, que institui uma completa cosmovisão do mundo e elabora os pressupostos teóricos em que se baseia tal cosmovisão.

Ocorre, entretanto, que o marxismo é uma filosofia e uma ideologia elaboradas em meados do século XIX. Daí decorrem, como principais conseqüências: a) a vinculação entre o pensamento de Marx e Engels e a cultura prevalente na segunda metade do século transacto, cultura essa que experimentou uma profunda modificação, principalmente no curso deste século; b) a transformação, no próprio plano teórico, experimentada pelo marxismo, conforme este sofria, de um lado, a influência de novas idéias e, de outro lado, a repercussão da prática política; c) a transformação, no plano político, do projeto marxista, especialmente por causa das vicissitudes experimentadas pelos marxistas russos, a partir da vitória da Revolução de outubro.

Essas profundas modificações experimentadas pelo projeto marxista, além de alterarem o conteúdo mesmo desse projeto, transformaram suas relações com o processo de socialização. O processo de socialização, desenvolvendo-se no Ocidente antes da formulação do marxismo, por motivos inerentes às próprias condições de vida ocidental, adquiriu com o marxismo a consciência de seu próprio sentido, alcançando, assim, uma vigência muito maior. Mas as transformações experimentadas pelo marxismo diversificaram o projeto original no tempo e no espaço. Além das modificações ocorridas no próprio pensamento de Marx e Engels, no curso da vida destes, houve a grande modificação, decorrente da conquista do poder pelos marxistas russos. Houve, ademais, as diversificações de escola: bolchevistas e menchevistas, no âmbito interno do marxismo; ortodoxos e revisionistas, no seu âmbito externo. O resultado de todas essas transformações foi o de se estabelecer uma crise na validade do projeto marxista, as diversas escolas marxistas se prejudicando umas às outras, os ortodoxos e os revisionistas se disputando sobre a essência mesma do socialismo e, finalmente, a ideologia socialista, de uma forma ou de outra, sempre vinculada ao pensamento do século XIX, sofrendo o impacto das novas idéias do século XX.

A tal perda de validade do projeto marxista se contrapôs o reforçamento de sua vigência parcial, graças à circunstância de a Rússia se haver marxistizado em todos os seus planos de vida. A última guerra, consolidando e ampliando o poder da Rússia, como Estado e como nação, aumentou ainda mais a vigência parcial do marxismo segundo a fórmula stalinista. Mas reduziu, ainda mais, a validade do projeto, já agora estritamente dependente da influência do Estado e da cultura russos.

O efeito de todos esses acontecimentos foi o de divorciar o processo de socialização da ideologia socialista, entendida esta última como compreendendo as diversas formulações que giram em torno do marxismo, com maior ou menor ortodoxia. Daí a profunda perplexidade ideológica em que se encontra o Ocidente. Não é o descrédito do capitalismo que priva os países ocidentais de se orientarem de acordo com um projeto social apto a mobilizar suas potencialidades. Este fenômeno já foi ressentido nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX. A essência da crise ideológica do nosso tempo decorre do fato de a ideologia socialista que nos legou o século passado ter, em maior ou menor grau, perdido sua validade antes de produzir seus plenos efeitos. E é a essa relativa perda de validade da ideologia socialista que se deve, em grande parte, a supervivência do capitalismo, numa situação tanto mais crítica quanto, a despeito de tudo, continua se desenvolvendo o processo da socialização.

Ante o exposto, pode-se responder à pergunta inicialmente formulada, quanto a se o processo de socialização implica na instauração do socialismo, de uma forma negativa. Tal negativa não exclui a possibilidade de se implantar o socialismo stalinista, dotado de plena vigência na esfera de influência russa. Tratar-se-ia, no entanto, de um fenômeno eminentemente militar e político, que extravasaria os limites do processo dialético da ideologia, embora viesse a se refletir, posteriormente, neste.

Capítulo XIII

O problema da ideologia brasileira

O problema da ideologia brasileira, como se verificou na Segunda Parte deste estudo, está vinculado à problemática nacional sob duplo aspecto: de um lado, resulta de exigências específicas de determinados problemas, notadamente os de caráter social, e, de outro lado, decorre da necessidade de integrar num sistema de conjunto as diversas soluções reclamadas pela crise nacional, crise esta que não se reduz à soma dos problemas que a compõem, mas constitui um complexo integrado, que só comporta, igualmente, uma solução integrada. Inserido na cultura ocidental e relacionado, de um modo cada vez mais direto e concreto, com a problemática desta cultura, o Brasil experimenta, como os demais países

do Ocidente, a crise provocada pela desvalidação da ideologia socialista, a despeito de um crescente processo de socialização.

Não se trata, no caso, de uma transposição automática de dados verificáveis em outros países ocidentais. A observação concreta dos conflitos ideológicos em nosso país confirma as considerações apresentadas. A ideologia socialista só é formalmente sustentada, no Brasil, pelo Partido Comunista. O primeiro, dotado embora de grande penetração, se ressente, em nosso país, das mesmas limitações que experimenta em outras nações ocidentais. Sua ação reflete, diretamente, a política e os planos militares da Rússia, a serviço de cujos interesses o PCB se acha tão estritamente ligado quanto todos os outros movimentos stalinistas. Daí lhe advém uma incapacidade de se identificar com os problemas reais e específicos das massas brasileiras e do país em geral, que as próprias massas, embora confusamente, não deixam de reconhecer. Assim sendo, nem se pode esperar do PCB uma resposta autêntica à problemática nacional, no nível das condições de nossa época, nem é de crer-se que a revolução stalinista possa, sem auxílio do Kominform e sem a interferência dos acontecimentos internacionais, suscitar a ideologia e forjar as instituições aptas a encaminhar nosso processo de socialização.

Quanto ao Partido Socialista, carente de unidade ideológica e completamente divorciado do processo social brasileiro e das forças que o propulsionam, apresenta uma insuficiência ainda maior que a que afeta os demais movimentos ligados à ideologia socialista do século XIX, a estes últimos sobrando, pelo menos, uma grande tradição popular, que ainda lhes conserva o apoio das massas.

Ante esses pressupostos, em que termos se coloca o problema de uma formulação ideológica apta a integrar, num sistema de conjunto, suscetível de eficácia histórica, as soluções requeridas pela problemática nacional?

Um primeiro passo para a resposta a esta pergunta se encontra na distinção, reiteradamente feita neste estudo, entre o socialismo, como projeto e como modelo, e a socialização, como processo real de conversão da propriedade dos bens de produção privada em pública. Se examinarmos os motivos e as condições em virtude dos quais se procedeu no Brasil à nacionalização de certos empreendimentos, verificaremos que tiveram sempre caráter empírico. O exemplo típico é dados pelas estradas de ferro, cuja nacionalização foi realizada conforme as mesmas se tornavam deficitárias e deixavam de ser operáveis pela iniciativa privada. Esta mesma política de socialização, todavia, constitui uma das condições de possibilidade da aplicação radical das soluções apontadas no Capítulo II da Segunda Parte deste trabalho.

Realmente, um dos requisitos para a realização das medidas acima referidas é a desprivatização dos meios de produção. Consideremos o problema utilizando os esquemas apresentados na Segunda Parte deste estudo.

I. PROBLEMA ECONÔMICO

A. *Problemas da estrutura*

O planejamento geral, como condição mais rápida e eficaz para a superação do subdesenvolvimento, é, por sua vez, tanto mais possível quanto mais completa for a capacidade de regulamentação atribuída ao planejamento. Segue-se, daí, que esse planejamento, sobretudo em termos substantivos e não puramente fiscais e creditícios, será tanto mais viável quanto mais desprivatizado for o regime da produção, o máximo da viabilidade coincidindo com o máximo da socialização. E isto que ocorre com o planejamento, considerado em geral, ocorre com cada uma das medidas que informariam ou resultariam do planejamento. Reservando para um estudo à parte a análise detalhada dessa afirmação, vale destacar os seguintes aspectos:

a) *a regulamentação das aplicações da renda nacional*, destinada a ensejar a máxima capacidade de investimento, segundo critérios seletivos das aplicações, implica na substituição da conveniência privada dos empresários pelo interesse público das inversões. Se, em certos casos, pode haver uma grande identidade entre essas duas ordens de interesse, na maioria dos casos eles se distinguem e mesmo se opõem, eis que a finalidade de lucro, a que obedece a iniciativa particular, encontra melhor campo de exercício na produção ou comercialização de bens de consumo, notadamente os volutuários, enquanto os serviços ou bens de base, como os transportes, a energia elétrica, a indústria e a agricultura de base, ou já apresentam, de fato, baixa ou nula rentabilidade, ou, quando eventualmente dêem margem a grandes lucros (p.ex. a química de base) devem deixar de apresentá-los por causa da conveniência de reduzir o custo de produção das atividades que se valem de tais serviços ou bens para a produção de outros serviços e bens. Assim sendo, somente a socialização permite alcançar um regime ótimo de investimentos.

É certo, diga-se à margem destas considerações, que a tese supra é contestada pelos economistas liberais, os quais sustentam, teoricamente, a impossibilidade do planejamento geral da eficácia marginal dos investimentos e alegam, praticamente, que foi no país menos afetado pela socialização, os Estados Unidos, que se logrou a máxima eficácia marginal dos investimentos. Reservando para um estudo à que se refere ao seu aspecto prático, ela se baseia na confusão entre a socialização reparticionista e a socialização inversionista. O processo de socialização não obedeceu, em todos os países, aos mesmos critérios. Nos países desenvolvidos visava, sobretudo, a satisfazer a pressão das massas por uma melhor repartição do produto nacional líquido, o que implicava, freqüentemente, numa redução da eficácia marginal dos investimentos. Diversamente, nos países subdesenvolvidos, o processo de socialização visava, sobretudo, a aumentar a produção e a produtividade, que as distorções do investimento privado mantinham em baixo nível. Tal foi o caso da Rússia, cujo progresso relativo é muito maior que o dos Estados Unidos. Em se tratando do Brasil, o processo de socialização em jogo teria de ser — como realmente tem sido, a despeito de todo empirismo — o de uma socialização inversionista.

Quanto ao argumento teórico, originariamente baseado nas equações de Pareto e de Barone e, recentemente, desenvolvido por von Mises, sua contestação já foi empreendida, entre outros, por Schumpeter, que mostrou, em primeiro lugar, como o regime de livre concorrência nunca se verificou em lugar algum nem evitou, por outro lado, o desperdício da formação de riqueza; em segundo lugar, mostrou Schumpeter serem muito exagerados os problemas matemáticos que se alegava terem de ser resolvidos pelos planificadores, desde que estes não reivindicassem um demasiado controle central;

b) *o rigoroso controle do intercâmbio internacional*, visando a aumentar as exportações, reduzir as importações e selecionar a utilização das divisas, implica no monopólio estatal do comércio internacional. Realmente, excluído tal monopólio, os controles só podem ser ou físicos (licenciamento de exportações e importações), ou financeiros (taxas cambiais e aduaneiras), ou mistos. Os controles físicos, relativamente eficientes, têm o grave defeito de suscitarem monopólios ou oligopólios e de encarecerem o preço dos produtos. Tal é, entre nós, o exemplo da CEXIM. Os controles financeiros, implicam, inicialmente, num dilema: câmbio livre ou taxas múltiplas. Exclui-se a hipótese de câmbio oficial de taxa única porque este não permite, financeiramente, a manipulação necessária para incentivar ou reduzir exportações e importações. Ora, o câmbio livre, único que se ajusta automaticamente aos custos de produção e a outras variáveis, tem por efeito depauperar ainda mais os países de economia débil em proveito dos de economia forte. É, pois, expressamente contra-indicado como forma de promover o desenvolvimento econômico. E as taxas múltiplas, cuja eficácia é tanto maior quanto mais diversificadas e flexíveis, estabelecem condições incontroláveis de corrupção. Isto porque, passando a depender, em última instância, do critério de um funcionário, a realização de uma grande transação, a desproporção entre o lucro de tal transação e o salário do funcionário, levados em conta, ademais, as condições espirituais de nossa época e do Brasil contemporâneo, conduz inevitavelmente à corrupção do funcionário, com o que, entre outros graves inconvenientes, deixa-se de obter o resultado a que visava o regime de taxas múltiplas.

Neste caso, verifica-se que só o monopólio do comércio internacional pelo Estado permite regular tal intercâmbio nas condições ótimas para o país. Mas para que tal monopólio não incida nos mesmos percalços que afetam os sistemas de controle acima indicados, notadamente o de taxas múltiplas, faz-se mister que a socialização seja geral, sem o que nem se assegura a correspondência necessária entre a produção interna e o intercâmbio internacional, nem se evita a corrupção dos funcionários encarregados de tal monopólio;

c) *o reaparelhamento geral*, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões, implica no controle público da economia. Em primeiro lugar, porque toda política de reaparelhamento surge para cobrir a incapacidade de reaparelhamento demonstrada pelas diversas unidades econômicas. Tal é o atual panorama brasileiro, o Plano de Reaparelhamento tendo sido elaborado para suprir a incapacidade de auto-reaparelhamento revelada pelos diversos empreendimentos, inclusive os públicos. Mas estes assim se encontravam não por serem públicos, mas por estarem ligados ao contexto geral da nossa economia, e, particularmente, estarem sujeitos ao regime cartorial do Estado brasileiro. Desde logo, portanto, a necessidade de o Estado ter de promover um grande esforço de reaparelhamento acusa a carência do regime econômico vigente.

Em segundo lugar, a desprivatização dos meios de produção é exigida pela política de reaparelhamento dada a circunstância de não haver, por hipótese, uma correspondência entre os novos investimentos e as reservas acumuladas pelas empresas que vão se beneficiar do reaparelhamento. Realmente, como acima se indicou, a política de reaparelhamento se impõe a partir do momento em que as unidades de produção se mostram incapazes de acumular reservas para a renovação e a ampliação de seus meios de produção (reduzindo o lucro rateável) ou, quando disponham das reservas necessárias, não as podem utilizar para o reaparelhamento por faltarem divisas para a importação do material, o déficit do balanço de pagamentos acusando, neste último caso, as deficiências gerais do sistema econômico. Em tal situação, a intervenção do Estado tem de consistir, de um lado, no suprimento, em moeda nacional e estrangeira, dos recursos exigidos pelo reaparelhamento e, de outro lado, na aplicação de tais recursos de acordo com um plano seletivo de investimentos. Ambas essas funções implicam na socialização dos meios de produção. Os recursos supletivos concedidos pelo Estado têm de provir de uma economia compulsória. Se houvesse, no volume necessário, economia voluntária, as unidades de produção teriam reservas para seu auto-aparelhamento ou, na pior das hipóteses, tal economia seria disponível por intermédio do sistema bancário e dos investimentos privados. Ora, o estabelecimento de uma poupança compulsória já implica na supressão do direito de disposição sobre a própria riqueza e sobre o produto líquido das próprias iniciativas. É certo que tais restrições são compatíveis com o capitalismo de transição, como acaba de se verificar no Brasil. Maior incompatibilidade, no entanto, surge na segunda etapa da execução dos planos de reaparelhamento quando o Estado determina, segundo critérios seletivos por ele estabelecidos, o regime de aplicação dessa poupança compulsória. Nesta fase, os empresários particulares se convertem em administradores de caráter público, que recebem, para um fim que lhes é prefixado, recursos que terão de gerir segundo critério também preestabelecido.

É certo, mais uma vez, que o capitalismo de transição suporta todas essas interferências do poder público. Mas isto indica, de um lado, que tal capitalismo, como já se apontou, consiste, realmente, num crescente processo de socialização. De outro lado, tal situação põe em claro a circunstância de que o reaparelhamento geral será tanto mais rápido e eficiente quanto maior soma de poderes se concentrarem no Estado e quanto menor soma de resistência houver por parte da iniciativa particular. É evidente, portanto, que o reaparelhamento se fará tanto melhor quanto mais socializada for a economia;

d) *a racionalização e tecnificação da produção* e a exploração de novas riquezas naturais obedece aos mesmos princípios apontados na alínea anterior. O reaparelhamento é uma das formas da racionalização e da tecnificação da produção. No presente estudo deu-se especial destaque ao reaparelhamento em virtude do fato de esse problema ter uma relevância toda particular no Brasil, onde, além do baixo índice de racionalização e tecnificação da produção – considerada em geral – se verifica a completa obsolescência do material de certos empreendimentos básicos, como as estradas de ferro, os portos, etc. Mas a racionalização e a tecnificação da produção, em geral, caracterizada pela necessidade de se adotar novos métodos na divisão do trabalho e novos processos na produção de bens, constitui um esforço cuja execução implica, igualmente, na socialização, porquanto o Estado, como no caso particular do reaparelhamento, tem de promover uma economia compulsória e tem de fixar os critérios de aplicação desses novos recursos.

Acrescente-se que, freqüentemente, o baixo índice de racionalização ou de tecnificação da produção, além de proveniente da escassez de economias investíveis, acusa uma propensão para trabalhar em regime de altos custos, pequena produção e baixa produtividade. Nos países subdesenvolvidos, tal regime, em determinadas condições (sempre que

escasseia a concorrência real ou potencial, o que se verifica em inúmeros ramos), é o que possibilita melhor taxa de lucro, e, para um montante determinado de lucro, é o que permite maior possibilidade de atribuir a esse lucro uma finalidade de consumo. Assim sendo, quanto mais socializada for a produção, tanto mais possível será transformar o seu regime, fazendo-se com que ela opere em condições de baixos custos, grande produção e alta produtividade. E tanto mais possível será atribuir ao produto líquido uma finalidade reprodutiva.

Quanto à exploração de novas riquezas naturais – exploração essa que constitui uma das aplicações preferidas do capitalismo em fase de expansão – nas fases de declínio do capitalismo e nos países subdesenvolvidos, sua promoção só é possível com intervenção do Estado. Isto porque, internamente, já se encontrando em regime de exploração as riquezas naturais de mais fácil acesso, as demais exigem grandes investimentos (prospecção, lavra experimental, etc.) só remuneráveis a prazo longo. E exigem facilidades quase sempre inexistentes nos locais onde se encontram tais riquezas ainda não exploradas, como transportes, energia elétrica, etc. No que se refere às circunstâncias externas, a exploração de tais riquezas se defronta, quase sempre, com uma concorrência difícil de enfrentar (custos históricos menores, apoio de uma economia forte, nos países desenvolvidos, utilização de mão-de-obra servil, nos empórios coloniais, etc.), o que exige a intervenção do Estado em forma de subsídios de exportação, taxas cambiais de privilégio, etc. É evidente, portanto, que nem os particulares se dispõem a enfrentar essas dificuldades, nem podem fazê-lo sem a maior assistência do Estado, o que tudo implica em se reconhecer que, quanto mais socializada for a exploração de tais riquezas, tanto mais viável será.

B. Problemas de conjuntura

O combate ao complexo escassez-carestia, que caracteriza a conjuntura econômica brasileira, implica, tal como o atendimento de nossas necessidades estruturais, na desprivatização dos meios de produção. Realmente:

a) a estabilização de preços e salários, nos países subdesenvolvidos, é inexeqüível pelos processos clássicos do tabelamento – como o demonstra o completo fracasso da CCP e da COFAP – e inviável pela simples adoção do racionamento – como se verificou com a passada experiência da Coordenação Econômica. Isto porque, além de o Estado cartorial não dispor de condições para nenhuma ação eficaz, sua intervenção é neutralizada pela impossibilidade de realmente estabilizar os preços. Da conjunção entre capitalismo e subdesenvolvimento decorre o fato de a produção – submetida por razões capitalísticas à finalidade de lucro – sofrer um contínuo encarecimento de custos – uma vez que, por causa do subdesenvolvimento, é baixa a produção e a produtividade.

Procedendo-se a economia de exploração pela via dos sucessivos encarecimentos de preço, como congelar preços de produtos cujo custo é continuamente mais caro? Como, ademais, controlar o encarecimento de custo se, às dificuldades técnicas de tal controle – quando é privada a produção – se acrescenta a circunstância de a escassez forçar tal encarecimento?

Diversamente, a socialização da produção permite ao Estado – que por causa desta mesma socialização e de outros fatores, deixará de ser cartorial para tornar-se um Estado-serviço – o absoluto controle de todos os elementos em jogo. É certo que, enquanto não se fizerem sentir os efeitos do fortalecimento da estrutura econômica do país, permanecerá uma relativa escassez. Tal escassez, todavia, será menor que a existente, por causa da melhor distribuição dos produtos. E, graças ao seu controle da produção, poderá o Estado racionar os produtos escassos, sem forçar-lhes a majoração dos preços;

b) A organização do abastecimento, da mesma forma, é tanto mais possível quanto mais socializada a produção, eis que, desaparecendo os monopólios e oligopólios, deixa de se fazer sentir sua interferência para o encarecimento dos gêneros, mediante o agravamento da escassez e a especulação nas fases intermediárias da circulação dos bens.

II. PROBLEMA SOCIAL

Se a socialização dos meios de produção é condição de eficácia e muitas vezes de possibilidade da solução dos problemas que caracterizam a estrutura e a conjuntura econômicas brasileiras, a mesma socialização é um imperativo *sine qua non* para a solução de nossa crise social. Como se verificou no Capítulo II da Segunda Parte deste Estudo, a crise social brasileira apresenta dois aspectos essenciais: a economia de exploração e o antagonismo das classes.

A. Economia de exploração

Conforme se verificou na 2ª Parte deste trabalho, Capítulo VII, a liquidação da economia de exploração exige a adoção de medidas que realizem os objetivos ou que se revistam das características seguintes:

a) estabilização dos custos e controle dos lucros visando a convertê-los em estímulos razoáveis para a atividade econômica e em fonte de acumulação de capital para novos investimentos, de sorte a se acabar com todas as formas de privilégio na repartição da renda e a se elevar o índice de poupança social e a capacidade de investimento;

b) liquidação do parasitismo burocrático, mobilizando-se os órgãos públicos para a execução dos empreendimentos essenciais ou reprodutivos;

c) vinculação entre todas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador.

A simples enunciação das medidas supratranscritas revela o fato de as mesmas implicarem na socialização da produção. Como estabilizar as custas sem interferir no seu processo de formação? Ora, nos países subdesenvolvidos, a economia sendo caracterizada pela escassez dos bens de capital e da técnica, e pela inelasticidade dos produtos, a interferência na formação dos custos não se pode fazer apenas por via indireta, através de mecanismos tributários, creditícios e aduaneiros. Tanto é verdade que estes processos vêm sendo tentados no Brasil, pelo menos desde 1930, sem nenhum êxito. Portanto, só o controle direto, gestional, permite atingir a estabilização dos custos, porque, podendo o Estado jogar com todos os fatores de produção, está em condições de mobilizá-los segundo critérios seletivos, assegurando o baixo custo dos produtos que exigem tal política e mantendo em ní-

veis estáveis todos os demais custos. Mas como a intervenção gestional é incompatível com a propriedade privada dos meios de produção, segue-se que somente a socialização permite a aplicação dessa medida.

Por outro lado, o controle dos lucros, no sentido referido na alínea "a", supra, é igualmente incompatível com a propriedade privada dos meios de produção. Isto porque é impossível, como hoje se reconhece pacificamente, manter uma estrutura capitalista privando-a de seus estímulos específicos. O estímulo específico do capitalismo é o interesse no lucro. Este, por sua vez, resulta, em partes variáveis, conforme as circunstâncias e as pessoas, da vontade de poder e da vontade de usufruição. Ora, tal estímulo é incompatível com a redução do lucro a simples fonte de acumulação de capital para novos investimentos. Em primeiro lugar – o que é essencial para os tipos volutuaristas do capitalismo, como é o brasileiro – a destinação do lucro a finalidades econômico-sociais priva o capitalista de seu poder de usufruição. E assim suprime, para a maioria dos empresários, o elemento mais estimulante do lucro. Em segundo lugar, a redução do lucro a uma destinação econômico-social implicando numa regulamentação dos investimentos, de acordo com critérios seletivos de ordem geral, retira do empresário o poder de livre disposição sobre o lucro como fator de produção e, assim sendo, prejudica aquele elemento do lucro que lhe estimularia a vontade de poder.

A liquidação do parasitismo burocrático, referida na alínea "b", supra, só é possível com a liquidação do Estado cartorial, uma vez que aquele representa um efeito necessário deste. Ora, a liquidação do Estado cartorial só é possível mediante a completa modificação de suas condições reais e ideais de existência. Tais condições, como vimos, se exprimem na política de clientela e resultam do processo mesmo da economia de exploração. Somente a supressão da economia de exploração permite a liquidação do Estado cartorial e, desta forma, a liquidação do parasitismo burocrático. Ora, a economia de exploração, como se analisou na 1ª Parte deste trabalho, Capítulo II, encontra sua base na propriedade privada dos meios de produção. Eis por que a liquidação do parasitismo burocrático exige a socialização dos meios de produção.

Quanto à vinculação entre todas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador, referida na alínea "c", supra, a aplicação de tal medida exige a desprivatização dos meios de produção por causa da reação eleitoral das massas. Antes da massificação, o capitalismo podia reduzir ao mínimo a participação do trabalhador sobre o produto final de seu trabalho. Verificaram-se, assim, clamorosas injustiças sociais. Mas mantinha-se o equilíbrio entre a produção e o consumo sociais, considerados como um todo. Depois da massificação e da conquista, pelas massas, do comando eleitoral, processou-se a um fenômeno inverso. Os trabalhadores, embora se mantenham em condições alienada e subumana, logram, à vezes, forçar os empresários a lhes dar um salário nominal superior ao valor de sua produção. Tal desproporção será, posteriormente, compensada por via inflacionária, reduzindo à justa proporção a relação entre meios de pagamento e utilidades. Mas permanecem os efeitos deletérios da inflação, de cujas consequências, inclusive, será a redução de salário real do trabalhador, desta forma anulando-se-lhe as vantagens de elevação nominal do salário. Somente a socialização da produção, portanto, permite estabelecer uma dependência real entre a produção e a remuneração.

B) Antagonismo das classes

Da análise empreendida sobre este problema resulta, como se viu no Capítulo VII, que a eliminação do antagonismo das classes só é possível mediante a adoção das seguintes medidas:

a) liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe;
b) promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade;
c) formação de um movimento social apoiado numa ideologia e orientado por uma programática, aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados.

Os três conjuntos de medidas, indicadas nas alíneas supra, constituem, de todas as providências verificadas como necessárias para resolver a problemática brasileira, aquelas que mais dependem da socialização da produção. A relação de dependência entre as medidas acima enumeradas e a socialização são de tal ordem que dispensam maiores esclarecimentos.

Basta observar que, quanto ao item "a", depois da Revolução Burguesa, a base de todos os privilégios foi, não apenas a propriedade privada dos bens de produção mas, sobretudo, a transmissão hereditária de tais bens. Sem esta, aquela não seria possível, porque a propriedade se converteria em mera posse e tenderia, mesmo como posse, a se desprivatizar. Mas a transmissão hereditária da riqueza constitui a essência mesma da injustiça social, eis que os meios de ação e as oportunidades deixam de ser iguais para todos, para se tornarem privilégio dos herdeiros. A supressão desta injustiça (supressão que se impõe não apenas por motivos morais abstratos mas por motivos concretos de ordem econômico-social) só é possível se se proceder a socialização dos meios de produção.

– Quanto ao item "b", tenha-se em vista que a promoção da circulação das elites, na forma referida no item em apreço, só pode ser acelerada e ampliada – de sorte a abranger a todos os cidadãos de cada uma das gerações – ser for abolida a propriedade privada dos meios de produção; somente a socialização permite a todos os homens iniciarem suas vidas em condições iguais, de tal sorte que sua diferenciação resulte do próprio valor e não de privilégios estranhos à capacidade individual.

– Quanto ao item "c", parece evidente, levando-se em conta tudo o que foi ali agora exposto, que a ideologia capitalista perdeu qualquer apelo social, somente podendo lograr aceitação um projeto de convivência que se apóie na socialização dos meios de produção.

III. PROBLEMA CULTURAL

As relações entre a cultura e a socialização da produção não são de conteúdo, mas de condicionamento. Se excluirmos os materialistas mais radicais, como os marxistas (e muitos textos de Marx e Engels desautorizam um economismo total), a maioria dos autores reconhece que o estatuto de propriedade não implica em um conteúdo cultural predeterminado, mas apenas condiciona, exteriormente, a formação da cultura. É neste

sentido que as medidas a cuja formulação se chegou, no Capítulo XVIII, a partir da análise de nossa problemática cultural, compõem um repertório de providências que se beneficiaria, particularmente, com a socialização da produção. A socialização da produção não implica, necessariamente, na realização de tais medidas. Mas a realização dessas medidas só é perfeitamente exeqüível se for socializada a produção. Consideremos, sucintamente, a realização entre as quatro ordens de providências ou atividades indicadas no Capítulo VIII e a socialização da produção:

a) criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional;
b) desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo rendimento da crise como fator estimulante da cultura. Criação de um movimento ideológico que extraia da própria crise os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural;
c) reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores;
d) imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros.

Como se observa, desde logo, a relação entre essas quatro ordens de providências ou de rumos e a socialização da produção apresenta um grau variável.

Relativamente ao objetivo referido na alínea "a", supra, a socialização tem a vantagem de possibilitar a educação para a cultura e o exercício da cultura pura. O regime capitalista, subordinado à lucratividade, oferece muito maiores dificuldades para as iniciativas desinteressadas. O Estado, sempre em luta com a resistência dos contribuintes, nunca dispõe de facilidades orçamentárias para grandes investimentos de finalidade cultural. Os particulares não são propensos a doações culturais. E se o exemplo norte-americano contradiz esta regra, a verdade é que este exemplo constitui caso isolado. Na conferência de Utrech, de 1948, que reuniu delegações de quase todas as universidades, as universidades de países capitalistas, com exceção das americanas, foram unânimes em declarar que a falta de recursos constituía seu principal problema.

É de reconhecer-se, portanto, que a socialização da produção enseja condições mais favoráveis para o financiamento da cultura, permitindo a formação de quadros de estudiosos e pesquisadores completamente liberados de preocupações econômicas.

No que se refere às diretrizes constantes da alínea "b", supra, há uma dependência ainda maior entre a realização de tais diretrizes e a socialização da produção. Realmente, a socialização da produção produz uma integração muito maior entre os fatores da produção e a realidade nacional, porquanto aqueles se articulam como um todo em face desta, também considerada como um todo. Daí a necessidade de compreender a concentricidade das circunstâncias, necessidade esta propícia à cultura. Por outro lado, como a gestão de uma economia socializada implica numa grande elaboração teórica, que leve em conta, quantitativamente e qualitativamente, todos os elementos em jogo, se estabelece um círculo concreto entre a teoria e a prática, entre a ideologia e a realidade. É indiscutível, portanto, que a socialização da produção constitui um fator quase necessário da radicação social da cultura na realidade.

É com relação à meta e aos processos referidos na alínea "c", supra, no entanto, que se manifesta uma dependência necessária para com a socialização. O Estado pedagógico, o Estado que educa para a vida todos os cidadãos, segundo as exigências daquela e as aptidões destes, e que baseia todos os critérios de seleção pessoal no processo educativo, tem de repousar, necessariamente, sobre uma economia socializada. Em primeiro lugar, porque a absoluta adequação entre a educação e a vida pressupõe, além de outros elementos, o controle, por parte do educador (Estado) das oportunidades de exercício profissional da educação recebida. Em segundo lugar, porque a hierarquização da sociedade em função da capacidade dos cidadãos, tal como estes a revelam, principalmente no curso da educação, só é possível se houver unidade de critérios e de comando na fixação das funções sociais de cada cidadão.

Quanto ao último aspecto da questão, focalizado na alínea "d", supra, é igualmente óbvio que a socialização da produção, dando ao Estado o controle dos empregos, lhe permite muito mais fácil e rapidamente organizar quadros de especialistas, com aproveitamento de todos os valores. Acrescente-se que a socialização possibilita, em muito maior escala, o aproveitamento de estrangeiros em funções públicas, com o decorrente aumento de qualificação dos quadros dirigentes, por isso que desaparece aquela atomização individualista do capitalismo, que possibilitava a pequenos grupos organizados uma ação manipuladora, e, desaparecendo tal risco, desaparecem os motivos de suspeita contra a incorporação de alienígenas à tripulação do Estado.

IV. PROBLEMA POLÍTICO

A análise da crise política brasileira, empreendida na 1ª Parte deste estudo, Capítulo IV, levou à formulação das soluções enunciadas, genericamente, no Capítulo IX, nos seguintes termos:

a) liquidação do Estado Cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz;
b) instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional;
c) instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional.
d) urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país, sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados.

A dependência existente entre o alcance dos alvos ou a adoção dos processos acima referidos e a socialização dos meios de produção é tão estreita quanto a dependência entre as soluções exigidas pela crise social e a mesma socialização da produção. Considere-se nesse sentido, os quatro itens supra-enunciados.

Com relação ao item "a", referente à liquidação do Estado cartorial e a sua substituição pelo Estado-serviço, a socialização se apresenta como condição necessária da realização do projeto em apreço. Isto porque, como se verificou na 1ª Parte deste estudo, a formação de uma classe média ociosa e desempregada decorreu do fato de a economia

brasileira ter permanecido primária e de se haver processado como economia de exploração. Daí a tendência a se constituir o Estado cartorial, como solução de compromisso entre uma classe média economicamente frágil e politicamente forte e uma burguesia latifundiária e urbana economicamente toda-poderosa e politicamente fraca. Liquidar o Estado cartorial implica em aplicar, produtivamente a capacidade de trabalho da classe média. Tal efeito poderia se dar parcialmente, ao cabo de um longo processo evolutivo, conforme se fosse tornando menos primária nossa economia e menos viável a economia de exploração. Mas, além da demora, os resultados seriam parciais, eis que a possibilidade de aplicação produtiva da classe média não excluiria a relação de dependência econômica desta classe para com a burguesia, nem a relação de dependência política da burguesia para com a classe média. Assim sendo, e levadas em conta as demais circunstâncias brasileiras, persistiriam, embora em menor escala, as condições que provocam a formação do Estado cartorial. Somente a socialização permite a liquidação do Estado cartorial e a implantação do Estado-serviço. Em primeiro lugar, porque a gestão socializada da economia exige se converta a burocracia cartorial numa burocracia gerencial, de sorte a substituir os controles ditos espontâneos e automáticos do mercado pelos controles planejados. Em segundo lugar, porque só a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica, fazendo desaparecer o poder econômico privado.

Quanto à alínea "b", supra, relativa ao planejamento da política interna do Estado, a importância da socialização decorre do fato de ela, ao mesmo tempo, permitir e exigir a adoção de uma política interna baseada num planejamento geral. A socialização permite tal política porque oferece aos dirigentes do Estado a possibilidade de um conhecimento total da situação e de um controle total dos fatores existentes. Mais do que isto, porém, a socialização obriga o Estado a agir segundo planos, sob pena de um colapso geral e imediato, eis que as coisas deixam de existir ou de se fazer por motivos peculiares a elas e passam a depender da elaboração de planos apropriados e de sua apropriada execução.

No que se refere à política externa, mencionada da alínea "c", supra, o papel da socialização é igualmente duplo. De um lado, oferece a possibilidade de um conhecimento e de um controle totais dos recursos e fatores existentes, assim dando margem a que o Estado enfrente suas relações internacionais com absoluta superioridade sobre os Estados capitalistas. De outro lado, força o Estado a calcar sua política internacional sobre a política nacional e, portanto, sobre os estudos e projetos em que esta se baseia. Isto porque a política internacional do Estado deixa de ser formal e meramente tuteladora de interesses particulares que se ajustam a si próprios, para tornar-se uma relação de interesses concretos a serviço das necessidades internas.

Quanto ao item final "e", supra, relativo à urgência de uma ação internacional, por parte do Estado brasileiro, salvaguardadora de nossos interesses ameaçados, trata-se de uma exigência de conjuntura a qual se aplica, de um modo geral, o que foi observado anteriormente. Ademais, vale acentuar que a rápida e profunda modificação de nossa política internacional é impossível sem a liquidação do Estado cartorial e sua substituição pelo Estado-serviço.

Março, 1953

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 1(1): 120-60, out./dez. 1953.)

b. Para uma Política Nacional de Desenvolvimento

I – PRÓLOGO

Finalidades deste estudo

O PRESENTE estudo, baseado nos trabalhos que vêm sendo empreendidos pelo IBESP no campo das ciências sociais e na investigação dos problemas brasileiros, tem por finalidade, ainda que de uma forma incompleta e sumária, caracterizar a atual situação do Brasil e esboçar os delineamentos de uma política nacional de desenvolvimento.

Relatividade das diretrizes propostas

Sem embargo do tratamento científico dado à matéria, não se pretende reivindicar para as diretrizes políticas recomendadas nenhum caráter de necessidade ou de infalibilidade. As opções políticas são sempre relativas e, por mais objetivos e válidos que sejam os métodos empregados para se chegar a elas, escapam à possibilidade de julgamento em termos de estrita verdade ou erro. Neste campo, não há verdades; há decisões. Estas serão racionais ou arbitrárias, autênticas ou inautênticas, representativas ou não. O que importa, por isso mesmo, é empreender o esforço de esclarecimento necessário para assegurar a validade das decisões.

Simplicidade de nossos problemas

No caso brasileiro, os problemas com os quais se defronta o país são, na sua essência, extremamente simples. Isto porque, dada a fase em que ainda se encontra o processo histórico-social de nossa comunidade, os antagonismos de classe, mesmo no que já apresentem de irredutível, não chegam ao ponto, como ocorre em outras sociedades, de impedir se conciliem, na linha do interesse geral, os interesses fundamentais das diversas camadas da população. E se é certo que o regime da propriedade e a repartição do poder de consumo constituem, em nosso país como nos demais, uma área de insuperáveis conflitos de classe, não é menos certo que no Brasil as questões mais importantes e urgentes são as que se referem à produção e à produtividade e permitem, em torno delas, a formação do consenso nacional. Acrescente-se, por outro lado, que o fato de nos encontrarmos, dentro da civilização ocidental, numa fase já superada pelos países econômica e culturalmente mais desenvolvidos, nos proporciona, a despeito do que há de específico em nossa situa-

ção, padrões empíricos para orientar causal e finalisticamente nossos esforços de desenvolvimento. Daí a simplicidade que em sua essência apresentam nossos problemas.

Dificuldade das soluções

Não significa isto, entretanto, que tais problemas sejam de fácil solução. Uma coisa é a simplicidade que os problemas revelam à análise econômico-social, e outra, a simplicidade de seu efetivo solucionamento.

A realidade, de modo geral, é sempre inesgotável pelo conceito, motivo pelo qual, no seu tratamento prático, impõe resistências imprevisíveis. Ademais, nos países como o nosso, se somam, às dificuldades inerentes a toda ação política, as decorrentes da heterogeneidade do meio social. Por esse motivo, certas providências que se apresentam como óbvias não logram condições sociais de realização e é muitas vezes mais viável dar adequado atendimento a questões complexas, que exigem particular esforço e tirocínio — e que por isso requerem soluções de exceção — do que enfrentar razoavelmente os casos banais de rotina.

Concepção faseológica

Entre os diversos pressupostos teóricos, à luz dos quais foi organizado este estudo, releva destacar a perspectiva faseológica em que se coloca.

A concepção faseológica do processo histórico-social consiste, em primeiro lugar, no reconhecimento de que, a despeito de suas condições específicas, as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo. Em segundo lugar, tal concepção implica na constatação de que, apesar da maior ou menor heterogeneidade interna de cada comunidade, as diversas fases pelas quais ela passa constituem uma estrutura-tipo de relações, segundo a qual se ordena toda a vida da comunidade. A fase representa, no campo da sociologia e com relação às comunidades, uma categoria equivalente à de época, no campo da História e com relação às culturas. Ambas essas categorias são instrumentos intelectuais de compreensão da realidade histórico-social, constituídas mediante a indução de suas relações típicas e a fixação, a partir de seu curso dialético, de formas características de seu desenrolar-se. Vale isso dizer que, se tais esquemas importam, inevitavelmente, numa simplificação da complexidade do social e numa rigidificação da fluidez do histórico, eles representam, por outro lado, essa realidade mesma, no processo da qual se verificam as regularidades e as características de que tais esquemas nos dão uma representação aproximada.

Fase e época

A relação entre a fase e a época é uma relação de equivalência, guardadas as diferenças que decorrem da escala imposta pelo objeto e da perspectiva da observação. A fase é uma etapa do processo histórico-social de uma comunidade. A época é uma etapa do processo histórico-social de uma cultura ou civilização. Uma e outra categoria indicam as etapas do processo histórico-social, ou seja, os modelos-tipo segundo os quais a realidade histórico-social se organiza e funciona em virtude de determinadas condições. Ocorre, apenas, que as diversas comunidades que integram uma cultura não se encontram na mesma fase, em cada uma das épocas dessa cultura. A época é determinada pelas fases das comunidades dominantes. Quando as relações entre as comunidades de uma mesma cultura se estreitam, de sorte que todas são levadas a viver no mesmo tempo histórico, como ocorre em nossos dias, esse fenômeno se torna muito claro. A fase em que se encontra o Brasil, por exemplo, corresponde àquela em que se encontravam os Estados Unidos nos fins do século XIX, não obstante o fato de o Brasil estar vivendo, como os Estados Unidos, na mesma época do imperialismo mundial. Diversamente, quando as relações entre as comunidades de uma mesma cultura são mais remotas e indiretas, o tempo histórico tende a se desdobrar em vários tempos, de sorte que coexistem, na mesma cultura, diversas épocas, conforme as fases em que se encontram as comunidades que a integram. Assim, enquanto a Itália, nos fins do século XIV, já se encontrava no Renascimento, o resto da Europa persistia na Idade Média.

As etapas da autoconsciência

Encerrando estas considerações preliminares, importa assinalar a evolução experimentada nos últimos vinte e cinco anos, pela autoconsciência nacional.

A freqüência com que hoje se parte, na análise da situação brasileira, do pressuposto do nosso subdesenvolvimento, conduz freqüentemente ao olvido de que essa tese é de aceitação muito recente, o que explica, em parte, o fato de serem também recentes os esforços sistemáticos para a superação de nosso atraso econômico-social.

De fato, até os anos 30 predominaram, em nosso país, as interpretações de sua situação e de sua história baseadas em fatores psicológicos, étnicos ou climatológicos. Tais interpretações do Brasil se caracterizaram pela atribuição, ao nosso país, de uma natureza ou vocação concebidas associológica e anistoricamente, julgando-se que o Brasil fosse desta ou daquela forma em virtude da predestinação que lhe era imposta por condições invariáveis, com o temperamento, a etnia, o clima etc.

Admitida, a partir dos anos 40, a idéia de subdesenvolvimento, subsistiu, até à década seguinte, a tendência a considerar o nosso subdesenvolvimento como conseqüência da pobreza de recursos naturais do nosso território e das dificuldades existentes para sua exploração, por causa da localização dos mesmos, ao que se acrescia a tese de que o Brasil, sendo um país novo, não dispusera ainda do tempo e das oportunidades necessárias para a valorização econômica de suas riquezas.

Na verdade, o subdesenvolvimento é um efeito de múltiplas causas, entre as quais a disponibilidade e acessibilidade das riquezas naturais exercem uma importante influência. Mais do que tudo, no entanto, o subdesenvolvimento é um fenômeno econômico-social de caráter global, cuja explicação se tem de encontrar na análise histórico-sistemática do processo econômico-social de cada país. Nem a falta de riquezas naturais implica na fatalidade do subdesenvolvimento, como o prova a Suíça, nem, por outro lado, é lícito invocar, em abstrato, a juventude do Brasil, quando, no mesmo hemisfério, um país que lhe

é contemporâneo, os Estados Unidos, figura como a nação economicamente mais desenvolvida do mundo.

Importa reconhecer, por isso, que o Brasil é um país subdesenvolvido porque tal resultou de sua história, porque os modos e as relações de produção, as instituições e as crenças predominantes, até nossos dias, conduziram o Brasil a uma insuficiente taxa de acumulação do capital.

II – SITUAÇÃO ATUAL DO BRASIL

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

A estrutura-tipo

ESTUDAR a atual situação do Brasil é determinar o estado em que se encontra o processo histórico-social brasileiro mediante a análise histórico-sociológica do mesmo. O entendimento desse estado consiste na compreensão da estrutura-tipo segundo a qual se ordena a nossa comunidade e na compreensão faseológica de suas origens, de seu funcionamento e de suas tendências.

Sinteticamente falando, pode-se considerar que a atual estrutura-tipo do Brasil é a de uma comunidade ainda marcada por características semicoloniais, em estado de subdesenvolvimento econômico-social, mais em fase de acentuado desenvolvimento, ora obstado por determinados pontos de estrangulamento.

O colonialismo

O colonialismo, mais do que uma situação política, é uma situação econômico-social, caracterizada pela dependência de uma determinada comunidade – a comunidade colonial – para com outra comunidade – a metropolitana – ou para com outros países econômico-socialmente autônomos. Nesse sentido econômico-social, que não implica necessariamente a dependência política, as duas principais características do colonialismo são, em primeiro lugar, o fato de a comunidade colonial estar organizada como um instrumento a serviço de sua metrópole ou, de modo geral, dos países econômico-socialmente autônomos. Em segundo lugar, o fato de a comunidade colonial só poder desenvolver-se com impulsos exógenos. É esta segunda característica que torna relativamente sem importância o estatuto político da sociedade colonial, cuja dependência para com o exterior nem decorre basicamente da coação política nem constitui para tal sociedade unicamente um ônus, mas antes representa sua própria forma de existência. As comunidades coloniais, de certo modo, são núcleos geográfica e socialmente descentralizados das sociedades que desempenham para com elas a função de metrópole.

Assim foi o caso do Brasil, enquanto nossa economia dependeu da produção, em regime escravo, de artigos de exportação, permanecendo este país, até princípio do século XIX, em situação de dependência colonial para com Portugal e, a partir dessa época, e por muito tempo após a independência política, em dependência colonial para com a Inglaterra.

O semicolonialismo

O semicolonialismo, como o indica o termo, caracteriza um situação intermediária entre o colonialismo e a autonomia econômico-social. Tal situação pode se apresentar sob múltiplas formas, mas basicamente se caracteriza pela heteronomia da sociedade semicolonial. A existência de uma economia monetária, em que se verifique o efetivo pagamento dos fatores, permite a tais comunidades uma certa capacidade de crescimento endógeno. Mas a utilização dos fatores de produção continua se fazendo em vista de necessidades exteriores a tais sociedades que, desta forma, persistem funcionando como núcleos descentralizados da economia dos países metropolitanos. Tal foi o caso do Brasil, no período que vai dos meados do século XIX até os primeiros decênios deste século.

Fase de transformação

Uma série de circunstâncias, que serão oportunamente estudadas, modificou consideravelmente a heteronomia econômica do Brasil, de sorte que não cabe mais, a partir de 1930, e especialmente a partir da 2ª Guerra Mundial, classificar como pura ou tipicamente semicolonial a estrutura econômico-social do Brasil. Conservam-se, todavia, algumas características semicoloniais. Tal se verifica, de um lado, na estrutura de nosso comércio exterior, dependente da exportação de um único produto primário, o café, destinado principalmente a um só comprador, os Estados Unidos. Tal se verifica, por outro lado, em nossa subcapitalização. Com isto somos levados a considerar o outro aspecto de nossa estrutura-tipo que é o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento

Um critério de subdesenvolvimento que importa levar em conta, conquanto não defina suficientemente o fenômeno, é o da comparação das rendas *per capita.* Neste caso, são subdesenvolvidos os países cuja renda nacional *per capita* é baixa em comparação com outros. As relações de renda *per capita,* no entanto, além de não elucidarem a estrutura das economias, apresentam sob aspectos demasiadamente favorável países como a Argentina e demasiadamente desfavorável países como a União Soviética.

Assim é que, levados em conta esses e outros critérios de subdesenvolvimento, pode-se, para efeito de uma compreensão global do fenômeno, caracterizar como subdesenvolvidas as economias que, por deficiência de seus fatores de produção, especialmente por falta de capital, não disponham, por conta própria, da possibilidade de dar aos seus fatores, em regime de pleno emprego, a máxima utilização permitida pela técnica existente, num momento dado.

Diversamente, porém, do que ocorre com a maioria dos países subdesenvolvidos, o Brasil não se apresenta em fase de estagnação. Com efeito, o Brasil aumentou sua produção total, de 1939 a 1952, em cerca de 82%, tendo elevado ainda mais, a preços constantes, seus gastos totais em consumo, que aumentaram de 125%, no mesmo passo em que as inversões brutas se mantiveram à taxa de 18% ao ano sobre a renda nacional. Esta, por sua vez, de 1948 a 1952, aumentou de mais de 88%.

Esse crescimento, todavia, além de se ter processado de forma tumultuária e extremamente heterogênea, com relação aos diversos setores da economia e às diversas regiões do país, se defronta, atualmente, com alguns graves obstáculos. Tais são, principalmente, a crescente desproporção entre a procura de importações e a capacidade de pagamento em moedas estrangeiras, e, de outro lado, a desproporção entre os serviços infra-estruturais e as necessidades desses serviços experimentada pela estrutura econômica do país.

2. ANÁLISE DA ESTRUTURA-TIPO

Definição

Na atual fase do processo histórico-social brasileiro, sua estrutura-tipo é a de um país subdesenvolvido, em que permanecem com algumas características semicoloniais e que se encontra em acentuada transição de uma fase puramente semicolonial e marcadamente subdesenvolvida, de que já se afastou, para uma fase de autonomia econômica nacional e pleno desenvolvimento, para a qual tende, experimentando, todavia, nessa transição, uma forte crise de desequilíbrio.

As características semicoloniais

Como já foi mencionado, as características semicoloniais de nossa economia se revelam em sua acentuada dependência para com economias exteriores, em sua insuficiente capacidade de crescimento endógeno, ambos esses fenômenos representando notas residuais da anterior fase de processo histórico-social brasileiro.

Importa levar em conta, no entanto, que a falta de autonomia e de capacidade endógena de crescimento não pressupõe a tese de que somente as economias autárquicas adquirem o caráter de plenamente nacionais. A autarquia econômica, salvo por motivos estratégicos, não pode constituir um alvo deliberado nem é uma condição a que possam chegar todas as economias, mas representa apenas uma conseqüência, muito particular, das economias continentais, como a norte-americana ou a soviética, que ainda assim dependem do exterior para múltiplos fins. Diversamente, o que neste estudo se entende por falta de autonomia econômica, ou dependência econômica, é a acentuada subordinação do comportamento de uma economia ao comportamento do comércio exterior.

Por outro lado, o que se denomina capacidade endógena de crescimento é a possibilidade, por parte de uma comunidade, de proceder à acumulação capitalística de que careça mediante a aplicação reprodutiva, em seu processo econômico, de suas poupanças. Sig-

nifica isto que seus investimentos se processam não de conformidade com os impulsos provenientes do exterior, mas dos impulsos decorrentes das necessidades internas.

A falta dessas duas atitudes caracteriza as economias coloniais, e a falta da primeira ou insuficiência da segunda, as economias semicoloniais.

No caso do Brasil, a análise de nossas relações de intercâmbio denota nossa relativa falta de autonomia econômica. Comparados os produtos de nossa exportação com os de nossa importação, verifica-se a maior dependência do Brasil para com os produtos que importa e os países de onde os importa do que a dos países destinatários de nossas exportações para com os produtos desta e para conosco, como seus fornecedores. Por outro lado, enquanto é muito elevada, em relação ao Brasil, a elasticidade-renda e a elasticidade-preço de nossas importações, o contrário se verifica com nossas exportações, em relação a nossos clientes, motivo pelo qual facilmente atingimos o teto da superprodução de nosso principal artigo de exportação, o café, ao passo que tendemos a aumentar nossas importações sempre que para tal dispomos dos meios de pagamento.

Tais características decorrem do fato de a exportação brasileira, na sua quase totalidade, se compor de matérias-primas e de gêneros alimentícios, que representaram, praticamente, em 1953, 22% e 78%, respectivamente, do valor de nossa exportação, sendo que só o café, no referido ano, correspondeu a 67,5% do valor total de nossa exportação. Paralelamente, a importação de manufaturas, no ano em questão, representou 46% do valor de nossa importação.

Outro aspecto de nossa relativa falta de autonomia econômica se torna claro quando se considera que um só país, os Estados Unidos, absorve cerca de metade de nossas exportações (51,6% em 1952, e 47,9% em 1953) e supre quase a metade de nossas importações (41% em 1952).

No que se refere à nossa insuficiência de crescimento endógeno, são altamente ilustrativos os dados coligidos pelo Grupo Misto BNDE/CEPAL, em seu recente *Esboço de um Programa de Desenvolvimento para a Economia Brasileira*. Mostra aquele estudo que, de 1939 a 1954, o aumento da produção real brasileira foi de 101%, o que dá uma taxa média de incremento por ano de 4,8%. Todavia, desse aumento de produção, apenas 1,9% foi reservado para a acumulação de capital. O crescimento verificado, portanto, foi devido, sobretudo, à contribuição externa, isto é, à acumulação de atrasados comerciais e a melhora substancial na relação de preços de intercâmbio, tendo esses fatores representado 81,1% das inversões líquidas efetuadas no período. Esse é o motivo pelo qual os investimentos, de 1946 a 1952, foram superiores à poupança nacional.

O subdesenvolvimento

É o subdesenvolvimento, todavia, a principal característica de nossa estrutura-tipo. Tal subdesenvolvimento consiste, essencialmente, na incapacidade de utilizar, da melhor forma possível, ao nível da tecnologia existente, os fatores disponíveis de produção, por causa da insuficiência do fator capital. Suas principais características são o subemprego e a baixa produtividade do trabalho, com a conseqüente alta percentagem da renda nacional absorvida pelo consumo que permanece em baixo nível *per capita*. Assim é que, numa população ativa, em 1950, de 17 milhões de habitantes de 10 anos ou mais de idade, excluídos, além dos inativos, os ocupados em serviços domésticos, a população aplicada à agricultura é de mais de 10 milhões, ou seja, mais de 60% do total. A renda nacional do setor agrícola, incluídos salários e lucros, que é, nesse ano, de Cr$9,8 bilhões, corresponde a uma renda *per capita* de apenas Cr$7.214,00, ou seja, menos de metade da renda *per capita* no setor industrial. Cabe a esse setor agrícola, todavia, 34% da renda nacional, enquanto somente 19,3% correspondem ao industrial. Daí a baixa produtividade *per capita*, cujo efeito é a manutenção da maioria da população do país em nível próximo ao da simples subsistência, a despeito de o consumo total, tomando-se por base o ano de 1952, absorver, segundo dados do estudo citado, 86% da renda territorial, ou seja, da renda nacional mais ou menos a renda líquida dos capitais estrangeiros.

A transição

Diversamente, porém, do que ocorre com outros países subdesenvolvidos, o Brasil se encontra em transição para um mais alto nível de desenvolvimento. Tal transição se revela em múltiplos índices, todos indicativos de que se diferencia e se desenvolve a economia nacional.

Se considerarmos, por exemplo, a distribuição quantitativa de nossos produtos agrícolas entre o setor destinado ao consumo interno e o destinado à exportação veremos que, tomando o ano de 1939 por base, com índice 100, o setor de exportação apresenta, em 1954, o índice 95,0 enquanto o de consumo interno ostenta o índice 199,0. Significa isto que o consumo interno se torna cada vez mais importante e desta forma mais apto a suscitar, endogenamente, o crescimento do país. Tal se revela no fato de que a exportação representava em 1939, 20,8% da nossa produção real, passando, em 1954, a representar apenas 7,2%. Fenômeno um pouco diverso se nota com relação à importação, que atendia, tanto em 1939, como em 1952, a 13,4% do consumo. Não menos característica dessa transição é o crescimento mais do que proporcional da indústria em relação à agricultura. Enquanto, em 1939, esta representava 39,3% da produção real, contra 14,4 daquela, a indústria já representa, em 1954, 21,1% da renda territorial, contra 28,9% da agricultura.

A crise de transformação

Essa rápida transformação do país, no entanto, não se está processando de uma forma tranqüila e equilibrada. Depois de quatro séculos de um sistema de produção orientado para o suprimento de matérias-primas aos mercados internacionais, o país se defronta, ao transformar sua estrutura sob a pressão das novas condições externas e internas, com um profundo desequilíbrio em vários setores essenciais. No plano econômico e financeiro, tal desequilíbrio afeta, sobretudo, seu balanço de pagamentos, sua capacidade de suprimento, para o próprio consumo, de bens e serviços infra-estruturais, seu regime monetário e creditício e seu sistema de abastecimento.

III – SITUAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

A – SITUAÇÃO ECONÔMICA

1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

As três fases

CONSIDERADAS em suas grandes linhas, a história econômico-social do Brasil apresenta três fases distintas. A primeira, é a fase de economia de produção escravocrata e vai desde os primórdios da colonização até meados do século XIX. A segunda, é a fase da economia semicolonial de exportação e vai de meados do século XIX, a partir da abolição do tráfico de escravos e de sua progressiva substituição pelo trabalho assalariado, até à crise do café em 1930. A terceira, é a fase de transição para a autonomia econômico-social do país, que, iniciada em 1930 e acelerada com a 2ª Guerra Mundial, prossegue até nossos dias.

A fase colonial

A primeira fase, cobrindo o largo período de três séculos e meio, sem embargo das numerosas transformações que nela se verificaram e que diferenciam a incipiente colônia dos séculos XVI e XVII do Império independente de meados do século passado, apresenta, como igual característica, a produção, em regime escravo, de artigos destinados aos mercados internacionais. Nesse mesmo período a Europa atravessa épocas distintas: o Renascimento, nos séculos XV e XVI; o Barroco, no século XVII; a Ilustração, no século XVIII; a Revolução Industrial, na primeira metade do século XIX. Sua economia passo do mercantilismo para o industrialismo. A despeito dessas profundas transformações, todavia, as relações entre a Europa e o Brasil, em todo esse período, conservaram as mesmas características. O Brasil é uma sociedade colonial, heterônoma, que funciona como uma peça da economia européia, sob o influxo da qual produz, para o consumo dela, o açúcar, os metais preciosos e novamente o açúcar, sem que, nesse longo período, se registre uma alteração estrutural em nossa economia e sem que, a despeito do grande valor que atinge, anualmente, nosso intercâmbio comercial, haja um incremento da renda nacional correspondente ao mesmo.

O que caracteriza esta fase, portanto, é a sua estabilidade. Não importa o fato de que, com o curso do tempo, os antigos senhores do engenho, em lugar das toscas fazendas primitivas, possam gozar, em suas propriedades rurais ou na Corte, de condições de conforto incomparavelmente superiores, que se assemelham, ou mesmo superam, em muitos casos, às dos mais abastados europeus. A prosperidade da classe dos fazendeiros é um fenômeno à parte, na vida social do Brasil. Assim como a produção escravocrata é um processo descentralizado da economia européia, assim a vida da classe dominante, no Brasil, é um episódio descentralizado da vida européia. O Brasil, como comunidade específica, não tem existência própria, é um lugar geográfico habitado por escravos, que não constituem uma sociedade porque não têm autonomia econômica e social, e por populações marginais que vegetam no nível de sua sobrevivência, sem possibilidades, tampouco, de constituírem uma sociedade, por lhes faltar capacidade de acumulação. O resto, é uma parte descentralizada da Europa, que está no Brasil mas não faz parte dele.

A fase semicolonial

A segunda fase, compreendendo a última metade do século XIX e os três primeiros decênios deste século, caracteriza-se pela formação da sociedade brasileira, sua diferenciação em classes e seu enriquecimento, mediante a acumulação da renda proveniente do café, o reinvestimento dessa renda para o aumento da produção cafeeira e a parcial aplicação dessa mesma renda na produção de artigos, agrícolas ou industriais, destinados ao consumo interno. Ocorre, todavia, que o desenvolvimento do país é um efeito induzido pelo desenvolvimento econômico da Europa, e, mais tarde, dos Estados Unidos. O aumento de nossa renda depende do aumento da procura do café. A elevação da produtividade, da elevação dos preços do café. Nessas condições, o crescimento brasileiro é puramente quantitativo, pouco alterando a estrutura de nossa economia, que aumenta por justaposição de novas lavouras de café. Nos anos 20, chega-se ao teto da capacidade internacional de consumo do café. Mas como não haja no Brasil outro processo de acumulação além da renda do café, continua a aumentar nossa produção, que passa a ser estocada, e nos conduz à crise de 29 com reservas armazenadas superiores a 30 bilhões de cruzeiros ao valor da moeda em 1953. A característica dessa fase, portanto, é a da dependência de nossa economia para com a situação econômica mundial. Diversamente do que ocorria na fase anterior, o Brasil já é uma sociedade dotada de vida e de economia próprias, em que aumenta a renda *per capita*. Mas seu crescimento é induzido e logo atinge a taxa limite.

A fase de transição

A terceira fase do nosso processo econômico-social, iniciada em 1930, caracteriza-se pela diferenciação da economia brasileira, mediante o aparecimento de possibilidades de investimentos substitutivos da cafeicultura. Formara-se uma população consumidora que cresce vertiginosamente. A queda do preço do café e a correspondente desvalorização da moeda proporcionam melhores oportunidades de inversão nos setores destinados ao consumo interno, onde os preços em moeda nacional são compensadores e o similar estrangeiro é obstaculizado pela taxa cambial, até às proximidades da guerra, e depois, é impedi-

do de entrar, por causa desta. A indústria brasileira, incipiente, até a I Guerra e que com esta tem seu primeiro surto, recebe, com a II Guerra, um extraordinário impulso. O Brasil deixa de ser um país "essencialmente agrícola" para encontrar, na indústria, uma atividade alternativa de crescente importância.

A partir de 1945, todavia, configura-se a crise que hoje atinge ao seu auge. Os saldos cambiais acumulados durante a guerra são, em grande parte, dilapidados, nos dois anos seguintes, em bens de consumo. As divisas brasileiras, continuando a depender do café, voltam a encontrar um teto inferior à demanda corrente e acumulada de equipamentos. Aumenta o consumo de petróleo e derivados, à razão de 14% ao ano, sem que se desenvolva a produção nacional. E entram em carência todas as demais fontes de energia. As ferrovias, mal cuidadas desde antes da guerra, se tornam imprestáveis, e, na impossibilidade de reaparelhamento, cada vez se mostram mais incapazes de atender à procura de transporte e cada vez operam em condições menos econômicas. Faltam, igualmente, os meios de transporte marítimo. A indústria de base é insuficiente. Toda a infra-estrutura do país cede ao peso das crescentes necessidades da demanda. Paralelamente, a inflação, originada pelas exportações sem contrapartida, durante a guerra, se constitui numa espiral incontrolável entre a alta dos preços e a dos salários.

Nesta terceira fase, o imperialismo colonial europeu, que se processara dos fins do século XIX à I Guerra Mundial, é substituído pelo imperialismo mundial dos Estados Unidos, que disputa com a União Soviética a dominação do mundo. Cessam os investimentos internacionais de caráter puramente financeiro, que se tinham verificado na fase anterior, e de que o Brasil se beneficiara, quer sob a forma dos empréstimos para o Estado, quer sob a forma de inversões em diversos empreendimentos, como em ferrovias e energia elétrica. O capital europeu, atualmente, se limita a operações de financiamento a prazo médio. O capital americano, internacionalmente, se encontra em investimentos políticos, como no caso do plano Marshall, ou em investimentos puramente econômicos, isto é, investimentos que visam a descentralizar certos setores da produção americana, em busca de salários menores, de vantagens especulativas, através da valorização do dólar, ou de acesso às fontes de matérias-primas, destinadas ao consumo dos Estados Unidos.

2. DESEQUILÍBRIOS DE TRANSIÇÃO

Transformação da estrutura-tipo

As duas grandes transformações que se verificaram na estrutura-tipo da economia brasileira foram ambas devidas, de um lado, à modificação das condições externas e, de outro lado, a um processo dialético interno, mediante o qual o progressivo aumento de determinados fenômenos quantitativos, basicamente, da população, redundou numa alteração qualitativa do processo. Assim é que a passagem da economia brasileira da fase colonial em que se encontrava, até meados do século XIX, para a semicolonial, a partir de 1850, decorreu, quanto ao fator externo, da supressão do tráfico de escravos e, quanto ao fator interno, da lenta formação de uma reserva nacional de mão-de-obra. Por sua vez, a transformação de nossa economia semicolonial, nos primeiros decênios deste século, em uma economia em acentuado processo de autonomização e desenvolvimento, fase essa em que nos encontramos, aproximadamente, desde 1930, foi devida, quanto ao fator externo, à baixa capacidade de importação, por parte de nossos clientes, dos produtos da exportação brasileira, notadamente do café, e, quanto ao fator interno, à expansão e diversificação do mercado interno.

A crise cambial

No caso das transformações ocorridas no curso dos primeiros decênios deste século, o fator externo que a motivou, ou seja, a baixa elasticidade-renda de nossas exportações, foi agravado pela crise de 1929, cujos efeitos, no Brasil, foram, por sua vez, multiplicados pelo fato de a crise nos haver surpreendido no auge da política de acumulação dos excedentes não exportados de café. Vale lembrar, no que se refere à falta de correspondência entre o crescimento da renda *per capita* de nossos compradores e o incremento do consumo de café que, de acordo com os dados levantados por Celso Furtado, enquanto o aumento da renda real *per capita* americana, de 1920 a 1929, foi de 35%, o consumo de café se manteve na mesma taxa de 12 libras anuais *per capita*, permanecendo o preço do produto estabilizado em cerca de 47 *cents* por libra. Desta forma, quando a crise de 1929 revelou a impossibilidade de se chegar algum dia a vender os estoques acumulados de café, que representavam naquela época, em moeda de 1953, cerca de 30 bilhões de cruzeiros, ficava definitivamente encerrado um ciclo de nossa economia. Nem podíamos mais prosseguir aumentando nossa produção de café, nem tínhamos condições para impor, pela estocagem, uma redução artificial da oferta visando à manutenção dos preços.

Por motivos que já foram indicados, o Brasil, sob a pressão da lavoura cafeeira e ante a situação de fato de haver expandido, no período que antecedera a crise, suas plantações de café, substituiu, nos anos 30, a estocagem dos excedentes por sua incineração. Com tal processo, conjugado à desvalorização da moeda, procurou-se, e em grande parte sem o conseguir, reduzir os prejuízos causados à lavoura pela superprodução e pela brusca queda do preço para 8 *cents* a libra. O resultado não planejado desse método, entretanto, foi a involuntária adoção de uma enérgica política antecíclica, mediante a manutenção artificial do nível de emprego, política essa graças à qual persistiu o poder de compra global dos salários, o que permitiu que os recursos que não encontravam mais aplicação no setor de exportação, se orientassem para o atendimento do consumo interno.

Essa expansão do consumo interno, que foi o outro fator de transformação de nossa economia semicolonial, além de ser provocada pela manutenção artificial do nível de emprego, tornou-se possível graças à alta taxa de crescimento da população. Em 1900, o Brasil contava com pouco mais de 17,3 milhões de habitantes. Em 1920, essa população era de mais de 30,6 milhões, o que representa um aumento de 76,8%, em apenas 20 anos. Esse forte incremento demográfico persistiu até nossos dias. O censo de 1950 acusou uma população superior a 51,9 milhões, o que representa um aumento demográfico, para este meio século, de 200%.

A crise de crescimento

A transformação experimentada pela economia brasileira, em virtude desses dois fato-

res, consistiu, basicamente, em torná-la uma economia dotada de maior capacidade endógena de crescimento, cuja produção passou a se destinar, principalmente, para atender ao consumo interno, tornando-se mais diferenciada e elaborada. Essa transformação, todavia, se realizou em condições muito diversas das que se verificaram, em meados do século passado, quando a supressão do tráfico servil modificou nossa economia colonial em uma economia semicolonial. Substituídos, o escravo, pelo trabalhador assalariado e a cultura da cana, pela do café, o país continuou, não obstante, no século transato, sendo um fornecedor de matérias-primas e um importador de produtos acabados. Ainda estava longe a época em que nossas exportações atingiriam o teto da capacidade de importar de nossos clientes e nenhum obstáculo se opunha, naquela fase, à continuação e à aceleração do crescimento econômico do país.

Diversamente, a superação, que se vem verificando a partir de 1930, da fase semicolonial de nossa economia, por isso que ocasionada pela crise de nosso intercâmbio comercial, apresenta, simultaneamente, um quadro de expansão econômica e um quadro de crise, reciprocamente condicionados. Não podendo mais se abastecer, no exterior, dos produtos requeridos por seu consumo interno crescente, o país foi obrigado a produzir para seu próprio consumo, o que lhe trouxe um continuado progresso, mas se defrontou, paralelamente, com sérias dificuldades para atender aos requisitos dessa produção para consumo próprio, quer pelo fato de passar a depender de equipamentos e de matérias-primas que tinha de importar, quer pelo fato de não dispor de uma infra-estrutura econômica suficiente para alicerçar sua atividade produtiva. A primeira dificuldade gerou uma crise crônica de nosso balanço de pagamentos, que ora atinge seu auge. A segunda, um processo de superemprego dos bens e serviços de infra-estrutura, que cedo atingiram o teto de suas possibilidades, passando a se verificar, com o crescente *deficit* da oferta de tais bens e serviços, em relação à procura, um estrangulamento da economia brasileira. Suscitados, em parte, por essas duas deficiências, surgiram graves perturbações em nossos sistemas de crédito e de abastecimento.

A atual fase da economia brasileira, marcada pela transição de uma estrutura subdesenvolvida e ainda caracterizada por notas semicoloniais para uma estrutura plenamente desenvolvida e autônoma, também é marcada pela crise que lhe inflinge essa transição. Essa crise radica, de um lado, na crescente desproporção entre nossas necessidades de importação e nossas possibilidades de pagamento no exterior e, de outro lado, no desequilíbrio entre as exigências de nossa superestrutura econômica e as possibilidades de nossa infra-estrutura. E se manifesta também pela inflação, especialmente no que se refere ao abastecimento, pelo complexo escassez-carestia.

3. A CRISE DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

A queda do café

A brusca deterioração do preço do café, em 1929, causada, de um lado, pela superprodução, e, de outro lado, pela grande depressão, reduziu nossa capacidade de compra, no exterior, tornando insuficiente a remuneração do café, à taxa cambial preexistente. A

queda de nossa capacidade de compra, em termos absolutos, se torna claramente visível quando se considere, conforme dados reunidos por Caio Prado Júnior, que o valor de nossa exportação, em libras ouro, no decênio 1921-1930, foi superior a 805,8 milhões, enquanto, no decênio seguinte, foi de apenas 377,0 milhões, o que representa uma diminuição de 53,2%. Paralelamente, o preço do café, nos Estados Unidos, que em setembro de 1929 era de 22,5 *cents* por libra, baixou, no mesmo mês de 1931, para 8 *cents*, o que representa uma diminuição de 64,4%.

Essa perda de capacidade de pagamento, compensada para o setor exportador, em termos de remuneração em moeda nacional, por uma correspondente desvalorização do câmbio, teve por conseqüência a transformação da estrutura de nossas relações de troca, em virtude da qual uma quantidade e uma variedade crescentes de produtos acabados vieram a ser produzidos ou ultimados no país. Tal fenômeno, todavia, forçando o país a se industrializar, o obrigou a importar, em lugar dos artigos acabados requeridos por seu consumo, os equipamentos necessários para produzir tais artigos.

O impasse cambial

A II Guerra, interrompendo a normalidade do intercâmbio, forçou ainda mais esse processo. O resultado de tal modificação, porém, foi restabelecer, depois da guerra e a despeito da posterior elevação do preço do café por tonelada, o impasse cambial, desta vez em termos ainda mais inflexíveis, porquanto nossa importação, reduzida à compra de bens de produção, tornou-se incompreensível.

Conforme dados da CEPAL, na base do valor do cruzeiro em 1952, verifica-se que a importação de bens de capital, em relação às inversões totais, era de 30,0%, em 1939, passando a 45,8%, em 1947, data a partir da qual se reduziu, por causa dos controles físicos das importações, vindo a ser de 27,1% em 1954. A situação teria sido muito mais grave e o clímax do impasse teria ocorrido antes, se não se houvesse verificado, primeiramente, com a guerra e, passados os efeitos desta, a partir de 1947, e especialmente de 1950, uma acentuada melhora em nossos termos de intercâmbio. Graças a tal melhora, embora não se modificasse, estruturalmente, a tendência a declinar nossa capacidade de importação, em relação à procura, o poder de compra do Brasil no exterior foi superior ao dos anos 30.

Isso não obstante, a correlação entre os investimentos e a importação de bens de capital, decorrente da nova estrutura de nossa importação, se estabeleceu em tais termos que, como o indica Heitor Lima Rocha, em trabalho publicado no 2º número desta revista, para cada aumento de 1% nas inversões totais aumenta de 1,25% a importação de bens de produção. E como a percentagem dos bens exportáveis, em relação à produção, conforme levantamento da CEPAL, tende a cair, havendo passado de 24,4%, em 1939, para 8,4%, em 1952, verifica-se que o descompasso entre a capacidade de importar e a procura de importação de bens de produção é fatal e crescente.

O novo impasse cambial

Assim é que a superação do impasse cambial provocada pela crise do café, nos anos 30,

mediante a substituição de artigos importados pelos de produção nacional, conduziu ao novo e mais grave impasse cambial, a partir do momento em que as novas necessidades de importação, correspondentes à procura de bens de capital, ultrapassaram nossa inelástica capacidade de pagamento em moeda estrangeira. Essa crise cambial, que radica na estrutura mesma de nossas relações de intercâmbio e que se processa em ritmo crescente, foi ainda mais agravada com a atual crise conjuntural do café, que reduziu consideravelmente nossas disponibilidades de moeda estrangeira.

O desequilíbrio de nosso balanço de pagamentos, omitidas as circunstâncias casuais do momento, é de caráter estrutural e radica na baixa elasticidade de nossas exportações, comparada com a alta elasticidade das importações. Embora a natureza destas se tenha acentuadamente modificado, à medida em que passamos a importar equipamentos e matérias-primas em lugar de produtos acabados, a natureza das exportações não se alterou.

Continuamos hoje lastreando nossa capacidade de importação, como antes de 1929, na venda dos mesmos artigos primários, entre os quais somente o café representava, no período 1925-1929, 71,9% do valor total das exportações, e ainda continuou representando, no período 1949-1953, 64,3% do valor total das mesmas. Ora, como o incremento da renda afete desigualmente os países exportadores de produtos acabados e os exportadores de produtos primários, aqueles aumentando mais do que proporcionalmente, e estes menos do que proporcionalmente sua capacidade de exportação, segue-se que, enquanto não se alterar a estrutura de nossa exportação, continuaremos incapacitados de expandi-la proporcionalmente ao crescimento de nossa renda.

Deve observar-se, entretanto, que a expansão da produção interna diminuiu a taxa de dependência entre nossa renda nacional e nossa procura de importações, taxa essa que desceu de 22%, no período 1925-1929, para 12%, em 1952. Isto não obstante, nossa dependência para com a importação se agravou tanto na relação entre capacidade para importar e procura de importações, quanto no que se refere à compressibilidade da importação, que já se acha reduzida ao máximo, uma vez que cerca de 90% das importações são constituídas por bens essenciais.

Assim sendo, verifica-se, na relação entre renda nacional e importações, conforme a extrapolação feita por Heitor Lima Rocha, no estudo já referido, que em 1962 as importações deverão corresponder a 9,3% da renda nacional, a capacidade para importar não permitiria atender, se não forem adotadas as providências adequadas, uma procura de bens essenciais, ora importado da ordem de 23 bilhões de cruzeiros, aos preços de 1952.

4. A CRISE DE INFRA-ESTRUTURA

a) Quadro geral

Infra e superestrutura

Paralelamente à crise de intercâmbio, e por ela influenciada, verifica-se, na atual fase de transição da economia brasileira, uma crise igualmente séria nas relações entre sua infra-estrutura e sua superestrutura. Em outras palavras, verifica-se que o desenvolvimento

econômico do país suscitou uma procura de bens e serviços de base, notadamente os relacionados com a energia e os transportes, superior à capacidade de oferta de tais bens e serviços.

A natureza, a quantidade e a distribuição das diversas formas de energia e dos meios de transportes existentes no país foram determinados pelas necessidades que este experimentava em sua fase semicolonial. Por outro lado, a produção destes bens e serviços foi empreendida por capitais estrangeiros, segundo os critérios de investimento adotados, até antes da grande depressão, para inversões desse gênero em países semicoloniais. Assim é que todo o nosso sistema de energia e transporte se constituiu em função de uma economia elementar e heterônoma, orientada para a exportação de produtos primários para o mercado exterior. E a política econômico-financeira que dirigia tais empreendimentos era determinada pelo interesse dos grandes capitais estrangeiros, que tinham em vista, de um lado, a necessidade de conciliar suas atividades no Brasil com as que exerciam em outras áreas do mundo, e, de outro lado, que desejavam se assegurar uma alta taxa de lucro sobre os investimentos efetuados.

Novas dificuldades

Acrescente-se que, a partir do momento em que o poder público passou a regulamentar tais empreendimentos, inclusive encampando vários deles, como foi especialmente o caso das estradas de ferro, muitas das deficiências existentes não puderam ser corrigidas, ou porque, no curso da II Guerra, não fosse possível obter os equipamentos e materiais necessários para a manutenção e expansão dos mesmos, ou porque, no período posterior, dilapidados os saldos acumulados durante a guerra, se tornasse difícil reunir os recursos em moeda estrangeira, e mesmo em moeda nacional, para tal necessários, ou ainda porque os quadros políticos e administrativos do país se revelavam, freqüentemente, ineptos e desonestos.

Esse quadro geral explica, em grande parte, as razões da escassez de energia elétrica, da distribuição deficiente de nossa rede ferroviária, da situação calamitosa em que se encontra seu material fixo e rolante, da insuficiência de nossa marinha mercante, bem como nos faz compreender o motivo pelo qual a hulha brasileira jamais foi explorada adequadamente, forçando nosso país a importar a inglesa, e as razões pelas quais o petróleo, até recentes anos, foi declarado inexistente no território nacional.

Todos esses fatos, que hoje suscitam, inevitavelmente, uma opinião crítica, devem ser considerados em termos puramente constatativos, quando se os contemple segundo uma perspectiva histórica, uma vez que outro não podia ter sido o panorama de nossos sistemas de energia e transporte nas condições que prevalece no Brasil até os anos 30. É à rápida transformação do Brasil, nos últimos vinte anos,e, sem dúvida alguma, ao fato de a compreensão econômico-financeira de nossos problemas só se ter desenvolvido entre nós a partir do último decênio,que se deve o terrível descompasso em que hoje se encontram nossos serviços e bens de infra-estrutura em relação às novas exigências de nossa economia e ao novo entendimento que dela temos.

E assim, vistos os aspectos gerais do quadro apresentado por nosso sistema de energia

e transporte, consideremos, em particular, as questões mais relevantes da matéria.

b) Energia elétrica

Situação existente

A potência instalada do Brasil, para o suprimento de energia elétrica, era de 1.243.877kw em 1940, elevando-se a 1.979.388kw em 1950. Tal potência corresponde, nesta última data, a uma produção *per capita* de 147kw por ano, ou seja, o equivalente à dos Estados Unidos, no início da I Guerra e, atualmente, a 6,7% da produção *per capita* americana.

A simples comparação com os Estados Unidos, porém, é pouco elucidativa, uma vez que o que importa é a correlação entre a produção geral e a de eletricidade. Tal comparação pode ser feita levando-se em conta que o aumento da produção real, de 1939 a 1952, foi de 82%, enquanto o da potência elétrica instalada, de 1940 a 1952, foi de apenas 58%. O resultado dessa desproporção se faz sentir no crescente *deficit* da oferta, a despeito de sua forte concentração geográfica e comercial – uma vez que 80% da produção é controlada pelos grupos *Light & Power* e *Bond and Share* – e apesar de o fator de carga ser extremamente elevado, apresentando taxas médias anuais superiores a 60%.

Efeitos da escassez

Os dois principais efeitos da carência de energia elétrica são, em primeiro lugar, o estrangulamento da expansão econômica do país, especialmente no setor que se tem desenvolvido mais vigorosamente, que é o industrial, forçado, no Rio de Janeiro e sobretudo em São Paulo, a submeter-se a um severo regime de racionamento e cortes do circuito, que importa em imobilizar, sem reduzir-lhe os gastos fixos, parte de sua capacidade produtiva. Em segundo lugar, a escassez de energia elétrica tem impedido que essa energia exerça no país a função substitutiva da energia de outras fontes, mais onerosa para os consumidores ou para a economia nacional.

Necessidade de eletrificação

O estágio extremamente rudimentar em que o país ainda se encontra, do ponto de vista energético, faz que 80% da energia consumida provenha da combustão de lenha. O emprego da madeira para tal fim, no entanto, além de pouco eficiente, do ponto de vista energético, já está assumindo proporções alarmantes, por seus efeitos devastadores das matas, perturbadores do regime das águas e erosivos sobre os solos. As demais fontes de energia térmica, a hulha e o petróleo, são insuficientes; a primeira, por sua relativa escassez e má qualidade, e, a segunda, pela insuficiência da pesquisa e da lavra. Daí a necessidade imperiosa e urgente de se ampliar o potencial elétrico do país, a ser produzido por via hidráulica, ampliação essa fartamente permitida pelo potencial hidráulico de nossas bacias, avaliado em mais de 19 milhões de c.v.

c) Petróleo

Situação atual

A situação do Brasil, no que se refere ao aproveitamento e à industrialização de suas prováveis reservas petrolíferas, ainda se encontra em fase incipiente. A despeito das grandes possibilidades potenciais que oferecem as bacias sedimentares do país, cuja extensão atinge a 3 milhões de quilômetros quadrados, nem o capital privado, nacional ou estrangeiro, quando lhe era lícito fazê-lo, nem o Estado, foram capazes de alcançar resultados significativos, até 1953. Enquanto isto, o consumo interno de produtos do petróleo experimentou neste após-guerra um notável incremento, fazendo com que os gastos em divisas com as importações desses produtos, que em 1948 era de US$9,5 milhões mensais, aumentassem para US$21 milhões mensais, em 1954, ou seja, um aumento médio anual de 14%.

A promulgação da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispôs sobre a política nacional do petróleo e instituiu a Petrobrás, sociedade por ações, foi o primeiro passo sério para encaminhar uma solução adequada e viável ao problema de suprimento de petróleo de fontes nacionais. Dotada aquela empresa de economia mista da flexibilidade de meios de operação similares aos das demais empresas de iniciativa particular e, sobretudo, de recursos financeiros numa escala compatíveis com as dos empreendimentos que deve realizar, são agora fundadas as esperanças de que o problema do petróleo deixe de ser problema de governo para transformar-se em tema meramente técnico, da competência e exclusiva preocupação de uma empresa específica.

Cadernos de Nosso Tempo, em seu nº 4, teve oportunidade de analisar a questão em detalhe, chegando à conclusão de que os recursos disponíveis, estimados para os próximos anos em Cr$20 bilhões, ou seja menos de 6% da capacidade total de investimento do país, e com gastos em cambiais inferiores a 5% da receita de divisas do país, não significam esforço excepcional para implantar uma indústria como a do petróleo. Considerada básica para o desenvolvimento econômico nacional. Não obstante, esses recursos permitirão, na base de previsões prudentes, aparelhar a Petrobrás para que esta ofereça ao país uma produção de petróleo bruto e uma capacidade de refinação, além de outros investimentos complementares em outros setores, capazes de no mínimo estabilizar, nos próximos cinco anos, os atuais gastos externos com as importações de produtos petrolíferos.

Atualmente, para um consumo total de produtos do petróleo calculado, em 1955, em US$ 285 milhões, a participação das atividades produtivas nacionais nesse setor, deduzido o valor do óleo cru importado, atinge a 12%. Isto é, para um consumo da ordem de 65 milhões de barris, a produção nacional de 2 milhões de barris representa apenas 3%; a capacidade de refinação já instalada, da ordem de 95.000 bb/dia de operação, contribui com mais de 50% dos refinados consumidos no mercado interno; uma frota de petroleiros com 12 navios de longo curso está apta a transportar 20% dos produtos importados e os 10 navios de cabotagem podem atender à totalidade do transporte entre portos brasileiros.

Perspectivas

Segundo os programas de trabalho em execução, com os recursos de que dispõe a Petrobrás, inclusive suas próprias reinversões será fatível alcançar nos próximos cinco anos uma produção interna de óleo cru que poderá variar entre 100.000 e 150.000 bb/diários, dependendo da razão de sucesso nas pesquisas pioneiras programadas. Essa meta, se alcançada nos próximos cinco anos, representará, por si só, um acréscimo de renda líquida no país equivalente de Cr$4,5 bilhões a Cr$6,8 bilhões anuais, sem provocar pressões sobre o balanço de pagamentos, mas, ao contrário, aliviando-o de uma procura correspondente de US$110 milhões a US$165 milhões anuais, durante pelo menos 20 anos.

Além dessa produção primária, que virá mobilizar, em larga escala, uma riqueza natural básica de extensa aplicação industrial e de consumo generalizado, o programa do petróleo pretende ampliar a capacidade de refinação do país até 230.000 bb/dia de operação, ou seja, 90% das necessidades de derivados do mercado nacional; cogita, ainda, de implantar várias indústrias petroquímicas para aproveitamento de subprodutos das refinarias, contribuindo também para a substituição de importações em um dos itens — produtos químicos — de maior sangria de moedas estrangeiras em nossas transações externas; a frota de navios petroleiros terá acrescida sua tonelagem de capacidade de carga de 60%; e dois grandes projetos de oleodutos, ligando o Rio a Belo Horizonte e Paranaguá a Curitiba virão substituir os atuais meios de transporte de petróleo e seus derivados, em ferrovias e rodovias, que exigem uma soma de capital muito superior, inclusive em divisas, depreciável a prazo bastante inferior, em relação aos custos de capital dos oleodutos.

Prevê-se, com todos esses programas, que, nos próximos cinco anos, as atividades produtivas internas concorrerão com 60% do valor estimado do consumo de produtos petrolíferos do país. O alcance dessa meta, em prazo relativamente tão curto, trará repercussões na economia interna de difícil previsão por enquanto, dependendo da relação capital/produto que vier a se estabelecer, a qual, em regra, apresenta-se relativamente elevada na indústria do petróleo. As repercussões externas, quer políticas, quer econômico-financeiras, também poderão influir para a manutenção de uma taxa de desenvolvimento acelerado da economia do país. Somente no que se refere às economias de divisas, isto é, à diferença entre o que realmente será gasto no exterior em equipamentos e materiais, pagamentos de serviços e em produtos acabados de petróleo importados e o que deveria ser gasto em importações no caso de inexistência das atividades petrolíferas nacionais, a contribuição do programa poderá atingir a US$250 milhões anuais.

A única condição para que se efetive, no futuro, esse quadro de perspectivas, no que se refere a petróleo, consiste em garantir, ainda por quatro anos, o afluxo de recursos financeiros especiais ao programa de trabalho da Petrobrás numa soma de Cr$2 bilhões anuais, a preços de 1955. A partir de então, a empresa poderá, mediante reinversões, prosseguir num programa autônomo de desenvolvimento e multiplicação de empreendimentos nesse setor básico, e assegurar em pouco tempo a virtual auto-suficiência e quiçá a exportação de petróleo e seus produtos.

d) Hulha

As reservas

As reservas carboníferas do país, situadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de prejudicadas pelo grau de impureza da hulha e pela delgadez dos estratos em que se apresentam, têm sido exploradas de modo precário e antieconômico. Se as duas deficiências acima apontadas contribuíram para tornar menos atrativos, para os grandes capitais, os investimentos na exploração de nossa hulha, talvez o fato de a Grã-Bretanha ser exportadora de carvão de pedra tenha contribuído para afastar definitivamente o capital inglês desse setor. E como foram os capitais britânicos, conforme já foi salientado, que se ocuparam, dos fins do século passado a princípios deste, em investimentos infra-estruturais no Brasil, explica-se por esse motivo o fato de não ter sido objeto de exploração intensiva a hulha brasileira.

Papel da hulha

Embora a importância relativa do carvão de pedra tenda a diminuir, com o progresso e generalização dos motores a óleo, a eletricidade e os do tipo diesel-elétrico, não pode ser subestimada a necessidade experimentada pelo Brasil de aumentar o seu consumo de hulha, inclusive para as crescentes utilizações da química do carvão e para o aproveitamento do enxofre contido em nossa hulha. Esse aumento de consumo, como no caso do petróleo, tem não somente de se proceder sem agravamento da importação, como a uma taxa de incremento superior à existente.

Posição do carvão nacional

Felizmente, nesse setor, a produção nacional, a despeito das más condições em que se processa, intervém com percentagem mais alta que a importada. Em 1938, para um consumo global de mais de 2,2 milhões de toneladas, a produção nacional supriu 40,5% do consumo total. No biênio 1949-1950, tomado como base pelo Plano do Carvão Nacional, o consumo total foi de mais de 2,5 milhões de toneladas, sendo de mais de 59% a participação da produção nacional. Em 1951, para um consumo total de 2,8 milhões de toneladas, a produção nacional forneceu 68,2% do consumo. É, pois, de cerca de 2/3 a parte do consumo atualmente suprido pela hulha nacional. Assim sendo, o problema que se pousa é o de aumentar a produtividade da exploração do carvão nacional, melhorando, com o aperfeiçoamento das condições técnico-econômicas de sua extração e o beneficiamento da hulha, a qualidade do produto e a rentabilidade da lavra do carvão.

As conseqüências desse aumento da produtividade serão o incremento global do consumo, com a decorrente elevação da capacidade produtiva do país, e a elevação gradual da percentagem do consumo atendido pela hulha brasileira.

e) Transportes

Tendência regressiva

Dentre as sérias deficiências de nossa infra-estrutura econômica a que se reveste de maior gravidade é a relativa ao nosso sistema ferroviário e marítimo de transportes. Enquanto a produção de energia, em suas diversas formas, acusa a tendência a se desenvolver, os índices referentes aos meios de transportes apresentam tendência relativamente regressiva. Isto significa que o sistema nacional de transportes, cujas condições atuais são terrivelmente deficientes em relação às necessidades presentes e, mais ainda, com respeito às futuras, propende, não obstante, a declinar ainda mais em termos absolutos, o que representa um declínio muito maior em termos relativos, ou seja, em função da curva de procura, vindo acarretar tal propensão, se se concretizar, o inevitável colapso de toda a economia nacional.

Os dados fundamentais a respeito de nosso sistema ferroviário podem ser resumidos na forma do quadro abaixo:

Quadro do sistema ferroviário

Especificação	ANO		
	1938	1945	1952
Extensão da rede (km)	34.207	35.280	37.019
Nº de locomotivas	2.995	3.741	3.014
Nº de carros	3.770	4.043	4.164
Nº de vagões	38.685	53.945	47.467
Mercadorias transportadas (1.000t)	33.479	33.062	35.822
t/km – 1.000	5.995.043	6.570.688	8.486.807
Receita (Cr$ 1.000)	1.196.124	3.163.818	5.250.691
Despesa (Cr$ 1.000)	1.181.494	3.057.850	7.233.404
Saldo (Cr$ 1.000)	+ 14.630	+ 106.238	–1.982.713

Fonte: IBGE – *Anuário Estatístico,* 1953.

A simples leitura desses dados indica o fato, a que anteriormente nos referimos, de que a situação de nossas ferrovias é estagnante.

No período compreendido entre 1938 e 1952, a extensão da rede permaneceu, praticamente, igual, acusando a mínima expansão de 8,18%, tampouco aumentando sensivelmente o material circulante. Acrescente-se que parte deste e, de modo geral, todo o material fixo, se deterioraram consideravelmente, chegando muitas linhas a não apresentar mais as menores condições de traficabilidade. Em conseqüência, a capacidade de transporte, a despeito de se aumentar o emprego do material, permaneceu estacionária, chegando a regredir no período compreendido entre 1938 e 1945. Daquele ano a 1952, verifica-se apenas um incremento de 7,16% na capacidade de transporte.

Dados financeiros

Como é natural, as finanças de nossas ferrovias, refletindo sua decadência, inclusive administrativa, passaram a acusar, a partir de 1945, um *deficit* crescente, que representou, em conjunto, em 1952, 26,3% da receita global das estradas de ferro.

Esses dados, já de per si alarmantes, revelam sua dimensão calamitosa quando se os confronta com a expansão geral do país. Basta refletir que, no período 1940-1950, a população aumentou de 26,4% e que, entre 1939 e 1952, o *quantum* da produção agrícola passou do índice 100, em 1939, para o índice 136,9, em 1952, enquanto o *quantum* da produção industrial de base se elevou do índice 100, em 1946, para o índice 219, em 1952.

Efeitos do retrocesso

A conseqüência da estagnação do nosso sistema ferroviário e o estrangulamento da economia nacional e o deslocamento de parte cada vez mais considerável da produção para o transporte rodoviário, com o conseqüente encarecimento do custo de transporte, em moeda nacional e, o que é mais grave, em dólares. E como, apesar de todos os esforços de substituição, por mais desrazoáveis que sejam, não é possível transferir para o transporte rodoviário todo o *deficit* deixado pelos serviços ferroviários, resulta que uma parcela cada vez maior da produção fica sem transporte, com perda de bens perecíveis e a imobilização geral da produção, o que constituiu um obstáculo para nosso desenvolvimento somente superável com a reorganização das estradas de ferro.

O sistema de navegação

Esse quadro desolador se repete com relação ao nosso sistema de navegação, onde a tendência regressiva é ainda mais acentuada. Basta indicar, a esse respeito, os seguintes dados:

Quadro do sistema de navegação

Especificação	ANO	
	1947	1951
Nº de embarcações	314	300
Tonelagem bruta	723.248	536.647
" líquida	434.394	321.379
" de carga	856.201	595.284
Carga transportada (t)	4.006.963	4.684.746
Receita (Cr$ 1.000)	1.605.328	1.921.396
Despesa (Cr$ 1.000)	1.584.045	1.930.045
Saldo (Cr$ 1.000)	+ 21.283	– 8.649

Assinale-se, apenas, que, a despeito da diminuição do número e da capacidade global de carga das embarcações, a pressão da procura foi de tal ordem que forçou, mediante o superemprego do material, a elevação da tonelagem total de carga transportada. Isso não obstante, o aumento da tonelagem transportada nesse qüinqüênio não chegou a 17%.

5. A INFLAÇÃO E O COMPLEXO ESCASSEZ-CARESTIA

Desequilíbrios induzidos

Além dos desequilíbrios entre nossa capacidade e nossa propensão para importar, de um lado, e de outro lado, entre a infra e a superestrutura de nossa economia, a fase de transição que o Brasil ora atravessa está caracterizada por dois outros desequilíbrios, que afetam, respectivamente, os meios de pagamento e o abastecimento alimentar. Estes dois outros desequilíbrios, relacionados entre si, também o são, em conjunto, com os dois primeiros. Eles refletem uma propensão para consumir superior à capacidade para tal.

A inflação

Quantitativamente, o fenômeno inflacionário brasileiro apresenta cifras alarmantes. Tomando-se por base o ano de 1939, com índice 100, o índice dos meios de pagamento, em 1953, é de 1.151, e o do meio circulante de 946. Se compararmos tal progressão com o aumento real da produção veremos que, dando-se o índice 100, para a produção em 1939, ela acusa aproximadamente 193, em 1953.

Esse processo inflacionário, como já foi observado, é parcialmente condicionado pelos desequilíbrios estruturais. A influência do desequilíbrio entre a capacidade e as necessidades de importação sobre o processo inflacionário já foi salientado anteriormente, ao se referir que a perda do poder aquisitivo externo da moeda importava na necessidade de se aumentar o volume desta para um mesmo valor em moeda estrangeira. A influência do desequilíbrio entre a infra e a superestrutura de nossa economia, sobre o processo inflacionário resulta do fato de que o crescimento da produção gera uma procura desatendida que disputa os serviços escassos. O resultado é o encarecimento do produto final.

Complexo escassez-carestia

Essa mesma relação se verifica com respeito ao complexo escassez-carestia, no sentido já implicitamente contido na expressão, ou seja, no sentido de que a escassez, voluntária ou não, de bens de consumo forçado, provoca o leiloamento das disponibilidades, com o conseqüente encarecimento dos preços.

Por que são escassos os gêneros alimentícios?

Essa pergunta foi respondida, por muito tempo, com a afirmativa de que a produção era insuficiente. Tal resposta é improcedente, na medida em que se considere insuficiente a produção de alimentos cuja taxa de crescimento seja inferior à do aumento vegetativo da população. Ora, enquanto a população aumentou de 26%, no período compreendido

em 1940 e 1950, a produção agrícola, em geral, aumentou de mais de 30%, sendo que a destinada ao mercado interno aumentou de mais de 51%.

Na verdade, a causa da escassez é diversa e se encontra, ademais da causa genérica da inflação, principalmente, na insuficiência, involuntária e voluntária, da oferta de gêneros, nos centros consumidores, em relação à procura. Entre as causas involuntárias figuram principalmente:

a) a maior taxa de crescimento da população urbana e suburbana em relação à da população global. Em 1940, apenas 31% da população brasileira era urbana, enquanto, em 1950, essa percentagem se elevou para 36%. Assim, enquanto a população total cresceu de 26%, a urbana e suburbana cresceram de 46%. O resultado foi uma procura maior de gêneros, nos centros urbanos, e uma diminuição da percentagem dos que consumiam alimentos de sua própria produção ou que permaneciam fora do mercado;

b) a insuficiência dos serviços de armazenagem, frigorificagem e transporte, em virtude da qual se perde de 25 a 40% das safras, como o reconheceu a missão Klein & Saks no estudo que fez sobre a matéria.

Entre as causas voluntárias, figura o açambarcamento, extremamente favorecido pelas condições em que se processa a produção e a distribuição dos gêneros. Dada a falta de um serviço adequado de crédito rural, o financiamento da lavoura, especialmente da que se destina ao consumo interno, é concedido pelos próprios atacadistas e transportadores de gêneros que, desta forma, controlam a produção antes mesmo da colheita. Com a falta de armazéns, silos, frigoríficos e transportes, estes mesmos grupos impõem ao lavrador o *quantum* da produção que lhes convém adquirir e impõem, no mercado, o volume entregue ao consumo, assim dispondo de todos os meios para regular a procura pela oferta e não deixar que esta dirija aquela. Segundo a já citada missão Klein & Saks, a manipulação altista dos gêneros responde por 50% de sua escassez e decorrente carestia.

B – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

1. O PROBLEMA EM QUESTÃO

Círculo vicioso

INDICADOS, sucintamente, os principais aspectos de nossa crise estrutural, o problema que se pousa é saber até que ponto e de que forma podemos superar esses obstáculos, que entravam nosso desenvolvimento no processo mesmo de sua realização.

O que torna paradoxal a crise de estrutura experimentada por nossa economia é que ela decorre de seu próprio desenvolvimento, desta forma parecendo nos envolver num círculo vicioso.

Assim sendo, a que se deve esse efeito do *boomerang* provocado pelo desenvolvimento brasileiro e como promover o crescimento de nossa economia sem que ela seja destruída pelos desequilíbrios que tal crescimento lhe ocasiona?

Deflacionismo e inflacionismo

Na verdade, o problema, colocado em termos estáticos, não comporta solução. Mas isto decorre do fato de se conceber como invariável a estrutura econômica em que se formou tal antinomia e de se insistir na pretensão de resolver essa antinomia dentro da estrutura-tipo em que surgiu. Aí se encontra, em parte, a razão pela qual conduzem a impasse as discussões que vêm sendo travadas entre deflacionistas e inflacionistas.

Aqueles, partindo da constatação de que o volume dos meios de pagamento ultrapassa de muito o de bens e serviços e cresce numa percentagem superior à das utilidades, mostram como a atual taxa de investimentos importa numa acumulação da procura de divisas e de fatores infra-estruturais que excede, cada vez mais, as possibilidades da oferta, ocasionando a carestia, motivo pelo qual preconizam medidas recessionárias ou deflacionárias. Estes, partindo da constatação de que, nas condições existentes, a recessão ou a deflação reduzem os investimentos e ao mesmo tempo encarecem o dinheiro, mostram como tais medidas importam em perda de capacidade produtiva e em majoração dos custos financeiros, ocasionando à redução da renda *per capita* sem produzir uma correspon-

dente minoração dos preços, motivo pelo qual defendem medidas expansionistas ou mesmo inflacionárias.

Superação do impasse

O que leva a impasse tais discussões, é o fato de elas se travarem no plano monetário da questão, assumindo a invariança da estrutura-tipo e pretendendo resolver, sem transformá-la, os desequilíbrios que dela se originaram.

Os desequilíbrios estruturais que experimenta nossa economia, em conseqüência mesmo de seu crescimento, só podem ser superados com a definitiva transformação da atual estrutura-tipo.

Dir-se-á que tal importa em voltar ao círculo vicioso, pois que, para se transformar nossa estrutura-tipo, é preciso promover o crescimento econômico, o que acarreta os desequilíbrios estruturais que as destroem. Ocorre, todavia, que os desequilíbrios em questão, e particularmente os seus efeitos destrutivos, não são a conseqüência necessária de todas as formas de crescimento econômico, senão do crescimento que se processa nas condições existentes. Tais condições, suficientes para suscitar o crescimento, não o são para evitar que seus efeitos neutralizem a transformação estrutural a que tendencialmente propende esse crescimento.

Dessas condições, algumas são constantes, como o meio físico ou as riquezas naturais. Outras, são variáveis independentes de nossa economia, como a capacidade de importação dos países clientes de nossos produtos ou, em grande margem, os termos de nosso intercâmbio. Mas outras condições há que são alteráveis por nós, como é o caso, de modo geral, da forma segundo a qual utilizamos os fatores de produção de que dispomos.

Assim sendo, o erro da controvérsia entre deflacionistas e inflacionistas consiste, no caso, na identificação, por ambas as partes, do crescimento econômico com as condições segundo as quais ele se tem realizado. Por reconhecer a inviabilidade destas, os deflacionistas pretendem sustar ou reduzir o desenvolvimento econômico. Por reconhecer as desastrosas conseqüências a que conduz a paralisação ou redução do desenvolvimento, os inflacionistas pretendem manter as condições em que tal desenvolvimento se vem processando. Diversamente, no entanto, o que importa – e em princípio é possível, como foi observado – é transformar nossa estrutura-tipo promovendo o desenvolvimento econômico.

O primeiro problema que se pousa, portanto, é compreender o motivo pelo qual, nas condições atuais, o crescimento econômico provoca os efeitos destrutivos que já foram mencionados. O segundo problema a ser considerado consiste em saber em que condições de desenvolvimento econômico tais efeitos seriam eliminados, ou minorados, e como se poderia instaurar essas condições.

2. O DESEQUILÍBRIO DE TRANSFORMAÇÃO

Origem dos desequilíbrios

Em sentido imediato, já foi explicada a origem do desequilíbrio estrutural provocado pelo crescimento de nossa economia. Como foi assinalado, os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira são o intercâmbio comercial e os bens e serviços de infra-estrutura, e ainda, como parcial decorrência desses, o desequilíbrio monetário e creditício e, no setor de abastecimento, o complexo escassez-carestia.

Observando-se mais detidamente a questão, verifica-se que a crise de transportes e de energia está condicionada, em grande margem, pela do intercâmbio comercial. De fato, não obstante a interferência de outras condições, notadamente a má administração das empresas de serviço público ou a inadequada política de viação e de energia, por parte do governo federal, uma das principais causas do nosso desaparelhamento infra-estruturário *tem sido a incapacidade de importar o equipamento necessário para ampliar e modernizar esses setores.*

Por outro lado, se nossa falta de poder aquisitivo externo representa o principal fator da crise estrutural da economia brasileira, não é menos certo, como se indicou, que a crise de nosso intercâmbio decorre, por sua vez, da insuficiente capacidade de importação dos nossos produtos por parte de nossos clientes. E como nossa dependência, para com a importação, aumente, em números absolutos, com o crescimento da nossa renda nacional, e, em números proporcionais, com o incremento da taxa de inversões, temos aí o motivo de nossa crescente falta de divisas.

Até aí, portanto, a questão já fora explicada. Faz-se mister, porém, levar mais longe a compreensão desse fenômeno. Por que nossa dependência para com a importação – ao passo que não aumenta nossa capacidade relativa de importar – tende a crescer com relação à taxa de investimentos?

Comparação das crises

O problema se torna mais facilmente compreensível se compararmos a atual crise cambial com a dos anos 30. A crise dos anos 30, agravada pela depressão de 1929, fora provocada pelo fato de o Brasil não poder continuar satisfazendo seu consumo interno com a importação dos produtos acabados de que carecia. Tal ocorrera porque a procura mundial de nossas exportações, basicamente de café, crescera numa taxa muito inferior à da procura, pelo Brasil, de artigos acabados para seu consumo.

Diante de tal situação e de suas conseqüências – queda da eficácia marginal dos investimentos no setor exportador e desvalorização da moeda – o país teve de proceder a uma reorientação dos investimentos, mobilizando sua capacidade produtiva para a produção, no país, de uma variedade e de uma quantidade crescentes de artigos anteriormente importados e que passavam a não mais ser adquiridos no exterior, por falta de divisas.

O que possibilitava tal redireção – além do crescimento do mercado interno – era o fato de a produção para o consumo nacional se haver tornado mais remunerativa que a cafeicultura e poder competir com a estrangeira em virtude da elevação do preço, em cruzeiros, do dólar. Graças a essa substituição de importações, foi possível reequilibrar a balança comercial. Com a II Guerra, foram ainda mais restringidas as importações, e melhoraram os termos de intercâmbio, ficando definitivamente superada a crise de 1930. E o

Brasil, em conseqüência das transformações estruturais que experimentou em virtude da crise e de seu esforço para superá-la, deixou de ser um país semicolonial, caminhando para seu pleno desenvolvimento.

A nova crise cambial

É aí, todavia, que sobrevém a nova crise cambial, a partir de 1947. Sucedera que, ao se industrializar para produzir internamente os artigos que importava, o país, inicialmente, passara a utilizar, em regime de pleno emprego, sua potencial capacidade produtiva, valendo-se dos fatores ociosos disponíveis. Conforme atingia o pleno emprego dos fatores existentes e conforme, por outro lado, a industrialização criava a demanda de novos bens e serviços, foi-se avolumando, dada a taxa artificial do câmbio, a importação de bens de produção. E, em breve, as matérias-primas e os equipamentos importados para atender às necessidades da produção para o consumo interno restabeleceram, em outro nível, a crise cambial para a solução da qual se formara o parque industrial brasileiro.

Fabriquemos nossas fábricas

Que ocorre, então? Ocorre que, da mesma forma como a necessidade de importação de produtos acabados, nos anos 30, ultrapassava nossa capacidade de pagamento, a necessidade de importação de bens de produção também ultrapassa, agora, nossa capacidade de importação. Isto apenas significa, no entanto, que o desenvolvimento não se pode fazer pela metade. Assim como, nos anos 30, desenvolvemos e criamos condições produtivas internas para nos suprir dos artigos acabados que não podíamos mais importar, assim, na presente fase, cumpre-nos desenvolver e criar a indústria de produção de equipamentos para substituir a maquinaria que não podemos mais adquirir no exterior. Em outras palavras, à etapa de fabricarmos os artigos do nosso consumo seguiu-se a de fabricarmos as nossas próprias fábricas.

Fica respondido, assim, o primeiro problema com que nos defrontamos, ou seja, o de saber o motivo pelo qual, nas condições atuais, o crescimento econômico provoca os desequilíbrios estruturais que tendem a impedir a continuação desse desenvolvimento.

3. CONDIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

Requisitos a observar

Verificado esse ponto, cabe agora averiguar em que condições o desenvolvimento econômico poderia continuar se processando, inclusive em ritmo mais acelerado, sem originar os desequilíbrios estruturais em questão.

Como já tivemos a ocasião de ver, a questão se refere às condições suscetíveis de variarem de acordo com a nossa interferência, ou seja, de modo geral, as que dizem respeito à forma pela qual utilizamos os fatores de produção disponíveis. Trata-se, portanto, de saber de que modo importa organizar e disciplinar o sistema produtivo do país para que este consiga, mantendo ou aumentando sua atual taxa de crescimento econômico, evitar os efeitos neutralizadores e destrutivos, especialmente no que se refere à crise de intercâmbio, que ora decorrem desse mesmo crescimento.

Em termos mais analíticos, trata-se de manter ou incrementar o desenvolvimento econômico assegurando, basicamente:

a) o reequilíbrio de nossa balança cambial, mediante o aumento da receita cambial, através do incremento da produção exportável e da substituição, pela produção nacional, dos principais bens de produção importados: equipamentos, combustíveis e matérias-primas sintéticas;

b) o atendimento das atuais e futuras necessidades nacionais em: transporte; energia elétrica, petróleo e hulha; siderurgia e metalurgia; material elétrico e mecânico pesados; química de base; cimento; produtos agrícolas; mão-de-obra e quadros técnicos e administrativos.

O incentivo da crise

Para esse efeito, como sucedeu com a crise dos anos 30, a própria crise constitui um incentivo poderoso, especialmente no que se refere à escassez de divisas, pois que, não sendo mais possível importar os bens de produção requeridos, forma-se um mercado interno para a produção nacional, desaparece a concorrência estrangeira e torna-se mais rentável que outros o setor produtivo em apreço. Diversamente, porém, do ocorrido na década que sucedeu à grande depressão, os efeitos automáticos da atual crise não bastam para provocar, espontaneamente, as modificações no sistema produtivo necessárias para que se atinjam os objetivos anteriormente anunciados.

De fato, dada a carência relativa de capitais nacionais, as características de que usualmente se revestem os investimentos estrangeiros e ainda a pauta de rentabilidade dos empreendimentos, sucede que os investimentos não tendem, espontaneamente, a se aplicar segundo o critério da maior essencialidade. Por outro lado, o círculo vicioso gerado pela crise estrutural, notadamente o fato de que há carência de bens de produção porque é deficiente a infra-estrutura econômica, e esta é deficiente por faltarem bens de produção, tende a não se romper por conta própria, antes conduzindo a um impasse cada vez mais agudo.

Intervenção do Estado

Assim sendo, a modificação das condições produtivas exige uma intervenção planificadora do Estado que, direta ou indiretamente, organize a economia do país para os fins em vista, estimule ou desestimule determinadas atividades, coordene os fatores, discipline os investimentos e assuma, promocional ou supletivamente, certos encargos produtivos. A intervenção planificadora, promocional e supletiva do Estado constitui, assim, a primeira das condições necessárias para que o impasse crescimento econômico-desequilíbrios estruturais seja vencido sem prejuízo do desenvolvimento econômico.

Mobilização de recursos

Não basta tal intervenção, todavia, se, com ela ou por intermédio dela, não se libertarem recursos investíveis, em moeda nacional e estrangeira, para atender às múltiplas necessidades anteriormente referidas. Tais recursos, ou decorrem da poupança interna, com o acréscimo, para as despesas no estrangeiro, da possibilidade de utilização de parte da receita cambial do país, ou provêm do exterior, quer sob a forma de capitais estrangeiros, quer sob a forma de benefícios resultantes da melhora dos termos de intercâmbio. De uma forma ou de outra, o objetivo que se tem em vista exige a mobilização de recursos específicos, em moeda nacional e estrangeira, para o que se torna necessário a inclusão, como um dos itens fundamentais do planejamento econômico, das previsões e das medidas relativas à obtenção e à aplicação de tais recursos.

Condições institucionais

Ademais, faz-se mister, além das duas condições já referidas, que se verifiquem, de um modo geral, as condições necessárias para que os recursos, aplicados de acordo com os planos, atinjam, efetiva e adequadamente, os resultados programados. Tais condições são, principalmente, de caráter institucional, e serão consideradas nos Capítulos IV e V deste trabalho. Mas importa, desde logo, frisar que nenhum regime de organização da economia pode só, de per si, conduzir a resultados satisfatórios, se não se realizarem determinadas condições sociais, culturais e políticas.

E assim temos, genericamente, as três condições necessárias para que, sem prejuízo, ou até com o incremento da taxa de crescimento econômico, se evitem os efeitos negativos que atualmente decorrem do mesmo.

4. O PROBLEMA DOS RECURSOS

a) A questão em jogo

Apreciação de recursos

A despeito das dificuldades materiais e técnicas que apresentam, em todo esforço de planejamento, a previsão das despesas ou o cálculo dos efeitos correlativos decorrentes da aplicação do plano, a questão mais delicada é sempre a da correta apreciação dos recursos disponíveis. Tal se verifica, especialmente, quando se inaugure o sistema de planificação a partir de uma economia de mercado. No caso brasileiro, onde, a despeito dos planos parciais recentemente elaborados, se acrescentam à inexperiência do planejamento as dificuldades que provêm da situação caótica e rudimentar do mercado de capitais e os óbices que decorrem do subdesenvolvimento e da inflação, o problema da determinação dos recursos mobilizáveis para um amplo plano de desenvolvimento apresenta uma complexidade extraordinária.

Taxa de investimentos

Basicamente, esse problema consiste na investigação da taxa de investimentos líquidos que, para o objetivo em vista, se possa fixar em relação à renda nacional, em tais condições que nem se prejudique sensivelmente os níveis médios de consumo, nem se esterilize a capacidade produtiva dos setores não contemplados no plano de investimentos. Considerado em termos de fatores, esse problema implica na determinação dos bens de produção, da mão-de-obra e da técnica mobilizáveis para a execução do plano, dentro das condições acima indicadas. Em termos de custo, o problema se traduz, dentro daquelas mesmas condições, na estimativa dos recursos, em moeda nacional e estrangeira, suscetíveis de serem concentrados para a realização dos empreendimentos projetados.

b) Investimento e renda

A aplicação da renda

De acordo com os estudos do Grupo Misto BNDE-CEPAL, baseados em estimativas da Fundação Getúlio Vargas, a aplicação da renda territorial apresenta, para o período de 1948-1954, o seguinte quadro:

(em bilhões de cruzeiros a preços constantes de 1952)

Ano	Renda territorial	Consumo	Poupança	Poupança R.T.
1948	282,6	245,9	36,7	13,0
1949	294,0	248,0	46,0	15,6
1950	329,6	271,6	58,0	17,6
1951	347,5	296,3	51,3	14,8
1952	360,9	311,9	49,0	13,6
1953	379,4	316,4	63,0	16,6
1954	416,2	354,2	62,0	14,9

Considerando, acumuladamente, o total do período, a taxa média de poupança sobre a renda foi de cerca de 15%.

Investimento líquido

Ora, de acordo com outra estimativa da CEPAL, verifica-se que a média dos investimentos líquidos, para esse período, representou 66% dos investimentos brutos. Como estes, para o período em causa, tenham sido superiores à poupança, por se terem beneficiado de acréscimos decorrentes de fatores externos, os atrasados comerciais e a melhora dos termos de intercâmbio, e como tais fatores sejam aleatórios, é mais prudente considerar-se a capacidade nacional de investimento líquido em função da poupança efetiva. Assim sen-

do, e aplicando à poupança a referida taxa de 66%, temos que, na base da poupança média do período, a capacidade nacional de investimento líquido, aos preços de 1952, foi da ordem de 34,5 bilhões de cruzeiros por ano.

Conforme outros dados do mesmo estudo, verifica-se que a taxa média de inversões líquidas, a preços correntes, representou, para o período em apreço, 13% da renda líquida. Isso não obstante, como, segundo já se salientou, nesse cômputo hajam intervido fatores externos que incrementaram nossa capacidade de investimentos, é preferível considerar, a partir dos cálculos anteriores, que nossa taxa média anual de investimento líquido, proporcionada pela poupança efetiva, representou, a preços constantes, na base do período 1948-54, 10% da média da renda territorial.

Nessa taxa de 10% da renda territorial ou na estimativa de Cr$ 34,66 bilhões por ano é que se deveria fixar nossa capacidade média de investimento líquido, para um qüinqüênio subseqüente. Tal cifra, todavia, representaria, sem compressão do consumo, a totalidade do investimento líquido, dela tendo que se retirar a taxa ou o montante que devessem ser reservados para o financiamento do plano de desenvolvimento econômico.

Na base desses dados, surgiria, então, a necessidade de se fixar a parcela da capacidade nacional de investimentos que devesse ser utilizada pelo plano de desenvolvimento, para o que importaria confrontar os alvos considerados desejáveis com as possibilidades de reserva, para esse fim, dos investimentos disponíveis, levado em conta o fato de que, na medida em que se reduzisse a taxa de inversão destinada à produção de bens de consumo, se afetaria o nível deste, embora não se houvesse aumentado, às expensas do consumo, a taxa global de investimentos.

c) Recursos disponíveis

Quadro dos recursos

Os recursos disponíveis, para a execução de um plano de desenvolvimento, são a parcela correspondente à cota dos investimentos líquidos globais que se haja atribuído ao serviço do plano.

Serão indicadas, mais adiante, as diversas modalidades segundo as quais podem ser reunidos tais recursos. Sejam eles, todavia, concentrados nas mãos de um organismo central, para sua posterior distribuição e aplicação, ou permaneçam, em certa medida, nas mãos do público e dos empresários, tais recursos terão de ser desviados, em parte, de suas aplicações usuais, para as que lhes prescrever o plano.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, os investimentos brutos, em 1952, apresentam o seguinte quadro, em bilhões de cruzeiros.

APLICAÇÃO

	Construções	Equipamentos	Variação de estoques	Total
Investimentos públicos	16,3	2,0	2,0	20,3
Investimentos privados	25,9	38,8	13,1	77,8
Total	42,2	40,8	15,1	98,1

Distorção das aplicações

Na organização dos fundos para o desenvolvimento econômico, conforme a taxa de investimentos que houver sido reservada para esse fim, ter-se-á de modificar esse regime de aplicação, tanto porque a parcela destinada aos imóveis é nitidamente excessiva como porque as próprias inversões em equipamento deverão corresponder a outros critérios.

O item relativo aos imóveis é o que permite maior alteração, pelo fato de tais investimentos representarem, atualmente, a principal forma de economia social. Entre os vários motivos que contribuem para essa situação destacam-se, de um lado, a desorganização em que ora se encontra o mercado de capitais e, de outro lado, a garantia que os imóveis oferecem contra a desvalorização da moeda.

Como é evidente, é impossível empreender um amplo programa de desenvolvimento se persistir uma tão elevada taxa de imobilização. A fim de deslocar esses investimentos para o desenvolvimento econômico, todavia, além de se criar desestímulos à inversão imobiliária, por meio de impostos e de outras medidas, faz-se mister instituir uma forma substitutiva desse processo de economia, que apresente as mesmas vantagens para o inversionista, embora transferindo, para os setores essenciais, o excesso dos recursos aplicados em imóveis. *Tal fórmula poderia ser obtida através da criação de um título do desenvolvimento, dotado de grande liquidez, vencendo dividendos equiparáveis à renda imobiliária e protegidos contra a inflação por cláusulas que assegurassem a valorização dos títulos paralelamente à do ativo obtido com o produto dos mesmos.*

Recursos do BNDE

Desde já, as únicas fontes gerais e sistemáticas de recursos para o desenvolvimento econômico são as organizadas para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Conforme o relatório desse Banco, de 1953, estimava o mesmo arrecadar para o qüinqüênio 1954-58, mais de Cr$ 17,3 bilhões, a maior parte dos quais – Cr$ 10,4 bilhões – provinda dos adicionais ao imposto de renda.

Capital estrangeiro

Além desses recursos, de origem nacional, o desenvolvimento econômico deveria ser

provido com recursos de origem estrangeira, o que seria muito compreensível, para um país subdesenvolvido, e apresentaria, dentro de um regime adequado, a importante vantagem de minorar nossa crise de divisas.

Ocorre, todavia, que os capitais estrangeiros, diversamente do que julgam os que deles esperam a salvação do país, deixaram de representar um fator dinâmico para o desenvolvimento, a partir da I Guerra e especialmente depois da depressão de 1929. Muito ao contrário, a partir dos últimos anos, o movimento de capitais estrangeiros tem-se tornado um pesado ônus para nosso balanço de pagamentos, reduzindo nossa capacidade de investimento. Assim é que, de acordo com o relatório do Banco do Brasil de 1953, o movimento de entradas e saídas de capitais estrangeiros, inclusive dividendos, apresentou, no período 1941-1952, o *deficit* total de mais de Cr$ 16,5 bilhões. Somente em 1953, conforme essa mesma fonte, o movimento de capitais estrangeiros acusou um *deficit* de Cr$ 3,1 bilhões.

É certo que, neste últimos anos, recebemos, em compensação, de acordo com projetos aprovados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, alguns vultosos créditos do Banco de Exportação e do Banco Internacional, no total de US$ 163,7 milhões. Ocorre, todavia, que o acordo ajustado pelo Brasil com aqueles bancos e o governo americano, previa financiamentos da ordem de US$ 500 milhões. Furtando-se a cumprir os ajustes firmados, os financiadores perturbaram todo o sistema do Plano Lafer, deixando sem cobertura em moeda estrangeira a maior parte dos projetos.

Embora subsista a possibilidade de o Brasil obter no exterior, dessas mesmas ou de outras fontes, os financiamentos em moeda estrangeira de que carece para seu desenvolvimento econômico, tudo indica que tais recursos não lhe serão concedidos, principalmente sob forma monetária, enquanto persistir na sua atual política internacional. Dignas da maior atenção, todavia, são as possibilidades de empréstimos a prazo médio, sob a forma de venda financiada de equipamentos. Tal processo vem sendo correntemente utilizado pelos europeus, o que está forçando os Estados Unidos a também adotá-lo.

Possibilidades da receita cambial

Assim sendo, resta-nos a considerar, no que se refere à mobilização de recursos em moeda estrangeira, as possibilidades que oferece nossa exportação.

O intercâmbio comercial, como já foi visto, é o setor de nossa economia mais afetado pelos desequilíbrios de crescimentos, conquanto os fenômenos sejam interdependentes. Até certo ponto, a crise de nossa infra-estrutura e a inflação são condicionadas pelo descompasso entre nossa capacidade e nossas necessidades de importação. A despeito de nossa insuficiente capacidade de exportação, motivada, basicamente, pela baixa elasticidade-renda de nossos produtos, mas agravada, sem dúvida, por nossa insistência, até à reforma Aranha, em manter uma paridade cambial irrealística, a despeito de tais óbices, a exportação brasileira, no qüinqüênio 1949-1953, apresentou a média anual de Cr$ 1.356 milhões.

Se tal valor é nitidamente inferior ao de que necessitamos, ante nossas propensões para importar, pode-se admitir, na base da experiência do último qüinqüênio que, mediante o controle físico ou valorativo das importações, o poder de compra que nos proporciona a

exportação bastará para atender, por mais alguns anos, a nossas necessidades incompressíveis de importação. Para tal, no entanto, faz-se mister que nos empenhemos, imediata e energicamente, num esforço de transformação de nossa estrutura econômica, liberando-nos, no curso dos próximos cinco anos, de nossas prementes necessidades de importação de equipamentos e combustíveis.

Rompimento do impasse cambial

Conforme já foi assinalado, o círculo vicioso *crescimento econômico-desequilíbrios estruturais* se rompe mediante o planejamento adequado, a devida mobilização dos recursos e a instauração de condições sociais, culturais e políticas apropriadas. Nos itens precedentes, examinamos as disponibilidades de reserva em moeda nacional ou de origem estrangeira. No caso dos recursos nacionais em divisas, o que torna extremamente delicada a questão é o fato de facilmente cairmos em outro círculo vicioso, qual o de, para nos libertar de alguns dos ônus que pesam sobre nossa receita cambial, necessitarmos aumentar os dispêndios cambiais, que, por hipóteses, não podem ser majorados.

Como ocorre com relação ao impasse *crescimento econômico-desequilíbrios estruturais*, o círculo vicioso cambial só tem solução se modificarmos, gradualmente, a estrutura de nossas importações. A chave da questão reside na utilização dos financiamentos a médio prazo, que são usualmente fornecidos pelos vendedores de equipamentos pesados para, sem prejuízo das importações correntes incompressíveis, importarmos os meios de produção de bens de produção, pagando-os, depois de instaladas as novas usinas, com a economia cambial decorrente da suspensão de importações que previamente éramos obrigados a fazer.

Tal é a fórmula apresentada pelo ministro Mário Bittencourt Sampaio para a exploração e o refino do petróleo. Tal é a fórmula que se pode usar para a montagem, no Brasil, das indústrias de base que ainda não temos ou em que não dispomos de capacidade produtiva suficiente para atender a todas as nossas necessidades.

Excedentes exportáveis

Acrescente-se que, mediante um adequado reajustamento das bonificações, bem como utilizando-se o processo de o Governo comprar, no país, pelos preços do mercado, certos produtos que exportará, em dólares, pelos preços internacionais, o país pode rapidamente acrescentar mais uma parcela de 100 a 200 milhões de dólares à sua receita cambial, com isto reunindo recursos adicionais em divisas para financiar seu programa de desenvolvimento.

De fato, comparando os itens e o volume físico de nossa pauta de exportção, em 1952, com a de antes da guerra, verifica-se que os produtos abaixo sofreram severas reduções no *quantum* de sua exportação, principalmente por não suportarem a taxa cambial de 1952, o mesmo se dando hoje, por ser insuficiente a bonificação a que presentemente fazem jus. Vendidos, todavia, aos preços internacionais de 1952, só esses produtos acrescentariam, cerca de 100 milhões de dólares a nossa receita cambial.

	Quantum média 1938/9	*Quantum 1952*	*Diferença %*	*Valor* 1952	*Valor do excedente não exportado* 1952	Subtotal
MATÉRIAS-PRIMAS						
De origem animal . . .	–	–	–	–		156.058
Cera de abelha e crina. . .	1.020	123	89	3.294	2.848	
Peles e couros brutos . . .	56.167	21.748	61	207.009	126.270	
Peles e couros preparados	19.339	9.697	49	29.926	14.700	
Outras matérias-primas animais	18.929	2.836	85	14.421	12.240	
De origem vegetal	–	–	–	–	–	209.987
Borracha – diversos tipos	11.936	3.242	72	29.552	21.240	
Cera de carnaúba.	9.580	7.196	24	216.019	51.840	
Frutos oleaginosos – *(amendoim, babaçu, etc.)*	254.390	203.490	20	283.542	56.700	
Óleos vegetais – *(babaçu, mamona, etc.)*	41.732	30.368	27	238.670	64.422	
Outros produtos vegetais	6.960	4.074	41	38.504	15.785	
Têxteis	–	–	–	–	–	976.960
Algodão, lã, diversos. . . .	334.575	68.887	79	1.224.126	976.960	

	Quantum 1938/9	*Quantum* 1952	*Diferença %*	*Valor* 1952	*Valor do excedente não exportado* 1952	Subtotal
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS						
De origem vegetal	–	–	–	–	–	645.075
Cacau (amêndoa).	130.022	58.242	55	763.067	419.650	
Feijão	2.605	501	80	1.167	933	
Frutas de mesa (banana, castanha-do-pará sem casca, laranja, outras). .	17.567.195	11.423.317	35	391.947	137.165	
Mate.	61.699	44.566	27	164.371	44.361	
Milho	98.820	28.416	71	45.707	32.552	
Outros gêneros, exc. quirera de arroz	7.053	1.279	82	12.777	10.414	
De origem animal	–	–	–	–	–	83.569
Banha de porco	3.554	–	100	–	10.801	
Carnes em conserva	32.090	1.549	94	22.557	20.150	
Carnes frigorificadas. . . .	45.093	2.060	95	20.677	19.570	
Outros produtos	9.092	2.519	72	45.927	33.048	
Outros gêneros	59	9	84	24	20	20
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ANIMAIS	–	–	–	–	–	25.020
Farelos e tortas diversos	392.954	8.490	97	25.831	25.020	

	Quantum 1938/9	*Quantum* 1952	*Diferença* %	*Valor* 1953	*Valor do excedente não exportado* 1952	Subtotal
MANUFATURAS						
Têxteis	—	—	—	—	—	2.117.164
Diversos	1.297	314	75	18.051	13.500	13.500
PRODUTOS QUÍMICOS						
Diversos	6.453	3.693	43	32.510	13.975	13.975
TOTAL						2.144.639

C – PLANEJAMENTO ECONÔMICO

1. INTRODUÇÃO

O problema do planejamento

EM SENTIDO amplo, entende-se por planejamento econômico a orientação da economia de uma determinada comunidade mediante a intervenção deliberada de um órgão da mesma comunidade. Em tal conceito de planejamento se encontram seus dois elementos essenciais, que são, de um lado, o elemento teleológico, o fim para o qual se planeja e, de outro lado, o elemento causalístico, o fato de a comunidade intervir no processo de sua economia para modificá-lo mediante relações de antecedentes a conseqüentes.

Entre as muitas definições teóricas do planejamento, mencione-se, a título elucidativo, a de Laudauer, em sua *Teoria do Planejamento Econômico,* entendendo esse autor por planejamento "a orientação das atividades econômicas por um organismo da comunidade, mediante um projeto que descreva, em termos quantitativos e qualitativos, os processos de produção que devem ser empreendidos durante um período prefixado".

Natureza e modalidade

O fato de que a técnica de planejamento tenha ganho relevo depois das experiências soviéticas suscitou certas confusões em torno da questão, a muitos parecendo ligadas às idéias de planejamento e socialismo. Na verdade, o planejamento constitui uma técnica econômica neutra, em relação ao regime da propriedade, que vem sendo aplicada desde a antigüidade oriental, enquanto, por outro lado, o socialismo teórico, antes da experiência soviética, se preocupou muito pouco com esse problema, cuja importância para o regime soviético decorre menos de seus fundamentos ideológicos do que dos imperativos práticos com que se defrontou a Rússia, nos últimos anos da década de 20. Em pleno regime capitalista e por motivos bastante diferentes, como seja a intenção de assegurar o pleno emprego e de evitar as recessões cíclicas, os Estados Unidos, depois da depressão, passaram a planejar certos setores de sua economia, submetendo-a à ação corretiva do Estado.

Cabe distinguir, por isso, planejamento de socialismo e ambos de totalitarismo e

ditadura. O socialismo inglês, no Governo Attlee, foi liberal e parlamentar e se utilizou relativamente pouco das técnicas de planejamento. Por contra, a Holanda, mantendo o regime capitalista e a democracia liberal, orientou sua economia de acordo com um rigoroso e amplo planejamento, devido, especialmente, aos estudos do professor J. Tinbergen. Diversamente, o fascismo italiano e o falangismo espanhol, sob regimes ditatoriais e totalitarizantes, não submeteram suas economias a nenhum planejamento de conjunto.

Apresenta a técnica do planejamento, por isso, a possibilidade de ser posta a serviço de regimes político-econômicos diversos, variando, conforme os casos, a compreensão, a extensão e a modalidade dos planos. Quanto à compreensão, cabe distinguir o planejamento total, em que todas as relações verificáveis dentro do universo planejado são submetidas ao plano, do planejamento parcial, em que se planejam apenas alguns sistemas de relações. Quanto à extensão, o planejamento pode abranger vários países, um só país ou partes do território de um país determinado. Quanto à modalidade, o planejamento, no que se refere aos móveis ou fatores determinantes de sua observância, pode ser baseado na compulsão, mediante determinações cujo descumprimento impliquem em sanções penais ou administrativas, ou baseado no induzimento, mediante a criação de estímulos e desestímulos que motivem os agentes a se comportarem conforme o plano; no que se refere à responsabilidade por sua execução, pode ser centralizado, ou descentralizado, ou, sob outro aspecto, pode ser confiado à autoridade pública, à inicativa privada ou a ambos.

A escolha entre essas diversas possibilidades de planejamento decorre, basicamente, de uma opção política prévia e se acha condicionada, ademais, pelas condições físicas, econômicas e institucionais da comunidade.

Condições prévias

A escolha entre essas diversas possibilidades de planejamento impõe uma opção por parte da comunidade. Deixando de considerar esse problema de um ponto de vista geral e abstrato, que nos afastaria dos propósitos deste estudo, para encará-lo na perspectiva do Brasil do nosso tempo, verifica-se que há três ordens de condições prévias de cuja ocorrência depende a possibilidade do planejamento. Em primeiro lugar, o planejamento depende da existência de uma informação adequada a respeito do universo que será planejado, incluindo-se em tal informação tanto o conhecimento factual a respeito desse universo como as categorias teóricas relativas ao seu processo. Somente a partir dos levantamentos estatísticos que vieram sendo procedidos pelo IBGE, desde 1939, com base nos conhecimentos geográficos também sistematizados e ampliados por aquele órgão e à luz dos estudos de renda nacional levados a cabo, a partir de 1947, pela Fundação Getúlio Vargas, é que se torna possível, atualmente, o planejamento do Brasil. Acrescente-se que tal planejamento exige se completem e confirmem os dados geoeconômicos existentes mediante o levantamento aerofotográfico do nosso território e a devida interpretação e análise de tal levantamento, a exemplo da experiência recém-efetuada, sob a direção do engenheiro Eduardo Picone, pelo Município paulista de Atibáia.

Em segundo lugar, o planejamento depende da existência de recursos manipuláveis para os fins do plano.

Em terceiro lugar, faz-se mister que se verifiquem condições institucionais apropriadas. Não basta elaborar um plano segundo as técnicas requeridas e dispor de recursos para sua execução. É preciso, ademais, que a sociedade civil, o Estado e os órgãos afetos à execução dos planos estejam em condições de assegurar o cumprimento, na forma e nos prazos previstos, dos objetivos prefixados. A importância desses requisitos institucionais avulta quando se considere que a maior parte dos planos postos em vigor, nos últimos lustros, não foi adequadamente realizada, como se verificou com o Plano Monnet da França, ou com o primeiro plano qüinqüenal argentino.

Ajustamento entre o plano e o mercado

Além das condições de que depende o planejamento, a que nos referimos, é igualmente necessário, nos casos de planos parciais, adotar e manter um adequado ajustamento entre os setores planejados e os não planejados. Essa é uma das mais sérias dificuldades que se opõe à execução dos planos parciais, motivo pelo qual se manifesta, com relação a tais planos, a tendência de o regime de livre competição, mantido nos setores não planejados, alterar as condições de que dependem os planos, anulando o esforço planificado, ou a tendência de os planos imporem a gradual extensão do planejamento a todos os setores, deixando de ser parcial o planejamento.

Para obviar a esse perigo, importa, no que tange ao sistema a ser planejado, assegurar sua relativa autonomia, dentro do processo econômico geral, o que é tanto mais possível quanto mais básicos forem os setores planejados. No que tange à modalidade de tais planos é preciso apoiá-los, quanto possível, nas motivações por induzimento, de sorte a que os agentes públicos ou privados de sua execução sejam sempre levados a respeitá-los, ainda que venham a se alterar algumas das condições preexistentes.

2. ESQUEMA DO PLANEJAMENTO

Delimitação do planejamento

Que relações, nas atuais condições do Brasil, devem ser abrangidas pelo planejamento? A única forma de se dar a essa questão um tratamento objetivo é considerá-la de um ponto de vista faseológico. Tendo em vista as características de que se reveste a atual estrutura-tipo do Brasil e a dinâmica de nosso processo econômico-social, o planejamento brasileiro tem como objetivo assegurar as condições ótimas para o desenvolvimento econômico-social.

Nesse sentido, o Brasil apresenta uma nítida vantagem, tanto sobre os países plenamente desenvolvidos quanto sobre os países atrasados, em processo de estagnação ou de regressão. Naqueles, foge a qualquer possibilidade de decisão objetiva a alternativa entre a aceleração do desenvolvimento e a mais abundante e mais ampla repartição dos bens de consumo. Nestes, a falta de capacidade de crescimento endógeno e autônomo faz depender os esforços de desenvolvimento dos países que exerçam para com eles a função de metrópoles. Diversamente, no Brasil, desde que se adote a tese — que poucos contestariam

abertamente — de que o país deve assumir um destino próprio e afirmar-se como comunidade independente e autônoma, as metas a serem alcançadas a curto e médio prazo se apresentam com a maior univocidade, seja qual for o ponto de vista ideológico que se adote.

Assim é que tanto para os socialistas como para os capitalistas, e independentemente do regime da propriedade dos meios de produção e da forma de repartição do poder de consumo, impõe-se, igualmente, a necessidade de aumentar a poupança e a taxa de investimentos, bem como de orientar as inversões conforme a essencialidade dos empreendimentos. É certo que, embora não confessadamente, e na maioria dos casos inconscientemente, há forças, em nosso país, que dependem do subdesenvolvimento, ou porque necessitem comprimir a elevação dos salários reais — como ocorre com os latifundiários — ou porque precisem manter o Brasil na condição de importador de produtos acabados e exportador de matérias-primas — como ocorre com os interesses ligados ao comércio de importação e, por via indireta, com os interesses ligados à agricultura de exportação. Tais interesses, todavia, na medida em que se oponham, frontalmente, ao desenvolvimento econômico, se revelam antinacionais e perdem legitimidade para suas aspirações, motivo pelo qual, na prática, na medida em que reconhecem no planejamento a técnica necessária para a promoção do desenvolvimento, opõem-se à sua adoção, em nome do liberalismo e nunca porque se digam contrários ao desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico-social, portanto, é objetivo fundamental que deve ser assegurado pelo planejamento. Assim sendo, resulta que devem ser abrangidos pelo planejamento os setores da vida nacional diretamente ligados a esse fim e proporcionalmente a sua dependência para com o mesmo. Em primeiro lugar, portanto, o planejamento deve ser econômico e, dentro da economia, deve atender à necessidade de vencer os pontos do estrangulamento que decorrem, como foi visto anteriormente, do próprio crescimento econômico. Tal é o caso do comércio exterior, por um lado, e, por outro lado, das atividades infra-estruturais. Ademais, devem ser abrangidos os pontos de estrangulamento condicionados por aqueles que afetam nosso sistema de moeda e crédito e de abastecimento. A partir dessas premissas, verifica-se que o planejamento econômico deve abranger os seguintes setores: 1) comércio exterior e câmbio; 2) atividades de infra-estrutura, compreendidas em sentido suficientemente amplo, incluindo transportes, energia, indústria básica, mineração e agricultura; 3) a moeda e o crédito; 4) o abastecimento alimentício.

Ocorre, no entanto, que o desenvolvimento econômico-social do país, que constitui o objetivo fundamental para o planejamento brasileiro, transcende, duplamente, a área do meramente econômico, quer pelo fato de o desenvolvimento ser uma categoria que se refere à estrutura-tipo de uma comunidade, desta forma abrangendo todos os aspectos da vida social, quer pela circunstância de, mesmo como desenvolvimento especificamente econômico, depender de condições não econômicas, como o grau de educação e de saúde da população, as relações existentes entre as classes sociais e o estatuto do trabalho, da previdência e da assistência social, e ainda a organização e o funcionamento do aparelho estatal. O planejamento para o desenvolvimento, por isso, deverá abranger, integralmente, embora em graus diferentes de programação, tanto os setores econômicos como os setores relativos à educação, à saúde, às relações sociais e à organização do Estado.

Considerado sob outro aspecto, o planejamento terá de atender à diversidade das condições regionais, observados os princípios institucionais decorrentes da federação. Cabe, evidentemente, à União, a principal responsabilidade pelo planejamento, nenhum plano estadual ou municipal podendo contrariar as normas traçadas pelo plano federal, à semelhança do que ocorre com a legislação, nas diversas órbitas do poder. Para atender a necessidades regionais, todavia, importa, de um lado, que a União, juntamente com os planos de caráter nacional, adote, em articulação com os Estados, planos de desenvolvimento regional. De outro lado, faz-se mister que o regime de planejamento seja também adotado pelos Estados e Municípios, para as questões de seus respectivos interesses e competência.

Objetivos gerais do planejamento

Feita essa sucinta delimitação do tipo de planejamento de que carece o país para promover seu desenvolvimento econômico-social, consideremos, agora, os objetivos gerais que deveriam ser previstos para o planejamento, no setor econômico.

Graças aos esforços de planificação econômica que vêm sendo empreendidos desde o Governo Dutra e que foram particularmente desenvolvidos no Governo Vargas, já contamos, hoje, com um amplo acervo de estudos sobre essa questão, incluindo-se planos nacionais completos e acabados e alguns planos regionais. Aqueles compreendem, no setor de energia, os planos de eletrificação, do petróleo e do carvão nacional; no setor de transportes, o plano nacional de viação, na parte estática e, na dinâmica, o plano de reequipamento, ou Plano Lafer. Ademais, existem estudos procedidos pela Comissão de Desenvolvimento Industrial e outros órgãos, sobre siderurgia, metalurgia, material elétrico pesado, mecânica pesada, química de base e desenvolvimento agrícola (Comissão de Política Agrária). No que se refere aos planos regionais existem, em fase mais preliminar, os planos de valorização da Amazônia e de desenvolvimento do Nordeste. A estes se acrescem planos regionais de iniciativa de alguns Estados, notadamente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Aproveitando esse acervo de estudos e planos, e o ampliando com elementos novos, o Plano de Desenvolvimento organizado com a colaboração do Sr. Lucas Lopes e outros técnicos, pelo presidente Kubitschek, estabelece um conjunto de metas a serem alcançadas no qüinqüênio 1956-60. A orientação adotada, entretanto, foi, principalmente, a de fixar objetivos e diretrizes, não se tendo chegado ao grau de integração e sistematicidade de um plano em sentido estrito.

Assim sendo, a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento, na parte econômica, exigiria, basicamente, as seguintes tarefas:

1) revisão e ampliação dos estudos relativos aos setores a serem planejados e aproveitamento dos planos acabados, como o de eletrificação; 2) elaboração de um plano para o comércio exterior; 3) elaboração de planos para o desenvolvimento ou a criação das indústrias siderúrgica, metalúrgica, de material elétrico pesado, de mecânica pesada, de química de base e de cimento; 4) elaboração de um plano de reforma agrária e de elevação da produtividade agrícola, incluindo a expansão e diversificação da agricultura, a migração de mão-de-obra do campo ou para o campo e a colonização dirigida; 5) revisão do plano do carvão nacional; 6) revisão dos planos de viação e de reaparelhamento e sua mútua inte-

gração; 7) elaboração definitiva do plano do petróleo; 8) elaboração de um plano para a estabilização da moeda e do crédito; 9) ultimação do plano de alimentação (Klein & Sacks); 10) integração, num sistema de conjunto, de todos os planos de âmbito nacional; 11) revisão e ultimação dos planos regionais a cargo da União, como os da Amazônia e do Nordeste, e elaboração de um plano de desenvolvimento do Centro-Oeste; 12) articulação dos planos regionais da União com os Estados e seu enquadramento no sistema dos planos nacionais; 13) enquadramento dos planos econômicos dentro do sistema global do Plano de Desenvolvimento, compreendendo os planos de educação, de saúde, de relações sociais e de reorganização do Estado; 14) adoção, internamente, das medidas legais e administrativas requeridas para ou pelo planejamento; 15) adoção, externamente, da política internacional requerida para ou pelo planejamento em apreço.

Escapa, naturalmente, ao âmbito deste estudo a análise, ainda que sucinta, dos objetivos adotados ou que devam ser adotados por tais planos. Para proporcionar, todavia, uma noção dos objetivos gerais que foram ou devam ser contemplados, na órbita econômica, nesse planejamento geral, apresentam-se, a seguir, algumas rápidas indicações.

a) Comércio exterior

O problema de nosso intercâmbio comercial provém, basicamente, do crescente desequilíbrio entre nossa capacidade e nossas necessidades de importação. Já vimos como a causa desse desequilíbrio reside na baixa elasticidade-renda de nossas exportações e em nossa tendência a aumentar o volume das importações em função da elevação da renda nacional e da taxa de investimentos.

Para corrigir esse desequilíbrio sem incidir numa progressiva e indiscriminada desvalorização do poder aquisitivo externo da moeda, intentaram-se dois sistemas: o sistema da CEXIM e o Plano Aranha. Ambos se revelaram insuficientes.

Os principais defeitos do sistema da CEXIM eram sua incapacidade para expandir as exportações e sua inadequada regulamentação da importação de bens de consumo. Fixando o dólar de exportação na paridade oficial, o sistema CEXIM tornava gravosos todos os produtos brasileiros, com exceção do café e, conforme as circunstâncias, dos minérios, do algodão e do cacau. O expediente de liberar parte do câmbio pela taxa livre tinha o defeito de não proporcionar um conhecimento antecipado e seguro e uma taxa estável para os produtos que deveriam se beneficiar com tal medida. Dava-se um tratamento de exceção e de emergência ao que deveria ser previsto em termos permanentes e firmes. Por outro lado, no tocante à importação de bens de consumo, como esta não se pudesse fazer no nível da procura, o sistema incorria em três graves defeitos. Em primeiro lugar, proporcionava aos importadores um lucro ilimitado, desperdiçando a possibilidade de se utilizar esse lucro no financiamento da exportação e da produção. Em segundo lugar, adotava, oficialmente, um critério injustificável, que era o de dar prioridade às antigas firmas importadoras de cada ramo, criando um privilégio inconstitucional e antieconômico. Em terceiro lugar, por causa dos dois defeitos acima apontados, suscitava uma tal pressão por parte dos candidatos ao licenciamento de certos tipos de produtos que dava margem a todas as formas de corrução.

O Plano Aranha, procurando corrigir esses defeitos, regulamentou mal alguns aspectos da questão e incidiu em outros inconvenientes. Se a licitação dos bens de consumo, a despeito de suas tendências inflacionantes, é uma fórmula cômoda de racionamento pelo preço, com a grande vantagem de pôr à disposição do governo, para financiamento da exportação e da produção, os ágios que constituíam um injustificável lucro dos importadores, em compensação, a medida é improcedente com relação aos bens de produção. Quanto a estes, só há uma fórmula de racionamento: a ordem de prioridade de sua aplicação. Acrescente-se que as bonificações à exportação não chegaram a permitir o escoamento de apreciável volume de produtos exportáveis, por proporcionarem preços inferiores ao custo de produção. Ademais, as exceções previstas no sistema, para a importação, por ágios especiais, de produtos de relevante interesse para a economia nacional, nunca foram devidamente regulamentadas, criando uma margem de arbítrio e de incitamento à corrução superior à de que dispunha a CEXIM.

Além desses sistemas, procurou-se adotar, com a reforma Whitaker, que não chegou a entrar em vigor, uma terceira fórmula, de caráter liberal. Particularizava-se tal fórmula pela abolição da licitação dos ágios, convertidos em sobretaxas fixas, passando a licitação a ser do próprio câmbio, vendido mediante certificados. Com isto se estabelecia um sistema pelo qual iriam sendo gradualmente abolidas as diferenças, em cruzeiros, relativas ao valor dólar dos diversos produtos, para suprimir o chamado "confisco cambial".

Esperavam os defensores da reforma Whitaker conseguir, com esse novo plano, um substancial aumento do volume da exportação, com um ganho líquido para nossa receita cambial. Ocorre, todavia, que a reforma Whitaker, marcada por sua dependência para com os interesses do setor cafeeiro, não lograria, a prazo longo, a única vantagem que poderia render — o aumento de nossa receita líquida cambial. Isto porque, nas atuais condições do país, são inevitáveis as diferenças entre o custo de produção do café e o custo de produção dos demais artigos. Assim sendo, a igualização do valor, em cruzeiros, do dólar-café e do dólar oriundo de restante dos produtos, acarretaria uma majoração, em cruzeiros, dos custos gerais de produção, tendo por resultado que a partir de certo momento os demais produtos voltariam a se tornar gravosos não suportando a taxa cambial do café. Tal resultado seria tanto mais oneroso quanto a elevação, em cruzeiros, do dólar-café, importaria em uma queda do preço unitário do café em dólar. Paralelamente, a reforma Whitaker teria o grave inconveniente de abolir as taxas preferenciais de câmbio para a importação de equipamentos essenciais, com efeitos restritivos sobre nosso desenvolvimento.

Do exposto, pode-se concluir o seguinte:

1) o comércio exterior, nas condições brasileiras, se reveste das características de serviço público e como tal deve ser regulamentado, ainda que sua prática fique entregue à iniciativa particular;

2) os bens de produção devem ser importados segundo um regime diverso do aplicável aos bens de consumo, observando-se, no caso daqueles, o critério da essencialidade. Esta deve ser estimada em função dos demais aspectos do Plano de Desenvolvimento. O objetivo a que se deve subordinar, de modo geral, a importação de tais bens, é o de se alcançar, no prazo mais curto, a mais ampla capacidade de produção nacional de equipamentos. O regime de importação desses bens, portanto, deve ser o da discriminação física,

amparada por facilidades cambiais, de acordo com os planos de desenvolvimento;

3) o regime de importação dos bens de consumo, mediante licitação, câmbios diferenciais, ou processos semelhantes, deve permitir, ao mesmo tempo, o equilíbrio da balança comercial e os recursos, em cruzeiros, destinados a proporcionar a máxima expansão das exportações, incluídos os artigos assinalados anteriormente;

4) a exportação nacional deve ser fortemente incentivada. Para tal, no que se refere aos preços, é preciso estabelecer uma taxa de conversão que cubra os custos de produção com margem compensadora de lucro, mediante o reajustamento e a elevação das bonificações pagas aos exportadores. É necessário, quanto a essa questão, levar em conta os três seguintes aspectos: a) os tetos de bonificação devem ser fixados de modo a não estimular a produção marginal e a não deteriorar os preços unitários em dólar; b) deve-se reduzir ao mínimo a variação dos tetos e das categorias das bonificações, sobretudo no curso de cada exercício, para assegurar a estabilidade dos preços de custo; c) os produtos de menor custo de produção, especialmente o café, deverão ter menor taxa cambial, de sorte a permitir o financiamento dos produtos de produção mais custosa e a importação, a taxas preferenciais, dos equipamentos prioritários.

É ocioso acentuar que não existe nem pode existir o chamado "confisco cambial", uma vez que a ninguém é lícito pretender dispor do direito líquido e certo à determinada taxa cambial. O câmbio, especialmente em países como o nosso, deve ser fixado pelo governo, de acordo com as necessidades da economia nacional;

5) para a expansão das exportações, no que se refere ao seu volume e à pauta dos artigos exportáveis, importa adotar todas as medidas que ampliem nossos mercados compradores e elevem a quota de trabalho qualificado incorporada aos produtos exportados. No que tange aos mercados, a medida mais eficaz e mais ao nosso alcance é o restabelecimento de relações comerciais com o Leste e o estímulo às exportações para aquela área. Tal medida, além dos seus resultados diretos, tem o mérito de elevar nosso poder de barganha junto aos Estados Unidos. Por outro lado, cabe melhorar nossos processos de propaganda e comercialização nos mercados ocidentais.

No que se refere ao enobrecimento e à diversificação da pauta de nossos artigos exportáveis, as medidas apropriadas para esse efeito são dependentes, por um lado, da já referida elevação das bonificações e, por outro lado, do progresso tecnológico do país, como resultado de seu desenvolvimento;

6) da receita cambial, de várias origens, deve-se reservar um montante da ordem de US$200 milhões por ano para constituir um fundo rotativo de desenvolvimento, em moeda estrangeira, utilizando-se tal montante para a importação, a câmbio mais favorável, dos bens de produção antes referidos.

b) Transportes

A revisão dos planos de viação e de reaparelhamento permitirá ajustar aquele a este, dentro de uma previsão global de recursos. Os objetivos gerais do Plano Nacional de Viação são a complementação das redes ferroviária, rodoviária e fluvial existentes e sua interligação. Esse plano, no entanto, foi elaborado sem levar em conta o problema dos recursos e da amortização dos investimentos e na base de um insuficiente estudo da geoeconomia dos transportes. Tais inconvenientes se acham corrigidos, em grande parte, no Plano Lafer. Ocorre, todavia, que o governo americano e os Bancos Internacional e de Exportação e Importação, depois de se comprometerem no financiamento de um montante global de US$500 milhões, furtaram-se ao cumprimento das obrigações assumidas, limitando-se a conceder apenas cerca de 30% do ajustado. Assim, é necessário que o governo brasileiro, valendo-se dos instrumentos de barganha de que dispõe, induza o governo americano a cumprir seus compromissos, o que a experiência mostra só ser possível se modificarmos, radicalmente, nossa política exterior. Caso malogrem tais esforços, o reaparelhamento de nossos transportes poderá se fazer com recursos do fundo rotativo de desenvolvimento, em dólares, antes referido. Acrescente-se que uma parcela do equipamento, muito superior à prevista pela Comissão Mista, pode ser fabricada no Brasil, porquanto aquela Comissão, julgando assegurados os financiamentos, deslocou, para a importação, muitos itens que resultariam de melhor acabamento ou, a câmbio oficial, de menor preço, se comprados nos Estados Unidos, mas que podem ser supridos pela indústria nacional. Tal substituição se tornará progressivamente mais fácil, conforme sejam executadas as demais partes do Plano de Desenvolvimento, com o conseqüente aumento de nossa capacidade siderúrgica, metalúrgica, mecânica, etc.

Os objetivos mínimos a serem cumpridos, no que se refere aos transportes ferroviários, se acham previstos no Plano de Reaparelhamento, em termos que ajustam nossa capacidade de transportes sobre trilhos às necessidades atuais. Faz-se mister, todavia, para que as ferrovias tenham condições para conservar, posteriormente, esse equilíbrio com a demanda de serviços e mesmo, mais elementarmente, para que não persistam no regime caótico em que se encontram, que se proceda a uma radical reforma do seu sistema administrativo. No caso particular das ferrovias, a questão foi adequadamente considerada pelo projeto de lei que cria a Rede Ferroviária Federal, de que foi principal relator, o Sr. San Tiago Dantas, e que, infelizmente, não foi até agora aprovado pelo Congresso Nacional.

No que tange ao transporte marítimo e fluvial e ao rodoviário, o plano de reaparelhamento é insuficiente, quanto ao primeiro caso, e omisso, quanto ao segundo. Na parte relativa à navegação, o plano de reequipamento contemplou, apenas, a questão dos portos, aliás fundamental. Por causa dos interesses concorrentes da marinha mercante americana, a Comissão Mista não se aplicou ao estudo do reaparelhamento de nossa frota comercial. A seção brasileira daquele órgão, todavia, fez, isoladamente, importantes estudos para o reaparelhamento do Lóide e da Costeira, prevendo a especialização daquele na navegação a longo curso e, desta, na de cabotagem. Com a ultimação desses estudos e a reorganização administrativa de nossa marinha mercante esta poderá suprir a todas as nossas necessidades de cabotagem e a grande parte do transporte transoceânico.

Quanto às rodovias, o fundo rodoviário e planos do respectivo departamento permitem sua integração num plano de conjunto para o incremento dos transportes. É necessário, porém, a esse respeito, enfrentar decisivamente o problema da concorrência desleal que as frotas de caminhões, sem nenhuma responsabilidade pela construção e manutenção das estradas, movem às ferrovias. Conforme estudos já empreendidos, é possível equilibrar

esses dois sistemas, permitindo que o rodoviário se avantaje para o transporte de curto ou médio percurso e o ferroviário, no de longo percurso, mediante a imposição de sobretaxas sobre combustível líquido e através da criação ou expansão de departamentos rodoviários, nas ferrovias.

c) Energia

O setor energia foi o que mais se adiantou, nos últimos anos, no caminho de uma planificação integrada. O Plano Nacional de Eletrificação, inclusive quanto aos aspectos administrativos e complementares, prevê todas as medidas para a elevação, em dez anos, do potencial elétrico instalado de 2,5 para 8 milhões de quilowatt, contemplando, ademais as questões relativas à integração dos sistemas, unificação da freqüência em 60 ciclos e padronização do material. Esse brilhante trabalho, que se deve, especialmente, aos Srs. Rômulo Almeida, J. Soares Pereira e Inácio Rangel, prevê a realização das obras programadas em duas etapas, cujo custo global é de cerca de Cr$27,5 bilhões e de US$250 milhões.

Embora o plano esteja atualizado e seja muito completo, faz-se necessário, para sua inclusão no plano geral, que se o articule com os projetos de energia da Comissão Mista e dos Estados e Municípios.

O Plano do Carvão Nacional, da responsabilidade técnica do Sr. Mário Pinto e econômica do Sr. Rômulo Almeida, prevê a elevação da produção nacional, por ano, de 1,5 para 2,5 milhões de toneladas, mediante a racionalização e mecanização dos sistemas de extração, beneficiamento e transportes. Ademais, o plano contempla a utilização do enxofre, da pirita e o aproveitamento termoelétrico, na boca das minas, de carvão de maior grau de impureza. Esse plano importa, aos custos de 1951, num investimento qüinqüenal de Cr$735 milhões e numa despesa em dólares de 20 milhões.

Consideremos, agora, a mais controvertida das questões relacionadas com o desenvolvimento brasileiro: a do petróleo. Nesse capítulo, não existia, até bem pouco, um plano sistemático, propriamente, e sim um programa geral de pesquisa, lavra, refinação e transportes, constante da justificação de motivos do projeto de lei criando a Petrobrás. Com o funcionamento desta, a partir de fins de 1953, os programas de trabalho, embora não fixem com segurança metas quantitativas de longo prazo, dado o caráter imprevisível dos resultados das pesquisas pioneiras, emprestaram um ritmo acelerado às atividades nesse setor.

Conjuntamente ao acervo deixado pelo Conselho Nacional do Petróleo, acumulado sobretudo durante a execução do Plano Salte, na parte relativa às refinarias e transportes, cujo valor global atingia a Cr$3 bilhões, foram destinados à Petrobrás somas líquidas de recursos financeiros, em moeda nacional, na base de Cr$2 bilhões anuais, aproximadamente. Para os gastos em moedas estrangeiras na execução dos programas de investimentos, foi concebido um esquema cambial, em funcionamento a partir de março de 1955, que assegura um suprimento regular de divisas extraído do orçamento de câmbio do país, especialmente para aplicação no setor petrolífero. A quota especial da Petrobrás é calculada na base de 80% das economias líquidas de divisas geradas por suas próprias atividades;

esse esquema prevê, ainda, que essa quota não poderá ser superior a 5% nem inferior a 3% da receita cambial do país. Estima-se que, mediante esse processo, o orçamento cambial da Petrobrás poderá atingir a soma equivalente a US$40 milhões anuais, embora os programas da empresa não prevejam saques superiores a US$30 milhões, em cada ano, para levar a efeito os seus projetos.

O regime adotado pelo Brasil, através da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, para encaminhar a solução do problema do petróleo não pode ser ainda submetido a um julgamento, em virtude do reduzido prazo, virtualmente 1 1/2 anos, de sua experiência. Partindo, porém, da premissa, que se afigura correta, de que do ponto de vista político, a solução viável, talvez única, consiste no regime de monopólio estatal das fontes naturais de petróleo, dado o sentimento popular, sobretudo nas novas gerações, de repulsa ao controle de nossas atividades petrolíferas por interesses estrangeiros, situação a que seria levado o país mesmo se fosse permitido apenas aos capitalistas nacionais o regime de concessões, o sistema adotado pela Lei n.º 2.004, isto é, exercício do monopólio por uma empresa de economia mista, com plasticidade de operação, sem as peias burocráticas inerentes ao serviço público, e com a motivação de lucro, conferirá, certamente, como vem ocorrendo, um grau satisfatório de eficácia ao instrumento de execução dos programas nesse setor específico.

Realmente, como foi concebido, o sistema tende a tornar-se auto-suficiente, na medida da rentabilidade dos empreendimentos realizados, pela reinversão dos seus saldos de operação. Segundo as informações disponíveis, já em 1956, dos investimentos totais da Petrobrás, da ordem de Cr$3,8 bilhões, cerca de Cr$2 bilhões, ou mais de 50%, serão autofinanciados ou cobertos pelos saldos brutos de operação das unidades industriais da empresa. Com sua gradual ampliação, maiores serão os saldos e, pois, a sua capacidade de investimentos, importando apenas considerar o fator tempo na realização de seus programas e a margem de rentabilidade ou a relação capital/produto lograda nos empreendimentos. O esforço de capitalização inicial proporcionado pelos recursos previstos em lei virá dar o primeiro impulso tendente a abreviar o alcance de certas metas mínimas, digamos de US$250 milhões anuais de produção nacional, no sexto ano de operação da empresa, supondo um coeficiente capital/produto de 0,34. Esse coeficiente tenderá a crescer gradativamente na medida em que forem colhidos os resultados dos maciços investimentos iniciais, de maturação demorada. A "Standard Oil Co. of California", por exemplo, exibiu em seu balanço financeiro um capital da ordem de US$1.138 milhões e uma receita global ou um produto de US$1.113 milhões, ou seja, um coeficiente que se aproxima da unidade. Se a Petrobrás mantiver um índice de investimento bruto de 10% sobre o capital investido, poderá atingir, no seu 10.º ano de operação, a um capital equivalente a quase US$ 1.200 milhões, ocasião em que, mesmo considerando um coeficiente capital/produto modesto em relação ao exemplo anterior, de 0,7, isto significará um produto da ordem de US$800 milhões anuais, correspondentes ao valor do consumo interno de então, ou seja, a auto-suficiência nos suprimentos de produtos de petróleo.

O sistema adotado, além do mais, concorrerá para uma progressiva nacionalização real da indústria do petróleo. O desenvolvimento das atividades da Petrobrás e a sua rentabilidade exigirão a formação de quadros técnicos nacionais, para todos os níveis e

para todos os setores, especialmente para as posições-chaves, o qual, criará uma tradição de gerência, manipulação e trato de problemas complexos como os inerentes à indústria do petróleo, contribuindo pelo fortalecimento da personalidade da fôrça de trabalho nacional, para extirpar a atitude de perplexidade e dependência imposta por um colonialismo secular. Da mesma forma que, na mão-de-obra, o sistema poderá concorrer para uma integração maior das demais indústrias fornecedoras de materiais e equipamentos nacionais no programa do petróleo, auxiliando-as em seu desenvolvimento e dele beneficiando-se. No sistema de concessões, essas vantagens seriam problemáticas ou aparentes, a julgar pelo que ocorre nas áreas de exploração petrolífera fora dos Estados Unidos e Europa.

d) Indústria de base e a agricultura

Diversamente do que sucede com relação aos setores transporte e energia, os setores referentes às indústrias de base e ao desenvolvimento agrícola não foram ainda planificados. Os estudos já empreendidos a respeito, bem como os projetos relativos a certas indústrias, já instaladas (siderurgia) ou em vias de o serem (álcalis) e ainda os trabalhos realizados por comissões especiais, como a de Material Elétrico Pesado, de Desenvolvimento Industrial ou de Política Agrária, proporcionam farto material para que se possa realizar o necessário planejamento, nesses setores.

Como já foi salientado, com relação a outros empreendimentos, estes poderão ser financiados, na parte em cruzeiros, com parcelas daquele montante anual de Cr$ 15 bilhões, que pode ser reservado para o desenvolvimento econômico. Na parte em dólares, com parcelas do já referido fundo rotativo e, sempre que possível — o que em princípio se verificará na maioria dos casos —, mediante a importação financiada do equipamento, para pagamento com os recursos da receita comum de divisas que seriam normalmente aplicados na compra dos produtos que se deixará de importar.

IV – *Situação Social e Trabalhismo Produtivo e Nacionalista*

1. A NOVA ESTRUTURA SOCIAL

REFLETINDO as modificações estruturais que se vêm processando em nossa economia, a partir do fim dos anos 20, a sociedade brasileira experimentou uma profunda transformação.

Formou-se, ao lado da antiga composição social, uma nova organização de classe, que se constituiu com a industrialização e cujos interesses, ligados a uma forma de produção dependente da tecnologia e voltada para o mercado interno, se identificaram com o desenvolvimento econômico e cultural do país e a conduziram, assim, a superar as velhas estruturas econômico-sociais do Brasil semicolonial e a romper os vínculos que mantinham o país sujeito aos interesses dominantes nos grandes centros econômicos do exterior. As massas proletárias que se constituíram no mesmo processo de industrialização, dotadas de maior poder aquisitivo e de maior capacidade de interferência que o campesinato, passaram a ter um comportamento muito diverso do das classes trabalhadoras rurais. E enquanto estas continuavam vinculadas à velha economia agrária e entregues à passividade e à marginalidade antigas, o proletariado se tornou uma força cada vez mais importante dentro da sociedade. Da mesma forma, na classe média, se fez sentir a repercussão dessas novas tendências econômico-sociais, passando a se diferenciar, dos antigos setores da pequena burguesia, os novos quadros de técnicos e administradores, cujos interesses coincidiam com os de nossa ascendente burguesia industrial, ao passo que os setores tradicionais da classe média, permanecendo estranhos ao processo produtivo, se mantiveram sob a influência ideológica das antigas oligarquias latifúndio-mercantis.

O descompasso social

Ocorre, todavia, que essas novas forças sociais, representativas das novas formas e relações de produção, não alcançaram, por motivos vários, uma significação política correspondente a sua importância econômico-social. E assim se estabeleceu um descompasso entre a nossa vida civil, cada vez mais impulsionada, sob a liderança da burguesia industrial, no sentido do desenvolvimento, e nossa vida política, que permaneceu sob o controle das velhas elites dirigentes.

Essa desconexão entre as fôrças e as tendências predominantes no plano econômico e

as que prevalecem no plano político constitui uma das principais causas de perturbação de nossa vida social e atua como fator de agravamento da luta de classes. E aí se encontra o sentido mais profundo da crise social brasileira.

2. SUPERAÇÃO DA CRISE SOCIAL

Luta e cooperação de classes

A crise social brasileira, como se verifica no resto do mundo, decorre, basicamente, da luta de classes e dos conflitos ideológicos que dela se originam, resultando tal situação particularmente agravada pela crise que afeta os padrões culturais de nossa civilização. Diversamente, porém, do que ocorre em quase todos os demais países, onde a luta de classes se desenrola no plano de uma profunda incompatibilidade entre as mesmas, no Brasil, o fato de sermos um país ainda subdesenvolvido e ainda marcado por características semicoloniais, abre, para todas as classes, uma ampla e proveitosa possibilidade de mútua cooperação, por isso que as contradições entre seus interesses se resolvem, até certo ponto, no comum e superior interesse do desenvolvimento e da emancipação econômico-sociais.

Enquanto nos países plenamente desenvolvidos, o grande problema social com que se defrontam é a forma pela qual se procederá à repartição do produto líquido e a cota de poder social de consumo que tocará a cada classe, nos países como o Brasil, que ainda se encontram subdesenvolvidos mas que dispõem de todas as possibilidades de superar seu atraso, o grande problema social com que se defrontam é menos o da repartição da escassa riqueza existente do que o da produção de novas e maiores riquezas. Em outras palavras, trata-se menos de saber, no Brasil, qual a cota de poder de consumo que corresponderá a cada classe, do que de determinar qual a percentagem da riqueza produzida que será poupada para aplicação em novos empreendimentos reprodutivos.

Isto não significa, sem dúvida, a despeito do que possam dizer os mistificadores das classes trabalhadoras, que para elas não tem sentido se preocuparem com seus salários ou com a melhoria de suas condições de vida. Tal preocupação, do ponto de vista social, é perfeitamente justa, pois nada autoriza que as classes proprietárias, além de disporem do poder de gestão, se arroguem o direito a monopolizar a capacidade social de consumo. E do ponto de vista econômico, tal preocupação é igualmente válida, pois o principal motor do progresso, nas sociedades de livre iniciativa, é a necessidade de compensar a elevação dos salários pela redução dos custos, através de melhores processos tecnológicos e de melhor organização do trabalho.

Não é disto, portanto, que se trata, se se quiser enfrentar honestamente a crise social brasileira. O que está em jogo é a possibilidade de se promover e organizar a convivência cooperativa das classes, no recíproco interesse das mesmas, baseada no comum esforço de promoção do desenvolvimento econômico e subordinada a uma eqüitativa distribuição dos sacrifícios para tal necessários.

Convivência cooperativa

Tal possibilidade nos é objetivamente proporcionada pelas condições reais em que se encontra o país. Depende seu aproveitamento, por isso, da nossa própria capacidade de organização social. Mas para que se possa implantar uma organização social adequada a tal fim é necessário que o processo político brasileiro coincida com seu processo econômico-social. Como a convivência cooperativa das classes só se pode processar mediante o comum e eqüitativo esforço de desenvolvimento, a organização da sociedade para esse fim só é possível quando todas as atividades sociais se orientem para o desenvolvimento, o que implica a liderança da vida econômica e política pelas forças mais diretamente interessadas na perseguição desse objetivo.

Acrescente-se, por outro lado, que a convivência cooperativa das classes, além de implicar o comum e eqüitativo esforço de desenvolvimento, importa na necessidade do justo enquadramento de todas as classes dentro dessa organização para o desenvolvimento. Quer isto dizer, diversamente do que se verifica nos processos revolucionários de transformação social, realizados em termos de liquidação das antigas classes dirigentes, que, na superação da crise social pela convivência cooperativa, a passagem da antiga para a nova ordem social se verifica pela incorporação das forças representativas da velha sociedade à organização da nova, mediante o reajustamento de tais forças às novas condições econômico-sociais.

Evolução dos interesses

Na prática, e para o caso brasileiro, esse processo evolutivo significa que as velhas oligarquias latifúndio-mercantis, representativas do antigo Brasil semicolonial, deverão, sob o influxo do desenvolvimento econômico, se transformar numa classe de modernos agricultores e de eficientes homens de negócio, cujos interesses, em vez de se fundarem, como dantes, na sub-remuneração do trabalho e na exploração da escassez, se basearão no lucro técnico, auferido mediante a crescente redução dos custos, através da adoção de processos tecnológicos mais avançados e de formas mais eficientes de organização do trabalho.

Desapareceria, por isso mesmo, o antagonismo que hoje separa os interesses agrícolas e comerciais dos industriais. A nova agricultura brasileira será uma agricultura industrializada, que se baseará na mecanização, na engenharia rural, no adubamento de terras e na seleção biotécnica de sementes e mudas. Tal agricultura constituirá um dos principais mercados compradores e supridores da indústria nacional, a que ficará aliada pela complementaridade das trocas. Da mesma forma, o novo comércio brasileiro será um comércio baseado nas técnicas de venda em grande escala, e constituirá o instrumento de colocação da produção nacional no mercado interno, assim ficando ligado ao esforço de desenvolvimento e aliado às forças que o propulsionam.

3. TRABALHISMO PRODUTIVO E NACIONALISTA

Realização da Constituição

A convivência cooperativa de todas as classes para a realização do desenvolvimento econômico, possibilitado pelas novas condições econômico-sociais do Brasil, tem o senti-

do de uma revolução pacífica e é a única forma de superarmos a crise social do nosso país e de assegurarmos o seu progresso.

Essa revolução pode e deve realizar-se dentro dos princípios da Constituição, consoante os termos adequados a tal finalidade. Na verdade, o de que se precisa é concretizar a política evolutiva contida nos preceitos da Carta Magna e até hoje não conduzida a efetivação prática.

Trabalhismo produtivo e nacionalista

Tal política, se lhe devemos dar uma designação identificadora, deve ser denominada *trabalhismo produtivo e nacionalista. Trabalhismo,* no sentido de que é pelo valor e pela produtividade do trabalho que se deve ajustar a posição de cada cidadão na sociedade. *Produtivo,* no sentido de que tal trabalhismo nem visa a uma suicida repartição da riqueza, nem permite que, sob o pretexto de melhor geri-la, as classes proprietárias se arroguem o direito a uma injusta concentração do poder de consumo, que enseje, a alguns poucos, a usufruição do supérfluo, enquanto a grande maioria não dispõe do necessário à própria subsistência. É produtivo, pois, tal trabalhismo, porque significa o comum esforço de todos com o objetivo de se reservar para fins produtivos a maior cota possível da renda nacional. Finalmente, é *nacionalista*, não no sentido xenófobo de nos isolar dos demais povos, desprezando as vantagens da cooperação internacional, mas no preciso sentido de organizar o Brasil para o povo brasileiro, rompendo todos os vestígios de semicolonialismo e assegurando a plena emancipação econômico-social do nosso país e da nossa gente.

A fim de levar adiante tal política e de se organizar o país para a convivência cooperativa das classes, com vistas ao desenvolvimento e à emancipação do Brasil, são necessários cinco requisitos, a saber:

1 – democracia representativa, baseada no sufrágio universal, secreto e igualitário de todos os cidadãos;
2 – igualdade efetiva de oportunidades para todos os cidadãos;
3 – seleção, pela capacidade e produtividade do trabalho, de todos os que devam exercer qualquer função social;
4 – garantia do sindicalismo livre, assegurando-se às entidades de classe plena participação na promoção e fiscalização de seus interesses;
5 – fixação de um padrão mínimo de vida, para todos os cidadãos, ajustado ao preço das utilidades.

Esses princípios ou critérios, embora suficientemente claros por si mesmos, compõem uma programática social, cujas medidas concretas de efetivação convém examinar.

4. PROGRAMA SOCIAL

a) Democracia representativa

Democracia e evolução social

Os regimes ditatoriais, afora os reconhecidos males que engendram, padecem, nos países subdesenvolvidos, de processo degenerativo característico, em virtude do qual, à medida que os ditadores sentem a debilidade das forças que o apóiam, voltam-se para a nação da qual são eventuais satélites e se organizam à base dos interesses dela. Isso quando não são diretamente organizados para esse fim.

De conseguinte, assim como a planificação é a única forma de conjurar a interferência de forças antagônicas na evolução do processo econômico, a democracia, enquanto processo político caracterizado pela decisão por todos das coisas que a todos interessam, é a exclusiva condição de possibilidade do desenvolvimento econômico. Aliás, é dado da experiência histórica a correlação entre a excelência do regime democrático e o desenvolvimento industrial, por isso mesmo que nas comunidades altamente industrializadas é maior a possibilidade de desviar da renda nacional parcela mais vultosa para o setor educativo, com o que se eleva o nível cultural do povo, dotando-o de espírito crítico e prevenindo-o contra as técnicas envolventes e deformadoras da propaganda. Daí não se infere, todavia, que devemos esperar o fastígio industrial para consagrar a democracia, pois, como vimos, esta é o meio de que dispomos para levar o povo a tomar consciência da identidade entre o sistema democrático e o progresso do país, e é no justo instante em que se viabiliza o desenvolvimento que se criam as condições psicossociais favoráveis às práticas políticas, através das quais se educa para a democracia.

Defesa da legalidade

O regime democrático é definido na Constituição de 1946 como aquele baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem, com o que se assegura um máximo de representatividade das forças político-sociais. A esse respeito, portanto, o que importa, em primeiro lugar, é manter, contra os que aspiram a um retorno aos regimes de força, a legalidade constitucional. Por estranho que pareça, alguns dos que se haviam tornado credores da admiração pública, pela luta que mantiveram contra o Estado Novo, em nome da democracia e da soberania popular, passaram a se esforçar, sob pretextos irrisórios, para deflagrar um novo golpe, a fim de restabelecer o estado de coisas anterior a 29 de outubro de 1945. A imprudente manifestação de tais propósitos serviu para desmascarar, aos olhos do povo, a falsidade das convicções democráticas desses maus cidadãos, cujas atitudes reacionárias de hoje revelam o que sempre foram – oportunistas do poder, que só se opuseram ao Estado Novo porque não lograram participar dele. E se é certo que os movimentos de 11 e 21 de novembro de 1955 desarmaram o golpismo, preservando a legalidade democrática, não é menos verdadeiro que o perigo golpista persiste, exigindo, enquanto não se modificarem as condições que o propiciam, a maior e mais enérgica vigilância das forças democráticas e progressistas.

Legislação complementar

Além da intransigente defesa das franquias constitucionais, no entanto, a manutenção e o aperfeiçoamento da democracia representativa exigem a complementação do regime mediante a promulgação das leis regulamentadoras da Constituição, bem como a prática de uma política social coerente com o espírito de nossa Carta Magna.

b) Igualdade de oportunidades

Como sempre proclamaram as vozes representativas das classes não possuidoras, não

basta a democracia política para instaurar a verdadeira democracia. A democracia política é formal e vale, sobretudo, como um insuperável método para que a comunidade decida de seu próprio destino. O que assegura, todavia, o conteúdo democrático da vida é a igualdade de oportunidades, de sorte a que todos os cidadãos, independentemente de suas ordens, possam habilitar-se igualmente a exercer, na sociedade, as funções de que se mostrem capazes.

A igualdade de oportunidades, tão celebrada literariamente, mas tão pouco aplicada no Brasil, como, de resto, na maior parte do mundo, depende de duas condições básicas. Materialmente, ela só é possível com o desenvolvimento econômico, pois é na promoção deste que se multiplicam as oportunidades, tornando mais fácil sua igualização, e é através deste que a sociedade acumula as reservas necessárias à manutenção do regime que institua tal igualdade. A segunda condição para que sejam efetivamente iguais as oportunidades é de natureza cultural. Trata-se, basicamente, de instituir um sistema educativo cujos níveis mais elementares alcancem, de fato, a todos os cidadãos, assim lhes proporcionando uma habilitação inicial comum.

c) Seleção pelo mérito

Assegurada, a todos os cidadãos, uma igual oportunidade de educação, o regime da democracia social tem de se completar mediante a seleção pelo mérito, sem a qual se tornaria uma farsa a igualdade de oportunidades.

A fim de realizar esse desiderato, são necessárias, entre outras, as seguintes medidas:

1 – a reforma da educação, de sorte que a qualificação cultural e técnica dos educandos se faça unicamente em função de sua capacidade e de seu aproveitamento;

2 – a instauração ou o aperfeiçoamento, em todas as atividades públicas, de critérios objetivos para a aferição da capacidade e da produtividade de cada qual, baseando-se em tais critérios a seleção e promoção do pessoal;

3 – a adoção de medidas que conduzam a iniciativa privada a seguir igual política, como é de sua própria conveniência, mediante legislação apropriada, convênios de produtividade e o esclarecimento dos empregadores, de sorte a se abolir todas as formas de privilégio ou de favoritismo.

d) Sindicalismo livre

Origem de cúpula

O movimento sindical brasileiro, iniciado na fase incipiente da industrialização, quando os trabalhadores ainda não haviam adquirido a consciência da necessidade de se organizarem, foi, por isso mesmo, promovido por iniciativa do Estado. Não era possível, naquela época, proceder-se de forma diversa. Ocorre, todavia, que essa origem estatal dos sindicatos se refletiu em sua vida subseqüente, mantendo-se a injustificável prática da interferência do governo nas associações de classe, motivo pelo qual, se foi possível antecipar a eclosão do nosso desenvolvimento sindical, não dispôs este de condições que o fortalecessem e

dele fizessem o efetivo instrumento de defesa dos interesses de classe. Essa a razão pela qual é tão pequeno o número de trabalhadores sindicalizados e tão restrita a influência dos sindicatos sobre os grupos profissionais que representam.

Reforma sindical

O fortalecimento dos sindicatos, no entanto, além de condição indispensável para a defesa dos interesses dos trabalhadores, é a forma mais democrática de se institucionalizar os antagonismos de classe, permitindo que, a despeito deles, se forme um consenso mínimo entre empregadores e empregados, e se crie o sentido da responsabilidade de cada indivíduo pelas decisões coletivas de seu órgão de classe. Para o que temos em vista, que é a organização da comunidade para a convivência cooperativa das classes, é necessário reformar o sindicalismo brasileiro, assegurando-lhe as condições apropriadas ao exercício de sua função.

As medidas principais para um programa social dessa ordem são:

1) estímulo à sindicalização, mediante a concessão de vantagens ao sindicalizado e de maiores prerrogativas ao sindicato, visando a que todos os trabalhadores e empregadores se filiem ao seu respectivo órgão de classe;

2) abolição de todas as formas de interferência dentro dos sindicatos e de controle ou pressão sobre os mesmos, limitando-se o Poder Público, na forma da lei, a coibir os abusos do direito de livre associação;

3) apoio à organização de uma entidade sindical superior, que agrupe todos os trabalhadores;

4) instituição de condições que permitam aos sindicatos participar ativamente na fiscalização de convênios multilaterais regulamentadores das relações de trabalho, e na colaboração com os órgãos públicos em todos os atos que se relacionem com a orientação da vida sindical ou com a adoção de medidas para a promoção da convivência cooperativa das classes.

e) Padrão mínimo de vida

Dependência do desenvolvimento

De inegável importância é a fixação de um padrão mínimo de vida, a ser mantido sempre atualizado com a variação dos preços, de sorte a garantir, a todos os brasileiros, condições de vida compatíveis com as nossas possibilidades econômicas e com as exigências de nossa civilização.

Não será, entretanto, apenas com o salário mínimo que se poderá assegurar a todos os brasileiros a satisfação de suas necessidades mais urgentes. A longo prazo e em profundidade, esse objetivo só pode ser alcançado pelo desenvolvimento econômico. A curto prazo, importa adotar uma série de medidas assistenciais que contribuam para elevar o padrão de vida da comunidade, ademais das providências relacionadas com a previdência social.

Política assistencial

No que se refere às medidas de caráter assistencial, cumpre destacar as destinadas às populações rurais, que deverão ter por fim, mediante planos regionais e programas de organização das comunidades, a serem executadas em cooperação com os Estados e Municípios, assegurar a todas as povoações do interior assistência sanitária, médico-hospitalar e educativa, proporcionar-lhes meios para melhor utilização dos recursos locais e dar-lhes melhores condições de recreação e de conforto. Para as populações urbanas, os serviços assistenciais a cargo do Poder Público, que deverão ser executados por órgãos autônomos, dotados de regime de gestão e de eficácia semelhantes aos da empresa privada, terão por fim minorar a crise de moradia e proporcionar alimentação sadia e barata, além de se emprestar mais ênfase e dinamismo aos serviços médico-hospitalares e educativos.

Política previdenciária

No que se refere à previdência social, é imperioso empreender uma ampla e profunda revisão de todo o sistema. É nesse setor que os generosos propósitos de nossa legislação social se têm revelado menos eficazes, a ponto de a previdência social se haver convertido numa monstruosa farsa, quanto ao significado de seus serviços, e numa experiência catastrófica, do ponto de vista financeiro.

A primeira tarefa que se faz mister é a reorganização institucional e administrativa dos órgãos de previdência, adotando-se, legal e praticamente, as medidas necessárias para que se tornem solváveis e aptos à realização de suas finalidades, trabalhando a menores custos e operando dentro de normas objetivas e sujeitos à conveniente fiscalização, de sorte a se suprimir os inúmeros abusos e malversações que têm sido praticados.

Em seguida, impõe-se uma revisão dos serviços a cargo de nossa previdência social, que têm de atender às mais prementes necessidades dos associados, e carecem, por outro lado, de ser honestamente contidos dentro dos limites financeiros dos órgãos de previdência.

Adotadas essas providências, poderão os Institutos e Caixas vir a melhorar substancialmente os benefícios que conferem, menos no sentido de ampliar sua variedade do que no sentido de torná-los efetivos, de modo que as aposentadorias e pensões cubram, efetivamente, as despesas mínimas a cujo pagamento se destinam, e os serviços de assistência médico-hospitalar, conjugados aos proporcionados por outros órgãos, mantenham elevado padrão.

V — O ESTADO, A ADMINISTRAÇÃO E A REFORMA DO GOVERNO

1. INTRODUÇÃO

a) Estrutura - tipo e situação Fasеológica

Fundamentos da política de clientela

A ESTRURA-TIPO de uma comunidade, decorrente da situação faseológica em que se encontre, determina a modalidade de Estado que a comunidade comporta e que nela tende a se constituir.

No caso brasileiro, o Estado que se veio formando no curso do Império e a partir da República, prolongando tendências que vinham da Colônia, trouxe todas as características de uma sociedade semicolonial e subdesenvolvida, cuja economia repousava na monocultura e exportação, organizada em base latifundiária, e dependia,para quase todas as suas necessidades, da importação de produtos acabados.

Numa sociedade de tal estrutura, composta da minoria dominante dos grandes fazendeiros, a que se associava a burguesia mercantil das cidades, da maioria dominada do campesinato, vivendo no nível da simples subsistência, e de uma classe média urbana marginal, dependente, para sobreviver e para conservar seu *status,* do emprego público, o processo se realizava, como não podia deixar de ocorrer, em termos de política de clientela. A política de clientela resultava, de uma parte, da forma ganglionar pela qual, desde a época colonial, a sociedade se organizara em torno das grandes fazendas, que constituíam verdadeiros microcosmos, cada uma delas operando tanto como um centro produtor quanto como um núcleo de aglutinação político-social. De outra parte, a política de clientela representava a fórmula de ação política dessas múltiplas oligarquias locais e regionais, cujos interesses comuns ou particulares impunham, a cada uma delas,um sistema de mútua articulação e,no respectivo âmbito de influência,de controle de votos para seus representantes em troca da dispensa de favores para os seus clientes, dando-se a este termo sentido equivalente ao romano.

Conseqüências do clientelismo

O produto dessa política de clientela, nas condições semicoloniais e subdesenvolvidas do Brasil, foi o Estado cartorial que subsiste até nossos dias. Sua organização, modelada na dos cartórios fiscais da Colônia, se caracteriza pelo fato de os órgãos e as funções públicas, a despeito de sua funcionalidade aparente, de fato não se destinarem, primariamente, à prestação de serviço público, e sim à realização da política de clientela. O Estado cartorial é um processo de conservação da ordem vigente e das condições econômico-sociais em que a mesma se funda. Destina-se à defesa dos interesses fundamentais da classe dominante, à administração de proteção e de favores aos clientes de cada grupo oligárquico e à concessão de emprego à classe média.

b) O Estado cartorial e a sociedade civil

A transformação da infra-estrutura

Produto e expressão das condições econômico-sociais do Brasil na sua fase semicolonial, o Estado cartorial entrou em crise quando, a partir de 1930, foi-se modificando a estrutura em que se formou. As principais transformações que se processaram em nosso país a partir de 1930 – e que já se foram fazendo sentir desde os anos 20 – se relacionaram, como se indicou nos capítulos precedentes deste estudo, com a transição de nossa economia de uma estrutura semicolonial e tipicamente subdesenvolvida para uma estrutura progressivamente nacional e em tendência para se desenvolver.

Acarretaram tais transformações, por um lado, uma profunda alteração na composição e nas tendências da classe dominante, cujo setor dirigente deixou de ser o latifundiário, passando para as mãos da burguesia mercantil, dos grandes centros urbanos, a preponderância econômico-social de que dispunham os fazendeiros. Paralelamente, desenvolveu-se e adquiriu importância crescente a burguesia industrial, conforme as condições do país possibilitavam e exigiam a expansão e a diversificação da indústria nacional.

Foi a burguesia mercantil, no entanto, que, nesse período de transição, logrou exercer a liderança de nossas classes dominantes e até nossos dias se encontra em tal posição, a despeito da importância cada vez maior da indústria nacional. Por outro lado, essas mesmas transformações acarretaram um crescimento da classe média e de sua influência política, quer como importante parcela do eleitorado ou como principal contingente formador da opinião pública, quer em virtude da tradicional vinculação entre nossa pequena burguesia e as Forças Armadas, cuja interferência, velada ou direta, nos acontecimentos políticos do país, se fez cada vez mais sentir, na série de revoluções dos anos 20, até a vitoriosa revolução de 1930. Paralelamente, e como efeito da expansão da indústria, formou-se, cresceu e adquiriu importância política o proletariado nacional.

A crise do Estado cartorial

Esse novo quadro econômico-social, tão diverso daquele no âmbito do qual se constituíra o Estado cartorial, veio levar às suas últimas contradições todas as debilidades de tal tipo de Estado, sem chegar, todavia, a forçar, desde logo, a transformação do Estado cartorial numa estrutura política superior. Entrou em crise o Estado cartorial porque, formado para reger um país semicolonial, de agricultura de exportação, onde eram mínimas as necessidades de efetivos serviços públicos e onde o aparelho estatal constituía a cúpula da política de clientela das oligarquias regionais, esse mesmo Estado se defrontou com uma crescente e efetiva procura de serviços públicos, proporcional ao desenvolvimento e à complexidade cada vez maiores da sociedade brasileira, e se deparou com novas forças e novas relações sociais, que escaparam às possibilidades de manipulação por via meramente clientelística.

Não chegou a ser desmontada, todavia, a maquinaria cartorial. Em parte, porque as oligarquias rurais, a despeito de haverem perdido sua antiga importância econômico-social, continuavam detendo os instrumentos de controle do eleitorado do interior. Em parte, porque as demais classes, com exceção da burguesia mercantil, careciam de uma clara consciência de seus interesses e das condições necessárias para assegurá-los e tampouco dispunham de organização para os fazer valer politicamente. Em parte, finalmente, porque a burguesia mercantil, único setor de nossa sociedade apto, até há alguns anos, a reagir contra a velha política de clientela e a forçar a modificação do Estado cartorial, só tinha interesse em manter tal estado de coisas, adaptando-o a seu uso.

O mercantilismo

O mercantilismo, realmente, constitui a etapa mais avançada do semicolonialismo, quando os interesses dominantes se deslocam da exploração da terra para a manipulação comercial e financeira de seus produtos de exportação e dos artigos de importação de que carece a comunidade. Sua hegemonia marca a transição do semicolonialismo para a fase superior da economia nacional e plenamente desenvolvida.

Essa transição, todavia, tanto pode se completar como se estagnar num semicolonialismo mercantilista, a exemplo do que ocorre em diversos países da América Latina (Peru, Venezuela), do Oriente Próximo (Arábia Saudita, Irã) e do Oriente Remoto (Paquistão, Ceilão). Assim sendo, a burguesia mercantil brasileira tendeu a entrar em composição tácita com os remanescentes da oligarquia rural, que passou a funcionar, de fato, conscientemente ou não, como instrumento de asseguramento do apoio político de que carece o mercantilismo. Este, por sua vez, mediante a maciça e organizada manipulação dos veículos de difusão de idéias, conquistou, nos centros urbanos, o apoio dos setores parasitários da classe média, acenando para as mesmas, ou com as teses, sempre caras ao idealismo pequeno-burguês, do moralismo, do antiindustrialismo, etc., ou com a política de financiamento do consumo a expensas da capacidade nacional de produção.

O resultado dessa aliança tácita entre a burguesia mercantil, as oligarquias rurais e os setores mais alienados e marginais da classe média, foi a manutenção do Estado cartorial, a despeito do fato de a dinâmica econômico-social do país exigir, cada vez mais profundamente, a substituição de tal gênero de Estado por um Estado altamente funcional, capaz de assegurar, política, econômica e administrativamente, as condições requeridas pelo desenvolvimento do país. Para que essa substituição se verificasse, entretanto, era necessário que as forças que hoje já constituem a parcela mais importante e representa-

tiva do país — a indústria nacional, o proletariado e os setores técnicos da classe média — adquirissem, em termos de consciência e de organização para a ação, um grau de amadurecimento que ainda não revelaram possuir.

c) O Estado como agente ou norma

Ineficácia e irresponsabilidade

O resultado dessa supervivência político-administrativa do Estado cartorial às condições sob o influxo das quais se constituíra é, do ponto de vista administrativo, ou seja, no que se refere ao Estado como instrumento para a realização de determinados fins, o crítico e insuportável agravamento de sua inépcia e ineficácia. Nem o Estado dispõe dos meios adequados para assumir, ainda que medíocre e deficientemente, suas tarefas mais elementares, nem logra, ao se aplicar a um fim, conseguir sua realização em condições razóaveis ou mesmo em quaisquer condições. É a polícia que não prende os gatunos, o correio que não entrega as cartas, o trem que não trafega no horário ou descarrilha no percurso, etc. etc.

Do ponto de vista político, ou seja, no que se refere ao Estado como instância ou órgão da comunidade para a escolha de determinados fins, o Estado cartorial, nas condições de após 1930, tendo de atender às necessidades e reivindicações as mais díspares, e todas descoincidentes com as bases sociais em que assentava, foi conduzido a um sistema de compromissos irresponsáveis e incoerentes, que se vem realizando às expensas dos setores mais indefesos da população e, de modo geral, às custas da depredação das reservas sociais. A política de clientela do tipo República Velha, apta a solucionar as relações de poder que se travavam numa comunidade semicolonial e subdesenvolvida, dominada por sua oligarquia rural, não podia mais satisfazer às exigências de um país em processo de desenvolvimento, cujas soluções políticas tendiam a só se tornarem possíveis em termos ideológicos.

Política de grupo de pressão

Da mesma forma, no entanto, que o mercantilismo constitui a etapa mais avançada do semicolonialismo — e pode se estabilizar com um estágio duradouro no caso de estagnação do processo de desenvolvimento — assim a política de grupo de pressão constitui a etapa mais avançada do clientelismo e pode, igualmente, perdurar, na hipótese de estagnação do processo político-social.

Embora, como se vem salientando, o processo econômico-social de desenvolvimento não se tenha estagnado, esse desenvolvimento não foi acompanhado pelo processo político. A perduração, em condições cada vez mais inautêncicas, do Estado cartorial, fê-lo depender, cada vez mais, dos grupos de pressão. E tal é a situação em que ora politicamente se encontra o Estado brasileiro, motivo pelo qual o poder do Estado se revela cada vez mais insuficiente para orientar politicamente a sociedade civil, sua atuação administrativa é cada vez mais inepta e ineficaz e, no âmbito do Estado, o Poder Executivo

vem experimentando um contínuo enfraquecimento. Daí um duplo e igualmente grave processo de alienação. Alienação do Estado aos grupos de pressão, que absorvem as parcelas de poder que aquele vai perdendo. E alienação do governo, dentro do Estado, a órgãos ou agências que dele se independentizam e passam a perseguir finalidades próprias, em lugar de servir de instrumentos de sua atuação.

Dada a inexistência de uma política ideológica, que fixe objetivos e condições gerais para a atuação do Estado e estabeleça um programa definido para a atuação do govêrno, aquele e este se encontram completamente desamparados diante das campanhas de imprensa, ao criticarem determinada linha de ação ou ao reivindicarem a prática de determinada medida, porque não há critérios objetivos e prefixados para se mostrar que uma determinada alternativa deve ser preferida a outra, ou que determinada medida é necessária para, ou incompatível com, o alcance de determinado fim. Tampouco existem meios para se reagir contra a pretensão de um dado grupo a adquirir ou a manter melhores salários ou condições de trabalho, ante a circunstância de que não há, de direito e, o que mais importa, de fato, critérios regulando a participação das classes e dos grupos no produto social líquido, nem padrões regulando a parte da poupança destinada a reinvestimento e a que pode ser entregue ao consumo, pois tal só seria possível se coincidissem as bases político-sociais do Estado com as forças econômico-socialmente predominantes.

Governo, Congresso e Forças Armadas

Igualmente insuperável, nas condições existentes, é a crise que lavra nas relações entre o governo e o Congresso ou entre a autoridade pública e as Forças Armadas. A concentração de poderes nas mãos do Presidente da República, a partir do momento em que este deixou de exprimir a resultante das forças realmente dirigentes da sociedade — o que ocorria quando o clientelismo político correspondia ao oligarquismo econômico-social — retirou da autoridade de direito do Presidente os necessários suportes sociais, tornando-o incapaz de exercer, por sua única iniciativa e conta, os poderes que lhe cabem. Mas o Congresso, que tem bases sociais mais sólidas, e onde o Presidente poderia encontrar esse apoio de que carece, não está, organizacionalmente, apto a participar das responsabilidades do governo, porque constituído, de direito e de fato, como simples órgão legiferante. Acrescente-se que o próprio Congresso padece da contradição existente entre o clientelismo que prevalece no plano político e as novas realidades do processo econômoco-social.

Dessa debilidade do Estado, dentro da qual se extrema a debilidade do governo, decorrem os motivos políticos da crise da autoridade pública diante das Forças Armadas. Tal crise tem, sem dúvida, outros fundamentos, no plano econômico-social, ligados à marginalidade da classe média, de que as Forças Armadas são expressão, no processo produtivo brasileiro. Politicamente, no entanto, a crise da autoridade pública, frente às Forças Armadas, e a razão pela qual estas tendem a exercer, de fato, a direção do país, se encontra no vácuo de poder decorrente da circunstância de o Estado não lograr preencher suas funções político-administrativas e de o governo não lograr dirigir o Estado..

Efeitos na política internacional

Esse graves desajustamentos, além de viciarem totalmente as relações entre o Estado e a sociedade civil e entre a autoridade pública e o Estado, prejudicam, de igual forma, as possibilidades de o Brasil, no âmbito internacional, exercer as atribuições de sua soberania é defender seus interesses em termos proporcionais à efetiva importância econômica e política do país. Daí o fato de se verificar, em nossas relações internacionais, um fenômeno análogo ao que representa, internamente, a ação dos grupos de pressão. A política internacional brasileira, em lugar de fixar seus objetivos e escolher seus meios em função do interesse nacional, no âmbito das possibilidades existentes, exprime, passiva e servilmente, o resultado dos sistemas de força que operam sobre nós, o que significa, na prática, o mais completo satelitismo aos interesses americanos e, o que é mais grave, aos próprios grupos de pressão internos dos Estados Unidos.

2. CONDIÇÕES PARA A REFORMA DO ESTADO

a) O Estado como efeito e como fator social.

Dialética do Estado

O ESTADO é, simultaneamente, efeito e fator do processo histórico-social. O Estado constitui, do ponto de vista social, uma superestrutura ordenadora da comunidade que assegura, política e juridicamente, em função dos padrões culturais vigentes, as condições econômico-sociais que nela prevalecem. O Estado é efeito, portanto, dessas condições econômico-sociais e por tal motivo consiste em um sistema de normas e em um instrumento de ação basicamente determinado pelos interesses dominantes, aos quais enseja condições institucionais para sua preservação e para seu atendimento. Ademais, o Estado é fator condicionante de tais interesses e de todo o processo histórico-social, tanto porque, ao converter em estatuto de direito o estatuto de fato a que se acham sujeitas as relações econômico-sociais, sofra a interferência de outras forças, além das dominantes, e por isso subordine estas a um regime que não as exprime univocamente, como porque, ao regular a sociedade civil, provoque ou acelere modificações nas relações de produção e altere as próprias bases econômico-sociais em que se funda o Estado.

As relações de dependência entre o Estado e o processo econômico-social tendem a estabelecer a correspondência entre aquele e este, a partir deste, ou seja, tendem a fazer do Estado, no nível dos padrões culturais da comunidade, a norma e o órgão adequados à tutela e à promoção de seu processo econômico-social, em função dos interesses nele prevalecentes.

Condicionamento pela infra-estrutura

Dá-se, todavia, que essa correspondência se verifica a prazo longo e que, em determinadas circunstâncias, a ação condicionante do Estado sobre o processo econômico-social pode resultar mais decisiva do que a ação condicionante inversa. Ocorre o primeiro aspecto, ou seja, o fenômeno da falta de correspondência, por curto prazo, entre o Estado e o processo econômico-social quando, como no caso do Brasil depois dos anos 20, a rápida

transformação da estrutura econômica do país se processa dentro do enquadramento institucional do mesmo Estado (o Estado cartorial, na hipótese), sem chegar, desde logo, a transformá-lo, verificando-se um descompasso entre o processo político e o econômico-social.

Condicionamento pela superestrutura

O segundo aspecto, o de condicionamento do processo econômico-social pelo Estado, constitui uma hipótese de exceção e ocorre quando, em virtude de condições muito particulares, o grupo dirigente do Estado, divorciando-se da classe dominante da sociedade ou dela se distinguindo e autonomizando, logra manter-se no poder e exercê-lo em profundidade, aplicando tal poder na modificação da estrutura econômico-social da comunidade. Tal se verifica nas revoluções ou nos movimentos reformistas historicamente antecipados, em que um grupo político, quase sempre integrado por membros da classe média, consegue implantar uma ordem político-social faseologicamente mais evoluída que a econômico-social, esmagando ou liquidando a classe dominante e reajustando as condições econômico-sociais ao nível das novas condições políticas.

Essa hipótese, que constitui a exceção nas relações de condicionamento entre o Estado e o processo histórico-social, depende, para se realizar, de circunstâncias muito especiais, tais como o excepcional enfraquecimento da classe dominante e do aparelho político que esta manejava e o aparecimento de uma liderança política excepcionalmente capaz e bem organizada. Exemplos dessa hipótese se encontram na revolução dos jovens turcos, sob a liderança de Kemal Paxá e, mais radicalmente, dos socialistas bolchevistas, sob a direção de Lênine.

b) A crise do Estado e as possibilidades de sua reforma

Imobilismo do Estado

No caso brasileiro, não obstante se haver tido a pretensão e a ilusão, em diversas ocasiões, de lograr modificações produndas na sociedade, a partir de revoluções puramente políticas, como usualmente ocorre com as revoluções de classe média, o que se verificou foi precisamente o contrário. As modificações sobrevindas ao nosso processo econômico-social, a partir dos anos 20, não foram acompanhadas, como anteriormente se assinalou, por correspondente evolução do processo político e da estrutura do Estado, a despeito da Revolução de 1930 e dos movimentos de 1937, 1945 e 1954.

Sem desenvolver essa questão, marginal para o objetivo deste estudo, vale acentuar que a principal razão do malogro das revoluções ou dos golpes intentados a partir de 1922, mesmo se considerando apenas aqueles que obtiveram êxito político, se encontra no fato de tais movimentos terem sido empreendidos pela classe média. O tipo de reforma do Estado necessário e possível, em função das modificações experimentadas pelo processo econômico-social do país, não era de modo algum aquele que desejava levar a cabo a pequena burguesia brasileira, cujas idéias políticas eram alienadas pelo idealismo e cujos

objetivos eram marginais em relação às modificações sobrevindas à estrutura de nossa economia.

A revolução política de que necessitava e continua necessitando o país, e para a qual havia e há cada vez mais condições favorecedoras e até determinantes, era e é uma revolução orientada para o desenvolvimento econômico-social, tendo por objetivo imprimir ao Estado a funcionalidade e a eficácia de que carece e ajustar o processo político ao econômico-social. Tratava-se e continua a se tratar de liquidar o poder político dos remanescentes da oligarquia rural, de acabar com a política de clientela e de estabelecer uma política ideológica que ajuste a organização, o funcionamento e a orientação do Estado aos imperativos do desenvolvimento e às novas forças econômico-sociais do país.

Imperativo de reajustamento

Nada disso se tendo feito, a crise do Estado cartorial, marcando o momento de impasse nas contradições que o afetam interiormente e nas suas relações com a sociedade civil, constitui a última oportunidade para a sua reforma e o seu ajustamento às necessidades do país. Se tal crise vier a persistir sem solução, no que se refere à reforma do Estado e à modificação do processo político-social, a solução se imporá, de qualquer modo, no sentido de um reequilíbrio entre o Estado e a sociedade civil. Mas neste caso às expensas desta, mediante uma involução do processo econômico-social. Contra tal involução, todavia, reagem e reagirão ativamente as forças dirigentes de nosso processo econômico-social, na defesa de seus interesses constituídos e de suas expectativas de expansão, constituindo tal fato um fator a mais no sentido de precipitar a reforma do Estado.

O problema que se pousa, portanto, é o de saber que condições são necessárias para que venha a realizar-se essa reforma do Estado. Essas condições, no sentido mais profundo e geral da questão, já existem e já foram indicadas, relacionando-se com a nova estrutura econômico-social do país e as novas forças e tendências que se formaram e avolumaram a partir dos anos 20. O de que se trata, portanto, é de saber quais as condições de que depende a atuação daquelas outras.

Esclarecimento ideológico

A principal dessas condições é a intervenção, no processo político-social brasileiro, de uma vanguarda esclarecida e eficaz, apta a despertar, nas novas forças dirigentes de nosso processo econômico-social, a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a comunidade. O fator de deflagração, portanto, é o esclarecimento ideológico dessas forças. E tais forças compreendem, basicamente, a indústria nacional, o comércio de suprimento e de escoamento de seus produtos, a lavoura de base tecnológica, os setores técnicos da classe média, o proletariado e o campesinato. Além de despertá-las ideologicamente, no entanto, é preciso se arregimentar tais forças para a ação política, o que importa na organização de um novo movimento político, quer a partir dos quadros de um partido já existente, quer pela fusão de alguns desses partidos num partido único, quer pela constituição de um novo.

Dadas as condições político-eleitorais existentes, tudo indica que a fórmula mais conveniente seria, de início, a de se tentar conjugar a utilização de um ou mais partidos existentes, notadamente do PSD e do PTB, com um movimento superpartidário de desenvolvimento econômico e social. Numa fase ulterior, a experiência indicaria qual o melhor passo subseqüente: se a manutenção do jogo no nível duplo dos partidos e do movimento, ou se o englobamento de tudo num único organismo político.

Arregimentação política

Seja como for, e em conclusão do exposto, pode dizer-se que há duas condições, em sentido restrito, para que possam surtir efeito as condições, em acepção ampla, que operam no sentido de suscitar uma reforma do Estado e uma modificação do processo político-social, de sorte a ajustá-los à dinâmica de nossa economia e ao seu imperativo de desenvolvimento. Essas duas condições são o esclarecimento ideológico das forças progressistas acima indicadas, a partir das mais dinâmicas– burguesia industrial, proletariado e setores técnicos da classe média – e a arregimentação política dessas forças. Tanto aquela como esta condição, conforme se viu, requerem, para se realizar, a atuação promocional e orientadora de uma vanguarda política capaz e bem organizada

3. PLANO DE REFORMA DO ESTADO

a) O problema ideológico

Caracterização da ideologia

IDEOLOGIA, genericamente, é o conjunto de valores e de idéias que apresentam como razoável e desejável um determinado projeto ou estatuto convivencial para a comunidade, a partir dos interesses situacionais de uma determinada classe ou grupo social. Como é sabido, o conceito de ideologia passou por várias acepções, tendo-se tornado, para a sociologia do conhecimento e para a sociologia política atuais, um fenômeno social destituído de significação absoluta. Vale isso dizer, em outras palavras e mais analiticamente, que a sociologia contemporânea compreendeu que toda organização social repousa, quanto aos seus fundamentos ideais, numa ideologia, que tende a formular, em termos de fins e de padrões para a comunidade, um projeto e um estatuto sociais que exprimem, no nível da cultura vigente, os interesses dominantes e refletem os fundamentos reais em que se baseia a comunidade. Não são nem podem ser arbitrárias, por tal motivo, as formulações ideológicas que logram vigência histórica. Tampouco são, em si mesmas, boas ou más.

Relacionadas com a classe ou o grupo cujos interesses situacionais exprimam, as ideologias são mais ou menos representativas conforme correspondam, mais ou menos, nas condições existentes, às necessidades da classe ou do grupo em face do processo econômico-social em curso.

Relacionadas com o processo histórico-social da comunidade e, mais particularmente, com seu processo econômico-social, as ideologias são mais ou menos autênticas conforme correspondam ou não, nas condições existentes, às maiores possibilidades de evolução faseológica compatíveis com a estrutura-tipo da comunidade e as relações de produção em que aquela se baseia.

Crítica objetiva das ideologias

Compreendido o problema ideológico nesses termos, que representam a colocação que tende a prevalecer na sociologia do conhecimento e na sociologia política contempo-

râneas, temos que esse problema adquire uma margem de objetividade e de clareza que permite seja apreciado com uma validade que transcende as posições de classe e grupo.

Não há ideologias boas ou más em si mesmas. E se é certo que nunca são autênticas as ideologias reacionárias, porque visam ao propósito de fazer retrogradar a História, em lugar de visar à evolução faseológica da comunidade, também é certo que muitas vezes tampouco são autênticas certas ideologias revolucionárias, porque aspiram a implantar uma ordem econômico-social que não encontra apoio nas relações de produção existentes e ultrapassa as possibilidades limites determinadas pela estrutura-tipo da comunidade, num determinado período de sua história.

O de que se trata, portanto, é de contribuir para que a comunidade se oriente segundo uma ideologia autêntica e que esta seja o mais representativa possível, isto é, que corresponda às efetivas necessidades do grupo e da classe que a propõem, porque tal representatividade lhe assegura eficácia e permanência, em proveito da plena realização das possibilidades que decorram, para a comunidade, da autenticidade de tal ideologia.

Assentadas, sucintamente, essas questões preliminares, pode-se analisar o atual problema ideológico do Brasil. Desde logo, a partir do já exposto neste estudo, se verifica que as bases ideológicas em que se funda nosso processo político-social não são representativas – em relação às forças dirigentes – nem autênticas – em relação à comunidade – pois a tanto equivale dizer que se acha em crise o Estado cartorial e que a política de clientela, de que tal Estado é resultado e instrumento, corresponde a interesses e forças que não dirigem mais nosso processo econômico-social e visam a retrogradar nossa evolução histórica.

b) As ideologias e sua representatividade

Considerado o problema ideológico brasileiro do ponto de vista da representatividade, observa-se que as necessidades experimentadas pelas classes apresentam, esquematicamente, as seguintes principais características:

I – Burguesia

A burguesia brasileira, conforme nossa economia se vem transformando de semicolonial e subdesenvolvida em uma economia nacional e tendente ao pleno desenvolvimento, tem de transferir seus interesses, da exploração extrativa, predatória e colonial da terra, ou da especulação comercial e financeira com os produtos de exportação e importação, para a produção destinada ao consumo nacional e à exportação em função daquele. Trata-se de caminhar no sentido da evolução de nosso processo econômico, fundando nossa economia numa sólida infra-estrutura, assegurando nosso auto-abastecimento de produtos acabados, particularmente de bens de produção destinados ao nosso parque industrial e organizando nossa agricultura em termos da mais alta produtividade.

Dadas essas exigências, o setor industrial de nossa burguesia tem de assumir mais decididamente, inclusive para fins político-sociais, a liderança econômica que já exerce. Os empreendimentos agrícolas têm de ser organizados segundo moldes capitalistas, com exceção dos casos em que convenha, desde logo, organizá-los em termos cooperativistas. E o comércio, em lugar da especulação com os produtos do intercâmbio com o estrangeiro ou do açambarcamento de gêneros alimentícios, tem que se orientar para o atendimento do consumo interno e dedicar-se à melhoria dos processos de distribuição e venda, substituindo o lucro especulativo pelo lucro técnico, auferido mediante crescente redução nos custos de comercialização.

Essa pauta de conveniências não constitui um utópico apelo para que nossos empresários se tornem perfeitos, mas consiste, estritamente, na indicação das linhas de proveito possíveis para a burguesia, nas condições existentes. É nesse sentido, por isso, que tais temas constituem o fundamento de qualquer ideologia representativa para a burguesia. Se é certo que as limitações decorrentes de nossa condição ainda subdesenvolvida – como é notadamente o caso de escassez de capitais investíveis – tem sido o principal fator da alienação de nossa burguesia, não é menos certo que seu despreparo ideológico, particularmente quanto à burguesia industrial, também muito contribui para tal alienação. Daí a falta de representatividade da atual ideologia burguesa, o fato de se manter artificialmente na direção da classe o setor da mesma ligado a uma economia superada e reacionária e, como conseqüência, o fato de o Estado não estar prestando à classe os serviços que lhe poderia proporcionar e de os interesses burgueses não encontrarem a defesa e as facilidades de expansão com que poderiam contar, em termos que viriam de encontro aos interesses gerais das demais classes.

II – Proletariado

Os interesses da classe proletária se orientam, de modo geral, segundo duas linhas: a do aumento da produtividade e da produção e a da melhoria das condições de vida e das oportunidades de acesso aos níveis superiores da sociedade.

A primeira linha do interesse proletário é coincidente, na atual fase da economia brasileira, com o interesse da burguesia, particularmente de seu setor industrial. O proletariado urbano necessita, imediatamente, da expansão e da diversificação do nosso parque industrial. E o trabalhador rural, ou mais especificamente, o campesinato, precisa, imperiosa e urgentemente, da racionalização de nosso sistema agrário, em termos de elevação da produtividade rural e da abolição dos processos e do regime semicoloniais de produção.

A outra linha do interesse proletário, em princípio, é antagônica ao interesse burguês, por isso que a burguesia deseja reduzir ao mínimo os salários, aspira a controlar, a seu critério, a poupança social e se aferra à manutenção de seus privilégios de classe.

Dá-se, entretanto, que a importância relativa de cada uma dessas duas linhas mestras do interesse operário varia com as condições sociais da comunidade. Nos países plenamente desenvolvidos, a margem do consumo sobre a poupança é muito superior a que pode se verificar nos países atrasados, tornando-se, por isso, fundamental, o problema da repartição do poder de consumo entre as classes e grupos sociais. Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o problema é diverso. Trata-se, em primeiro lugar, de assegurar que a maior parcela possível da renda nacional seja aplicada em proveito do desenvolvimento, motivo pelo qual a comunidade de interesses entre o proletariado e o setor industrial da burgue-

sia prevalece, nitidamente, sobre os antagonismos que os separam. Torna-se indispensável, assim, para ambas as classes, a formação de uma aliança que, levando-as mutuamente a se manterem na linha do desenvolvimento, faça predominar tal orientação contra os interesses e as forças reacionárias, que lutam por conservar as velhas condições semicoloniais.

Acrescente-se, por outro lado, que o proletariado, desde que leve em conta os problemas de produtividade, deve e pode – do ponto de vista do interesse geral – sustentar suas reivindicações específicas, no que se refere a salários, padrão de vida e oportunidades de acesso aos mais altos níveis da sociedade. Isto porque tais reivindicações atuam como um acicate sobre a burguesia, particularmente a industrial, forçando-a a procurar seus benefícios não na compressão das condições de trabalho – o que reverteria em prejuízo do desenvolvimento – e sim na expansão econômica e no aperfeiçoamento tecnológico e administrativo.

A falta de representatividade das ideologias operárias correntes, no Brasil, se revela, como ocorre com a ideologia burguesa corrente, pelo fato de o proletariado ser conduzido ao culto personalista de chefes carismáticos – em vez de à compreensão dos interesses da classe e à sua defesa organizada – e ainda pelo fato de mobilizar os trabalhadores contra a produtividade e no sentido de um assistencialismo paternalista. Mais uma vez, não se trata de formular programas utópicos por serem seguidos por operários angélicos. Trata-se de esclarecer a classe operária e o campesinato, especialmente suas vanguardas mais consistentes, que militam nos sindicatos e nos partidos de classe, sobre os seus verdadeiros interesses, mostrando-lhes que a satisfação dos mesmos depende do desenvolvimento e este da produtividade, e ao mesmo tempo sustentando a necessidade de o aumento da parcela investível da renda nacional não se fazer às expensas dos salários e sim mediante a maciça utilização reprodutiva da poupança, com a decorrente compressão do consumo das classes abastadas.

III – Classe média

A marginalidade econômico-social da classe média, fenômeno que se encontra na raiz de sua crise, decorre imediatamente do subdesenvolvimento e da persistência dos modos e relações semicoloniais de produção. Influenciada, no entanto, pela propaganda mercantilista, a classe média tende a reivindicar maiores facilidades do consumo às expensas da capacidade nacional de produção. Ademais, persiste na linha do parasitismo burocrático, quer pela inércia dos velhos hábitos que a encaminham para profissões de exercício inviável – e que terminam por conduzi-la à disputa dos empregos públicos – quer pelo fato de considerar os problemas sociais e econômicos em termos idealistas e moralistas.

Em virtude desta tendência, a classe média é levada, em nome de uma atitude ética abstrata e faseologicamente desajustada, a repelir o desenvolvimento econômico ou as medidas a ele conducentes, sob o pretexto de combater práticas desonestas ou de resguardar certas formas de vida originárias da civilização rural e incompatíveis com o industrialismo.

Foi a incompreensão da necessidade de transformar estruturalmente nosso processo econômico-social que conduziu ao malogro todas as experiências de governo da classe média, depois de conquistar o poder mediante movimentos militares, como em 1889, 1930 e 1937. E, quando, a partir da ruína do Estado Novo e de seus protótipos do fascismo europeu, a classe média perdeu seu impulso revolucionário e se tornou conservadora, caindo sob a liderança ideológica da burguesia, a linha que seguiu foi justamente a do mercantilismo, inconsciente de que somente com o desenvolvimento e a industrialização é que se formam as oportunidades de emprego qualificado e de acesso aos postos diretivos de que carece a pequena burguesia para se manter e prosperar.

É com relação à classe média, por isso, que se manifesta mais agudamente a falta de representatividade de suas posições ideológicas correntes. Tais posições, na verdade, revertem afinal em proveito da burguesia mercantil e das oligarquias, que se apóiam na opinião pública pequeno-burguesa e nas Forças Armadas, para prolongar, em seu benefício, o subdesenvolvimento e o semicolonialismo. Cabe aos quadros técnicos e administrativos e aos intelectuais da classe média a tarefa de desmascarar essa mistificação, vencer os preconceitos antiindustriais e antioperários da classe e encaminhá-la, em aliança com a indústria nacional e as vanguardas proletárias, no sentido do desenvolvimento econômico-social e, conseqüentemente, da liquidação do semicolonialismo, do mercantilismo e da política de clientela.

c) A linha de autenticidade ideológica

Superação da inautenticidade

Como se verifica do anteriormente exposto, e salvo no que se refere às oligarquias rurais e à burguesia mercantil, as posições ideológicas correntemente assumidas, no Brasil, não são de forma alguma representativas dos verdadeiros interesses das classes ou setores que as assumem. Resulta claro, entretanto, dessa mesma análise, a linha que seria mais representativa para cada uma das classes e que estas tenderão a seguir, conforme a imposição objetiva de seus próprios interesses e a orientação de seus setores mais esclarecidos lhes despertem a consciência para suas próprias necessidades.

A esse respeito há somente que repetir o que já foi dito, no que se refere às condições, em sentido estrito, de que depende o surtirem efeito as condições, em sentido amplo, que tendem a promover a reforma do nosso processo político-social e a substituição do Estado cartorial por um Estado funcional. Essas condições prévias são o esclarecimento ideológico da burguesia industrial, das vanguardas proletárias e dos quadros técnicos e administrativos da classe média e a arregimentação política dessas forças.

Tão importante, porém, como a verificação da possibilidade e da tendência de as classes brasileiras assumirem uma posição ideológica mais representativa, é, certamente, a verificação, que se impõe de modo evidente, de que há uma linha comum a todas essas posições ideológicas, que as conduzem a serem tanto mais compatíveis, umas com as outras, quanto mais representativa for cada uma delas dos interesses situacionais de sua classe, ou do setor dirigente da respectiva classe. Vem isto indicar que a linha da autenticidade, ou seja, da correspondência entre as ideologias e a máxima evolução faseológica permitida pela estrutura-tipo, é, no Brasil contemporâneo, algo de nitidamente configurado.

Tal fato é peculiar, de modo geral, à situação faseológica em que nos encontramos,

caracterizada pela circunstância de só haver uma solução política, que é a emancipação e o desenvolvimento de nossa economia. Essa tarefa, que importa igualmente para todas as classes, afeta, entretanto, de modo diverso, os setores de cada uma delas, como se verifica da análise anteriormente empreendida.

Diferenciação dos interesses

Importa a toda a burguesia o desenvolvimento e a emancipação econômico-social do Brasil. Mas enquanto os remanescentes das oligarquias rurais só poderão acompanhar o desenvolvimento modificando seus processos e seu regime de produção, transformando-se, de fazendeiros semicoloniais, em empresários capitalistas; enquanto a burguesia mercantil, para acompanhar esse processo, terá de renunciar à especulação com os produtos da exportação e importação e aos lucros baseados no açambarcamento, para adotar processos modernos e técnicos de comércio e retirar seus proveitos de uma crescente redução dos custos de comercialização, e de uma crescente expansão do mercado comprador; enquanto, portanto, esses dois setores da burguesia só podem acompanhar o processo mediante uma profunda modificação de seus padrões econômico-sociais, a burguesia industrial tem apenas de prosseguir e ampliar a obra que já está realizando, com a única diferença de que, conforme se expanda e diversifique a industrialização, tende a crescer de importância a compressão dos custos e o aprimoramento da qualidade, mediante a adoção de melhores técnicas produtivas e melhores padrões de organização e direção do trabalho.

Da mesma forma, na classe proletária, o desenvolvimento representa mais profunda e imediatamente o interesse dos setores qualificados e aptos à manobra de equipamentos modernos do que o dos setores sem adestramento, cujo valor da hora de trabalho não tende a se elevar tão sensivelmente. E assim, da mesma forma, na classe média, cujos quadros de técnicos e de administradores encontram oportunidades ilimitadas com o desenvolvimento, ao passo que os empregados não qualificados tendem a manter os mesmos padrões.

A atual conseqüência de tal diferenciação é a divisão de cada classe em dois blocos, que tendem, respectivamente, a favorecer e a obstaculizar o desenvolvimento, especialmente no âmbito da burguesia e da classe média. Nessa duas classes, já havendo poderosos interesses constituídos e, ademais, dando-se a circunstância de que, na fase semicolonial, em que até há pouco nos encontrávamos, os setores que eram dirigentes são os que ora estão perdendo a liderança, esses setores, ao procurarem manter o *statu quo*, se tornam reacionários e hostis ao desenvolvimento. Cabe, por isso, aos novos setores dirigentes, que já o são no plano econômico-social, mas ainda não no político, assumir a tarefa do desenvolvimento e, para esse fim, da reforma do Estado.

Ideologia do desenvolvimento

As bases ideológicas

As bases ideológicas que reúnam às condições de representatividade da indústria nacional, do comércio de suprimento e escoamento de seus produtos, da lavoura tecnológica, dos quadros técnicos e administrativos da classe média e das vanguardas proletárias, as exigências de autenticidade ditadas pela estrutura-tipo e pela situação faseológica do Brasil são as que, tendo por finalidade o desenvolvimento e a emancipação econômico-social do país, assegurem os mais importantes interesses situacionais de tais classes. Esses interesses já foram analisados, neste estudo, nos capítulos relativos à situação econômica e social do país, bem como nos itens antecedentes deste capítulo. O sistema ideológico que os representa implica, fundamentalmente:

1) *no desenvolvimento econômico-social* – entendido como superação do subdesenvolvimento e do semicolonialismo, no sentido do pleno desenvolvimento e da emancipação econômico-social do país;

2) *no trabalhismo produtivo* – entendido, economicamente, como máxima poupança de recursos e sua devida utilização segundo um plano geral de desenvolvimento; e, socialmente, como a instauração de um regime que, a partir de condições mínimas de vida, proporcione a todos uma efetiva igualdade de oportunidades e uma seleção pela capacidade e pelo trabalho, abolindo todas as formas do privilégio e limitando a um nível razoável, do ponto de vista social, a capacidade de consumo dos mais abastados;

3) *no nacionalismo* – entendido, economicamente, como o pleno e devido emprego dos fatores de produção existentes em nosso país, em função de suas próprias necessidades e interesses; e, socialmente, como a organização cultural e política da comunidade para o atendimento de seus próprios fins e a realização de seu destino histórico;

4) e, finalmente, *no Estado funcional* – entendido como a estruturação e o funcionamento do Estado em condições que o capacitem a realizar, eficazmente, suas finalidades político-administrativas, especialmente no sentido de convertê-lo no sistema de normas e no aparelho de ação os mais adequados à promoção do desenvolvimento e da emancipação econômico-sociais do país.

d) A reforma do Estado e os fundamentos poder

Aspectos do problema

O problema da reforma do Estado, considerado desde um ponto de vista político-sociológico, apresenta três aspectos distintos, que se referem, respectivamente, aos fundamentos do poder, aos fins de sua atuação e às condições ou meios de seu exercício.

Segundo se verifica na análise precedente do Estado cartorial, a crise de que este veio padecendo cada vez mais agudamente, a partir dos anos 20, teve por efeito reduzir o poder do Estado, na sociedade civil, e o do Presidente da República, no âmbito do Estado, transferindo-se para os grupos de pressão as parcelas de poder que, de fato, foram sendo perdidas pelo Estado e pelo governo. Ademais, como também foi observado, ocorre que, embora esse processo de debilitamento do Estado e do governo não seja casual nem espontaneamente remediável, não encontra o mesmo apoio nas condições econômico-sociais do país, que, muito ao contrário, tendem a suscitar um processo político diverso do clien-

telismo e um tipo de Estado diferente do cartorial.

Para que, todavia, produzam efeito essas condições, faz-se mister, como foi salientado, que surjam condições em sentido restrito, aptas a permitirem tal modificação. Em outras palavras e, ainda de acordo com o já exposto, a recuperação, pelo Estado e pelo governo, de uma margem de poder efetivo correspondente ao poder de direito que lhes é legalmente atribuído e de que socialmente carecem, nas condições existentes, depende da tomada de consciência, por parte das forças de vanguarda, de seus verdadeiros interesses de classe, assim como da arregimentação política dessas forças em termos que lhes permitam sua atuação eficaz. O problema da reforma do Estado, no que se refere aos fundamentos do poder, consiste, portanto, no problema da recuperação, pelo Estado e pelo governo, de suas bases econômico-sociais, a fim de que lhes sejam devolvidas a representatividade e a autenticidade de que carecem.

Orientação ideológica

A fórmula para tal necessária implica em dois momentos distintos. No primeiro, a tarefa que se impõe é de caráter ideológico e organizacional. Trata-se de fixar as bases ideológicas requeridas pelo desenvolvimento e pela emancipação econômico-social do país, nos termos indicados neste estudo, e trata-se, por outro lado, de organizar politicamente as forças aptas a se mobilizarem nesse sentido.

Tudo indica, como já foi observado, que o método mais apropriado, para esse efeito, é o de se operar, simultaneamente, no nível dos partidos políticos (particularmente PSD e PTB) e no nível de um movimento superpartidário de desenvolvimento e de emancipação nacional, que reunisse em seus quadros as forças de vanguarda. A combinação desses dois instrumentos de ação política (os partidos e o movimento) permitiria, por intermédio dos partidos, a representação dessas forças e de suas idéias nos órgãos legislativos e executivos do Estado, e, pois, a efetiva promoção político-administrativa de seus propósitos. Por intermédio do movimento, possibilitaria a superação dos obstáculos e limites decorrentes do clientelismo e do cartorialismo que viciam, respectivamente, os partidos e o Estado, ensejando, ademais, condições propícias à defesa dessa nova orientação política contra os grupos de pressão que, inevitavelmente, tenderão a esmagá-la ou a desviá-la de seus fins.

Reestruturação do Estado

No segundo momento, a tarefa que se impõe é a reestruturação das bases do Estado e do govêrno, com o fim de lhes proporcionar o apoio econômico-social de que carecem. O alicerçamento econômico-social do Estado, numa grande medida, já será obtido pela realização da primeira parte do programa em tela. Se se conseguir mobilizar devidamente, no nível dos partidos e de um movimento nacional de desenvolvimento e emancipação, as forças já mencionadas, ter-se-á, na mesma proporção, superado o atual clientelismo da política brasileira, dando-se-lhe base econômico-social e fundamentação ideológica.

Essa tarefa, no entanto, além de comportar um esforço que parta da sociedade civil em direção ao Estado, exige sua complementação mediante um esforço que parta do Estado em direção à sociedade civil. Tal esforço deve consistir na implantação de condições institucionais que associem mais intimamente ao Estado os órgãos representativos das classes e dos interesses econômico-sociais da comunidade, levando-os a participar das deliberações fixadoras de políticas e a tomar parte na realização dos planos assim traçados.

Para esse fim é preciso, inicialmente, revigorar as entidades sindicais, assegurando-lhes a máxima liberdade e autonomia e adotando as providências mais adequadas para tornar os sindicatos e as associações de classe realmente representativos das respectivas classes. Uma vez fortalecido o regime sindical e assegurada a sua representatividade, importa criar, nos órgãos superiores do Estado, canais que permitam a intervenção das entidades de classe, de sorte a que as classes realmente se associem à vida e ao destino do Estado.

Parlamentarização do governo

Paralelamente ao fortalecimento econômico-social das bases do Estado, deve proceder-se ao fortalecimento, dentro do Estado, das bases do governo. Para isso se impõe um crescente entrosamento entre o govêrno e o Congresso, que veio adquirindo, como se viu, grande parte do poder que foi sendo perdido por aquele, sem adquirir, correspondentemente, a responsabilidade por tal poder e a possibilidade de exercê-lo. Isto indica a necessidade de se parlamentarizar a administração brasileira, até se chegar a um sistema parlamentarista.

Não se funda tal parlamentarismo, certamente, nas razões que ultimamente vêm sendo mais invocadas em sua defesa, por isso que tais razões encaram o problema em termos puramente abstratos, como se o parlamentarismo fosse, em si, um regime superior ao presidencialismo, e como se a crise do Estado brasileiro tivesse um caráter puramente constitucional. O problema é bem diverso e se resume, como já foi visto, na necessidade de emprestar apoio econômico-social ao governo, para que este recupere, de fato, o poder a que faz jus e de que efetivamente carece. Como o Congresso seja, em princípio, uma representação condensada das forças econômico-sociais do país – e o seja tanto mais quanto mais representativo se torne o processo político – resulta que é no Congresso que o governo deve buscar o apoio institucional e permanente dessas forças econômico-sociais, motivo pelo qual o parlamentarismo constitui a fórmula político-jurídica de se assegurar tal apoio ao governo.

Não pode o parlamentarismo, todavia, ser instituído de golpe, por uma simples decisão do Congresso, como se pretende. Tal impossibilidade decorre do fato de na atual organização política do país, aquilo que o Congresso parlamentarista representa, se achar dividido entre o Legislativo e o Executivo. Se este vem perdendo substância em proveito daquele, aquele, por sua vez, permanece amputado de grande parte de sua representatividade e de seu poder, de tal sorte que, na prática, as forças políticas majoritárias tendem mais facilmente a se exprimir através do Executivo, enquanto as minoritárias o fazem mais facilmente através do Congresso.

Instaurar o parlamentarismo a partir do Congresso seria, atualmente, uma medida artificial, provavelmente inviável (como se tem verificado) e certamente causadora de pro-

funda intranqüilidade política, se não mesmo de uma situação insurrecional. A instauração do parlamentarismo, por isso, terá de se fazer paulatinamente, mediante acordo entre o Executivo e o Legislativo, possivelmente em duas etapas, na primeira das quais, nos quadros do presidencialismo vigente, se abrisse campo para uma ampla e crescente participação do Congresso na atuação do governo, ficando para uma segunda etapa, a partir do seguinte qüinqüênio presidencial, a definitiva instauração do parlamentarismo. Vale acentuar, aliás, que outra não foi a experiência histórica, havendo o parlamentarismo europeu surgido, empírica e progressivamente, a partir dos quadros do absolutismo monárquico.

Medidas de parlamentarização

Assentados esses pontos, pode-se reconhecer, em seus termos gerais, quais são as mais urgentes e imperiosas medidas de parlamentarização necessárias para devolver ao governo o poder de fato de que carece. Essas medidas são as que habilitem o Congresso, por intermédio de representantes do mesmo, a participar de todos os atos governamentais que importem em fixar uma política, determinar as condições de sua execução e controlar seus resultados.

Trata-se, portanto, de organizar as Comissões e Subcomissões permanentes do Congresso segundo os mesmos critérios de acordo com os quais estejam estruturados os órgãos do governo. Em seguida, trata-se de dispor de sorte a que em cada aparelho governamental haja uma instância ou órgão com a atribuição de fixar sua política, coordenar a execução da mesma e controlar os resultados de sua execução, desse órgão participando a representação parlamentar do mesmo nível.

Com tal providência, além das vantagens que decorram de se reestruturar mais racional e eficazmente os órgãos da administração, logra-se associar o Congresso, desde o início, a todos os atos fundamentais do governo, unindo-se ambos na mesma autoridade e responsabilidade. Esse, ademais, é o caminho para preparar o subseqüente parlamentarismo, habituando-se o Executivo a agir segundo planos, a deliberar sobre esses planos de acordo com o Congresso, a controlá-los em conjunto com o mesmo, e habituando-se o Congresso a sair do âmbito das discussões irresponsáveis e inconseqüentes para o das medidas concretas e das decisões responsáveis.

e) A reforma do Estado e os fins do poder

I – REQUISITOS GERAIS

Fins nominais e fins reais

O Estado cartorial, ora existente no Brasil, tem finalidades aparentes diversas das reais. Estas são o exercício da política de clientela. Aquelas, efetiva ou supostamente, são o desempenho dos encargos da soberania e a prestação dos serviços públicos de que necessite a comunidade.

O Estado funcional, que resultará da reforma analisada no item precedente e tornada possível pelas novas condições econômico-sociais que se constituíram no país a partir de 1930, terá finalidades aparentes coincidentes com as reais. Seu objetivo fundamental será a promoção do desenvolvimento e da emancipação econômico-social do Brasil.

A soberania, ante essa finalidade, deixa de ser um mito jurídico, para se tornar, do ponto de vista econômico, a condição político-jurídica de possibilidade do exercício desse objetivo e, do ponto de vista político, a expressão da medida em que a comunidade brasileira, referida a si mesma e referida à comunidade internacional, é capaz de planejar e de executar as providências adequadas ao seu desenvolvimento e a sua emancipação.

Por outro lado, o serviço público, em lugar de ser a fictícia, inepta e ineficiente execução vegetativa de certas normas reguladoras da sociedade civil ou atribuidoras de competência aos órgãos do Estado, na verdade condicionado e submetido à política de clientela, o serviço público, para o Estado funcional, passa a ser a intervenção do órgão político da comunidade no sentido de organizá-la para o seu desenvolvimento e para a sua emancipação econômico-social, fixando os planos segundo os quais tal objetivo será realizado, promovendo, direta ou indiretamente, a realização de tal objetivo e controlando, materialmente, as condições de sua realização.

Cartorialidade e funcionalidade

O Estado cartorial, como já foi observado, é uma mistificação, no que se refere à disparidade entre seus objetivos reais e seus objetivos aparentes. Ademais, é uma forma obsoleta de atuação política da comunidade, porque assegura predominância política a forças que já não dirigem o processo econômico-social do país e, por isso, se tornaram reacionárias, assumindo uma postura falsa diante das necessidades sociais. Esta postura falsa se caracteriza pela passividade do Estado, que, teoricamente, atuaria a pedido dos interessados, deferindo ou denegando suas pretensões, como se as solicitações dos interesses privados que logram atendimento pelo Estado representassem a linha de maior conveniência da comunidade e, ademais, como se as condições existentes fossem adequadas à plena realização de tais interesses.

Diversamente, o Estado funcional se torna representativo e autêntico, porque (e na medida em que) exprime os interesses fundamentais das forças dirigentes no quadro dos interesses gerais de toda a comunidade. Além disso, o Estado funcional assume um tipo moderno e realístico de Estado porque, em lugar da postura passiva do Estado cartorial, adota uma posição ativa e dinâmica, tomando a iniciativa de organizar a comunidade para seu desenvolvimento e sua emancipação e, de acordo com os planos traçados, promovendo empreendimentos, suprindo deficiências e corrigindo desvios.

Finalidades do Estado

Assentados esses pontos, considerem-se quais são as finalidades gerais do Estado que devam ser por ele assumidas, de sorte a realizar essa função de organizar a comunidade para seu desenvolvimento e sua emancipação e de modo a realizá-la inteligente e eficazmen-

te, em termos representativos e autênticos, nas condições existentes.

A esse respeito convém distinguir o que se poderia denominar de finalidades formais do Estado de suas finalidades de conteúdo. Aquelas, são determinadas pelo caráter operativo de que se deve revestir a atuação do Estado, de sorte a assegurar a mais plena realização de sua representatividade e autenticidade. Estas, são determinadas pelas condições concretas em que o Estado deve atuar, dada uma determinada situação geoeconômica, nacional e internacional, de sorte a assegurar a mais inteligente e eficaz tutela político-administrativa dos interesses representativos e autênticos da comunidade.

II – FINALIDADES FORMAIS

Características requeridas

Do ponto de vista formal, o Estado funcional requerido pelo Brasil tem de ser um Estado capitalista moderno, de tipo nacionalista e trabalhista (conforme o sentido já definido para esses termos). Os processos de atuação de tal tipo de Estado diferem profundamente não apenas dos do Estado cartorial como dos do Estado-polícia europeu do tipo setecentista ou oitocentista.

Já se indicaram os motivos pelos quais a atuação do Estado funcional tem de diferir da do Estado cartorial. Assinale-se, agora, quanto ao velho Estado-polícia dos séculos XVIII e XIX, que a atuação do Estado funcional brasileiro tem de se distinguir completamente da atuação daqueles antigos modelos pelo fato de que o capitalismo do período liberal já havia organizado a comunidade, do ponto de vista econômico-social, segundo os padrões que lhe convinham, necessitando apenas de dotar de sanção político-administrativa o regime efetivamente vigente. Tal capitalismo pressupunha, socialmente, a homogeneidade de interesses entre todos os membros da comunidade, por isso univocamente designados de povo. E contava, economicamente, com todas as condições de que carecia para se manter e se desenvolver. Quando não lhe foi mais possível, socialmente, ignorar a luta de classes, ou quando não dispôs mais, economicamente, de condições adequadas, entrou em crise.

Diversamente, o Estado funcional, nos termos em que o mesmo é possível e conveniente para o Brasil, não se defronta com uma comunidade já organizada, econômico-socialmente, para os seus fins, ou seja, em condições que permitam seu mais representativo e autêntico desenvolvimento e emancipação. O Estado funcional brasileiro tem de ser, consciente e deliberadamente, o Estado capitalista de uma sociedade cujas classes, atual ou potencialmente, estão em luta. Cumpre-lhe, assim, por um lado, representar os interesses fundamentais das forças dirigentes e, por outro lado, fixar e executar uma política que assegure as condições de cooperação de todos os setores progressistas da comunidade, atendendo aos interesses gerais desta. Além disto, tem de ser o Estado de uma economia subdesenvolvida e ainda marcada por características semicoloniais, cabendo-lhe organizar ativamente a comunidade para seu desenvolvimento e sua emancipação.

As três finalidades formais

A fim de atender a esses requisitos, as finalidades formais da atuação do Estado funcional brasileiro devem ser o *planejamento* das condições que assegurem o desenvolvimento e a emancipação econômico-social da comunidade, a *execução* efetiva das medidas requeridas para que os planos sejam realizados e o *controle* qualitativo e quantitativo da forma pela qual foram executados os planos.

Para o Estado-polícia dos séculos XVIII e XIX, as finalidade formais do Estado eram a determinação do estatuto civil, a aplicação ou o policiamento desse estatuto e a defesa dos direitos assegurados por tal estatuto. Dessas necessidades formais é que surgiu a doutrina da divisão de poderes, de Montesquieu, que os juristas por incompreensão de seus fundamentos histórico-sociológicos, tendem a conceber como a estrutura eterna e imutável do Estado.

A própria prática da democracia burguesa, todavia, levou à superação de tal doutrina, conforme o iam exigindo as condições reais da vida. O Estado capitalista moderno tem, na verdade, dois poderes, que são o poder do Estado a serviço dos indivíduos ou partes, dentro da comunidade, e o poder do Estado a serviço da comunidade ou superpartes, em face dos indivíduos que a compõem e das outras comunidades. O primeiro poder é o Judiciário, o segundo, é o Governativo, seja ele exercido, unificadamente, pelo Parlamento ou, dualmente, por um Legislativo e um Executivo distintos e supostamente independentes.

Como o Poder Judiciário, no entanto, seja uma emanação do Poder Governativo (que fixa os direitos e deveres das pessoas e a forma de se os tutelar) e como a independência do Judiciário exprima uma autolimitação do Poder Governativo, dá-se que ambos ess Poderes não o são da mesma forma e no mesmo sentido. O Poder Governativo é o exercício, pelo Estado, da vontade de autodeterminação da comunidade, enquanto o Judiciário, em parte, consiste num serviço público análogo aos administrativos (aplicação da lei) e em parte consiste na suspensão, pelo Estado de sua capacidade ou competência de disposição. O Poder Judiciário é serviço público na sua forma corrente de ação judicante, pois esta consiste apenas na aplicação, por um representante do Estado, da norma que regula um fato. Onde o Judiciário consiste num Poder específico do Estado, embora, na verdade, sob a forma de um antipoder ou de um não-poder, é na medida em que ele importa no reconhecimento, pelo Estado, de que determinados interesses dos indivíduos ou partes devem ser *erga omnes*, dando-lhes o estatuto de direitos absolutos.

Tal fato importa, pela comunidade, em conjunto, em manifestar que sua associação política não é perfeita. Este é o motivo pelo qual determinados interesses fundamentais, ligados ao estatuto das pessoas, são colocados, pelo estatuto básico da comunidade, ou constituição, fora da competência do Poder Governativo do Estado.

O Estado e as classes

Essa divisão, como acertadamente têm salientado os autores marxistas, pressupõe e acusa a separação da sociedade em classes e a luta entre estas. Como os interesses situacionais de cada classe apresentem contradições insanáveis, e não possam, assim, ser englobados sinteticamente no interesse geral, interesse geral esse de que o Poder Governativo

é, por hipótese, a expressão, torna-se necessário, para manter condições mínimas de convivência das classes, estabelecer um limite além do qual não possa dispor o órgão do interesse geral. Vale isto dizer, em outras palavras, que o interesse geral, nas sociedades divididas em classes, não é efetivamente geral, nem o Poder Governativo é igualmente representativo de todas as camadas sociais, sendo, na verdade, aquele e este, expressão da classe dominante, dentro dos limites que lhe impõe a resistência da classe dominada.

Na verdade – contrariamente ao que pretendem os mesmo autores marxistas que neste aspecto incidem em erro – todas as formas associativas de comunidades socialmente diferenciadas, haja ou não "classes", no sentido capitalista do termo, são imperfeitas, no sentido anteriormente indicado. É por negar, artificiosamente, a inevitabilidade das contradições sociais que a União Soviética, concebendo-se como sociedade sem classes, admite, apenas, coerente com tal premissa, um único Poder do Estado, que será o que aqui se designou de Poder Governativo, cujo órgão é o Supremo Soviete.

Aspecto dinâmico

Ora bem, esclarecido esse ponto e verificado que as sociedades capitalistas evoluíram no sentido de estabelecer duas finalidades formais para a atuação do Estado, a Judiciária e a Governativa, há que levar em conta o aspecto dinâmico da questão, até agora vista apenas em termos estáticos. O Estado funcional brasileiro, que deverá ser um Estado capitalista (do tipo nacionalista e trabalhista), além de ter, estaticamente, as duas finalidades formais acima mencionadas, deverá ter, quanto ao seu Poder Governativo – que exprime a vontade geral da comunidade e a atuação do Estado como norma e órgão dessa vontade geral –, outras três finalidades formais: o planejamento, a execução dos planos e o seu controle.

Os três poderes de Montesquieu foram concebidos estaticamente porque o Estado liberal-burguês, como já foi assinalado, constituía o sancionamento político-administrativo de uma ordem econômico-social já organizada pela burguesia e a cuja manutenção e defesa se destinava. O Estado funcional brasileiro, diversamente, tem de ser o organizador e o promotor de uma nova ordem econômico-social, que será a resultante do desenvolvimento e da emancipação do país. Por esse motivo, o Poder Governativo de tal Estado tem de ser concebido dinamicamente. Não se destina a sancionar uma situação que se pretenda manter tal como se encontra e sim a transformar a situação existente. Daí decorrem as três finalidades formais do Poder Governativo, antes apontadas.

Acrescente-se que, na atual fase histórico-social do capitalismo, o Poder Governativo, mesmo nos países plenamente desenvolvidos, não é mais concebido estaticamente. Tal se verifica, em primeiro lugar, porque o capitalismo industrial necessita da intervenção planificadora, promotora e correcional do Estado, seja qual for o grau de adiantamento econômico-social da comunidade. Em segundo lugar, porque a burguesia industrial necessita de tal modo da intervenção do Estado que, tendo reconhecido a divisão da sociedade em classe e a luta entre estas, e havendo verificado a impossibilidade de manter imutavelmente o estatuto econômico-social que lhe conviesse, prefere assegurar a permanência funcional do Estado – ainda que ao preço de deixá-lo se ir modificando e, decorrentemente, de

ir perdendo seus privilégios de classe – a correr o risco de uma crise do Estado e de um colapso de sua ação político-administrativa.

Caraterísticas formais do Estado funcional

O Estado do capitalismo industrial, portanto, e *a fortiori*, o que convém ao Brasil (Estado organizador de desenvolvimento), é um Estado cujas finalidades formais são dinâmicas: planejar executar, controlar. Assim atuando, tal Estado transforma as condições econômico-sociais da comunidade e portanto se transforma a si mesmo, sem que tal implique, em princípio, na entrada em crise de sua ação político-administrativa.

Do exposto resulta o seguinte:

1) o Estado funcional brasileiro, conforme se expõe no item precedente, tem de ser representativo e autêntico, no sentido já definido para esses termos;
2) o Estado funcional brasileiro deve ter, estaticamente, dois Poderes: o Governativo e o Judiciário. O Poder Governativo deve ser parlamentarizado em duas etapas. A primeira, nos quadros do presidencialismo, consistirá na associação do Congresso, por intermédio de representantes do mesmo, ao planejamento, à coordenação da execução dos planos e ao controle de sua realização. A segunda, a do parlamentarismo – etapa a ser instaurada por acordo do Congresso e do governo – deverá presidir à organização do governo que se suceder ao que houver realizado a primeira etapa;
3) o Poder Governativo deve ter três finalidades formais, todas com vistas ao desenvolvimento e à emancipação econômico-social do país: planejar, executar e controlar.

III – FINALIDADES CONCRETAS

Principais objetivos

Considerado o problema das finalidades do Estado funcional do ponto de vista de seu conteúdo, tem-se que as mesmas consistem na realização das finalidades formais, antes indicadas, de acordo com as possiblidades da situação geoeconômica do país, e da situação nacional e internacional.

No plano político, esses objetivos, são econômico, social e cultural.

Os principais objetivos a serem perseguidos, direta ou indiretamente, pelo Estado funcional brasileiro, já foram assinalados neste estudo, nos capítulos anteriores, no que se refere aos planos instrumentais e representam os meios ou condições para que aqueles sejam atingidos. O único objetivo do Estado funcional, no plano político, deve ser o de sua própria manutenção e aperfeiçoamento. Tal objetivo se confunde, em parte, com as já indicadas condições, em sentido restrito, para que se tornem operantes as condições econômico-sociais que tendem à instituição do Estado funcional. Em outra parte, tal objetivo se identifica com a reforma da administração, que será analisada no item subseqüente.

Objetivos de política exterior

Dada a sua relevância e especificidade, no entanto, importa alinhar algumas obervações sobre as finalidades concretas da atuação do Estado funcional brasileiro no âmbito internacional. Como ocorre no âmbito nacional, também nesse os objetivos do Estado devem ser o de assegurar condições que promovam ou permitam o desenvolvimento e a emancipação econômico-social do país. Dá-se, todavia, como já foi salientado, que as deficiências e contradições peculiares ao atual Estado cartorial atingem ao seu máximo no plano de sua atuação internacional, pois neste se faz sentir mais intensamente, além da interferência dos grupos de pressão nacionais, a interferência das grandes potências ocidentais e a dos próprios grupos de pressão internos dessas potências. Na prática, o resultado de todos esses fatores tem sido o completo e crescente satelitismo do Brasil em relação aos Estados Unidos.

Na escassa medida em que se procura justificar a atuação internacional do Brasil — quase sempre apresentada como óbvia ou como irremediável fato consumado — o servil e incondicional acatamento de todos os desejos de Washington ou dos mais importantes grupos de pressão americanos é explicado, em parte, como decorrência, lamentável, talvez, mas iniludível, de nossa dependência econômico-política para com os Estados Unidos; e em parte, como proveniente de nossa obrigação moral, ou mesmo de nosso efetivo interesse em defender o mundo livre e a civilização ocidental cristã contra os riscos da agressão comunista.

A simples exposição de tais argumentos revela sua inanidade. E o fato de que os mesmos exprimem razões de má fé, decorrentes dos interesses antinacionais e reacionários dos grupos que persistem dominando a política e o Estado brasileiros, a despeito de haverem perdido há muito a liderança de nosso processo econômico-social, dispensa, igualmente, uma análise mais desenvolvida dos mesmos. Na hora em que se instaurar o Estado funcional, e que as forças mais representativas da comunidade assumirem sua direção política, essas espúrias invocações deixarão de se fazer ouvir, no mesmo passo em que se imprima orientação diferente à política internacional brasileira.

Dependência para com os EUA

Por tais motivos, assinale-se, apenas, que a suposta dependência absoluta em que o Brasil se encontraria para com os Estados Unidos — dependência que atualmente existe em grande escala — longe de ser uma fatalidade de nosso destino é, ela mesma, produto do satelitismo que mantemos para com a América do Norte.

Evidentemente, tal dependência não pode ser rompida apenas por um ato da vontade, nem, a prazo médio, pode ser totalmente superada, uma vez que os Estados Unidos são a grande potência imperialista do século. A promoção do desenvolvimento econômico, todavia, na forma indicada neste estudo, terá, de per si, o efeito de nos emancipar tanto da necessidade de auxílios financeiros americanos (que sempre têm sido modestos e cuja contraprestação econômica ou política nos têm conservado em posição de dependência) como da desequilibrada relação de trocas a que estamos presentemente sujeitos.

América Latina e Europa

Por outro lado, se, apoiados em nova estrutura econômica, e assim liberados das pressões financeiras e econômicas mais imediatas, orientarmos nossa política internacional com vistas aos nossos próprios interesses, poderemos dispor de poderosos meios de resistência contra o imperialismo.

Entre estes se destacam, em primeiro lugar, os que conduzam à formação de blocos regionais, capazes de oferecer maior defesa à pressão americana, como seria o caso da unificação do bloco latino-americano ou mesmo do sul-americano. É curioso notar que esse expediente, tão óbvio, tem sido exatamente objeto das iras do Itamarati, que se vem opondo sistematicamente à integração latino-americana, sob o pretexto de que esta importaria na hegemonia argentina, quando é evidente que a liderança latino-americana tenderia a recair no país mais industrializado, que é o Brasil, e quando, por outro lado, não é menos evidente que nenhum sentido existe em se preferir uma real e inevitável opressão americana ao falso risco de uma hipotética e inviável hegemonia platina.

Em segundo lugar, os recursos de que dispomos para minorar a pressão do imperialismos são o estreitamento de nossos vínculos com as potências européias, notadamente a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França, em termos que nos assegurem maior independência dos Estados Unidos e maior poder de barganha para com eles.

Terceira posição

Além dessas medidas, no entanto, existe uma terceira linha de providências que precisa, de uma vez por todas, ser encarada de frente, e que é a possibilidade de nos afastarmos do conflito russo-americano, dele procurando retirar os maiores proveitos possíveis.

Essa política de terceira posição, que vem sendo tão sábia e proveitosamente seguida, no âmbito dos países capitalistas, pela Índia e demais potências do Plano Colombo e, no âmbito dos países socialistas, pela Iugoslávia e, tendencialmente, pela China (que só não segue uma linha mais independente da russa por causa da ameaça de agressão americana), representa mais do que uma simples atitude de oportuno realismo. Representa, de fato, a única, embora árdua, linha de possibilidade para os países que dispõem de condições para ter um destino histórico próprio, como é especialmente o caso das grandes nações subdesenvolvidas do século XX.

Esse grupo de nações, compreendendo os países do Plano Colombo, a China e a Indonésia, no hemisfério oriental, e os países latino-americanos, no ocidental, se caracteriza por sua imperiosa necessidade de desenvolvimento e emancipação econômico-social, motivo pelo qual, para essas nações, tem menor urgência a questão do regime da propriedade. Ademais, esses países experimentam, em comum, a necessidade de absorver e generalizar entre suas populações os padrões culturais do Ocidente, sem cair em aculturações mecânicas, que ignoram as peculiaridades locais e desperdiçam ou mutilam as potencialidades anímicas das populações nativas. Essa dupla necessidade econômica e cultural importa, para tais países, no imperativo de concentração de todos os seus esforços para a

solução dos problemas internos, bem como em sua emancipação das tutelas alienígenas que têm sofrido e sem a superação das quais não lhes é possível constituir ou consolidar sua própria nacionalidade.

Nenhum sentido apresenta, por isso, para tais países, sua participação no conflito das duas superpotências que se disputam a hegemonia do mundo. Não somente tais países nada têm a ganhar com a vitória de qualquer um dos lados – porque destituídos de condições para, e de efetivo interesse em partilhar dos despojos do vencido – como, inclusive, têm tudo a recear da derrota de qualquer uma das grandes potências, uma vez que a relativa liberdade internacional de que gozam, ou de que poderiam vir a gozar, resulta, precisamente, do equilíbrio de forças entre o imperialismo americano e o expansionismo soviético. Tal é a razão pela qual os *slogans* "defesa do mundo livre" ou "defesa do socialismo" nem exprimem, ideologicamente, uma verdade, nem têm uma significação política unívoca.

De fato, o suposto mundo livre, a que se refere a propaganda americana, se engloba valores da mais alta importância, como sejam a cultura ocidental e sua democracia política, implica, também, no imperialismo e no colonialismo das grandes potências, assim como no reacionarismo interno dos setores retrógrados da burguesia ocidental, pelo que, de fato, a ideologia do mundo livre é equívoca, não se a podendo aceitar em bloco.

Da mesma forma, a suposta defesa do socialismo, a que alude a propaganda soviética, se compreende, também, valores da mais alta importância, como sejam o princípio da justiça social e da democracia econômica, assim como os valores inerentes a outro ramo, não menos importante, da cultura ocidental, entendida em sentido amplo, implica, ademais, no expansionismo russo, numa nova versão do antigo pan-eslavismo e, internamente, na ditadura política e no policialismo ideológico da burocracia soviética, em razão do que, como ocorre com a ideologia americana, a ideologia soviética é equívoca e inaceitável em bloco.

O conflito mundial e os nossos interesses

Na verdade, pois, o que resta, de ambos os lados, é uma posição política. Esta, entretanto, apresenta significação diversa, conforme se a considere do ponto de vista americano ou russo, do ponto de vista dos principais aliados de um e de outro bloco, ou do ponto de vista dos países subdesenvolvidos.

Como é óbvio, a "defesa do mundo livre", para os Estados Unidos, assim como a "defesa do socialismo", para a União Soviética, representam a defesa de sua própria sobrevivência e a afirmação de sua necessidade de hegemonia mundial.

Para os grandes aliados de um ou de outro lado, a aceitação da política traçada pela respectiva nação líder exprime a linha do mal menor, pois, condenados a uma posição secundária, mas tendo importantes interesses constituídos a defender, os grandes aliados só podem fazê-lo apoiando-se em uma das duas superpotências e dando-lhe em troca seu apoio, por muito que esta barganha lhes seja onerosa.

Já é totalmente diversa a posição das grandes nações subdesenvolvidas, de que a Índia e a Indonésia, no hemisfério oriental, e o Brasil e a Argentina, no ocidental, são os exemplos mais característicos. Estes países se encontram, atualmente, em posição inferior a dos grandes aliados da Rússia e dos Estados Unidos, mas, potencialmente, podem vir a exercer, especialmente se encontrarem fórmulas para se associarem mais estritamente, um papel tão relevante, no futuro, quanto o ora desempenhado pelas grandes potências. Essa possibilidade, todavia, depende de seu recíproco desenvolvimento, que depende, por sua vez, da manutenção de um razoável equilíbrio entre as atuais superpotências.

Assim, ao contrário do que ocorre com os "grandes aliados", cujos interesses os conduzem a participar da luta, para assegurar suas posições presentes e futuras, os interesses das "grandes nações subdesenvolvidas" as conduzem a se afastar do conflito, tanto para evitar um esforço econômico-militar que atualmente não suportariam sem ruína, como, principalmente, para evitar um desenlace que viria liquidar todas as suas possibilidades futuras. Daí a terceira posição, que é a única efetivamente interessada na paz e na conveniência dos dois blocos. Acrescente-se que tal posição, além de ser a única conveniente para os subdesenvolvidos, é objetivamente possível, uma vez que o equilíbrio realmente existente entre as duas superpotências tende a se consolidar, com o curso do tempo, e encontra um novo suporte na política de terceira posição, que tenderá, inclusive, a tornar impossível o conflito, na medida em que se fortaleçam os países que a mantêm.

f) A reforma do governo

O governo cartorial

A crise do Estado cartorial, como se tem assinalado, implicou em uma perda de poder do Estado, no âmbito da comunidade, e do governo, no âmbito do Estado, em proveito dos grupos de pressão. Ademais, ocorre que o governo, no Estado cartorial, é ele mesmo cartorial. Isto significa que, além de não dispor, de fato, do poder que de direito lhe cabe e de que efetivamente carece o governo cartorial não está estruturado para exercer as tarefas que funcionalmente lhe competiria desempenhar.

Como se verificou nos itens precedentes, o Poder Governativo, no Estado funcional, e nas condições brasileiras, deve estar aparelhado para planejar o desenvolvimento e a emancipação econômico-social da comunidade, executar inteligente e eficazmente os planos e controlar a forma pela qual são eles realizados. A fim de aparelhar o Poder Governativo para exercer tais atribuições, o Estado funcional deve estabelecer um íntimo entrosamento entre o Executivo e o Congresso, mediante a progressiva parlamentarização, a que já se aludiu. Faz-se mister, portanto, uma completa reestruturação do governo, não somente para permitir a participação do Congresso na ação governativa como, ademais, para dotar esta dos meios adequados.

Esquema da reforma

O esquema, segundo o qual importa se proceder a essa reestruturação, já resulta delineado, em suas linhas mestras, pelas três finalidades formais do Poder Governativo analisadas precedentemente. Trata-se, basicamente, de possibilitar-lhe sua ação planejadora,

executora e controladora. Como o Executivo e o Legislativo cartoriais não fixem *policies*, mas apenas se dediquem à política de clientela, o Poder Governativo, no Estado cartorial, está organizado unicamente para os fins de tal política: nomeação de clientes e demissão de adversários, deferimento e indeferimento de pretensões, e outorga de leis de favor a determinados grupos. Assim é que o Executivo se exerce e se esgota no ato do despacho e o Legislativo no ato de repartir *benesses* entre a clientela dos congressistas.

Muito diversamente, o Poder Governativo funcional, baseado numa íntima articulação entre o Congresso e o Executivo, exerce sua função mais alta na elaboração e aprovação dos planos de desenvolvimento. Para tal importa criar-se, sob a presidência do Presidente da República, o Conselho Nacional de Planejamento, Coordenação e Controle que, reunindo os mais altos membros do Congresso e do Executivo, delibere sobre os planos gerais, fiscalize e coordene sua execução e controle os resultados obtidos com a realização dos planos.

Em seguida, é necessário organizar o Executivo e o Legislativo segundo um esquema que assegure, em todos os níveis, sua correspondência e articulação. Como a principal função governativa deixe de ser o despacho e passe a ser a fixação de *policies*, é preciso funcionalizar os mais altos membros do Executivo, liberando-os das decisões individuais e casuísticas e da correspondente burocracia. Daí a conveniência de se reduzir o número de Ministros de Estado, englobando-se, no mesmo Ministério, todas as funções conexas.

Basicamente, são quatro as diferentes funções que terá de exercer o govêrno funcional: a relativa à economia da comunidade; a relativa à soberania, à organização e ao funcionamento da máquina do Estado; a relativa à defesa nacional; e a relativa à população e às relações sociais que se travam dentro da comunidade.

Dentre essas quatro funções básicas, a relativa à soberania e à atuação do Estado como órgão político da comunidade se especializa em dois aspectos distintos, conforme se considere os atos de âmbito interno e os relacionados com os Estados estrangeiros. De um ponto de vista objetivo-funcional, portanto, impõe-se a criação de cinco Ministérios: o da Economia, o do Interior, o do Exterior, o da Defesa Nacional e o da População e Assuntos Sociais. De acordo com as exigências que se visa a atender, tais Ministérios representam menos órgãos do que funções do Estado. Situam-se no nível em que o Estado é considerado, unitariamente, como agente e como norma ordenadores da sociedade civil. E nesse nível os cinco Ministérios referidos correspondem às funções básicas do Poder Governativo.

Os Ministérios

Tal concepção dos Ministérios se afasta grandemente da que comanda a atual organização do Executivo. A diferença se caracteriza, principalmente, em dois aspectos. Enquanto, por uma parte, a atual divisão de competência entre os Ministérios é – mais em tese do que de fato – determinada pela natureza do objeto da atuação do govêrno, a divisão proposta é comandada pela natureza das funções de governo. Por outra parte, a atual organização de governo concebe cada Ministério como um aparelho administrativo diferenciado e autônomo. A organização proposta concebe cada Ministério como uma área de funções ou um sistema de comandos, supondo, por isso, como a seguir se indicará, que o efetivo exercício dessas funções ou desses comandos será desempenhado pelos órgãos que integrarão cada Ministério, que serão as Secretarias de Estado.

Dispersando a atuação do governo por Ministérios diferenciados pelo seu objeto, a atual organização a priva de toda capacidade promocional, limitando-a à rotina dos serviços públicos, esta mesma péssimamente atendida, como já se indicou. Trata-se de uma organização puramente cartorial. Diversamente, a organização proposta resguarda a unidade de ação do governo, ao diferenciar sua intervenção não pelos objetos a que se destina – que são múltiplos e díspares – mas pelas funções do próprio governo. Foi para atender a essa necessidade que se criou, nos governos parlamentares, a distinção entre os Ministros que pertencem ou não ao Gabinete, entre aqueles se estabelecendo, inclusive, uma segunda hierarquia, que distingue os Ministros fixadores das *policies* governamentais dos que simplesmente as aplicam dentro de seus setores. A organização proposta se distingue da adotada por governos como o britânico, o soviético ou o francês pelo fato de haver marcado mais nitidamente a diferença entre os Ministros – que são os membros do círculo mais alto do governo – e os Secretários de Estado que são os administradores da máquina governamental.

Secretarias e Subsecretarias

São as Secretarias de Estado, por isso, os órgãos que equivalem, praticamente, aos atuais Ministérios. Mas justamente porque, com relação a tais órgãos, o critério diferenciador tem de ser mais o seu objeto do que a função de governo que exercem, é que se faz mister, obviamente, instituir um número muito maior de Secretarias de Estado, de sorte a que cada um dos objetos a que se refere a atuação governamental tenha seu aparelho administrativo próprio.

Este sistema exige, para seu perfeito funcionamento, uma outra instância, na pirâmide governamental, abaixo das Secretarias de Estado, que é a das Subsecretarias, como já o reconheceram quase todos os governos contemporâneos. Cabe não confundir, todavia, a missão do Subsecretário com a do Secretário, fazendo daquele um substituto eventual deste, e, normalmente, um seu assistente. O Subsecretário de Estado é o homem que volta a fluidificar e dinamizar a ação do governo, superando os entraves que decorrem da fixação da competência pelo critério estrutural – como é o caso das Secretarias de Estado – definindo-se sua competência funcionalmente, em termos de tarefa. Nisto também reside a diferença entre sua função e a dos Diretores e Chefes de Serviço. Estes são os gerentes de cada uma das repartições em que se divide a Secretaria de Estado, tendo sua competência também fixada por critérios estruturais. O Subsecretário de Estado, diversamente, não está afeto à direção de nenhuma repartição, em particular. O que lhe cabe é assegurar, mediante a mobilização das repartições, competentes, até mesmo fora de sua Secretaria de Estado, a realização, dentro de certas condições e prazo, de determinada tarefa.

Funcionalidade e organicidade

Com tal sistema, assegura-se a funcionalidade do governo na cúpula (através dos Ministros de Estado) e na base (por intermédio dos Subsecretários de Estado) garantindo-se a organicidade da máquina administrativa no nível intermediário das Secretarias de Estado, mediante seus respectivos titulares.

Esse mesmo sistema, por outro lado, atende a duas outras necessidades anteriormente apontadas: a articulação com o Parlamento — enquanto subsistir o presidencialismo — e o desempenho das três finalidades formais do Poder Governativo: planejamento, execução e controle. As funções executivas são asseguradas pelos Ministros de Estado — como responsáveis por cada uma das áreas de atuação do governo: pelas Secretarias de Estado — à frente de cada um dos aparelhos administrativos; e pelos Subsecretários de Estado, no comando concreto da ação. As funções de planejamento e controle são exercidas, quanto ao governo em geral, pelo Conselho Nacional de Planejamento, Coordenação e Controle e, quanto a cada Ministério, pelo respectivo Conselho Ministerial.

Política e administração

Deste modo, alcança-se, igualmente, um objetivo há muito preconizado mas jamais atingido, que é a centralização política com a descentralização administrativa. A política do governo, na base das informações originárias das Secretarias de Estado, coordenadas setorialmente pelos Ministérios e, globalmente, pela Secretaria do Governo, é traçada, em termos unitários e integrados, compondo um sistema de conjunto. Daí emanam os planos e e diretrizes que orientarão os Ministérios e permitirão a estes dirigir as Secretarias de Estado.

Suprime-se, assim, o fato, de resultados tão funestos, de cada repartição perseguir sua própria política, segundo seus próprios critérios. Por outra parte, o aumento do número de Secretarias de Estado, dotadas de organização própria, descentraliza a administração, permitindo que os assuntos relativos à máquina administrativa sejam resolvidos definitivamente no âmbito de cada Secretaria de Estado. Os organogramas apostos no final dão, do exposto, uma idéia suficientemente clara, detalhando os órgãos previstos.

g) Reforma da administração

Funcionalização

A despeito das vantagens imediatamente decorrentes da reforma do governo, nos termos acima indicados, não seria tal reforma suficientemente eficaz se não se reformar, correspondentemente, o sistema administrativo. Os motivos para a reforma da administração são, quanto a esta, equivalentes aos que impõem, quanto ao governo, a necessidade de sua remodelação. Trata-se basicamente, de funcionalizar a administração pública, liquidando suas formas cartoriais.

O problema apresenta dois aspectos distintos: o estrutural e o funcional. Considerada a administração brasileira em termos estruturais, ver-se-á que ela apresenta três distintos

gêneros de órgãos: as repartições públicas, as autarquias e as sociedades de economia mista. Ocorre, todavia, que, se a distinção jurídica entre esses três gêneros de órgãos já se encontra suficientemente elucidada, a determinação administrativa do regime que melhor convenha a cada órgão está longe de haver sido feita. Embora existam certas idéias gerais a esse respeito, observa-se que o regime dos órgão públicos obedece, sobretudo, ao critério histórico. São repartições públicas todos os órgãos que vêm da República Velha ou constituem desdobramento daqueles. O Estado Novo propendeu para a adoção do regime autárquico. A República Nova para o das sociedades de economia mista.

A razão dessas preferencias foi sobretudo funcional. Julgou-se que o regime autárquico proporcionava mais eficiência que o dos serviços públicos centralizados. Daí a proliferação de autarquias durante o Estado Novo. O malogro dessas autarquias conduziu, depois da Constituição de 1946, à preferência pelas sociedades de economia mista, tidas como ainda mais flexíveis. E assim se foi levando à confusão do plano estrutural com o funcional, como se aquele determinasse necessariamente este. Na verdade, em todo esse processo, estava subjacente o receio de enfrentar o regime administrativo criado pelo velho Código de Contabilidade, e ainda a intenção de contornar sucessivas prerrogativas asseguradas pela lei ao funcionário público, procurando-se meios de aplicar aos servidores do Estado o regime da legislação trabalhista.

É imprescindível distinguir, todavia, o aspecto estrutural do funcional. Mediante a reforma do Código de Contabilidade e outras providências — previstas, em geral, no projeto de reforma administrativa preparado pelo Governo Vargas — pode-se modernizar e flexibilizar o sistema administrativo das repartições. O que não se pode, no entanto, é transpor para o nível estrutural os problemas de caráter funcional.

Critério estrutural

Do ponto de vista estrutural, cabe distinguir três modos de atuação do Estado. O primeiro, como *superpartes*, no exercício de um direito de império, tendo como objeto ou destinatário a comunidade em geral. O segundo, como *interpartes*, no exercício de um direito de gestão, tendo por objeto ou destinatário determinados setores da comunidade. O terceiro, como *parte*, no exercício de uma atividade supletiva ou promocional da atividade privada.

Colocadas essas distinções, resulta quase óbvio salientar que, para o primeiro modo de atuação, convém a forma de serviço público centralizado; para o segundo, a de autarquia; e para o terceiro, a sociedade de economia mista. Exemplificando, pode-se dizer que devem ser exercidas pelas repartições os atos de soberania. Devem ser praticadas por intermédio das autarquias os atos de regulação econômica ou social, bem como os que exijam completa autonomia e independência política, como os atos culturais e pedagógicos. Finalmente, devem revestir-se de forma privada todos os atos destinados à produção de bens e de serviços.

Para que funcione o novo sistema, no entanto, é preciso, do ponto de vista funcional, proceder a reformas não menos amplas. Trata-se de modificar o regime de prestação de contas, de introduzir a responsabilidade funcional dos servidores públicos, de tornar

obrigatório o equilíbrio orçamentário das autarquias – assegurando-se-lhes as condições necessárias para tal – e de impor às sociedades de economia mista um regime de rentabilidade semelhante ao da empresa privada. Para esse efeito, como foi indicado, o projeto de reforma administrativa do Governo Vargas já fornece uma base apreciável. Far-se-ia mister, partindo daquele documento, dele retirar tudo o que se refere ao aspecto estrutural da reforma administrativa – aspecto que exige tratamento diverso, como já se expôs – e acrescentar algumas outras normas para complementar a regulamentação funcional dos órgãos públicos.

h) Solução de compromisso

Obstáculos à reforma

Não se poderia encerrar este capítulo sem abordar, ainda que sucintamente, o problema da viabilidade, em termos práticos e imediatos, das reformas propostas.

Como foi oportunamente salientado, já existem as condições econômico-sociais que tornam não apenas possível, mas inclusive necessária, a reforma do Poder Governativo. Isto não obsta, no entanto, a que tais reformas venham a ser objeto de tenaz e insidiosa reação. As mesmas forças que atuam, reacionariamente, nos campos da economia e das questões sociais, irão se opor, no campo administrativo, às reformas de que o país necessita. E a despeito de o país já estar maduro para tais reformas, pode dar-se que, nas contingências políticas do futuro próximo, o novo governo, ainda que desejando levá-las a cabo, não encontre para tal as necessárias facilidades.

Nessas condições, impõe-se uma solução de compromisso. Por muito importante que seja a promulgação de tais reformas – indispensáveis que são a prazo médio ou longo – não se pode olvidar que, mais importante ainda, a prazo curto, é a realização, pelo governo, de um programa mínimo de desenvolvimento. Seria desaconselhável, por isso, que o Executivo esgotasse sua capacidade de liderança no esforço de promover a reforma do governo e da administração, perdendo a força necessária para executar um programa mínimo de desenvolvimento.

Esquema mínimo

Na infeliz eventualidade de não ser possível levar a cabo as reformas preconizadas neste capítulo, a solução indicada é a de se realizar um esquema mínimo de remodelação administrativa. Tal esquema deverá atender, de uma forma mais ou menos expressa, aos seguintes requisitos:

a) assegurar a constituição e o funcionamento, na cúpula governamental, de um mecanismo de planejamento, coordenação e controle, com participação dos representantes do Congresso Nacional;

b) distribuir os Ministérios existentes e os órgãos administrativos correspondentes em sistemas funcionais, de sorte a grupar, dentro de cada sistema e segundo a necessária escala hierárquica, os órgãos que devam trabalhar em íntima articulação;

c) criar cargos de Subsecretário de Estado, para propulsionar, em cada Ministério, a adequada execução de suas principais tarefas;

d) instituir quadros administrativos e técnicos, com o aproveitamento máximo do pessoal existente, destinados, segundo um regime de convênios, a prestar assistência aos Estados e aos principais Municípios;

e) elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento e constituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento, submetendo a tal plano, com os recursos de tal fundo, toda a atividade do governo;

f) reajustar, quanto possível, os órgãos existentes aos estatutos que lhes convêm, diferenciando, de acordo com os critérios expostos, as repartições públicas das autarquias e das sociedades de economia mista. Dar a forma de sociedade de economia mista a todos os órgãos destinados à produção de bens e de serviços, coordenando essas empresas, funcionalmente, em *holdings*, cuja política seja traçada ou aprovada pelo próprio governo;

g) flexibilizar e funcionalizar o regime de contas, acabando com o sistema burocrático-formal adotado pelo atual Código de Contabilidade e pela legislação sobre o Tribunal de Contas e substituindo-o por um regime que assegure o pronto andamento dos serviços, com o controle efetivo dos resultados obtidos.

Esse esquema mínimo, por muito que deixe a desejar, já introduz condições que permitem um início de funcionamento eficaz do Estado. Se não se adotar, no entanto, pelo menos tal esquema, nenhuma política séria poderá vir a ser adequadamente elaborada e executada.

ORGANOGRAMAS

PODER EXECUTIVO

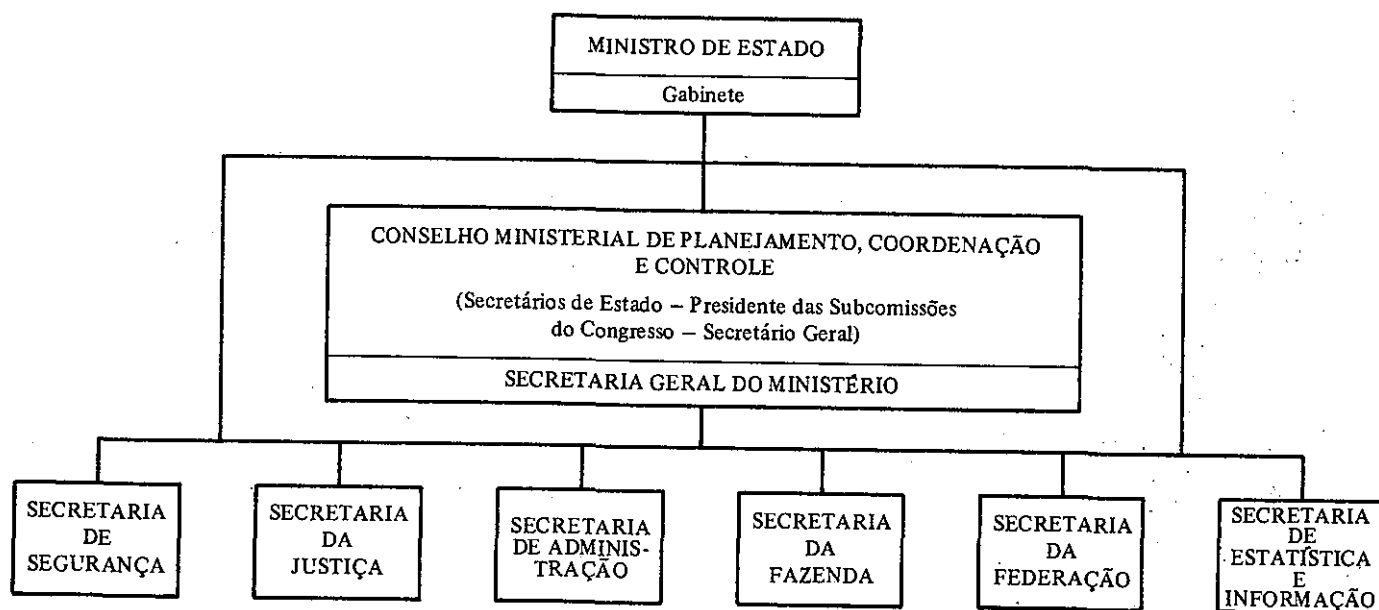
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Gabinete
Secretário do Presidente
Casa Civil
Casa Militar
Chefe
Chefe
CONSELHO NACIONAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTROLE
(Ministros de Estado – Presidentes das Comissões do Congresso – Secretário do Governo)
Secretaria do Governo
SECRETARIA DO GOVERNO
SECRETÁRIO DO GOVERNO
Gabinete
SUBSECRETÁRIO DO GOVERNO DE PLANEJAMENTO
Gabinete
SUBSECRETÁRIO DO GOVERNO DE COORDENAÇÃO
Gabinete
SUBSECRETÁRIO DO GOVERNO DE CONTROLE
Gabinete

MINISTÉRIO DO EXTERIOR

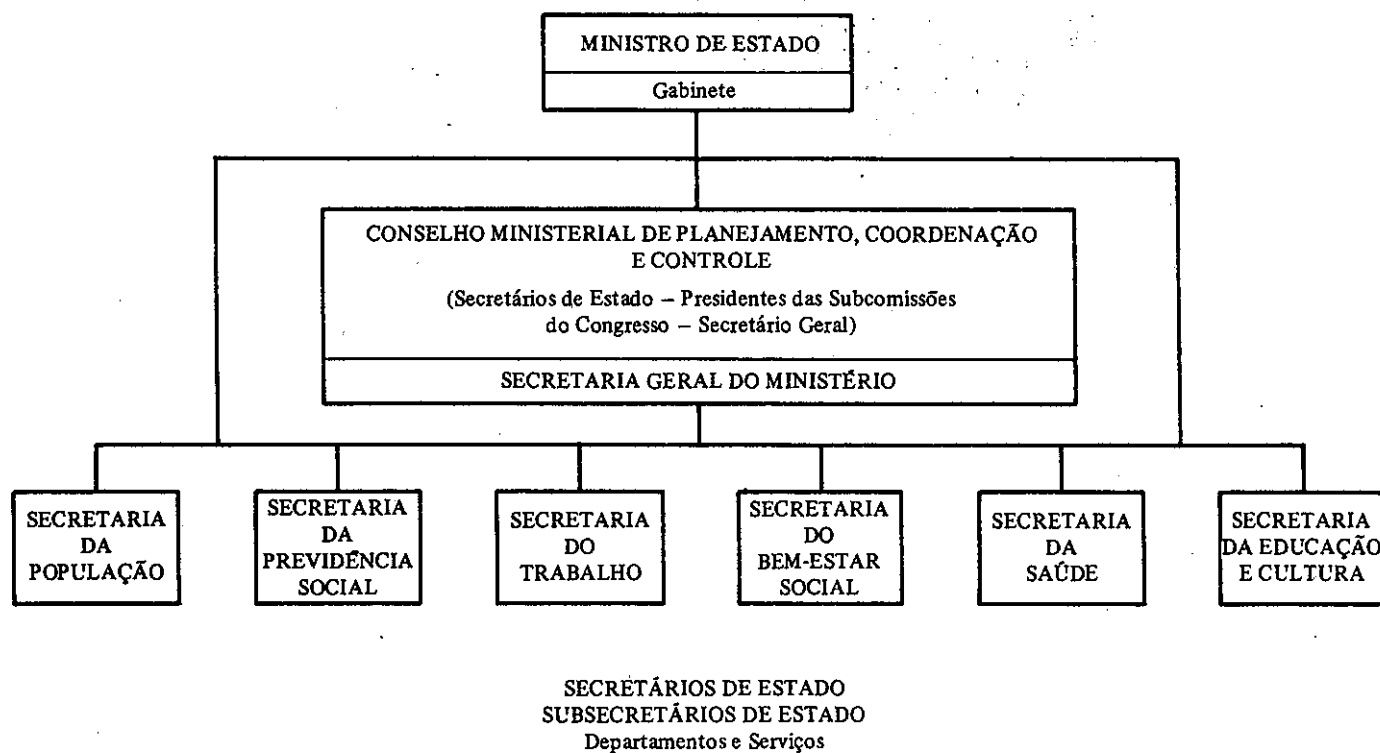
MINISTRO DE ESTADO
Gabinete
CONSELHO MINISTERIAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTROLE
(Secretários de Estado – Presidentes das Subcomissões do Congresso – Secretário Geral)
SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE ECONOMIA PARA OS NEGÓCIOS EXTERIORES
SECRETÁRIOS DE ESTADO
SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO
Departamentos e Serviços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETÁRIOS DE ESTADO
SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO
Departamentos e Serviços

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SECRETÁRIOS DE ESTADO
SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO
Departamentos e Serviços

MINISTÉRIO DA POPULAÇÃO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS

SECRETÁRIOS DE ESTADO
SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO
Departamentos e Serviços

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MINISTRO DE ESTADO
Gabinete

CONSELHO MINISTERIAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTROLE

(Secretários de Estado – Presidentes das Subcomissões do Congresso – Secretário Geral)

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO

SECRETARIA DA GUERRA | SECRETARIA DA MARINHA | SECRETARIA DA AERONÁUTICA | SECRETARIA DO SERVIÇO NACIONAL

SECRETÁRIOS DE ESTADO
SUBSECRETÁRIOS DE ESTADO
Departamentos e Serviços

(Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 4 (5): 47-138 jan./mar. 1956.)

BIBLIOTECA DO
PENSAMENTO POLÍTICO
REPUBLICANO

1) *Bibliografia do Pensamento Político Republicano* (1870/1970). Organização de Evelyse Maria Freire Mendes. Revisão final de Edson Nery da Fonseca.

2) *O Apostolado Positivista e a República* (Antologia). Organização e introdução de Antônio Paim.

3) *O Socialismo Brasileiro* (Antologia). Organização e introdução de Evaristo de Moraes Filho.

4) *A Igreja na República* (Antologia). Organização e introdução de Anna Maria Moog Rodrigues.

5) *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado* (Antologia). Organização e introdução de Antônio Paim.

6) *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Seleção e introdução de Simon Schwartzman.

7) Annibal Freire — *O Poder Executivo na República Brasileira* (1916). 2.ª edição. Introdução de Alberto Venâncio Filho.

8) Vicente Licínio Cardoso (organizador) — *À Margem da História da República* (1924). 2.ª edição. Introdução de Alberto Venâncio Filho. 2 tomos.

9) Júlio Maria — *A Igreja e a República* (1900). 3.ª edição. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues.

10) R. de Monte Arraes — *O Rio Grande do Sul e suas Instituições Governamentais* (1925). 2.ª edição. Introdução de Antônio Paim.

11) Azevedo Amaral — *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938). 2.ª edição. Introdução de Bolivar Lamounier.

12) *Joaquim Luís Osório — Constituição Política do Rio Grande do Sul. Comentário* (1911).